

ANA LETICIA PADESKI FERREIRA

**O CAMPO ACADÊMICO-CIENTÍFICO DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE NO BRASIL
(1980-2010): ENTRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO, OS AGENTES E SUA PRODUÇÃO**

**CURITIBA
2014**

ANA LETICIA PADESKI FERREIRA

**O CAMPO ACADÊMICO-CIENTÍFICO DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE NO BRASIL
(1980-2010): ENTRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO, OS AGENTES E SUA PRODUÇÃO**

Tese apresentada ao curso de Sociologia
da Faculdade de Ciências Humanas, Letras
e Artes da Universidade Federal do Paraná
para a obtenção do título de doutor.
Orientador: Dr. Wanderley Marchi Júnior

CURITIBA

2014

Catalogação na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Ferreira, Ana Leticia Padeski
O campo acadêmico-científico da sociologia do esporte no Brasil (1980 - 2010) : entre a institucionalização, os agentes e a sua produção / Ana Leticia Padeski Ferreira – Curitiba, 2014.
302 f.

Orientador: Prof^º. Dr^º. Wanderley Marchi Junior
Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Esportes - Sociologia. 2. Educação física - Aspectos sociais. 3. Sociologia do esporte - Publicações científicas. I. Título.

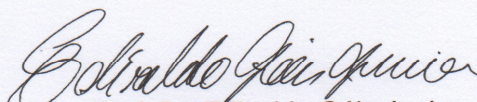
CDD 306.483

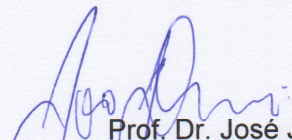



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 3360-5173

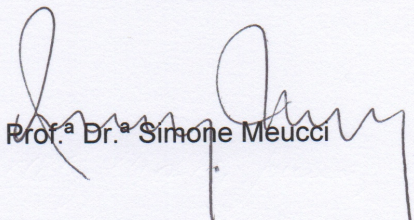
Ata de Defesa de Tese De Doutorado

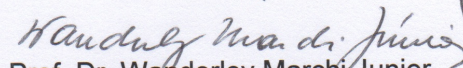
Ata da Sessão Pública, de defesa de tese para obtenção do Título de Doutor em Sociologia, área de concentração "SOCIOLOGIA", Linha de Pesquisa "Cultura, Comunicação e Sociabilidades". No dia 28 de março de 2014, às 14:00 horas, nas dependências do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, composta pelos Professores Doutores Edivaldo Góis Junior – UNICAMP, José Jairo Vieira – UFRJ, Ana Luisa Fayet Sallas – UFPR, Simone Meucci – UFPR e Wanderley Marchi Junior – UFPR (Orientador e Presidente da banca) para avaliar a Tese de Doutorado de **Ana Leticia Padeski Ferreira**, intitulada "O CAMPO ACADÊMICO-CIENTÍFICO DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE NO BRASIL (1980-2010): ENTRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO, OS AGENTES E A PRODUÇÃO", para obtenção do Título de Doutor em Sociologia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pelo Colegiado do Programa sob a coordenação do(a) Orientador(a). Após haver analisado o referido trabalho e argüido o(a) candidato(a), os membros da banca examinadora deliberaram pela ".....^{APROVAÇÃO}....." do(a) candidato(a), concedendo-lhe o título de **Doutor(a) em Sociologia**. Curitiba, 28 de março de 2014.


Prof. Dr. Edivaldo Góis Junior


Prof. Dr. José Jairo Vieira


Prof.ª Dr.ª Ana Luisa Fayet Sallas


Prof.ª Dr.ª Simone Meucci


Prof. Dr. Wanderley Marchi Junior
orientador e presidente

À minha família, meu alicerce que propiciou amor, atenção e carinho para que eu realizasse todos os meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Na reta final desse projeto de vida me deparei com um dos momentos, definidos pelo meu orientador na ocasião do fechamento de sua tese, como um dos mais delicados, devido ao seu grau de introspecção. Relembrar quatro anos de intensos estudos, de mudança de cidade, da volta para casa, do primeiro e segundo empregos como docente, de muitas perdas e também muitos ganhos me fazem perceber o crescimento que tive nesse período. E esse crescimento devo a algumas pessoas em especial.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Wanderley Marchi Junior. Você me deu a oportunidade de cursar sua disciplina como aluna ouvinte, me presenteou com uma ideia que se desdobrou no estudo apresentado hoje, participou e participa ativamente do nosso processo de formação como pessoas e como docentes. Mesmo quando estive fisicamente distante, em seu ano nos Estados Unidos, se manteve virtualmente perto, e mesmo convalescendo de uma cirurgia, não se furtou a ler e corrigir essa pesquisa. Teve a sensibilidade de compreender quando a vida veio e bagunçou tudo e paciência para esperar eu me recuperar. Muito obrigada!

Meu muito obrigada ao grupo de orientandos, Gilmar Afonso, Ricardo Sonoda-Nunes, Fernando Starepravo, Fernando Dandoro, Taiza Seron, Cristian Manero, Juliano Souza, Marcelo Pampuch, Mateus França e Bárbara de Almeida. Vocês ajudaram a construir cada parte dessa tese, ela é tanto minha quanto de cada um de vocês.

À Natasha Santos e ao Germano Pestana, corretores e tradutores que contribuíram para que esse trabalho chegasse a sua versão final. Obrigada pelo excelente serviço prestado e por toda paciência.

À Leila Salvini, que me escreve palavras de serenidade e me manda ter coragem nas horas que é preciso, à Juliana Vlastuin que divide sua experiência e sempre está pronta a ajudar, além de ser fã número 1 do meu macarrão à carbonara, à Tatiana Sviesk Moreira, companheira de estudos pro mestrado, concorrente, mas acima de tudo: uma grande amiga. Vocês são meus exemplos de mulheres aguerridas.

À secretaria do curso de Pós-graduação em Sociologia, representado pelo Katiano, por todo auxílio prestado.

Aos meus professores, em especial à Ana Luisa Sallas, Simone Meucci, Maria Tarciza Bega e José Rasia. Com vocês aprendi além de teorias sociológicas. Aprendi como ser professora.

Aos autores das teses que não constavam nas bases de dados e que me foram gentilmente enviadas via e-mail ou correio, meu muito obrigada.

Aos professores que compuseram a banca – Edivaldo Góis e José Jairo Vieira, pela dedicação e disponibilidade de realizar a leitura e avaliação desse trabalho.

Agradeço também aos meus colegas do curso de doutorado, em especial à Neiva Furlin. As conversas com você sempre foram profícuas e os desabafos acalentadores.

Aos colegas da Faculdade Guairacá, André Smolarek e Karla Varela. Obrigada pela amizade e pelas palavras de incentivo.

Aos colegas das Faculdades Integradas do Brasil: Camile Silva e Tais Pastre – coordenadoras sempre prontas a ajudar – Thiago, Gilson, Maurício, Rodrigo Prado, Rodrigo Fiorin, Sérgio, Hélia, Eliana, Jussara, Daniele, André, Ricardo e Luciano. Obrigada pelo apoio, interesse e por acima de tudo, criarem um ambiente tão bom de trabalho.

Não poderia deixar de agradecer também à minha família, a quem dedico esse trabalho. Sem vocês eu não teria chegado até aqui. Sem vocês a vida fica cinza. Obrigada por todo apoio, por todas as vezes que me disseram: “você consegue!”, mesmo quando eu não acreditava mais que conseguiria, por terem me ajudado nos momentos mais delicados que passei até aqui.

E por fim, agradeço ao meu namorado Gabriel Souza de Azevedo. Você me ajudou diretamente no trabalho, embelezando a árvore genealógica, e indiretamente também. Suas playlists de músicas para me ajudar a me concentrar, suas palavras de apoio, seu interesse no que eu faço e sua compreensão foram fundamentais. Como sempre digo, espero passar muito tempo ao seu lado. Te amo!

RESUMO

O esporte é um objeto de estudo passível de análises de várias áreas do conhecimento. Suas conexões com as esferas do trabalho, da economia, da política, da mídia, fazem com que a leitura sociológica seja requisitada para responder alguns questionamentos colocados pela sociedade. Inicialmente, a Sociologia não concebia tais questões como relevantes, o que contribuiu para a sua reticência em relação à Sociologia do Esporte. No campo da Educação Física, os sociólogos do esporte dividem o espaço com os estudos de caráter biológico do tema, os quais se apresentam em maior número, se comparados aos estudos das Ciências Humanas. Isso causa uma série de embates, como a disputa por espaços institucionais, prestígio, investimentos para pesquisa e eventos, publicações, etc. Essa concorrência coloca empecilhos para o estabelecimento da Sociologia do Esporte como um subcampo da Educação Física, fazendo com que esse fosse percebido como um espaço social em consolidação. Partindo do cenário apresentado, propomos o problema: *Qual a especificidade do campo acadêmico-científico da Sociologia do Esporte no Brasil?* Como resposta prévia a esse questionamento, delineamos a seguinte hipótese: o processo de constituição do campo acadêmico-científico toma uma forma e direção específicas devido a uma dependência teórica em relação à Sociologia e pelo reconhecimento do esporte como um objeto de estudo emergente na Educação Física e na Sociologia, quando este assume a forma profissional e espetacularizada. Sendo assim, tanto o campo, como seus agentes e estruturas, possuem uma especificidade que não corresponde às características exclusivas da Sociologia, ou da Educação Física, mas sim agregam características de ambas as áreas. Para realizar essa pesquisa, propomos como objetivo geral explicitar a especificidade do campo acadêmico-científico da Sociologia do Esporte no Brasil. Para atingir esse objetivo, realizamos a descrição da história da Sociologia do Esporte no Brasil, mapeamos os agentes, as correntes teóricas, as produções e as instituições ligados à Sociologia do Esporte e analisamos a especificidade deste campo acadêmico-científico, em especial as relações estabelecidas entre agentes e instituições. Como procedimentos teórico-metodológicos, selecionamos a análise de conteúdo de Bardin, que nos auxiliou na seleção e análise das produções científicas e dos documentos abordados, e a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, para a leitura das relações estabelecidas. Dos resultados, ressaltamos os seguintes pontos: nos programas de pós-graduação, a Sociologia do Esporte é abordada como temática de pesquisa somente em um curso. Tal fato não restringe que estudos sobre o tema sejam realizados em outros programas, todavia o esporte não é elencado nas linhas de pesquisa. Isso é um indício de que, apesar de não ser mais considerado como um objeto de pouca importância na área da Sociologia, a temática não está nas posições mais privilegiadas da hierarquia dos temas de pesquisa. Na Educação Física, já existe o espaço dos estudos das Ciências Humanas consolidado, dividido com os estudos das Ciências Biológicas. Os cursos de pós-graduação que contemplam a Sociologia do Esporte são mais numerosos nessa área, em comparação com a Sociologia. Isso se deve aos esforços dos agentes, formados na maior parte na área da Educação Física, em criar espaços no Brasil para sua formação e para suprir uma demanda por docentes de ensino superior. Ao lançarmos o olhar para as publicações, percebemos nas dissertações e teses uma preferência pelo estudo do futebol. O voleibol, o segundo esporte na preferência nacional, também é bastante estudado, bem como as questões de políticas públicas. Ao abordar os artigos nos periódicos da Educação Física e da Sociologia, percebemos que os escritos dos agentes possuem mais receptividade na primeira área. Os agentes publicam nas suas áreas de formação e inserção institucional, não ocorrendo com frequência o trânsito desses autores entre as áreas. Assim sendo, concluímos que ocorre um “hibridismo” no subcampo da Sociologia do Esporte, composto por características do campo da Educação Física e da Sociologia, bem como do *habitus* dos agentes, que combina as gramáticas de ações de ambas as áreas de conhecimento.

Palavras-chave: Sociologia do Esporte. Campo. Agentes. Instituições. Brasil.

ABSTRACT

Sport is a believable object of study subject analysis of various areas of knowledge. Its connections with the spheres of work, economy, politics, media, request a sociological interpretation to answer some questions put by society. Initially, Sociology did not use to conceive such issues as relevant, which contributed for its reluctance about Sociology of Sport. In the field of Physical Education, sport sociologists share space with the studies of biological character, which are in greater number, if compared to studies of Human Sciences. This situation causes a series of confrontation, as competition for institutional places, prestige, investment in research and events, publications, etc. This competition creates obstacles to the establishment of the Sociology of Sport as a subfield of Physical Education, making possible to understand it as a social space in consolidation. Based on the presented scenario, we propose the problem: *What is the specificity of the academic-scientific field of Sociology of Sport in Brazil?* As a preliminary answer to this question, we designed the following hypothesis: the process of constitution of academic-scientific field takes a specific form and direction due to a theoretical dependence on Sociology and also due to the recognition of sport as an object of study that is emerging in Physical Education and in Sociology, when it becomes professional and spectacularized. Therefore, both the field and their agents and structures, have a specificity that does not match with the particular characteristics of sociology, or Physical Education, but adds features from both areas. To do this research, we propose a general objective to clarify the specificity of academic-scientific field of Sociology of Sport in Brazil. To achieve this goal, we conducted a description of the history of Sociology of Sport in Brazil, we identified the agents, the theoretical currents, productions and institutions linked to the Sociology of Sport and we analyzed the specificity of this academic-scientific field, in particular the relationships established between agents and institutions. The theoretical and methodological procedures were based on the idea of content analysis, proposed by Bardin, which assisted in selection and analysis of scientific productions and documents, and we used also the Field Theory of Pierre Bourdieu for identifying the relationship established. Among the results, we emphasize the following points: in the postgraduate programs, Sociology of Sport is recognized as thematic research only in one course. It does not mean that studies about the subject are achieved in other programs, however sport is not listed in the research lines. This is an indication that, despite not being considered anymore as an object of little importance in the field of Sociology, the subject is not in the most privileged positions in the hierarchy of research topics. In Physical Education, there is already space consolidated for studies of Human Sciences, which is divided with studies of Biological Sciences. The postgraduate courses that include the Sociology of Sport are more numerous in this area, if compared with Sociology. This condition is due to the efforts of agents, which are formed mostly in the area of Physical Education, to create spaces in Brazil for their formation and also to feed the demand for teachers in college. When we look at publications, we note in theses and dissertations a preference for the study of football. Volleyball, the second sport in national preference, is also extensively studied, as well as public politics issues. About the articles published in journals of Physical Education and Sociology, we realize that the papers from agents have greater acceptance in the first area. Agents publish in their formation and institutional placement areas, and it is no common a transit of these authors among the areas. In conclusion, we noticed a hybrid characteristic of the Sport Sociology subfield, composed by characteristics of Physical Education and Sociology, as well as the agents habitus, that combine the grammar of actions of both fields of knowledge.

Keywords: Sociology of Sport. Field. Agents. Institutions. Brazil.

RÉSUMÉ

Le sport est un objet d'étude sujet à des analyses de divers domaines de la connaissance. Les liens du sport avec les sphères du travail, de l'économie, de la politique, des médias font de la lecture sociologique une source invitée à répondre à des questions posées par la société. A l'origine, la Sociologie ne concevait pas de telles questions comme ayant une valeur en soi, ce qui a contribué à la réticence de la Sociologie par rapport à la Sociologie du Sport. Dans le champ de l'Education Physique, les sociologues du sport partagent l'espace avec les études de caractère biologique du sujet, qui se présentent en plus grand nombre, comparées aux études des Sciences Humaines. Cela engendre des affrontements, tels que la dispute par des espaces institutionnels, le prestige, l'investissement dans la recherche et dans des événements, des publications, etc. Cette compétition pose des obstacles à la mise en place de la Sociologie du Sport comme un sous-domaine de l'Education Physique, ce qui fait que cet espace soit perçu comme un espace social en consolidation. A partir du cadre présenté, nous proposons le problème : Quelle est la spécificité du champ académique-scientifique de la Sociologie du Sport au Brésil ? Comme une réponse préliminaire à cette question, nous concevons l'hypothèse suivante : le processus de constitution du champ académique-scientifique prend une forme et une direction spécifiques dû à une dépendance théorique par rapport à la Sociologie et à la reconnaissance du sport comme un objet d'étude en voie de développement en Education Physique et en Sociologie, quand il prend la forme professionnelle et spectaculaire. Ainsi, aussi bien le champ que ses agents et structures possèdent une spécificité qui ne correspond pas aux caractéristiques exclusives de la Sociologie, ou de l'Education Physique, mais combinent des caractéristiques des deux domaines. Pour entreprendre cette recherche, nous proposons comme objectif général de préciser la spécificité du champ académique-scientifique de la Sociologie du Sport au Brésil. Pour atteindre cet objectif, nous avons décrit l'histoire de la Sociologie du Sport au Brésil, dressé la carte des agents, les courants théoriques, les productions et les institutions attachées à la Sociologie du Sport et nous avons analysé la spécificité du champ académique-scientifique de la Sociologie du Sport, spécialement les rapports entre agents et institutions. Comme procédures théoriques et méthodologiques, nous avons sélectionné l'analyse de contenu de Bardin, qui nous a aidé dans la sélection et dans l'analyse des productions scientifiques et des documents abordés, et la Théorie des Champs de Pierre Bourdieu, pour la lecture des rapports établis. Des résultats, nous en mettons en évidence les points suivants : dans les cours de deuxième et troisième cycles (master et doctorat), la Sociologie du Sport n'est abordée comme thématique de recherche que dans un seul cours. Ce fait ne limite pas les études sur le sujet dans d'autres cours. Toutefois, le sport n'est pas cité dans les thèmes de recherche. Ceci est une indication que, malgré le fait qu'il n'est plus considéré comme un objet mineur dans le domaine de la Sociologie, ce sujet ne figure pas parmi les positions les plus privilégiées dans l'hierarchie des sujets de recherche. En Education Physique il existe déjà l'espace des études des Sciences Humaines bien consolidé, partageant l'espace avec les études des Sciences Biologiques. Les cours de deuxième et troisième cycles qui comprennent la Sociologie du Sport sont plus nombreux dans ce domaine, en comparaison avec la Sociologie. Cela est dû aux efforts des agents, formés pour la plupart dans le domaine de l'Education Physique, à créer des espaces au Brésil pour leur formation et pour répondre à la demande d'enseignants dans les cycles supérieurs. Lorsque nous regardons les publications, nous voyons dans les dissertations et les thèses une préférence pour l'étude du football. Le volleyball, le deuxième sport dans la liste de la préférence nationale, est également largement étudié, ainsi que des questions de politique publique. En abordant les articles dans les revues d'Education Physique et de Sociologie, nous apercevons que les écrits des agents possèdent une plus grande acceptation dans le premier domaine. Les agents publient dans leurs domaines de formation et de placement institutionnel, et la circulation de ces auteurs ne se produit pas souvent entre les différents domaines.

Mots-clés : Sociologie du Sport. Champ. Agents. Institutions. Brésil.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: COORDENADORES DE GRUPOS DE PESQUISA POR ESTADO	118
QUADRO 2: INSERÇÕES INSTITUCIONAIS DOS PESQUISADORES	122
QUADRO 3: NÚMERO DE PESQUISADORES DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE POR ESTADO	122
QUADRO 4: NÚMERO DE PESQUISADORES DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE POR INSTITUIÇÃO	123
QUADRO 5: NÚMERO DE PESQUISADORES POR ÁREA DE GRADUAÇÃO	125
QUADRO 6: NÚMERO DE PESQUISADORES POR ÁREA DE MESTRADO	128
QUADRO 7: NÚMERO DE PESQUISADORES POR ÁREA DE DOUTORADO	129
QUADRO 8: INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO DOS DOUTORES	131
QUADRO 9: TEMAS DAS PESQUISAS	157
QUADRO 10: ESTUDOS ESPECÍFICOS DO FUTEBOL	158
QUADRO 11: TEMAS ESPECÍFICOS DOS ESTUDOS DE POLÍTICA E ESPORTE	159
QUADRO 12: ESTUDOS ESPECÍFICOS DO VOLEIBOL	160
QUADRO 13: DISTRIBUIÇÃO DAS REVISTAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO QUALIS	174
QUADRO 14: REVISTAS E NÚMEROS CONSULTADOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	174
QUADRO 15: NÚMERO DE ARTIGOS POR PERIÓDICO – EDUCAÇÃO FÍSICA	175
QUADRO 16: TEMAS DOS ARTIGOS PUBLICADOS NOS PERIÓDICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA	176
QUADRO 17: DISTRIBUIÇÃO DAS REVISTAS DA SOCIOLOGIA NO QUALIS	178
QUADRO 18: REVISTAS E NÚMEROS CONSULTADOS DA ÁREA DE SOCIOLOGIA	178

QUADRO 19: NÚMERO DE ARTIGOS POR PERIÓDICO – SOCIOLOGIA	179
--	-----

QUADRO 20: TEMAS DOS ARTIGOS PUBLICADOS NOS PERIÓDICOS DA SOCIOLOGIA	180
---	-----

QUADRO 21: NÚMERO DE ARTIGOS PUBLICADOS POR ESTRATO	182
--	-----

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA QUE CONTEMPLAM A SOCIOLOGIA DO ESPORTE LOCALIZADOS POR ESTADO	114
GRÁFICO 2: NÚMERO DE PESQUISADORES POR ÁREA DE GRADUAÇÃO	127
GRÁFICO 3: NÚMERO DE PESQUISADORES POR ÁREA DE MESTRADO	128
GRÁFICO 4: NÚMERO DE PESQUISADORES POR ÁREA DE DOUTORADO	130
GRÁFICO 5: NÚMERO DE DOUTORES FORMADOS POR INSTITUIÇÃO	132
GRÁFICO 6: AGENTES FORMADOS EM INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E INTERNACIONAIS	133
GRÁFICO 7: DISTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS POR ANO	161
GRÁFICO 8: TOTAL DE DISSERTAÇÕES E TESES	162
GRÁFICO 9: DISTRIBUIÇÃO DAS DISSERTAÇÕES POR ANO	163
GRÁFICO 10: DISTRIBUIÇÃO DAS TESES POR ANO	164
GRÁFICO 11: DISSERTAÇÕES POR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	165
GRÁFICO 12: TESES POR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	166
GRÁFICO 13: DISSERTAÇÕES POR INSTITUIÇÃO	167
GRÁFICO 14: TESES POR INSTITUIÇÃO	168
GRÁFICO 15: NÚMERO DE ARTIGOS POR ANO – EDUCAÇÃO FÍSICA	177
GRÁFICO 16: NÚMERO DE ARTIGOS POR ANO - SOCIOLOGIA	182

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABL - Academia Brasileira de Letras

ALAS - Associação Latino-americana de Sociologia

ALESDE - Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBCE - Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte

CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise e Planejamento

CEDEC - Centro de Estudos de Cultura Contemporânea

CELAFISCS - Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CTC - Conselho Técnico Científico

DASP - Departamento de Administração do Serviço Público

ELSP - Escola Livre de Sociologia e Política

EPT – Esporte para Todos

FFCL - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FINEP - Agência Brasileira da Inovação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICES - Instituto Católico de Estudos Superiores

IDESP - Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Produtivo (IDESP)

INEP - Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

IUPERJ - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro

MEC – Ministério da Educação

PIMES - Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia

PUC / RJ - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

PUC/RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

PUC/SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

SNPG – Sistema Nacional de Pós-Graduação

UCB – Universidade Católica de Brasília

UEL – Universidade Estadual de Londrina

UEM - Universidade Estadual de Maringá

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFAM - Universidade Federal do Amazonas
UFERJ - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso
UFPE – Universidade Federal de Pernambuco
UFPEL - Universidade Federal de Pelotas
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria
UFV - Universidade Federal de Viçosa
UGF – Universidade Gama Filho
UMESP – Universidade Metodista de São Paulo
UNB - Universidade de Brasília
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
UNIB - Universidade de Brasília
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas
UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro-Oeste
UNIFAE – Centro Universitário Franciscano do Paraná
UNIMEP - Universidade Metodista de Piracicaba
UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos
UNIVERSO - Universidade Salgado de Oliveira
USP – Universidade de São Paulo
UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

MEMORIAL	17
1 INTRODUÇÃO	20
1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	32
2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DE ANÁLISE	38
2.1 O CAMPO ACADÊMICO-CIENTÍFICO: o espaço social da ciência	38
2.2 HABITUS: a gramática de ações	46
2.3 CAPITAL: questões objetivas e subjetivas	52
2.4 O <i>HOMO ACADEMICUS</i>	56
2.5 INTERDISCIPLINARIDADE	63
3. A SOCIOLOGIA DO ESPORTE NO BRASIL: UM CONTEXTO.....	68
3.1 SOCIOLOGIA	71
3.1.1 São Paulo	76
3.1.2 Rio de Janeiro	81
3.1.3 A Sociologia após a década de 1960	86
3.2 EDUCAÇÃO FÍSICA	89
3.2.1 influências médicas e militares: o movimento como forma de educação higiênica e disciplinar	98
3.2.2 A crise da década de 1980: em busca de identidade	106
4 A INSERÇÃO DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE NO ENSINO SUPERIOR	111
4.1 CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO NO BRASIL: a possibilidade de inserção da Sociologia do Esporte	111
4.2 OS GRUPOS DE PESQUISA EM SOCIOLOGIA DO ESPORTE NO BRASIL	117
4.3 A ÁRVORE GENEALÓGICA DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE NO BRASIL	119
5 A RELAÇÃO DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE PERANTE A EDUCAÇÃO FÍSICA E A SOCIOLOGIA	156
5.1 PUBLICAÇÕES: DISSERTAÇÕES, TESES E ARTIGOS	156
5.1.1 Dissertações e teses: 1987 a 2010	156
5.1.2 Artigos da Sociologia do Esporte: 1980 a 2010	170
5.2 SOCIOLOGIA DO ESPORTE: sua história a partir de suas teses .	188
6 CONCLUSÃO	195
REFERÊNCIAS	199

APÊNDICES	205
APÊNDICE 1 – CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO EM SOCIOLOGIA	205
APÊNDICE 2 – LINHAS DE PESQUISA QUE CONTEMPLAM A SOCIOLOGIA DO ESPORTE EM CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO EM SOCIOLOGIA	208
APÊNDICE 3 – CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	213
APÊNDICE 4 - LINHAS DE PESQUISA QUE CONTEMPLAM A SOCIOLOGIA DO ESPORTE EM CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA	215
APÊNDICE 5 – GRUPOS DE PESQUISA EM SOCIOLOGIA DO ESPORTE	223
APÊNDICE 6– PESQUISADORES DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE NO BRASIL	229
APÊNDICE 7 – ÁRVORE GENEALÓGICA DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE NO BRASIL	240
APÊNDICE 8 – DISSERTAÇÕES E TESES DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE	241
APÊNDICE 9 – PERIÓDICOS CONSULTADOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ..	254
APÊNDICE 10 – PERIÓDICOS CONSULTADOS DA SOCIOLOGIA	255
APÊNDICE 11– ARTIGOS PUBLICADOS DE 1980 A 2010	256

MEMORIAL

O pesquisador tem presente em sua análise todo seu percurso intelectual, suas leituras, preferências teórico-metodológicas e, portanto, acaba por exibir as marcas de sua trajetória no estudo que realiza. Sendo assim, informamos o leitor a respeito de nosso¹ percurso intelectual, através desse memorial.

Durante o curso de Educação Física, as disciplinas ligadas às Ciências Humanas foram as que mais me suscitaram questionamentos e contribuíram para a opção de realizar uma pesquisa de cunho etnográfico na monografia. Esse interesse e a ambição de seguir a carreira acadêmica me impulsionaram para a inserção específica na Sociologia do Esporte, primeiramente em uma matéria como aluna ouvinte, no programa de pós-graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná, e posteriormente, com a admissão no curso de mestrado em Sociologia, na mesma instituição. Tal trânsito entre as áreas foi possível devido à escolha do orientador, o Professor Wanderley Marchi Júnior, que pertence aos programas de pós-graduação de ambos os departamentos.

No estudo² desenvolvido nos dois anos do curso, concluído em 2009, procuramos perceber qual era o estado da arte das produções bibliográficas acerca do esporte, que utilizavam o viés sociológico. Para tal, elencamos duas importantes revistas nos campos da Educação Física (*Revista Brasileira de Ciências do Esporte*) e da Sociologia (*Revista Brasileira de Ciências Sociais*). Com o uso da análise de conteúdo, pudemos categorizar os artigos, ressaltando temas, matrizes teóricas utilizadas, objetivos dos artigos (descrição de uma realidade, análise de um objeto ou discussão teórica) e

¹ Utilizamos nesse memorial dois pronomes pessoais: eu e nós. Essa escolha se deu pelo fato de algumas experiências serem da trajetória acadêmica da autora, utilizando-se para isso a primeira pessoa do singular, e outras serem da trajetória tanto da autora como de seu orientador, para qual utilizamos a primeira pessoa do plural.

² FERREIRA, Ana Leticia Padeski. *O Estado da Arte da Sociologia do Esporte no Brasil: um mapeamento da produção bibliográfica de 1997 a 2007*. 2009. 269p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

aforma com que a matriz teórica foi utilizada (descritiva, superficial ou aprofundada) (FERREIRA, 2009).

Além dessas análises, pudemos perceber, através da coleta de dados e da nossa inserção no universo acadêmico, algumas interações entre os campos da Sociologia, Educação Física e Sociologia do Esporte. Nesse sentido, apontamos que a ausência de artigos na revista da Sociologia poderia ser um indicativo de disputas e tensões próprias do campo acadêmico, que envolvem questões de legitimidade do objeto de estudo e prestígio; ou, ainda, estar relacionada à inadequação das produções aos critérios de seleção da revista. Em contrapartida, a revista da Educação Física apresenta espaço para a publicação de artigos sobre a Sociologia do Esporte que, no entanto, não é presente em todos os números do periódico (FERREIRA, 2009).

Outras questões também foram levantadas. Notamos que a Sociologia do Esporte é uma área de estudo de recente constituição e que parece estar em um processo de consolidação perante a Educação Física, já que possui espaço institucional (a presença em programas de pós-graduação) e de publicações. Perante a Sociologia, por sua vez, aparenta sofrer um processo de emergência, já que ainda não se firmou como área de estudo consolidada e não possui tantas inserções sólidas no âmbito institucional e em periódicos (FERREIRA, 2009).

Destacamos também que a inserção na instituição e no grupo que desenvolvemos essa pesquisa é significativa. Tal grupo, juntamente com demais professores brasileiros e internacionais, participou da criação da Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte (ALESDE), de seus encontros e do estabelecimento de sua revista. Percebemos esse espaço institucional, um dos pioneiros a se ocupar dos estudos sócio-culturais do esporte na América Latina, concebido inicialmente pelo grupo de professores que participava dos encontros da Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS), especificamente no grupo temático *Deporte, esparcimiento y ocio*. Destacamos que é relevante que a primeira instituição latino-americana a tratar sobre o tema esporte, pelo viés das Ciências Humanas, tenha tomado suas primeiras formas no espaço da Sociologia.

A dinâmica do grupo de orientandos liderado pelo professor Wanderley, na Universidade Federal do Paraná, é também significativa. Nesse espaço, alunos de graduação em Educação Física, pós-graduação (mestrado e doutorado) em Educação Física e Sociologia, bem como os egressos dos programas de mestrado e doutorado debatem seus estudos, publicam seus textos em periódicos científicos, assim como organizam suas participações em eventos nacionais e internacionais. A busca por uma crescente produtividade e disseminação do conhecimento, bem como a internacionalização das pesquisas realizadas são alguns dos objetivos traçados, a fim de se estabelecer em uma posição favorável no campo acadêmico.

Com um estudo anterior, realizado nesse grupo de orientação, foi que me aproximei e me aprofundi na temática Sociologia do Esporte. Ao final da pesquisa, muitas questões foram levantadas acerca da constituição desse espaço de estudos, seus principais agentes e influências teóricas, que não foram possíveis de serem verificadas somente com os dados levantados na dissertação. Movida pela curiosidade e pela vontade de dar continuidade à carreira acadêmica, propus em 2009 o presente estudo e prestei o processo seletivo do doutorado em Sociologia na Universidade Federal do Paraná.

Através do processo de leituras, frequentes discussões no grupo de orientação, coleta de dados e análise, elaboramos a tese que apresentamos a seguir.

1 INTRODUÇÃO

Ele está na televisão, na revista, nas redes sociais, nos *outdoors*, na economia, na política, na justiça, na educação e na religião. Faz parte do tempo livre, mobiliza multidões que se deslocam a estádios, arenas, campos – reais ou virtuais; altera infraestruturas, cidades; cria demandas por produtos; é espetáculo e profissão.

Esse objeto de estudo, o esporte, tem suscitado nas últimas décadas a curiosidade dos pesquisadores de várias áreas, dentre elas a Sociologia. Com maior visibilidade a partir da década de 1970, o tema atraiu interesse por suas relações mercadológicas, políticas, sociais, econômicas, midiáticas, dentre outras. Com esse cenário favorável, as pesquisas sobre o esporte, sob um olhar sociológico, tiveram um significativo crescimento na década de 1990 (TOLEDO, 2001).

Pesquisadores envolvidos com a temática se propuseram a apresentar e analisar esse espaço de discussão do esporte, sendo esses estudos iniciativas pioneiras. Elencamos a seguir algumas pesquisas que trazem possibilidades de abordagens da Sociologia do Esporte.

Magnane (1969) apresenta o esporte como um elemento presente na vida dos indivíduos e passível de análise sociológica. Em uma abordagem geral, o autor apresenta esse objeto em contextos diversos, tais como: uma atividade de lazer e suas relações com o trabalho, a popularidade do esporte como um espetáculo e suas relações com os espectadores. A seguir são apresentadas várias incursões de análises.

Betti (1989), posteriormente, delineia em seu artigo, com diversos exemplos, o que é a Sociologia do Esporte, sugerindo que a área procura desenvolver formas de explicar teoricamente as ações desenvolvidas no campo esportivo, bem como os valores, a estrutura e a função das instituições que se ligam a esse fenômeno, salientando a dimensão do esporte que vai além da técnica e da ação motora.

Helal (1990) também contribui para as pesquisas sobre o tema. No livro *O que é Sociologia do Esporte?*, como sugere o título, o autor procura definir sobre o que trata essa área de estudo. O esporte é apresentado como um tema recorrente no cotidiano e com a possibilidade de ser concebido

como um fato social, mesmo que as Ciências Sociais não o abordem com tanta frequência. O autor também conceitua o esporte, diferenciando-o da brincadeira e do jogo, além de apresentar duas categorias que são próprias do fenômeno esportivo moderno: a secularização e a racionalização.

Por sua vez, Bracht (1997) define o esporte como um objeto sociológico. Em seu livro *Sociologia Crítica do Esporte*, o estudioso apresenta algumas das diversas escolas e teóricos das Ciências Sociais, a saber: Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin, Michel Foucault, Pierre Bourdieu e o Marxismo, utilizando-os para a análise do esporte.

Outro estudo que contribui para o delineamento da Sociologia do Esporte é o de Toledo (2001). Tal pesquisa apresenta uma trajetória do esporte, em especial do tema futebol, nas Ciências Sociais no Brasil. O autor elenca os primeiros textos sobre tal objeto, que remetem à década de 1970, e o período de sua maior publicação, a década de 1990.

Na América Latina, os contornos da Sociologia do Esporte, de acordo com Lovisolo (2006), tiveram características coletivistas – concepção segundo a qual a realidade social é autônoma e superior às ações individuais –, conceito que engloba a crítica a essa forma opressora de realidade social. Tais influências foram presentes nos autores da Sociologia do Esporte até a década de 1980, baseados nos estudos da Escola de Frankfurt³. O esporte era considerado um meio de alienação e distanciamento dos interesses emancipatórios dos dominados, ou seja, analisado através da categoria poder. A partir da década mencionada, uma visão romântica passou a orientar os estudos e o esporte foi considerado, a partir de então, como uma forma de arte. Tal cenário é ainda tensionado, quando Lovisolo (2006) coloca em pauta a disputa presente no campo da Educação Física entre os estudos das Ciências Humanas e os das Ciências Biológicas.

Prosseguindo com as pesquisas que nos auxiliam a estabelecer um panorama da Sociologia do Esporte no Brasil, destacamos o estudo de

³Grupo de cientistas sociais alemães que perdurou da década de 1920 a década de 1960. Seu trabalho se concentrava nas críticas à vida sob a organização social colocada pelo capitalismo e as formas predominantes de explicá-la (JOHNSON, 1997). Para mais informações, conferir ORTIZ, R. *A escola de Frankfurt e a questão da cultura*. Disponível em:

<http://www.piratininga.org.br/images/ORTIZ_Renato_A_ESCOLA_DE_FRANKFURT_E_A_QUESTAO_DA_CULTURA.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2013.

Marchi Júnior e Cavichioli (2008). Nele, os pesquisadores apresentam uma intenção de diagnóstico dos trabalhos que versam sobre a temática, sugerindo uma forma de realizar esse trabalho de busca e classificação de tais obras, elencando as concepções, perspectivas e objetos de estudo dessas pesquisas.

Nesse sentido, o primeiro capítulo do livro de Murad (2009) também compõe o cenário do campo da Sociologia do Esporte, explicitando a relação da área da Sociologia, em que realizou sua formação, com a de Educação Física. Também é abordado o crescente interesse pelo estudo do esporte, dada a sua aproximação com as esferas social, econômica e política, por exemplo.

Medeiros e Godoy (2009) contribuem para nossa compreensão do campo da Sociologia do Esporte, ao realizarem o estudo em que mapeiam os artigos publicados na *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, no período de 1979 a 2007. As autoras selecionaram as pesquisas que referenciaram as obras de Pierre Bourdieu e Norbert Elias, verificando como esses dois sociólogos, que forneceram subsídios para a análise do esporte, foram utilizados nos textos selecionados, a partir da análise de conteúdo.

Complementando nossa visão sobre as relações estabelecidas pela Sociologia do Esporte com outras áreas, destacamos o estudo de Gastaldo (2010), que se propõe a abordar a configuração política das pesquisas de cunho sociológico sobre o esporte, em três áreas específicas: Comunicação, Ciências Sociais e Educação Física. O autor corrobora com a premissa dos demais estudiosos de que a incursão do esporte nas Ciências Sociais é recente e afirma que o campo acadêmico daí derivado data do início da década de 1980. Para ilustrar tal fato, o estudioso elenca uma série de dados, tais como grupos de pesquisa, grupos de trabalho e associações.

O artigo de Souza e Marchi Júnior (2010) complementa o cenário posto nessa introdução, ao traçar um panorama histórico e sociológico da Sociologia do Esporte no cenário mundial. Especificamente sobre o cenário brasileiro, os autores sugerem três vias de desenvolvimento do referido campo: a Sociologia do Futebol, a Teoria Crítica do Esporte e a História das Práticas Esportivas, elaborando um contexto geral que explicita as principais vertentes teóricas, bem como os autores nelas envolvidos.

Assumpção *et. al.*(2010) contribui para o delineamento da Sociologia do Esporte, com o texto que aponta alguns dos temas tratados por essa área de estudo. Temáticas como a compreensão do papel e da função do esporte na sociedade moderna; o consumo de práticas esportivas; o surgimento e difusão de esportes em diferentes sociedades; as relações de gênero no espaço esportivo; as questões étnicas e raciais; desigualdades sociais e o esporte; a influência da mídia sobre o esporte e vice-versa, dentre outros objetos, são preocupação dos pesquisadores da área.

Ao analisar o cenário da América Latina, no início de sua produção sobre a Sociologia do Esporte e retomando suas considerações no momento atual, Alabarces (2011) nos permite perceber as mudanças que esse objeto de estudo sofreu: de um tema marcado pela pouca legitimidade e pela ausência de publicações outrora, atualmente possui um número representativo de pesquisadores nos países latino-americanos e conta com uma produção de crescente quantidade e qualidade. O autor também ressalta a aproximação da área com as Ciências Humanas, o que contribuiu para essa modificação na concepção do objeto e do nicho de pesquisa.

Dado este panorama, podemos perceber a polissemia do esporte. Em um estudo prévio, apresentado no memorial, partimos da concepção de que o esporte é um objeto que vem ganhando visibilidade na sociedade atual. Dunning (1999) destaca a percepção da relevância do esporte na sociedade, quando apresenta alguns indicativos, quais sejam: a atenção despendida ao esporte na mídia de massa; os montantes de dinheiro público e privado gastos; o comércio e a propaganda envolvidos com o tema; o número de pessoas que praticam ou assistem a alguma modalidade regularmente; os sujeitos que possuem um vínculo empregatício baseado no esporte; o uso abundante de metáforas esportivas em outros círculos sociais, como a política e a economia – o que indica a ressonância emocional e simbólica do fenômeno esportivo. Também apresentamos o esporte como uma forma de leitura da realidade, um meio de explorar as propriedades das relações sociais, exemplificando com estudos de Bourdieu (1990), que utiliza o esporte como um modo de vislumbrar a distinção entre as classes.

Sugerimos na ocasião que, embora seja visível esta importância do esporte na sociedade, a Sociologia parecia não concebê-lo como um objeto

de relevância para seus estudos. Dunning (1999) reforça tal afirmação, quando sugere que o esporte pode se caracterizar como objeto de estudo em pelo menos três formas, sendo um assunto de importância por si só, um tópico da Sociologia do Lazer, ou ainda um tema incluído em subdivisões de assuntos tradicionais, como Educação e Gênero. No entanto, o que se encontrou no cenário acadêmico, no momento em que a obra foi publicada, foi uma situação em que o esporte era “virtualmente ignorado”.

Essa predileção por temas considerados relevantes em detrimento do Esporte mostrava-se muitas vezes pautada na diferenciação que a Sociologia estabeleceu, entre os aspectos sério e racional da vida – como a Política e a Economia –, em oposição aos aspectos irracionais e inconscientes, como o Lazer. O Esporte estaria incluído na segunda definição e, portanto, fora do leque dos temas passíveis de serem escolhidos para a análise sociológica. Elias e Dunning (1992) afirmam que alguns sociólogos da sua época não abordaram o Esporte por não conseguirem distanciar-se dos valores dominantes e dos pensamentos característicos das sociedades ocidentais, para terem a capacidade de compreender o significado social deste fenômeno, sua ligação com outras esferas da sociedade, dentre outras formas de abordagem deste objeto de estudo, que é ignorado pelas teorias convencionais. Deste modo, na concepção dualista e reducionista da sociedade ocidental, o Esporte é concebido como algo vulgar, uma atividade de Lazer, área esta que também é afetada pelo pensamento citado anteriormente, como algo voltado para o prazer, que envolve mais o corpo do que a mente e não possui valor econômico.

Marchi Junior e Cavichioli (2008) contribuem para a discussão quando afirmam, em um breve panorama do início da Sociologia do Esporte, que poucos sociólogos se aventuraram com um objeto considerado anódino e destacam, em consonância com os demais autores citados, que o esporte situou-se academicamente em uma posição periférica, no que concerne à constituição dos objetos de estudo relevantes no campo das Ciências Sociais. O fenômeno era tratado em níveis inferiores de representatividade científica, quando comparado a estudos sobre a produção material e os conflitos sociais. Os autores também afirmam que, com a autonomia e o crescimento institucional conquistados pelas Ciências Sociais, o esporte

ganha uma maior legitimidade científica, passando a ser tema central de disciplinas, análises históricas, antropológicas e sociológicas. Assim, o objeto de estudo assume uma complexidade que possibilita o uso de inúmeras perspectivas de análise e matrizes teóricas.

Com o amadurecimento das análises e discussões sobre essa falta de interesse dos pesquisadores das Ciências Sociais, percebemos que não é somente o fator de legitimidade do objeto de pesquisa que faz com que o Esporte seja abordado somente por uma parte dos intelectuais. O momento social em que os autores reportam essa falta de interesse pelo objeto esporte é de suma importância, pois outros fatos estavam em destaque na sociedade, suscitando maior interesse para pesquisas científicas do que objetos menos visíveis e problematizados nesse contexto. Assim, outras forças e disputas presentes nos campos acadêmicos da Sociologia e da Educação Física se fazem sentir, dando maior complexidade o quadro que se delineia.

Com base no exposto, algumas questões nos inquietam. A primeira delas é se existe um movimento de reposicionamento do esporte na hierarquia dos objetos de estudo da Sociologia, devido à maior visibilidade na sociedade e relações que estabelece com esferas tradicionalmente estudadas por esta última área, alterando sua posição de um objeto que não suscitava interesse para uma mais prestigiosa; ou seja, de um problema social para um problema sociológico, que recebe tratamento científico, que realiza o movimento de se afastar das pré-noções, a fim de realizar sua análise (BOURDIEU, 2004). Também nos perguntamos sobre qual é o estado da Sociologia do Esporte perante a Educação Física e a Sociologia? Como estes campos se inter-relacionam? Quais são as disputas envolvidas e quais são as condições de produção científica da Sociologia do Esporte no Brasil?

Com o conhecimento de estudos prévios e leituras realizadas, delineamos o seguinte cenário, ainda que preliminar. O esporte no Brasil tem se evidenciado e vem sendo solicitado por diversos campos nas últimas décadas. A espetacularização de competições, o uso que a mídia faz do esporte para a venda de seus produtos e vice-versa, o enfoque social dado à prática em programas governamentais, a profissionalização, a realização de eventos de grande porte, dentre outros fatores são exemplos dessa situação.

Com essas novas incursões do esporte em diversas esferas sociais e devido a uma aproximação com as Ciências Humanas, surgiu a possibilidade de analisar tais fatos através desse olhar específico. Os pesquisadores interessados pela temática – provenientes de diversas áreas, sendo a maior parte da Educação Física – buscaram na Sociologia, Antropologia e História referenciais pertinentes para a análise do objeto em questão.

Esses estudiosos, motivados pela proximidade que possuem com o esporte, iniciam a produção de pesquisas específicas sobre o fenômeno. A Sociologia, num momento inicial, não concebe o esporte como um objeto de relevância em sua hierarquia de temas de pesquisa. O tema é concebido como um problema social e não como um problema sociológico, pois o lugar que ele ocupa na sociedade não suscitou tal reposicionamento.

Os trabalhos que abordam o tema citado passam a se multiplicar com o tempo e, concomitante com uma presença mais marcante do Esporte na sociedade, atraem a atenção da comunidade acadêmica, passando assim a configurar um problema sociológico. As inserções institucionais em pós-graduações seguem esse período de multiplicação de estudos, visto que os pesquisadores da temática buscam conquistar a legitimidade e consagração desse novo nicho que se delineia. Todavia, uma inserção como disciplina em ambas as áreas parece não ser tão simples assim.

O posicionamento do esporte na sociedade e, conseqüentemente, nas Ciências Sociais contribuiu para a reticência da Sociologia em relação à Sociologia do Esporte, já que a visão de mundo dos agentes do campo esportivo se pauta na formação e em ações muito diversas das de um sociólogo. A inserção efetiva no campo da Sociologia seria dificultada por uma inadequação do *ethos*⁴ e do *habitus*⁵ dos pesquisadores da Sociologia do Esporte. Apesar de compreender o campo sociológico e apreender o seu *habitus*, o sociólogo do esporte não foi formado nesse campo e, dessa forma,

⁴ *Ethos*, para Bourdieu (1983), se configura como uma dimensão ética que se refere a um conjunto sistemático de princípios práticos, não necessariamente conscientes. Esse conceito será aprofundado na seção do referencial teórico-metodológico de análise.

⁵ O *habitus* se configura como um sistema de disposições, adquirido pela aprendizagem que atua como um sistema de esquemas geradores (BOURDIEU, 1983). Esse conceito será aprofundado na seção do referencial teórico-metodológico de análise.

não possui a compreensão que o sociólogo tem de seu próprio espaço social e do jogo que nele se desenrola.

No campo da Educação Física, os sociólogos do esporte dividem o espaço com os estudos de caráter biológico do tema, que se apresentam em maior número, se comparados aos estudos das Ciências Humanas. Isso causa uma série de embates como a disputa por espaços institucionais, prestígio, investimentos para pesquisa e eventos, publicações, etc. Essa concorrência dificultou que a Sociologia do Esporte se firmasse como um subcampo da Educação Física, fazendo com que esse fosse percebido como um espaço social em consolidação.

Esse cenário contribuiu para que os agentes envolvidos com a Sociologia do Esporte sentissem a necessidade de criar meios para estabelecer estratégias de legitimação, consagração e visibilidade de seus trabalhos, bem como de constituição de autoridade e reconhecimento acadêmico para os agentes envolvidos, o que acabou se convertendo em um espaço de concorrência próprio. Isso ocorreu como uma forma de se atender às demandas e se estabelecer no campo acadêmico e científico através da criação de associações, grupos de estudos, espaços ligados a instituições de ensino superior, periódicos. Tais fatores permitiram o intercâmbio de informações e estudos conjuntos, contribuindo para a consolidação do *locus* da Sociologia do Esporte.

Como um campo, a Sociologia do Esporte recebe uma série de influências e é dependente de determinados espaços sociais. Na Educação Física, é afetada pelas diversas correntes de estudos (pedagógicos, marxistas, tecnicistas, etc.) e pelas disputas políticas detectadas dentro desse campo. Na Sociologia, por sua vez, também é influenciada pelas teorias sociológicas que adentraram o país. Percebemos que o campo da Sociologia do Esporte não possui tanta autonomia quanto as já consolidadas áreas da Educação Física e Sociologia, mas as influencia, mesmo que em menor grau.

Tal característica, comum a todos os campos, é particularmente perceptível naqueles de formação recente, influenciados pelos espaços

sociais ao seu redor, dada a pequena capacidade de refração⁶. O caráter recente de suas instituições ainda depende dos campos da Sociologia e da Educação Física para manter sua continuidade, dos lugares para discussão e publicação existentes atrelados às duas áreas mencionadas, bem como das inserções em programas de pós-graduação.

Partindo do cenário apresentado, propomos a pergunta central dessa tese: *Qual a especificidade do campo acadêmico-científico da Sociologia do Esporte no Brasil?*

Entendemos como campo acadêmico-científico o espaço social em que se produz conhecimento e se formam futuros profissionais, ou seja, conjuga as atividades de pesquisa e docência. Visto que a carreira de pesquisador nas universidades brasileiras parece estar atrelada à docência no ensino superior, decidimos utilizar essa definição para explicitar a abordagem de ambas as funções. Tal denominação encontra respaldo no artigo 207 da Constituição Federal, que preconiza a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão nas universidades, diferindo de outras formas de ensino superior, como os centros universitários (BRASIL, 1996). Starepravo (2011) ressalta que esse espaço social se apresenta como um locus de relações entre os agentes que, nesse caso, são imbuídos da tarefa de produzir o conhecimento científico. O autor ainda sugere que, apesar de no Brasil perceber-se com mais ênfase a ideia da academia, admite-se o campo como acadêmico e científico, uma vez que a produção é científica e o ambiente onde ela é produzida é acadêmico. Essa concepção coaduna com a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão colocados anteriormente. Por fim, Starepravo (2011, p. 59) define o campo acadêmico e científico como “[...] o lócus onde ocorrem práticas institucionalizadas de produção do conhecimento, que envolve sobretudo a idéia de universidade”.

Ressaltamos que a trajetória dessa nova área de pesquisa foi delimitada à influência de dois campos: da Educação Física e da Sociologia, procurando dimensionar a Sociologia do Esporte a partir da retomada dos

⁶ Refração é um tipo de mediação que o campo realiza, retraduzindo sob uma forma específica as pressões e demandas externas, fazendo com que elas se adequem ao campo. Tal mediação está diretamente ligada ao grau de autonomia de um campo. Assim, quanto mais autônomo for o campo, maior será seu poder de refração, fazendo com que as imposições externas tornem-se transfiguradas, a ponto de se tornarem irreconhecíveis. (BOURDIEU, 2004).

estudos e lógicas acadêmico-científicas caras a esses campos. Essa escolha foi realizada por notarmos um número significativo de pesquisadores da Educação Física e da Sociologia, que abordam o tema esporte em seus estudos (FERREIRA, 2009), bem como pela nossa inserção nesses dois campos. Porém, reconhecemos que diversas outras áreas também compõem e influenciam essa constituição⁷.

Segundo nossa percepção do campo, aliada aos referenciais teóricos e estudos sobre essa área de conhecimento, podemos delinear a seguinte hipótese.

O processo de constituição do campo acadêmico-científico toma uma forma e direção específicas, devido a uma dependência teórica em relação à Sociologia e pelo reconhecimento do esporte como um objeto de estudo, emergente na Educação Física e na Sociologia, quando este assume a forma profissional e espetacularizada. Vale lembrar que o esporte ganhou mais visibilidade, passando a ser significativo na sociedade em que estava inserido e, mais tarde, sociologicamente não somente por ser estudado pela Sociologia do Esporte, mas também devido a sua ligação com o mundo do trabalho. Sendo assim, tanto o campo como seus agentes e estruturas possuem uma especificidade que não corresponde às características exclusivas da Sociologia, ou da Educação Física, mas agregam características de ambas as áreas.

Canclini (2000), ao estudar a questão da coexistência da modernidade e do tradicional na América Latina, aponta que ambas as formas de organização social coexistem na atualidade, não sendo identificada uma ruptura da organização tradicional para a moderna. Sendo assim, as duas coexistem e se modificam. Para a análise desse movimento, o autor forja o conceito de hibridação, processo esse que resulta em mesclas interculturais que não correspondem ao tradicional, mas também não são completamente modernos: são sim uma mistura de ambos que resulta em uma terceira forma de organização. Essas mesclas necessitam, para serem analisadas, de

⁷Para mais informações sobre as demais áreas do conhecimento que influenciam a Sociologia do Esporte conferir Ferreira (2009).

“ciências sociais nômades” (CANCLINI, 2000, p. 19), a fim de interligar os diversos pavimentos da cultura – popular, culta e massiva.

Munidos do conceito de Canclini (2000), podemos considerar então que a Sociologia do Esporte se apresenta como a mescla de duas áreas de conhecimento – a Sociologia e a Educação Física –, mas que não se iguala a nenhuma delas, pois possui características de ambas, mescladas em uma terceira forma.

Fundamentados no escopo de elementos do campo da Sociologia do Esporte, consideramos que os agentes não possuem a plena noção da história do seu campo, o que afeta as ações realizadas no jogo acadêmico-científico. Utilizando uma citação de Bourdieu (1983), sobre a profissão de filósofo⁸, podemos pensar que: ser sociólogo do esporte é dominar o que deve ser dominado na história da sociologia do esporte, para saber agir como sociólogo do esporte, num campo da sociologia do esporte. Desse modo, se faz necessário um estudo que apresente e analise esses dados, permitindo que o agente comece a ter domínio dos fatos e forças que movem o campo em que está inserido, podendo atuar de forma a atingir seus interesses.

Destacamos, também, a necessidade de vislumbrar a totalidade da produção de uma determinada área, perceber os rumos tomados e o trajeto realizado pela disciplina. Nesse ponto, Weber (2004) nos auxilia, ao denotar a dinâmica do conhecimento científico. O autor afirma que o trabalho científico está conectado com o progresso. De cada estudo acabado surgem novas indagações e, sendo assim, as obras acabam por ser ultrapassadas. Um cientista espera que sua obra seja um ponto de partida que leve a ciência adiante. Visto esse ciclo de constante superação, faz-se necessário que conheçamos as origens das obras da Sociologia do Esporte, que nos auxiliam a construir o processo de constituição de um campo acadêmico-científico.

Vários agentes declaram que a disciplina Sociologia do Esporte é de uma constituição recente, que essa área tem se desenvolvido qualitativa e quantitativamente e que vem conquistando espaço no âmbito acadêmico. No

⁸ A citação mencionada é a seguinte: “Ser filósofo é dominar o que deve ser dominado na história da filosofia para saber agir como filósofo num campo filosófico” (BOURDIEU, 1983, p. 93).

entanto, existe uma carência de estudos que comprovem tais afirmações. Com isso, não queremos desqualificar a fala dos agentes, já que ela é um indicativo do que ocorre no campo, pelo viés dos que são envolvidos direta e diariamente com o campo. Mas se faz necessário um estudo que comprove ou não tais afirmações e também analise os “porquês” desses movimentos. Para cumprir com esse intento, temos que romper com as primeiras impressões, sempre parciais e arbitrárias – nesse caso, a fala dos agentes que é proferida de um espaço definido no campo, atrelado a um montante de capital específico que ele possui –, e romper com as “teorias semi-eruditas” (BOURDIEU, 2004, p.43) que contém somente um ponto de vista sobre campo, dentre os vários possíveis.

Bourdieu (2004, p. 44) complementa tal pensamento quando afirma:

É assim que a análise científica de um campo [...] pode, à primeira vista, parecer muito próxima das representações que os agentes produzem, especialmente para as necessidades da polêmica contra seus concorrentes. A diferença, no entanto, é radical: de fato, às objetivações parciais e interessadas dos agentes engajados no campo, opõe-se a objetivação do campo como um conjunto de pontos de vista (no duplo sentido de visões configuradas com base num ponto do campo e em posições dos campos a partir das quais essas visões interessadas se configuram) que implica tomar distância com relação a cada um dos pontos de vista particulares, cada uma das tomadas de posição, comumente críticas.

Desse modo, entendemos que é necessário um estudo que realize uma análise do campo acadêmico da Sociologia do Esporte, a fim de explicitar seu funcionamento, idiosincrasias e dar um passo além dos diversos pontos de vista dos agentes.

Portanto, para a realização dessa pesquisa, propomos como objetivo geral explicitar a especificidade do campo acadêmico-científico da Sociologia do Esporte no Brasil. Os objetivos específicos consistem em: contextualizar a Sociologia do Esporte no Brasil; mapear agentes, correntes teóricas, produções e instituições ligados à Sociologia do Esporte; e analisar a especificidade do campo acadêmico-científico da Sociologia do Esporte, em especial as relações estabelecidas entre agentes e instituições.

O início deste recorte temporal, que se inicia em 1980 e se encerra em 2010, foi estabelecido devido à importância que a institucionalização tem

para o campo acadêmico científico. Essa inserção marca a materialização de várias iniciativas isoladas de agentes ou grupos e a conquista de um espaço, o que contribui para a constituição desse campo. Encerramos tal recorte em 2010, visto a necessidade de coletar dados em diversas bases de busca, que nem sempre são atualizadas em tempo hábil para agregar as informações e analisá-las.

1.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fim de mapear um determinado campo, acreditamos ser necessária uma visão ampla sobre os fatos, para escapar das armadilhas que um olhar míope acerca do mundo social pode fornecer. Como ponto de partida dessa pesquisa, selecionamos os preceitos de Mills (1965), mais especificamente seu conceito de *imaginação sociológica*, que nortearam a realização do estudo. Essa premissa, segundo o autor, seria uma qualidade que permite perceber com lucidez o que ocorre no mundo e dentro do próprio pesquisador, sem se prender nas suas preocupações pessoais e imediatas. A apreensão de um panorama geral, nos termos colocados acima, possibilita a fuga do cárcere dos fatos ditos cotidianos e de certa forma naturalizados, mas que na verdade não o são, possibilitando a percepção de novas situações e peculiaridades dos fatos pesquisados. Assim, é possível compreender um cenário histórico mais amplo, em termos individuais e coletivos.

Outra característica da imaginação sociológica, bastante pertinente para esta pesquisa, visto que serão abordadas as relações entre três espaços sociais, é a capacidade de transitar entre vários campos, passar por diferentes perspectivas e perceber as relações existentes entre elas (MILLS, 1965). Dessa forma, podemos construir um mapeamento de uma determinada área de estudo, pois essa não se limita a uma temática ou disciplina.

A seguir, apresentaremos os procedimentos metodológicos que nos auxiliaram na coleta e tratamento dos dados. O primeiro trata da abordagem das obras selecionadas: o estudo do estado da arte.

Por estado da arte compreendemos uma pesquisa de caráter eminentemente bibliográfico, que se propõem a mapear e discutir a produção de uma determinada época e área. Sua metodologia é de caráter descritivo da produção científica, à luz de categorias que permitam explicitar características dos trabalhos individuais e do conjunto completo do levantamento. Este tipo de pesquisa tem proliferado desde a década de 1980 e é motivada pela sensação de não conhecimento acerca da totalidade da produção científica de uma determinada área, que apresenta um crescimento quantitativo e qualitativo (FERREIRA, 2002), como é o caso da Sociologia do Esporte. Percebemos esse processo de mapeamento como um passo para o desenvolvimento dessa área em consolidação, pois as relações colocadas e até mesmo novas possibilidades de reflexão podem ser explicitadas.

Portanto, trata-se de um levantamento de produções sobre uma área, o que poderia se qualificar em uma revisão bibliográfica. Todavia, o tratamento dedicado a estes dados difere desta etapa de pesquisa, pois os dados levantados foram analisados à luz do referencial teórico-metodológico de Pierre Bourdieu.

Outra ferramenta metodológica que nos auxiliou na coleta de dados é a análise de conteúdo. Esta metodologia, segundo Bardin (1977), consiste em uma gama de instrumentos metodológicos em constante aperfeiçoamento. Apesar dessa grande adaptabilidade, tais instrumentos seguem uma hermenêutica controlada, fundada na dedução.

A tarefa de desocultação, presente nesse tipo de pesquisa, exige por parte do pesquisador uma vigilância com o rigor científico. Para tal, devemos nos munir de instrumentos e critérios. Assim, não seremos levados pela “ilusão da transparência” dos fatos sociais, procurando evitar a compreensão espontânea. Esta “vigilância crítica” exige uma metodologia e os instrumentos se tornam mais úteis conforme o grau da proximidade do pesquisador aumenta (BARDIN, 1977, p. 29).

Essa ferramenta metodológica possui duas funções práticas: uma heurística, que enriquece a tentativa exploratória, que aumenta as possibilidades de uma descoberta; e uma função de administração da prova, na qual se formulam hipóteses que servem como diretrizes (BARDIN, 1977). Ambas as funções contribuem para que a vigilância crítica seja contemplada,

sem restringir as possibilidades de perceber novas conexões. Para proceder com tal tipo de estudo, Bardin (1977) sugere as seguintes etapas:

O primeiro passo da organização da análise, a pré-análise, tem como objetivo operacionalizar e sistematizar as ideias iniciais em um plano que é flexível – pois permite a inclusão de novos procedimentos durante o processo – e preciso. Essa primeira fase é composta de três objetivos: a escolha dos documentos a serem analisados, a formulação das hipóteses e objetivos, além da elaboração de indicadores para fundamentar a interpretação final (BARDIN, 1977).

A escolha do material no caso desta pesquisa foi determinada a partir dos objetivos da mesma – elencar o que vem sendo produzido no âmbito acadêmico da Sociologia do Esporte, no período de 1980 a 2010 –, pois fornecem as informações necessárias para responder nosso questionamento central (BARDIN, 1977). As obras mapeadas são as teses e dissertações defendidas, além de periódicos nacionais classificados como A1 a B2 na classificação Qualis⁹, devido a sua importância e impacto no campo científico brasileiro.

A leitura flutuante, que consiste na segunda fase da pré-análise, consiste nos primeiros contatos com o material empírico. Esta pode ser realizada sem critérios definidos e parcialmente organizada, o que permite a formulação de hipóteses provisórias (BARDIN, 1977). Realizamos esta leitura com base nos seguintes critérios: os trabalhos selecionados deveriam constar no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); estar publicados em periódicos brasileiros tanto da Sociologia como da Educação Física; tratar do esporte através de uma leitura embasada em teorias sociológicas, com enfoque nas relações entre agentes, grupos de agentes e instituições; e, por fim, deveriam ser de autoria de pesquisadores brasileiros.

⁹ A avaliação Qualis consiste em uma lista de periódicos utilizados para a divulgação da produção intelectual dos programas de Pós-graduação. Estes periódicos são classificados quanto ao âmbito de circulação, sendo eles locais nacionais e internacionais, e quanto ao impacto de tais publicações, aos quais são atribuídos os conceitos A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C. Este índice fundamenta o processo de avaliação do Sistema Nacional de Pós-graduação. Utilizamos nesse trabalho a avaliação Qualis vigente até o ano de 2010.

Após estes passos, determinamos o *corpus*, ou seja, o conjunto de documentos a serem analisados. Bardin (1977) sugere alguns parâmetros a serem descritos a seguir.

O primeiro deles é a regra da exaustividade: levantar todos os documentos que estão contidos no *corpus* e justificar a ausência dos documentos não abordados. Julgamos pertinente abordar as teses e dissertações, pois tais produções refletem características das linhas de pesquisa e instituições em que estão inseridas, bem como as matrizes teóricas utilizadas. Os artigos, por sua vez, são considerados pesquisas mais sucintas e refletem as tendências atuais do cenário da Sociologia do Esporte, fato que justifica a sua escolha para delinear o campo em questão. Não elencaremos os livros que tratam sobre a temática, devido à dificuldade de localização de algumas dessas obras; ao fato dessas obras invariavelmente decorrerem da publicação de teses ou se tratarem de coletâneas de pesquisas realizadas; e à delimitação do *corpus*, devido ao excesso da amostra.

O segundo é a regra da representatividade, que preconiza que a amostra a ser analisada deve ser uma parte representativa do universo inicial: os periódicos selecionados deveriam estar publicados em periódicos de impacto de ambas as áreas, de acordo com sua classificação Qualis. As dissertações e teses deveriam constar no banco de teses da CAPES e foram considerados todos os estudos, dada a importância das mesmas para a descrição do campo.

O terceiro parâmetro é a regra da homogeneidade, que estabelece que a seleção dos documentos deve ser precisa e obedecer a critérios específicos: nesta pesquisa foram mantidos os parâmetros utilizados na pré-análise e os complementamos, a fim de realizar um levantamento de dados mais apurado, que permite uma análise mais rica em detalhes. São eles: artigos devem estar publicados nas revistas selecionadas, no recorte temporal proposto. Deve ser um artigo, excluindo-se outros textos contidos nestas publicações, como cartas, resenhas e editoriais. Também abordamos as dissertações e teses publicadas no período delimitado. As contribuições

devem abordar o esporte¹⁰ como tema central. Devem apresentar uma abordagem sociológica sobre o tema, que no entanto, pode ser concomitante com outras áreas das Ciências Humanas, como por exemplo a Antropologia e a História. E, por fim, o texto deve ser de autores brasileiros.

O quarto parâmetro é a regra da pertinência, que preconiza que os documentos selecionados devem ser adequados à pesquisa: neste quesito selecionamos periódicos brasileiros, nos quais existia a possibilidade de publicação de trabalhos abordando a Sociologia do Esporte¹¹, bem como as teses e dissertações sobre o tema. Assim, acreditamos que as obras elencadas adéquam-se à pergunta problema e aos objetivos do presente projeto de pesquisa.

Consideramos como pesquisas da Sociologia do Esporte os estudos que contemplam a análise – através do referencial teórico da Sociologia – da relação entre indivíduo e sociedade, suas contextualizações problematizadas, e que estejam ligados ao tema esporte.

Depois de completados estes passos metodológicos, seguimos para a exploração do material, uma fase mais operacional, em que é aplicado o plano elaborado na pré-análise. Nessa, está compreendida a análise dos textos baseados em categorias, ou seja, a classificação dos elementos constitutivos do material empírico em conjuntos, através de critérios estabelecidos previamente (BARDIN, 1977). Para esta classificação, realizamos a leitura dos resumos das pesquisas e artigos, devido ao número de trabalhos levantados.

A categorização, próximo passo metodológico descrito pela autora, consiste em duas etapas: o inventário – processo de isolar os elementos que se pretende analisar – e a classificação – ato de organizar os elementos previamente selecionados. Devemos levar em consideração a totalidade do

¹⁰Dada a necessidade de estabelecer o significado da palavra esporte e sabendo dos riscos de reduzir um fenômeno polissêmico (BETTI, 1998), adotamos a seguinte “síntese conceitual”: atividades físicas construídas e determinadas por elementos históricos, sociais e culturais em processo de profissionalização, mercantilização e espetacularização que não se restringe somente às modalidades institucionalizadas (COAKLEY, 2010; MARCHI JUNIOR, CAVICHIOILLI, 2008).

¹¹ A seleção dos periódicos será baseada na lista de classificação Qualis, tanto da Sociologia como da Educação Física.

texto, atestar a presença e a ausência das categorias elaboradas (BARDIN, 1977).

O tratamento e a interpretação dos dados obtidos ocorrem no sentido de explicitar o que foi descoberto, o que é significativo. Bardin (1977) sugere como forma de tratamento dos dados as operações estatísticas simples e complexas, como por exemplo, a porcentagem e a análise fatorial. Não utilizamos este tipo de análise quantitativa, mas elaboramos um quadro que explicita o autor, o vínculo institucional, a temática abordada e a teoria sociológica utilizada para a leitura do fenômeno. Com base nestes dados, realizamos interpretações baseadas nos objetivos da pesquisa que apresentaram as estratégias de produção científica, como a escolha de determinadas temáticas e matrizes teóricas, de acordo com o impacto e característica da revista em que se publicou.

Também realizamos a leitura das teses dos doutores da área, a fim de delinear o perfil dos estudos em Sociologia do Esporte, da década de 1980 até 2010, explicitando os temas do estudo, a matriz teórica utilizada, dentre outras informações pertinentes.

Para mapear quem são esses agentes, consultamos as bases de dados disponíveis – Diretório de Grupos de Pesquisa, Plataforma Lattes, *sites* dos cursos de pós-graduação –, que continham os grupos de pesquisa, cursos de pós-graduação que contemplem a Sociologia do Esporte, bem como os currículos disponíveis na Plataforma Lattes do CNPq, o que nos permitiu formular uma “árvore genealógica” dos pesquisadores, grupos de pesquisa e cursos de pós-graduação da Sociologia do Esporte. Sendo assim, selecionamos os agentes que possuem formação em Educação Física, Sociologia ou ambas as áreas, que declaram abordar a temática. Para a análise desse material, utilizamos como referencial teórico apresentado a seguir, a Teoria dos Campos, de Pierre Bourdieu.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO DE ANÁLISE

Para iniciar o capítulo teórico-metodológico, apresentamos pontos fundamentais para a discussão do campo acadêmico-científico da Sociologia do Esporte: as noções de campo científico, segundo as quais iremos explorar as questões levantadas por Bourdieu para a definição desse espaço social; *habitus*; capital; a noção de *homo academicus*, no sentido de pensar como esse agente se posiciona no espaço social da ciência e a questão da interdisciplinaridade.

2.1 O CAMPO ACADÊMICO-CIENTÍFICO: o espaço social da ciência

Bourdieu (2004) abordou o campo científico francês em diversos momentos de sua obra. No livro *Os usos sociais da ciência*, o autor apresenta o referido campo e analisa as interferências do universo da ciência no universo social e vice-versa.

Quando abordamos tais interferências, não podemos conceber como válida a ideia de que para compreender uma produção cultural – neste caso, as produções da Sociologia do Esporte – basta ler o texto, sem estabelecer uma relação entre a obra e o contexto social. Nessas relações diretas, a obra se torna autonomizada e não é influenciada pelo contexto social em que está inserida. Todavia, abordar o lugar social que essas obras e seus autores ocupam, quais as matrizes teóricas estudadas e a quais instituições estavam ligados é importante para o entendimento das condições de produção da obra (BOURDIEU, 2004).

Bourdieu (2004) não concebe tais compreensões como válidas para a leitura da ciência e, para oferecer uma alternativa de interpretação, nos apresenta o conceito de campo. Entre esses pólos distanciados da obra e do contexto em que ela foi concebida existe o campo, um espaço estruturado de posições, nos quais os agentes estabelecem suas relações. Tais posições possuem propriedades inerentes, que variam de acordo com o local que ocupam, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes, mas é em parte determinado por elas (BOURDIEU, 1983). É

esse espaço da Sociologia do Esporte que intentamos visualizar e determinar as posições dos principais agentes, bem como suas características.

Existem leis gerais que regem campos diversos, permitindo a elaboração de uma teoria de qualquer espaço social, bem como as leis específicas que conferem ao campo uma relativa autonomia (BOURDIEU, 1983, 2004). Sobre essa questão, Bourdieu (2004, p. 20) ressalta: “[...] se, como o macrocosmo, ele é submetido a leis sociais, essas não são as mesmas. Se jamais escapa às imposições do macrocosmo, ele dispõe, em relação a este, uma autonomia parcial mais ou menos acentuada”.

Assim, os pontos de vista, as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas escolhidos e os objetos que suscitam interesse são influenciados pela estrutura de relações objetivas entre os diversos agentes do campo; ou seja, é o que determina o que se pode ou não fazer. Nesse ponto, percebemos que a Sociologia do Esporte faz parte do espaço dos possíveis da Sociologia e da Educação Física, mas essa relação não se dá sem tensões e disputas. A posição que o agente ocupa no campo também interfere nesse processo de tomada de decisão – o que se pode ou não fazer depende do montante de capital acumulado pelo agente –, sendo este fator um critério importante para a leitura do campo científico (BOURDIEU, 1983).

Na condição de recém-chegado, o agente da Sociologia do Esporte não teria um montante significativo de capital específico, se comparado ao agente da Sociologia; nem partilha do mesmo *habitus*, o que o coloca em desvantagem para se posicionar e realizar ações no campo da referida área. Sendo assim, a inserção do esporte na agenda de estudos da Sociologia, as inserções nas instituições desse campo e a formação interdisciplinar se mostravam restritas. Conforme os agentes galgam posições mais prestigiosas, decorrentes de um acúmulo de capital específico, e pelo entendimento das regras do jogo que ocorre no campo da Sociologia, essa questão se modifica e o universo dos possíveis se amplia com a oportunidade de realizar análises sobre o esporte.

No campo da Educação Física o agente partilha do mesmo *habitus* e, através do seu montante de capital, procura se estabelecer institucionalmente – inserindo-se nos cursos de pós-graduação para desenvolver seus estudos, formando associações, buscando locais de discussão e publicação no campo

citado. Não existe a condição de recém-chegado, porém, a disputa ainda se coloca em relação aos estudos da vertente biológica presente na área, além de dividir seu espaço com os demais estudos das Ciências Humanas.

Dessa forma, a noção da ciência pura, livre, e da ciência sujeita a todas as influências do mundo social que a cerca, acabam por se mostrar incompletas. O conceito de campo e os mecanismos que operam dentro dele propiciam uma visão da complexidade envolvida no fazer científico. Bourdieu (2004, p. 21-2) complementa:

O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve. De fato, as pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo.

Percebemos tais influências a partir do momento em que o esporte passa a atrair a atenção como um fenômeno social, tornando possível sua inserção como objeto sociológico, tanto no campo da Sociologia, como no da Educação Física. Um dos reflexos dessa inserção são os trabalhos publicados nos periódicos de ambas as áreas e os trabalhos de pós-graduação – teses e dissertações – defendidos nesses programas. Existe, portanto, uma influência do mundo social – a necessidade de explicar o fenômeno esportivo na atualidade –, somada à pressão realizada pelos agentes da Sociologia do Esporte nos campos acadêmico-científicos citados, que é mediada por eles e ressignificada de acordo com as regras e a autonomia desses espaços sociais. Esse efeito do campo pode ser percebido nos estudos realizados, que se adequam às áreas e matrizes teóricas dos campos em que estão inseridos.

Desse modo, quanto mais autônomo o campo, maior é sua capacidade de refração, de converter em uma forma específica as pressões e demandas externas, a ponto de, com frequência, tornarem-se irreconhecíveis. No extremo oposto, a heteronomia de um campo se manifesta na medida em que problemas exteriores são sentidos diretamente (BOURDIEU, 2004). Assim, a grande influência política em uma disciplina é um indício de pouca autonomia.

Além das interferências externas, o campo científico possui seus conflitos internos, como a disputa por posições nas instituições de pós-graduação da Educação Física e da Sociologia; a definição do que é ou não legítimo – como o estudo do esporte como objeto sociológico; disputa por determinados capitais como o prestígio, dentre outros. É um espaço em que lutas são travadas para conservá-lo ou modificá-lo e as relações de força e dominação são constantes. Os agentes criam o espaço e esse só existe através daqueles que ali se encontram e mantêm relações objetivas entre si. A estrutura dessas relações é o que define as ações tomadas no campo – como a escolha de objetos de pesquisa, os lugares de publicação, concessão de verbas, possibilidades de realização de pesquisas, etc. – e, dependendo da posição do agente nessa estrutura, ocorre uma orientação da sua tomada de decisão, vetando ou permitindo certas ações (BOURDIEU, 2004).

Com tais possibilidades de ação, percebemos que os agentes da Sociologia do Esporte conquistaram paulatinamente o capital necessário para ampliar o escopo das tomadas de decisão, inserindo seus trabalhos em eventos, periódicos das áreas de Educação Física e Sociologia, filiando-se a programas de pós-graduação *stricto sensu* e posicionando o esporte na hierarquia de temas de pesquisa, como um objeto de relevância para ser estudado através das matrizes sociológicas.

Os agentes fazem os fatos científicos e até mesmo o campo científico, pois ocupam uma posição nesse espaço social – que não foi feita por eles –, contribuindo para a definição das possibilidades e impossibilidades desse campo. Essa estrutura do campo científico é determinada pela distribuição do capital próprio desse espaço social em um determinado momento. Os agentes distribuídos pelo seu volume de capital determinam a estrutura em proporção ao seu peso e o peso dos demais. A estrutura realiza sua pressão em cada agente, de modo diferenciado, de acordo com o seu capital. Todavia, um agente não pode manipular um campo, por melhor posicionado que ele seja nesse espaço, salvo nos casos em que uma descoberta revolucionária abale os princípios em que a ordem científica foi estabelecida e o agente tem, então, a possibilidade de redefinir a distribuição do capital e as regras do jogo social (BOURDIEU, 2004).

Existem vantagens para os que são formados no campo, como o domínio imanente das leis do campo não escritas, mas que são inscritas na realidade como tendências, ou seja, esses agentes entendem o “sentido do jogo” (BOURDIEU, 2004, p. 27). Ao compreender o “sentido do jogo”, o agente é capaz de antecipar tendências, encontrando-se em vantagem em relação aos agentes que se inseriram no campo. Bourdieu (2004, p. 28) afirma que:

Como um bom jogador de *rugby* sabe para onde vai a bola e se põe lá onde a bola vai cair, o bom cientista jogador é aquele que, sem ter a necessidade de calcular, de ser cínico, faz as escolhas que compensam. Aqueles que nasceram no jogo têm o privilégio do “inatismo”. Eles não têm a necessidade de serem cínicos para fazer o que é preciso quando é preciso ganhar a aposta.

Os alvos mais importantes envolvidos nas lutas, que se desenrolam no campo científico, são a definição dos limites do campo e da participação legítima nas disputas. Comentar sobre uma corrente, definir o que é ou não é um trabalho científico, significa recusar existência legítima a esses objetos, excluí-los do jogo (BOURDIEU, 1990).

Esse ostracismo simbólico é o inverso do esforço no sentido de impor uma definição que delimitaria a prática legítima, no sentido de construir uma definição do que seria científico. Tal delineamento atenderia aos interesses específicos dos detentores de um capital também específico. Quando essa estratégia, que é tanto científica como política, e a competência que ela coloca em pauta apresentam sucesso, é possível atribuir a elas um poder sobre o capital detido pelos demais produtores. Assim, a imposição de determinada prática legítima, é a regra mais favorável ao capital do dominante que acaba impondo aos demais o seu trunfo, ou seja, as suas realizações se tornam a medida de todas as outras (BOURDIEU, 1990). Todavia, o conflito não pode ser percebido somente em sua face negativa, o ostracismo simbólico, mas também é parte de iniciativas para conquistar posições mais prestigiosas no campo, como a criação de instituições próprias, espaços de publicação, dentre outros.

A inserção do esporte como um objeto de estudo sociológico na Sociologia e na Educação Física passa por essas questões. Só foi possível

que esse espaço existisse devido aos agentes que se interessaram pela temática; que buscaram posições e instituições que lhes permitissem fazer a opção por tal objeto de pesquisa; que ocuparam lugares cada vez mais importantes em seus referidos campos, por meio do acúmulo de capital específico, firmando uma linha de pesquisa ou inserindo-se de forma contínua em cursos de graduação e pós-graduação. Também devemos considerar que, para ocupar lugares mais prestigiosos no campo, os agentes da Sociologia do Esporte foram considerados pelos demais agentes como pares, ou seja, obtiveram um reconhecimento de suas propriedades não objetivadas como a legitimidade do objeto e hierarquia de agentes colocada no campo.

Os campos são também espaços de embates entre sujeitos novos, que estão adentrando e tentam forçar seu direito de entrada, e o estabelecido, que procura evitar a concorrência e manter o monopólio do campo. Nesse jogo de poderes, aqueles que estão numa situação privilegiada no campo e possuem mais capital específico, tendem a apresentar uma estratégia de conservação, enquanto os que possuem menor capital (normalmente os recém-chegados) tendem a estratégias de subversão, uma ruptura crítica, que pode ser ligada à crise. Usualmente, estas jogadas fazem com que o dominante saia do seu silêncio, impondo o seu discurso, visando restaurar o equilíbrio no campo (BOURDIEU, 1983).

Os agentes da Sociologia do Esporte já ultrapassaram a fase inicial desse processo no campo da Sociologia, situação na qual tinham sua legitimidade desafiada, numa tentativa dos agentes da Sociologia de reestabelecer o equilíbrio no referido espaço social. Atualmente, com sua crescente inserção e acúmulo de capital, sua legitimidade já não é colocada em xeque, todavia as disputas ainda ocorrem.

Na Educação Física, esses agentes não enfrentaram a questão da entrada em um campo novo, como mencionamos, mas estabeleceram relações e disputaram com os demais agentes desse campo melhores posições, que os dará maior poder de decisão.

Até aqui delineamos as características gerais dos campos, apresentadas por Bourdieu (2004), que se aplicam a todo e qualquer campo.

A seguir, abordaremos as características específicas do campo científico, objeto de nossa análise.

Retomando a questão da autonomia, o autor afirma que, quanto mais os campos científicos são autônomos, menos influência externa eles sofrem, furtando-se de seguir a leis sociais externas (BOURDIEU, 2004).

A sublimação dos interesses externos e internos, que é exigido de todo recém-chegado, é implicada nessa forma de *illusio* contida no pertencimento a um campo. Em outras palavras, é considerar a crença científica como “[...] interesse desinteressado e interesse pelo desinteresse [...]” (BOURDIEU, 2004, p. 30), que leva à constatação de que vale a pena se engajar no jogo científico, que seus objetos são dignos de interesse e merecedores de investimento.

Contudo, a escolha por um objeto ou uma filiação teórica não se dá sem um interesse específico do pesquisador. A pesquisa sobre o esporte somente pelo interesse no conhecimento não reflete a complexidade da realidade – na qual agentes de outros campos como o político, por exemplo o Ministério do Esporte, financiam pesquisas para melhor entender o fenômeno que se delineia na atualidade, a fim de utilizá-las em sua gestão –, o que claramente demonstra um interesse na pesquisa para além do conhecimento científico.

A partir do momento em que o esporte passa a ser considerado pelos pesquisadores como um objeto sociológico, podemos considerar que a crença científica de que o tema era relevante e merecedor de uma análise sociológica se instaura, porém, tal perspectiva não é compartilhada por todos os agentes do campo da Sociologia e da Educação Física, não sendo relevante o jogo que ali se coloca para esses agentes.

Complementando o conceito de *illusio*, concebemo-na como a condição para o funcionamento de um jogo. Ela não se constitui somente como essa condição, mas também como produto específico de cada campo, ligada ao sentido de investimento no jogo que coloca em movimento os agentes. Bourdieu (2004, p. 259) complementa:

Cada campo (religioso, artístico, científico, econômico, etc.), através da forma particular de regulação das práticas e das representações que impõe, oferece aos agentes uma forma

legítima de realização de seus desejos, baseada em uma forma particular de *illusio*. É na relação entre o sistema de disposições, produzido na totalidade ou em parte pela estrutura e o funcionamento do campo, e o sistema das potencialidades objetivas oferecidas pelo campo que se define em cada caso o sistema das satisfações (realmente) desejáveis e se engendram nas estratégias razoáveis exigidas pela lógica imanente do jogo [...].

O campo científico produz, portanto, uma forma particular de *illusio*: o interesse científico. Sobre o ponto, Bourdieu (2004, p. 31) afirma que:

[...] o interesse científico, ou seja, um interesse que com relação às formas de interesse correntes na existência cotidiana (e em particular no campo econômico), aparece como desinteressada, gratuita. Mas, mais sutilmente, o interesse “puro”, desinteressado, é um interesse pelo desinteresse, forma de interesse que convém a todas as economias dos bens simbólicos, economias antieconômicas, nas quais, de alguma maneira, é o desinteresse que “compensa”. [...] Segue-se que as estratégias dos agentes têm sempre, de algum modo, dupla face, ambíguas, interessadas e desinteressadas, pois são inspiradas por uma espécie de interesse pelo desinteresse e que se pode fazer delas duas descrições opostas, mas igualmente falsas, uma vez que unilaterais, uma hagiográfica e idealizada, outra cínica e redutora que faz do “capitalista cientista” um capitalista como os outros.

O autor destaca os interesses contidos em determinadas publicações que garantem benefícios, nos plágios, no roubo de ideias, nas disputas por prioridades e outras práticas “[...] tão antigas quanto a própria ciência” (BOURDIEU, 2004, p. 31), que explicitam os interesses dos intelectuais. Sendo assim, o agente não se compõe somente com o caráter hagiográfico e idealizado da caracterização mencionada acima, mas possui a vontade de destacar-se em meio aos demais.

Retomando o que colocamos anteriormente, o agente quando realiza uma pesquisa sobre o esporte não tem somente o interesse no conhecimento advindo dessa prática; mas tem contida nela uma série de objetivos como o número e a qualidade dos artigos que consegue produzir e publicar em revistas renomadas, algo de suma importância no campo acadêmico-científico brasileiro, como explicitaremos no capítulo seguinte, e as vantagens que esses objetivos acarretam intrinsecamente – como pontuação de currículo para uma prova de títulos em concursos – e, simbolicamente, como o prestígio e o reconhecimento dentro do campo.

O campo científico, no entanto, não é totalmente autônomo. Ele sofre influências do campo econômico, com o qual estabelece relações de força, concentração de capital e poder, relações de dominação e lutas pelos meios de produção e reprodução próprios do universo científico. Essa interação se estabelece devido à necessidade do campo científico de poder econômico, à conquista e manutenção desse poder específico. Isso é decorrente do fato da atividade científica gerar um custo econômico. O grau de autonomia de um campo é inversamente proporcional ao grau de necessidade de recursos econômicos. Adiciona-se a esse cenário a capacidade do campo em proteger-se contra interferências e de como consegue impor suas sanções positivas e negativas (BOURDIEU, 2004).

2.2 HABITUS: a gramática de ações

Como mencionamos anteriormente, para que o campo funcione, faz-se necessária a existência de objetos de disputa e sujeitos dispostos a disputá-los. Para que essa dinâmica ocorra, os agentes devem ser dotados de um manual de ações, que permita o conhecimento e o reconhecimento de suas leis. Tal sistematização é o *habitus*, que se configura como um sistema de disposições adquiridos pela aprendizagem, atua como um sistema de esquemas geradores, origina estratégias que podem ser relacionadas aos interesses objetivos de seus autores, sem terem sido criadas exatamente para este fim (BOURDIEU, 1983).

Bourdieu (2009, p. 87) define *habitus* como:

[...] sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e de domínio exposto das operações necessárias para alcançá-los, objetivamente “reguladas” e “regulares” sem em nada ser o produto da obediência a algumas regras e, sendo tudo isso, coletivamente orquestradas sem ser o produto da ação organizadora de um maestro.

As ações são acompanhadas de um cálculo estratégico que tende a realizar, de modo consciente, a operação que o *habitus* realiza de outra

forma: ele gera uma estimativa de possibilidades, define em relação às potencialidades objetivas as ações que se pode realizar ou não, em relação a um futuro provável que se apresenta com uma urgência e uma pretensão em existir que exclui a deliberação (BOURDIEU, 2009).

Recém inserido no campo da Sociologia, o pesquisador da Sociologia do Esporte não possui o pleno entendimento das regras desse jogo, que se diferenciam dos campos de origem desses agentes. Dessa forma, ele não consegue perceber que ações são possíveis ou não, como por exemplo a inserção de trabalhos em grupos temáticos dos eventos das associações nacionais de Sociologia, quais são as disputas travadas entre os grupos que já estão consolidados no campo e como sua relação com tais grupos afeta suas iniciativas no campo, dentre outras. Como num processo de aprendizagem, o agente vai incorporando as possibilidades e impossibilidades, modificando seu *habitus* original, proveniente do seu campo de formação.

Dessa forma, as disposições inculcadas de forma durável, pelas possibilidades e impossibilidades que estão nas condições objetivas, criam disposições compatíveis com essas condições e são adaptadas às suas exigências. As práticas mais improváveis são excluídas desse cenário antes de qualquer exame, devido a essa obediência à ordem. As condições de produção do *habitus* fazem com que as antecipações que ele cria – uma espécie de hipótese prática baseada em experiências passadas – atribuam um peso significativo às primeiras experiências. Bourdieu (2009, p. 89) reforça que:

[...] são, com efeito, as estruturas características de uma classe determinada de condições de existência que, por meio da necessidade econômica e social que fazem pesar sobre o universo relativamente autônomo da economia doméstica e das relações familiares, ou melhor, por meio das manifestações propriamente familiares dessa necessidade externa (forma da divisão do trabalho entre os sexos, universo de objetos, modos de consumo, relação com os parentes etc.), produzem as estruturas do *habitus* que estão por sua vez no princípio da percepção e da apreciação de toda experiência ulterior.

O *habitus* é um produto da história que produz práticas individuais e coletivas. Os esquemas de percepção, pensamento e ação que são

encarnados garantem a conformidade das ações ao longo do tempo, com mais segurança do que qualquer regra explícita. Todavia, esses esquemas geradores não são estáticos, o *habitus* se atualiza nas práticas estruturadas. Ocorre a interiorização da exterioridade, que permite que forças externas sejam exercidas, mas obedecendo a lógica específica dos agentes nos quais estão incorporados de maneira durável, sistêmica e não mecânica. Dessa forma, existe a possibilidade da produção livre de pensamentos, percepções e ações inseridas dentro dos limites das condições de sua produção (BOURDIEU, 2009).

Sendo assim, os pesquisadores do esporte parecem possuir um entendimento do jogo social desenrolado em sua área, pois acumulam experiências passadas e são capazes de moldar sua prática de acordo com as regras do campo. Essa situação é diferenciada quando consideramos a área da Sociologia. Quando se inserem nesse novo campo, os recém-chegados não entendem completamente o jogo que ali se desenrola, pois existe uma incompatibilidade entre o novo campo e seu *habitus*. Esse estado se modifica, através das ações contínuas de inserção e manutenção de uma determinada posição nesse novo campo, incorporando um novo *habitus*, mesmo que de forma inconsciente. O mesmo ocorre quando os pesquisadores da Sociologia adentram a área da Educação Física.

O resultado dessa inserção e busca de posições em um novo campo seria um *habitus* híbrido, que já não é exatamente aquele relacionado ao campo de origem, por possuir elementos de adaptação ao novo campo em que se procura adentrar, mas também não se transformou completamente na gramática das ações desse novo campo.

Canclini (2000), ao estudar a questão da coexistência da modernidade e do tradicional na América Latina, aponta que ambas as formas de organização social coexistem na atualidade, não sendo identificada uma ruptura da organização tradicional para a moderna. Dessa forma, as duas coexistem e se modificam. Para a análise desse movimento, o autor forja o conceito de hibridação, processo esse que resulta em mesclas interculturais que não correspondem ao tradicional, mas também não são completamente modernos: são uma mistura de ambos que resulta em uma terceira forma de organização. Essas mesclas necessitam, para serem analisadas, de “ciências

sociais nômades” (CANCLINI, 2000, p. 19), a fim de interligar os diversos pavimentos da cultura – popular, culta e massiva. Sob essa perspectiva que entendemos a modificação do *habitus* dos pesquisadores da Sociologia do Esporte. Eles não abandonam completamente as regras do seu campo de origem, mas incorporam as novas regras do campo em que adentraram, fazendo surgir um terceiro *habitus*, que não é idêntico a nenhum dos dois *habitus* geradores.

Bourdieu (2009) sugere que as obras ou práticas engendradas não são fruto de uma mente brilhante, mas são produzidas pelo mesmo *habitus* – ou *habitus* homólogos, que fazem a unidade do estilo de vida de um grupo de agentes. Existe um movimento de confrontação desse esquema gerador com os acontecimentos, de onde provém as condutas razoáveis que são possíveis dentro dessas regularidades. Dessa forma, quando o agente não possui o *habitus* correspondente ao campo – agentes da Sociologia no campo da Educação Física e agentes da Educação Física no campo da Sociologia – e também possui um *ethos*, essa visão de mundo, diferenciado, acaba não conseguindo agir de forma razoável, como explicita o autor, levando a dificuldades para se inserir de forma perene no campo.

Bourdieu (2009, p.92-3) sugere que:

Porque tendem a reproduzir as regularidades imanentes às condições nas quais foi produzido seu princípio gerador ajustando-se às condições nas quais foi produzido seu princípio gerador ajustando-se ao mesmo tempo às exigências inscritas como potencialidade objetiva na situação tal como é definida pelas estruturas cognitivas e motivadoras que são constitutivas do *habitus*, as práticas não se deixam deduzir nem das condições presentes que podem parecer tê-las suscitado nem das condições passadas que produziram o *habitus*, princípio durável de sua produção. Só se pode explicá-las, portanto, com a condição de relacionar as condições sociais nas quais se constituiu o *habitus* que as engendrou e as condições sociais nas quais ele é posto em ação, ou seja, com a condição de operar pelo trabalho científico a relação desses dois estados do mundo social que o *habitus* efetua, ao ocultá-lo na e pela prática.

Bourdieu (2009) afirma, também, que a homogeneidade dos *habitus* que podemos perceber em um grupo é o que faz com que as obras e as práticas sejam imediatamente entendidas, e de certa forma previsíveis, percebidas dessa forma como óbvias. Existe uma economia da intenção na

produção e na decifração das obras e das práticas. Tornam-se questões de compreensão automática e impessoal. Assim, quando os recém-chegados pesquisadores da Sociologia do Esporte se inseriram no campo da Sociologia e da Educação Física acabaram causando estranhamento, pois seus *habitus*, diferenciados do campo em que se inserem, tornam as obras e as ações dos agentes difíceis de serem entendidos, pois isso não se dá de forma automática como na relação expressa acima.

Baseados em nossas impressões e nas coletas de dados apresentadas nos capítulos seguintes, o estágio atual dessa inserção já se encontra modificado, sendo o pesquisador da Sociologia do Esporte um ser híbrido, como mencionamos anteriormente, dotado de um *habitus* que não corresponde aos campos da Sociologia nem da Educação Física. Sendo assim, quando se estabelece um novo espaço para esses pesquisadores, um novo *habitus* se coloca, tendo em vista que essa mescla origina um novo agente dotado de ações próprias, com influências não somente da Sociologia e da Educação Física, mas também dos demais campos que também interferem nessa constituição.

Bourdieu (2009, p. 98) complementa:

[...] se as práticas do mesmo grupo ou, em uma sociedade diferenciada, da mesma classe, são sempre mais e mais bem acordadas do que os agentes sabem ou querem, é porque, como uma vez mais o diz Leibniz, “ao seguir apenas suas próprias leis”, cada um “se ajusta, no entanto, ao outro”. O *habitus* não é senão essa lei imanente, *lex insita* inscritas nos corpos por histórias idênticas, que é a condição não somente da concertação das práticas, mas também das práticas de concertação. De fato, os ajustes conscientemente operados pelos próprios agentes supõem o domínio de um código comum e as empresas de mobilização coletiva não podem ter sucesso sem um mínimo de concordância entre os *habitus* dos agentes mobilizados [...] e as disposições daqueles que se reconhecem em suas práticas ou em seus propósitos e principalmente sem a inclinação ao agrupamento que a orquestração espontânea das disposições suscita.

Visto isso, podemos pensar que não somente os agentes da Sociologia do Esporte tiveram seus *habitus* modificados para entender o jogo desenvolvido no campo da Sociologia, mas também os sociólogos tiveram seus *habitus* modificados, pois as leis postas no campo se modificaram com a entrada de novos agentes.

Bourdieu (2009) define dois tipos de *habitus*: o de classe e o individual. O segundo é indissociável do agente, socialmente designado e reconhecido – por exemplo o nome próprio. O primeiro se constitui como o *habitus* individual, na medida que ele expressa ou reflete a classe como um sistema subjetivo de estruturas interiorizadas, esquemas comuns de percepção, concepção e de ação. Tal *habitus* constitui a condição de objetivação e funda a concertação objetiva das práticas, bem como a visão única do mundo na impersonalidade e na possibilidade de substituição das práticas e visões singulares. É nele que ocorre a hibridação e são inculcadas novas formas de agir.

Essa questão do *habitus* de classe se coloca para Bourdieu (2009) como uma homologia, a diversidade na homogeneidade, que une disposições para ações singulares, sendo cada *habitus* particular uma variante estrutural dos outros, pelo qual se exprime a singularidade da posição no interior da classe e da trajetória.

As diferenças que se colocam entre os *habitus* individuais estão calcadas nas trajetórias sociais. Esse esquema gerador de ações se estrutura a todo o momento, em função das estruturas produzidas pelas experiências anteriores, que afetam tais estruturas de acordo com seu poder de seleção. Dessa forma, é realizada uma integração, dominada pelas primeiras experiências, das experiências comuns aos membros de uma mesma classe (BOURDIEU, 2009).

Bourdieu (2009, p.100) complementa:

Pela “escolha” sistemática que ele opera entre os lugares, os acontecimentos, as pessoas suscetíveis de ser frequentadas, o *habitus* tende a se proteger das crises e dos questionamentos críticos garantindo-se um meio ao qual está tão pré-adaptado quanto possível, ou seja, um universo relativamente constante de situações apropriadas para reforçar suas disposições oferecendo o mercado mais favorável aos seus produtos. E é também na propriedade mais paradoxal do *habitus*, princípio não escolhido entre todas as “escolhas”, que reside a solução do paradoxo da informação necessária para evitar a informação: os esquemas de percepção e de apreciação do *habitus* que se encontram no princípio de todas as estratégias de evitamento são em grande parte o produto de um evitamento não consciente e não desejado, ou porque resulta automaticamente das condições de existência (como aquele que é o efeito da segregação espacial), ou porque tenha sido produzido por uma intenção estratégica (como aquela que pretende afastar as “más companhias” ou as “más leituras”),

mas cuja responsabilidade incumbe aos adultos modelados as mesmas condições (grifos do autor).

A partir de tal segmento, podemos pensar que, quando ocorre a entrada de agentes “estranhos” ao campo da Sociologia, tais agentes apresentam-se pouco adaptados para interagir no jogo que se desenrola, inicialmente por uma inadequação do *habitus* que portam em relação ao *habitus* do sociólogo. Isso gera atritos e coloca o recém-chegado em desvantagem, pois não pode antecipar as jogadas que os dominantes no campo irão realizar. Nessa mesma relação, o sociólogo, por influência do seu *habitus*, inicia uma estratégia de evitamento em relação aos recém-chegados de forma tanto inconsciente – pois resulta de um automatismo ligado às condições de existência –, como consciente, estratégica, para se afastar dos agentes que não apresentam um bom posicionamento no campo, não abordam temas localizados no topo da hierarquia dos objetos de estudo, etc.

A situação atual do campo parece não se delinear mais da mesma forma, pois os agentes da Sociologia do Esporte conseguiram conquistar espaços institucionais, o que denota uma adaptação do *habitus* do agente, que agora compreende as regras do jogo. Essa inserção institucional, principalmente quando consideramos os programas de pós-graduação, também expressa a diferente valoração do objeto de estudo perante a hierarquia antes colocada. Sendo assim, uma mudança de *habitus* se coloca também para o sociólogo.

A seguir abordamos o capital, noção primordial para o entendimento da dinâmica do campo acadêmico-científico.

2.3 CAPITAL: questões objetivas e subjetivas

O capital, elemento que é instrumento e alvo das concorrências no interior do campo, estabelece o espaço que o agente irá ocupar e quais as ações ele poderá realizar (BOURDIEU, 1990). No campo acadêmico-científico, existe a disputa por um tipo específico de capital, que será descrito a seguir.

O capital científico, para Bourdieu (2004), constitui-se em uma espécie particular de capital simbólico, que é perpassado por atos de conhecimento e reconhecimento. Esse capital consiste no reconhecimento atribuído pelo conjunto de pares-concorrentes, no interior do campo científico. É um capital de um tipo inteiramente particular, que não se assemelha ao capital financeiro ou à lógica capitalista; mas é o reconhecimento de uma competência que proporciona autoridade e contribui para a definição das regras do jogo, as regularidades, as leis segundo as quais serão distribuídos os lucros, que tornam um objeto de estudo importante ou não, dentre outras especificidades.

Dada esta definição, é possível que por mais que os agentes da Sociologia do Esporte tivessem, inicialmente, capital científico em menor quantidade que os agentes da Sociologia, eles ainda eram reconhecidos como pares-concorrentes; como agentes que procuram alargar o escopo de objetos de estudo e inserir-se nesse campo, participar do jogo que se desenrola ali. Com a gradual apropriação das matrizes teóricas sociológicas, o entendimento da dinâmica do campo e das relações que passam a estabelecer nele, os agentes vão contabilizando um acúmulo de capital científico que os habilita a uma gama maior de ações. Perante a Educação Física, a disparidade de montante de capital científico parece não demonstrar-se tão polarizada, permitindo que os agentes travem suas lutas no referido campo e tentem impor seus interesses.

Um tipo do capital científico corresponde ao poder temporal, que se encontra numa condição institucional e institucionalizada, ligado à ocupação de altos cargos nas instituições científicas, ao pertencimento a comitês de avaliação, dentre outros exemplos. A outra forma desse tipo de capital corresponde ao poder sobre os meios de produção e de reprodução, sendo o primeiro relacionado aos contratos, créditos e ações do gênero, e o segundo se refere ao poder de nomear e de construir carreiras (BOURDIEU, 2004).

Os agentes da Sociologia do Esporte buscam e colocam em jogo esse tipo de capital, ao proporem GT's sobre o tema em eventos das associações da Sociologia; ao criar uma associação, um periódico, encontros regulares, a fim de contribuir para a consolidação da área de estudo. A partir dessas ações motivadas pelo conflito, podemos perceber que ocorreu um crescente

acúmulo desse tipo de capital pelos agentes citados, demonstrando a compreensão do jogo que se delineia e as ações e estratégias necessárias para conquistar um melhor posicionamento no campo.

O segundo tipo de capital específico se configura no prestígio pessoal, que tem uma relação mais ou menos independente do primeiro capital que apresentamos. Essa moeda específica constitui-se no reconhecimento “[...] pouco ou mal objetivado e institucionalizado, do conjunto de pares ou da fração mais consagrada dentre eles [...]” (BOURDIEU, 2004). Por ser pouco objetivado, torna-se difícil determinar seu acúmulo e sua dinâmica através de dados documentais. Todavia, concebemos que esse tipo de capital está presente nas relações dos agentes da Sociologia do Esporte e nos é possível apontar suas nuances.

As leis de acumulação desses dois capitais são diversas. O capital científico “puro” adquire-se pelas contribuições dadas à ciência e reconhecidas como tal. As publicações nos órgãos mais bem conceituados e rigorosos são um bom indício dessa situação. Já o capital científico institucionalizado adquire-se por meio de estratégias políticas, que exigem o investimento de tempo – como por exemplo a participação em colóquios, bancas, cerimônias, etc. Assim, é difícil afirmar que sua acumulação é o princípio, como uma forma de compensação, ou o resultado de uma acumulação menos exitosa de uma forma mais específica e legítima de capital científico (BOURDIEU, 2004). Com essas formas claras de verificação do acúmulo de capital científico nos é possível, através das publicações, do posicionamento do agente no campo e das instituições a que ele se filia, vislumbrar o acúmulo de capital científico ocorrido durante o período proposto da pesquisa. O mesmo não é possível com o prestígio por sua menor objetivação.

Esses capitais pouco objetivados, além de diferirem na sua difícil e imbricada acumulação, são diversos também na sua transmissão. O capital científico “puro”, que tem como característica uma objetivação frágil, guarda consigo a imprecisão e é relativamente indeterminado. Tem uma característica de carisma, pois é tido como um atributo pessoal e não pode ser objeto de uma “portaria de nomeação” (BOURDIEU, 2004, p. 37). Desse modo, torna-se difícil transmitir à prática, processo esse que leva tempo e

investimento tanto do pesquisador que transmite o capital, como do aprendiz que apreende a parte mais formalizada desse capital (BOURDIEU, 2004).

Já o capital científico institucionalizado não guarda essa especificidade, sendo transmitido como qualquer outro capital burocrático. Em alguns casos, esse capital assume a forma de uma “eleição pura” (BOURDIEU, 2004, p. 37), como é no caso dos concursos, que de maneira geral se assemelham à forma de recrutamento burocrático, no qual a definição do cargo está de certo modo, pré-ajustada ao candidato desejado (BOURDIEU, 2004).

Sobre o acúmulo desses capitais, Bourdieu (2004, p. 37) afirma:

Por razões práticas, o acúmulo das duas espécies de capital é, como já indiquei, extremamente difícil. E podem-se caracterizar os pesquisadores pela posição que eles ocupam nessa estrutura, isto é, pela estrutura de seu capital científico ou, mais precisamente, pelo peso relativo de seu capital “puro” e de seu capital “institucional [sic]: tendo, num extremo, os detentores de um forte crédito específico e de um frágil peso político e, no extremo oposto, os detentores de um forte peso político e de um frágil crédito científico (em especial, os administradores científicos).

No primeiro caso, no qual existe maior acumulação de um capital científico, o agente obterá poderes econômicos e políticos tardiamente. O contrário se dá de forma mais rápida e fácil. Os agentes que se situam em uma posição média nas duas distribuições realizam esse movimento de conversão de capital político para capital científico, e possuem condições de assegurar a perpetuação dessa lógica (BOURDIEU, 2004).

As relações de forças simbólicas não se apresentam claramente no campo científico. Elas se revelam como instrumentos de consagração, academias, prêmios, poder científico institucional e produzem como que um efeito de “halo carismático” (BOURDIEU, 2004, p. 39); ou seja, uma característica atribuída ao agente, que influencia jovens pesquisadores que são induzidos a emprestar as qualidades científicas dos agentes dos quais depende, não somente por um “servilismo interessado” (BOURDIEU, 2004, p. 39), mas porque suas carreiras dependem desse tipo de relação estabelecida. Assim, os pesquisadores cercam-se de “clientelas dóceis e de todo cortejo de citações de complacência e de homenagens acadêmicas” (BOURDIEU, 2004, p. 39). O autor ressalta ainda outro fator de interferência,

que contribui para o acúmulo de capital simbólico. Esse tipo de crédito científico pode assegurar um tipo de crédito político, uma consagração temporal, que em algumas situações pode ser motivo de descrédito ou de desencantamento.

Uma vez delineada a dinâmica dos capitais no campo acadêmico-científico e o processo que poderemos analisar através de nossa coleta de dados, passamos à discussão das características específicas dos agentes inseridos no referido campo.

2.4 O *HOMO ACADEMICUS*

Ao abordar o campo intelectual e analisar as interações que nele acontecem, Bourdieu (2011) delineia as idiosincrasias desses agentes que, como vimos no subcapítulo anterior, possuem um *habitus* e capitais específicos para participar do jogo desenrolado nesse espaço.

No campo intelectual, existe o universo das propriedades que, à exceção do nome próprio – a mais preciosa propriedade de um agente famoso –, são utilizadas cotidianamente para identificar e classificar os universitários. Também compõe essa identificação uma série de características que a experiência prática do campo nos leva a considerar como pertinentes, tornando-se, desse modo, propriedades classificatórias. Soma-se a essas questões a reflexão sobre a operação de codificação, que desvela o que separa o código construído dos esquemas práticos e implícitos da percepção primeira, o qual pode apenas retomar codificações socialmente atestadas – por exemplo, títulos escolares –, dando por resolvida a questão da pertinência do critério (BOURDIEU, 2011). Pretendemos identificar nos agentes do campo tais características, bem como reconhecer e estabelecer no que eles diferem dos agentes dos campos da Educação Física e da Sociologia, se possuem um *habitus* diferenciado dos demais.

Bourdieu (2011, p. 30-1) complementa o raciocínio, quando sugere que:

É claro na verdade que as diferentes propriedades reservadas para construir a identidade dos diferentes universitários são desigualmente utilizadas na experiência ordinária para perceber e

apreciar a individualidade pré-construída desses mesmos agentes e sobretudo desigualmente objetivadas, portanto desigualmente presentes nas fontes escritas. A fronteira entre as propriedades institucionalizadas, recuperáveis portanto em documentos oficiais, e as propriedades pouco ou nada objetivadas é relativamente tênue, e destinada a mudar segundo as situações e segundo as épocas (tal critério científico, a categoria socioprofissional por exemplo, pode se tornar um critério prático em certas conjunturas políticas): vai-se assim, por graus de objetivação e de oficialidades decrescentes, do conjunto dos títulos utilizados na autoapresentação [...], como o pertencimento universitário [...], as posições de poder [...] ou de autoridade [...], os títulos universitários [...], esses termos de referência *oficiais*, conhecidos e reconhecidos por todos, que geralmente acompanham os termos de tratamento [...], às propriedades que, embora institucionalizadas, são pouco utilizadas nas classificações oficiais da existência cotidiana, como a direção de um laboratório, o pertencimento ao Conselho superior da Universidade ou às bancas dos grandes concursos, e enfim a todos os indícios, muitas vezes inapreensíveis pelo estrangeiro, que definem o que se chama de “prestígio”, quer dizer, a posição nas hierarquias propriamente intelectuais ou científicas.

Sendo assim, podemos com certa facilidade estabelecer, através dos currículos dos agentes, das posições que ocupam em instituições, essas propriedades distintivas dos pesquisadores da Sociologia do Esporte. Todavia, a questão de propriedades menos objetivas torna-se mais complexa, quando abordamos o prestígio, por exemplo. Essa característica não é facilmente apreendida, mas podemos considerar que os agentes que, por meio de seu trabalho e de acúmulo de capital científico e simbólico, foram capazes de fundar sua associação – a *Asociación Latinoamericana de Estudios Socioculturales del Deporte* (ALESDE) –, pioneira na América Latina, utilizaram do prestígio que possuíam para estabelecê-la no campo acadêmico-científico.

O cenário exposto do campo acadêmico-científico leva o pesquisador a considerar uma alternativa: introduzir classificações artificiais que podem ser consideradas como arbitrárias, ou suspender momentaneamente as hierarquias que ainda não existam no estado objetivado. Contudo, vale lembrar na escolha dos indícios de prestígio intelectual ou científico – as propriedades pertinentes que são pouco objetivadas – é que os critérios, os princípios de pertencimento legítimo e de hierarquização estão postos no objeto em si (BOURDIEU, 2011).

Dessa forma, a construção do objeto delineia um conjunto limitado de propriedades pertinentes, cujas variações estão associadas às nuances do

fenômeno observado, definindo a população de agentes que são caracterizados pela posse em graus diversos dessas propriedades (BOURDIEU, 2011).

Tal construção do objeto produz uma série de efeitos. A objetivação do não-objetivado, como por exemplo o prestígio científico, equivale a um efeito de oficialização. Esse efeito deve ser notado no caso das propriedades que estão oficial ou tacitamente excluídas das classificações oficiais, institucionais ou até mesmo informais (pertencimento religioso, disposições sexuais), podendo intervir nos julgamentos práticos a serem conectados às variações da realidade observada (BOURDIEU, 2011). Dessa forma, podemos considerar que agentes que não possuem o prestígio científico têm uma gama de possibilidades de ação mais restrita do que um agente com maior prestígio, perante a comunidade acadêmica – pesquisas, bolsas, ascensão profissional –, sendo essa propriedade buscada por todos os agentes inseridos no jogo acadêmico-científico.

Para tornar visíveis os efeitos da codificação realizada nesse campo, deve-se considerar a existência de grupos de populações que correspondem aos variados critérios, que podem ser classes de acordo com a idade, classes sexuais, até grupos como os normalistas¹² ou os agregados¹³, que possuem modos de existência coletiva diferenciados.

Os efeitos dessa codificação, a saber, a institucionalização e a homogeneização, ocorrem sem o conhecimento do pesquisador e o levam a dividir, no intuito de elaborar uma análise propriamente científica, o que não é dividido na realidade. Dessa forma, percebemos que os graus de reconhecimento concedidos às diversas propriedades variam de forma considerável, segundo os agentes e algumas das propriedades de que

¹² O título de normalista, de acordo com Bourdieu (2011, p. 32), “[...] é o suporte de solidariedades práticas mantidas com um mínimo de apoio institucional (associação dos antigos alunos, boletim informativo, encontros promocionais)”.

¹³ Por sua vez, o título de agregado, “[...] ao qual não corresponde uma verdadeira solidariedade prática ligada a experiências comuns, serve de suporte a uma organização, a Sociedade dos Agregados, orientada para a defesa do valor do título e tudo aquilo com que é solidária e provida de mandatários dotados de poderes que lhes permitem falar e agir pelo grupo em seu conjunto, exprimindo e defendendo seus interesses” (BOURDIEU, 2011, p. 32).

poderão fazer uso prático e lançar mão publicamente. Bourdieu (2011, p. 32) sugere que: “o fato de escrever no *Le Nouvel Observateur* (o caso não é imaginário), serão percebidos pelos outros, situados em posições diferentes no universo, como estigmas, implicando a exclusão do universo”.

Seguindo essa linha de raciocínio, Bourdieu (2011, p.32-3) sugere que:

[...] o campo universitário é, como todo campo, o lugar de uma luta para determinar as condições e os critérios de pertencimento e de hierarquia legítimos, isto é, as propriedades pertinentes, eficientes, próprias a produzir - funcionando como capital - os benefícios específicos assegurados pelo campo. Os diferentes conjuntos de indivíduos (mais ou menos constituídos em grupos) definidos por esses diferentes critérios ligam-se a eles e, ao reivindicá-los, esforçando-se por fazê-los reconhecidos e afirmando sua pretensão em constituí-los como propriedades legítimas, como capital específico, trabalham para modificar as leis de formação dos preços característicos do mercado universitário e para aumentar assim suas chances de lucro.

Muitos dos critérios empregados no campo científico como instrumentos de conhecimento e análise, por mais neutros ou naturais que sejam – como a idade –, funcionam tanto na realidade prática quanto nos princípios de divisão e de hierarquização. Dessa forma, também são apostas de lutas. Sendo assim, não é possível escapar dessas representações, mais ou menos racionalizadas, que se envolvem na disputa específica das classificações, somente se tomarmos como objeto de análise a operação de classificação realizada no campo (BOURDIEU, 2011).

Sobre essas representações, Bourdieu (2011) considera que a Sociologia tende a sugerir com o conceito de tipologias, certas taxonomias semieruditas que se mesclam às representações presentes no campo, construídas a partir de uma análise mais ou menos informada. Apresentando algumas personagens, esse esquema de classificação não traz elementos verdadeiramente concretos, nem verdadeiramente construídos. Como produto de uma intenção realista, essa tipologia mistura elementos tão desconexos quanto a idade, a relação com o poder político, com a ciência, etc..

Essa representação causa uma série de danos à análise sociológica, uma vez que não coloca em foco a realidade a ser estudada, mas sim uma

retradução semierudita da realidade. A Sociologia deve romper com essas classificações comuns e abster-se das lutas que estão incutidas nelas, não permitindo que se instalem nas entrelinhas do discurso científico. O universo é o objeto, e em parte produto de representações concorrentes que pretendem instaurar-se como verdade. Sobre tal ponto, Bourdieu (2011, p. 35-6) sugere que:

Toda tomada de posição sobre o mundo social se ordena e se organiza a partir de uma determinada posição nesse mundo, isto é, do ponto de vista da conservação e do aumento do poder associado a essa posição. É por isso que, num universo que, como o campo universitário, depende na sua própria realidade da representação que têm os seus agentes, estes podem tirar partido da pluralidade dos princípios de hierarquização e do baixo grau de objetivação do capital simbólico para tentar impor sua visão e modificar, na medida de seu poder simbólico, sua posição no espaço modificando a representação que os outros (e eles mesmos) podem ter dessa posição.

Podemos perceber que as disputas no campo intelectual, que geram polêmicas, obedecem a um *a priori* de redução: as “etiquetas” classificam os agentes ou grupos – sendo a classificação atribuída aos pesquisadores da Sociologia do Esporte a de recém-chegados, com pouca apropriação das teorias sociológicas na Sociologia, e de grupo de agentes que trata sobre uma visão distante da prática da Educação Física, no referido campo. Todavia, é necessário ignorar essa lógica, para dela esperar uma técnica como a dos juízes – que interrogam os peritos (agentes ou grupos) sobre os problemas em pauta, permitindo escapar à questão das instâncias fundadas, com o objetivo de legitimar as instâncias de legitimidade (BOURDIEU, 2011).

Seria então o sociólogo o juiz dos juízes? Não, já que de acordo com Bourdieu (2011), para liberar-se dos determinismos sociais que pesam sobre esse agente, ele deve lançar mão dos seus instrumentos teóricos e técnicos de objetivação e ser capaz de fazê-los voltarem-se para o próprio agente; objetivando a posição na qual se define a visão primeira da sua posição e de posições opostas, bem como a própria intenção de objetivar, excluindo qualquer intenção de dominar, servindo-se dos recursos da ciência.

Quando nos debruçamos sobre nosso universo e fazemos dele nosso objeto de pesquisa, as questões analisadas devem ser reinvestidas no

trabalho científico, como instrumentos de conhecimento e de reflexão das condições e limites dessa pesquisa, fato que faz parte da vigilância epistemológica. Bourdieu (2011) sugere que esse mecanismo talvez seja a única maneira de fazer avançar o conhecimento do campo científico, “[...] para descobrir e superar obstáculos à ciência que estão implicados no fato de aí se ocupar uma posição, e uma posição determinada” (BOURDIEU, 2011, p. 38).

Não se deve, todavia, tomar esse mecanismo para reduzir as razões do adversário a causas ou interesses sociais. Nesse cenário, os interesses do pesquisador também estão em jogo, explicitando e impactando o que o estudioso vê ou não vê. O benefício social que colocamos anteriormente só será possível de ser alcançado, se houver uma prevenção contra essa tentação de servir-se da ciência para ser bem sucedido socialmente no campo científico, ou seja, não utilizá-la como instrumento de poder (BOURDIEU, 2011).

O sociólogo produz uma visão objetiva do campo, quando estabelece o conjunto de propriedades que funcionam como poderes no campo intelectual e os agentes que os utilizam de diversas formas. Essa construção, que rompe com a visão primeira do campo, é também o que permite inserir novamente na ciência do objeto as representações científicas que fazem parte dele. Bourdieu (2011, p. 40) reforça:

Não se pode de fato dissociar a intenção de estabelecer a estrutura do campo universitário, espaço de várias dimensões, construído a partir do conjunto dos poderes que podem se tornar eficientes, num momento ou noutro, nas lutas de concorrência, e a intenção de descrever a lógica das lutas que, tendo seu princípio nesta estrutura, visam conservá-la ou transformá-la ao redefinir a hierarquia dos poderes (portanto dos critérios).

Apesar de não se apresentar da forma organizada de uma concorrência entre grupos mobilizados, consciente ou tacitamente, a luta é um fato que o pesquisador deve inserir no seu modelo da realidade estudada e não excluí-la artificialmente atuando como um espectador imparcial; ou até mesmo um juiz, capaz de pôr todos os agentes de acordo e colocar cada coisa em seu lugar. É necessário ultrapassar tal visão objetivista e a visão perspectivista, que têm como objetivo registrar a diversidade das hierarquias

tratadas por diversos pontos de vista (BOURDIEU, 2011). Dessa forma, concebemos que os embates que se desenrolam nos campos da Sociologia e da Educação Física não são somente direcionados ao grupo de pesquisadores da Sociologia do Esporte, mas sim uma tentativa de estabelecer os limites do campo, que afetam também outros grupos.

Sendo assim, o campo universitário é palco de uma luta de classificações, que atuam para conservar ou transformar a relação de forças ali estabelecida. Essa luta contribui para constituir a classificação que pode ser apreendida objetivamente em um momento preciso. Todavia, a representação que os agentes possuem dessa classificação, a força e a orientação das estratégias de que podem fazer uso para manter ou modificar tal sistema classificatório, dependem de sua posição nas classificações objetivas. Bourdieu (2011, p. 41) complementa:

[...] a “classificação” que o trabalho científico produz por meio da delimitação de *regiões* do espaço das posições é o fundamento objetivo das estratégias classificatórias pelas quais os agentes visam conservá-lo ou modificá-lo e em nome das quais é preciso contar a constituição em grupos mobilizados com vistas a assegurar a defesa dos interesses dos seus membros.

O campo universitário oferece liberdade e suportes institucionais aos jogos da dissimulação de si mesmo, como também à defasagem entre a representação e a verdade da posição ocupada nesse espaço social. Dessa forma, o meio autoriza e favorece todas as formas de clivagem do eu, ou seja, de fazer coexistir a verdade objetiva e sua negação. Isso permite aos que possuem menos capital simbólico sobreviver à luta de todos contra todos, na qual cada um depende de todos os outros. Tornam-se, “ao mesmo tempo concorrentes e clientes, adversários e juízes, para a determinação de sua verdade e de seu valor, isto é de sua vida e de sua morte simbólicas” (BOURDIEU, 2011, p. 42).

Isso se configura como um sistema de defesa individual que só tem eficácia, devido a cumplicidade de todos que ocupam posições homólogas ou idênticas, o que leva a reconhecer, nesse tipo de estratégia de sobrevivência, um esforço para perseverar em um ser social que se aproxima do seu. Já os sistemas de defesa coletivos podem ser considerados como representações

e práticas mais ou menos institucionalizadas – quando formam uma associação e se inserem em instituições representativas, os pesquisadores da Sociologia do Esporte acabam por agregar mais capital simbólico, o que amplia seu escopo de ações possíveis e contribui para que tais ações sejam executadas. Através delas, o agente consegue escapar aos questionamentos que a aplicação dos critérios da ciência e da erudição invocariam. Sobre isso, Bourdieu (2011, p. 42-3) afirma que:

É por isso que a multiplicidade das escalas de avaliação, científica ou administrativa, universitária ou intelectual, oferece uma multiplicidade de motivos de saudação e de formas de excelência que permitem a cada um se mascarar, com a cumplicidade de todos, das verdades conhecidas por todos. O protocolo científico deve levar em conta os efeitos da fluidez que a indeterminação dos critérios e dos princípios de hierarquização engendra na própria objetividade: a incerteza, por exemplo, de critérios como o lugar de publicação ou o número de colóquios ou de conferências no estrangeiro deve-se ao fato de que há, para cada ciência, uma hierarquia, complexa e discutida, das revistas e das editoras, dos países estrangeiros e dos colóquios, e também de que os que se recusam a participar podem reunir numa mesma frequência os que não são convidados.

Sendo assim, é preciso inserir na teoria a imprecisão das hierarquias que o modelo dos indicadores de estatuto científico visa superar, bem como questionar se a pluralidade das hierarquias e a coexistência de poderes que não são passíveis de mensuração – como o prestígio científico e o poder universitário – não são resultantes de uma lei antiacúmulo, inserida nas estruturas e reconhecida tacitamente (BOURDIEU, 2011).

Na seção seguinte, abordaremos a interdisciplinaridade, conceito necessário para entender a dinâmica de interação das disciplinas Educação Física e Sociologia.

2.5 INTERDISCIPLINARIDADE

Como delineamos até este ponto, é possível, com a Teoria dos Campos de Pierre Bourdieu, perceber a conformação desse espaço social da Sociologia do Esporte, seus agentes, suas posições, os capitais que possuem, as estruturas presentes no campo. Todavia, no decorrer da

pesquisa, percebemos a necessidade de um novo aporte teórico para abordar a questão do conhecimento e o motivo pelo qual são possíveis aproximações de áreas diversas, para o estudo de um mesmo objeto. Para tanto, recorreremos ao conceito de interdisciplinaridade, que nos elucidará a dinâmica de aproximação das disciplinas.

Na ciência, como a concebemos atualmente, o conhecimento desenvolveu-se pela especialização, com objetos de estudo cada vez mais delimitados. Esta fragmentação contribuiu para a organização do conhecimento em disciplinas, estabelecendo fronteiras, auxiliando a produção de conhecimento e tecnologia, mas também dificultando o intercâmbio entre essas fronteiras (TRINDADE, 2008); bem como dificultando a resolução dos problemas que a realidade coloca como polidisciplinares, transversais, globais (MORIN, 2003).

Sobre o ponto, Morin (2003, p. 13) reforça:

De fato, a hiperespecialização impede de ver o global (que ela fragmenta em parcelas) bem como o essencial (que ela dilui). Ora, os problemas essenciais nunca são parceláveis, e os problemas globais são cada vez mais essenciais. Além disso, todos os problemas particulares só podem ser posicionados e pensados corretamente em seus contextos.

Assim, a visão disciplinar dos fenômenos não contempla as inquietações colocadas pelos problemas sociais, pois somente vislumbra uma parcela da realidade. Para se ter a noção do todo, faz-se necessário mobilizar diversas disciplinas.

Disciplina, nesse caso, tem o mesmo sentido de ciência, como conceitua Japiassu (1976), sendo a disciplinaridade:

[...] a exploração científica especializada de determinado domínio homogêneo de estudo, isto é, o conjunto sistemático e organizado de conhecimentos que apresentam características próprias nos planos de ensino, da formação, dos métodos e das matérias; esta exploração consiste em fazer surgir novos conhecimentos que substituem aos antigos.

Agregando mais elementos ao conceito de disciplina, Morin (2003) sugere que ela é a categoria organizadora do conhecimento científico, que institui a divisão e a especialização do trabalho científico. Quanto a sua

inserção, as disciplinas pertencem a um contexto mais amplo e possuem um certo grau de autonomia, ao delimitarem suas fronteiras e ao utilizarem linguagem, teorias e métodos próprios.

Porém, os fenômenos não podem ser compreendidos em sua totalidade apenas com os métodos e as teorias de uma disciplina. Morin (2003, p. 14) adiciona, portanto, que:

Efetivamente, a inteligência que só sabe separar fragmenta o complexo do mundo em pedaços separados, fraciona os problemas, unidimensionaliza o multidimensional. Atrofia as possibilidades de compreensão e de reflexão, eliminando assim as oportunidades de um julgamento corretivo ou de uma visão a longo prazo. Sua insuficiência para tratar nossos problemas mais graves constitui um dos mais graves problemas que enfrentamos. De modo que, quanto mais os problemas se tornam multidimensionais, maior a incapacidade de pensar sua multidimensionalidade; quanto mais a crise progride, mais progride a incapacidade de pensar a crise; quanto mais planetários tornam-se os problemas, mais impensáveis eles se tornam. Uma inteligência incapaz de perceber o contexto e o complexo planetário fica cega, inconsciente e irresponsável.

Para abarcar o todo, faz-se necessário pensar na complexidade, no sentido do que está ligado, do que está tecido, percebendo as relações que o objeto trava com as diversas disciplinas (TRINDADE, 2008; MORIN, 2003). O esporte, por exemplo, para ser entendido em sua complexidade, necessita ser abordado tanto em sua vertente das ciências biológicas, como das ciências humanas, proporcionando, assim, uma visão ampla desse fenômeno polissêmico. Desse modo, concebemos a Sociologia e a Educação Física como disciplinas possuidoras de seus arcabouços específicos e de seus limites que, para a leitura do objeto esporte pelo viés sociológico, se relacionam.

A interdisciplinaridade se coloca, então, como uma alternativa para lidar com a complexidade (TRINDADE, 2008). Fazenda (2008) discute o conceito de interdisciplinaridade, como uma interação entre duas ou mais disciplinas, que possui duas ordens: uma científica e uma social. Ambas são complementares, sendo a primeira responsável pela construção de saberes interdisciplinares e a segunda o desdobramento desses saberes científicos, frente às exigências da sociedade. Japiassu (1976) aprofunda o conceito de

interdisciplinaridade, quando o considera como o empréstimo de esquemas de análises conceituais que integra várias disciplinas.

Tal forma de saber ainda parece sofrer influências de um modo de organização do conhecimento específico da sociedade moderna, calcado na especialização e na ignorância mútua dos especialistas. Dessa forma, a particularização exagerada, principalmente a partir do século XIX, culmina em uma crescente fragmentação do conhecimento (JAPIASSU, 1976). Assim, dentro de uma mesma área de atuação, devido à especialização e a questões de posicionamento no campo, disputas de objetos de interesse em comum ou legitimidade, existe um desconhecimento do que é estudado em uma determinada área. Japiassu (1976, p. 40) complementa:

Todavia, quando aplicamos a crítica epistemológica às ciências humanas, na medida em que elas se fazem e em suas condições concretas de desenvolvimento, de construção e de estruturação, encontramos-nos imediatamente diante desta exigência: nada mais há que nos obrigue a fragmentar o real em compartimentos estanques ou em estágios superpostos, correspondendo às velhas fronteiras de nossas disciplinas. Pelo contrário, tudo nos leva a engajar-nos cada vez mais na pesquisa das aproximações, das interações e dos métodos comuns às diversas especialidades.

Essa aproximação não ocorre sem confrontos, que não se colocam apenas no plano do conhecimento, mas também no plano da ação. São, segundo Japiassu (1976), as duas formas de conceber e praticar os estudos interdisciplinares – das quais, nesta tese, abordaremos apenas a primeira.

Para delimitar com mais clareza o que é a pesquisa interdisciplinar, Japiassu (1976) a difere do estudo multidisciplinar, o qual parte de várias noções de disciplinas particulares, cada uma com seu ponto de vista, para atingir um resultado especializado, sem necessariamente implicar um trabalho em equipe e coordenado. Japiassu (1976, p. 72-3) complementa:

Quando nos situamos no nível do simples multidisciplinar, a solução de um problema só exige informações tomadas de empréstimo a duas ou mais especialidades ou setores de conhecimento, sem que as disciplinas levadas a contribuir por aquela que as utiliza sejam modificadas ou enriquecidas.

A pesquisa interdisciplinar pode partir da pesquisa multidisciplinar, mas estabelece uma relação mais estreita entre as disciplinas. Ela “[...] se

caracteriza pela *intensidade das trocas* entre os especialistas e pelo *grau de integração real* das disciplinas” (JAPIASSU, 1976, p. 74, grifos do autor). Deve existir o diálogo entre estas, visando um conhecimento unitário, que não é somente a adição de todas as especialidades. Nesse processo de diálogo e cooperação crescentes, cada disciplina é enriquecida, transpondo as barreiras disciplinares outrora colocadas.

Esse tipo de estudo é motivado por uma série de necessidades e interesses dos pesquisadores, mas, independentemente delas, é uma oposição sistemática a um modo tradicional de organização do saber. Japiassu (1976, p. 54, grifos do autor) agrega: “Em suma, contra o ‘babelismo’ científico, tão freqüente entre os especialistas, que até podemos duvidar de que falem a mesma língua, *uma* língua, dada a proliferação de verdadeiros dialetos”. Coloca-se, assim, como uma reflexão sobre a divisão disciplinar do saber, procurando-se explicitar interdependências e relações recíprocas, sendo inválida a mera justaposição de várias especialidades.

Com base nos conceitos expostos, indagamos: os estudos da Sociologia do Esporte podem ser considerados interdisciplinares? Existe a relação benéfica para a Educação Física e para a Sociologia, na construção do conhecimento acerca desse objeto? Ou se processa a justaposição de saberes? Isso é o que pretendemos desenvolver no presente estudo.

Em adição, podemos perceber que a história das ciências abrange a constituição e ruptura das disciplinas, suas invasões, migrações, a circulação de conceitos e a criação de disciplinas híbridas (MORIN, 2003). Nesse sentido, a Sociologia do Esporte se mostra envolvida nesse movimento interdisciplinar, no qual, em meio a fronteiras tênues, Educação Física e Sociologia colaboram para o entendimento do fenômeno esportivo.

Com o arcabouço teórico-metodológico apresentado, realizamos a análise dos dados coletados na pesquisa, intentando estabelecer a história do campo da Sociologia do Esporte, a fim de perceber as influências que essa constituição possui nas dinâmicas do campo, mapear as estruturas e agentes, que se encontram nesse espaço social, e analisar a dinâmica que eles estabelecem, perante os campos da Sociologia e da Educação Física.

3. A SOCIOLOGIA DO ESPORTE NO BRASIL: UM CONTEXTO

Ao levarmos em conta as disputas que ocorrem dentro de um campo, as tentativas de subversão dos dominados e as estratégias de manutenção da ordem dos dominantes, não podemos desconsiderar a história deste campo, afinal, se esse espaço social possui uma história orientada e cumulativa, a intenção de superação é ela própria resultado dessa trajetória histórica. Dessa forma:

[...] toda a história do campo é imanente a cada um de seus estados e para estar à altura de suas exigências objetivas [...] é preciso *possuir* um domínio prático ou teórico dessa história e do espaço dos possíveis no qual ela se perpetua. O direito de entrada que todo recém-chegado deve pagar não é mais que o domínio do conjunto das aquisições que fundam a *problemática em vigor*. Toda interrogação surge de uma tradição, de um domínio prático ou teórico da herança que está inscrita na estrutura mesma do campo, como um *estado de coisas*, dissimulado por sua própria evidência, que delimita o pensável e o impensável e abre o espaço das perguntas e das respostas possíveis. Isso é visto bem no caso das ciências mais avançadas, onde o domínio das teorias, dos métodos e das técnicas é a condição do acesso ao universo dos problemas que os profissionais concordam em considerar interessantes ou importantes (BOURDIEU, 2010, p. 274, grifos do autor).

Essa questão se coloca com mais complexidade no caso das Ciências Sociais, em que a barreira de entrada é menos perceptível. Se ignorarmos como se constituiu historicamente o campo, podemos tratar as análises científicas como respostas a questionamentos do senso comum, como opiniões e ataques. Esse cenário é perpetuado por “ingênuos” que, por não deterem meios teóricos de dominar o problema em pauta, lançam no campo problemas sociais em estado bruto, que não constituem ainda problemas sociológicos (BOURDIEU, 2010).

Sendo assim, procuramos estabelecer uma história da pós-graduação nos dois campos em questão: da Sociologia e da Educação Física no Brasil.

Para compreendermos a trajetória da pós-graduação no Brasil, precisamos levar em conta que seu desenvolvimento não é proveniente de um processo de crescimento da produção científica nem do aperfeiçoamento do corpo docente; mas foi resultado de uma política de Estado, na qual o governo procura disciplinar e orientar o ensino superior, buscando sua

modernização (DURHAM, 1986). Levando esse fato em consideração, perceberemos ao longo da exposição desse capítulo as consequências de tal intervenção governamental.

A pós-graduação, do modo como a concebemos atualmente, é de origem recente no Brasil. Apesar de esforços anteriores em realizar pesquisas, que remontam à década de 1930, somente em 1965 – início do regime militar – se estruturou efetivamente esse novo nível de ensino. É através do parecer 977, conhecido como Parecer Sucupira, que foram instituídos os cursos de mestrado e doutorado, sendo o segundo a continuidade do primeiro (BALBACHEVSKY, 2005).

O contexto político e social do início dos anos 1960, momento em que a pós-graduação se firmava legalmente, influenciou esse processo. O regime militar, segundo Balbachevsky (2005, p. 277), teve:

A iniciativa de regulamentar esse nível de ensino reflete, em parte, a percepção das potencialidades estratégicas dessa etapa avançada de formação. Porém, não se pode perder de vista que a expansão desse sistema representava também uma alternativa doméstica barata para a qualificação dos professores da rede federal de universidades, que passava por uma forte expansão naqueles anos.

Em 1968, a nova legislação trouxe profundas mudanças para o sistema de pós-graduação, que se encontrava em expansão. Através da reforma universitária, a pós-graduação formalizou sua ligação institucional com os departamentos das universidades. Foi exigido do candidato um número mínimo de disciplinas especializadas a serem concluídas durante o curso, complementando o processo de realização da pesquisa, bem como o estabelecimento de bancas de qualificação e de defesa do trabalho; criaram-se, ainda, os conselhos de pós-graduação e mantiveram-se as relações de tutoria entre estudante e orientador (BALBACHEVSKY, 2005).

Tais ações acarretaram na melhoria dos programas oferecidos, fato influenciado pelo contexto dos anos 1970, no qual as pós-graduações foram definidas como foco das políticas governamentais, de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico (SCHWARTZMAN, 1991).

O governo articulou, nessa ocasião, o desenvolvimento científico com a estratégia de desenvolvimento econômico do país, pois o primeiro era visto

como importante instrumento para o segundo. A formação no exterior de pesquisadores brasileiros foi o primeiro passo para a composição da pós-graduação no país, na tentativa de passar de consumidores da tecnologia exterior para a criação dessa tecnologia em solo nacional (BALBACHEVSKY, 2005). Como em uma sociedade dependente, o capitalismo no Brasil não estabeleceu uma relação orgânica entre o desenvolvimento científico/tecnológico e o sistema produtivo, relação na qual os primeiros forneceriam os recursos tecnológicos necessários para o segundo. Nesse caso, ocorreu o modelo de industrialização dependente da importação, inclusive científica e tecnológica (FORJAZ, 1989).

Apesar do apoio ao crescimento da pós-graduação, o regime militar mantinha uma vigilância severa em relação ao que era produzido e discutido dentro das universidades. Na mesma época, as demonstrações populares de descontentamento com o regime então vigente se intensificavam, sendo parte dos manifestantes estudantes. Isso levou a um controle severo das atividades universitárias, principalmente as que envolviam questões políticas (SCHWARTZMAN, 1991).

Durham (1986) também ressalta que o endurecimento do controle, realizado pelo regime militar, gerou consequências diretas para a pós-graduação. A ocupação de posições de poder na universidade aos aliados do regime, o estabelecimento de formas de repressão e o controle sobre os grupos contrários à ditadura são alguns exemplos.

Durham (1986, p. 52) complementa:

Como o conservadorismo e o fisiologismo político estavam mais representados nos setores mais retrógrados academicamente, foi neles que o regime recrutou a cúpula dirigente da universidade. Tende a estabelecer-se uma contradição entre as intenções modernizadoras dos responsáveis pela política de pós-graduação, com sua ênfase na pesquisa e na postura acadêmica tradicional ou mesmo atrasada dos dirigentes das universidades. A exploração dessa contradição permitiu a preservação de um espaço acadêmico aos grupos dinâmicos e inovadores, inclusive àqueles que incluíam professores que se colocavam em oposição ao regime ou, pelo menos, os remanescentes desses professores que não foram afastados pelas medidas repressivas. Cumpre notar que isso só não foi possível na medida em que a organização da pós-graduação não dependia, ou dependia apenas indiretamente, de uma iniciativa da própria universidade.

A década de 1968 a 1978 foi de um rápido crescimento econômico e de mobilidade social. A pós-graduação acompanhou essa tendência nacional e apresentou crescimento, baseada em elementos provenientes das universidades norte-americanas: a organização em departamentos, o sistema de créditos, os institutos de pesquisa, dentre outras questões já citadas (SCHWARTZMAN, 1991). Fica clara a importação de um modelo externo de organização da pós-graduação, ao invés do amadurecimento da comunidade científica.

Com tal cenário da pós-graduação brevemente delineado, apresentamos a seguir a inserção no âmbito da pós-graduação e um breve histórico das áreas do conhecimento em questão.

3.1 SOCIOLOGIA

As Ciências Sociais tiveram em seus primeiros cursos de pós-graduação tendências distintas. Como caracteriza Durham (1986), alguns cursos apresentaram um caráter “moderno”, com estrutura e funcionamento flexíveis. Estes conseguiram se estabelecer através de captação de recursos de fontes de financiamento (Fundação Ford, Agência Brasileira da Inovação – FINEP e CNPq), fato que contribuiu para uma alta produtividade dos grupos, dada a necessidade de renovação de tais recursos. Todavia, a instabilidade provinda desse tipo de fomento também era perceptível.

O Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) – uma instituição que não pertence ao sistema de universidades públicas – e o programa de Antropologia Social do Museu Nacional – uma estrutura relativamente isolada do sistema universitário – são dois exemplos de cursos com o perfil delineado acima. Ambas as instituições eram dedicadas exclusivamente à pós-graduação e à pesquisa, o que possibilitou uma produção científica continuada. Os cursos também contaram com pesquisadores estrangeiros ou que receberam treinamento no exterior, trazendo consigo um conhecimento que ainda não era presente nas instituições brasileiras (DURHAM, 1986).

Um terceiro curso também carregava as características de modernidade e dinamismo, apontadas anteriormente: o Programa Integrado

de Mestrado em Economia e Sociologia (PIMES). Apesar de um início promissor, o curso apresentou dificuldades de desenvolvimento no processo de absorção pela UFPE, processo este que originou um acúmulo de encargos didáticos, uma diminuição da liberdade acadêmica e da autonomia administrativa, além de um constante embate por legitimidade e criação de um espaço próprio dentro da universidade (DURHAM, 1986).

De acordo com Durham (1986), essas instituições são as estruturas que mais se aproximam do parecer de 1968, com a exceção do seu posicionamento no campo: estão à margem da universidade e não a influenciam.

No outro pólo, Durham (1986) localiza os cursos criados em Universidades Federais e Estaduais, que somente foram possíveis devido aos esforços de grupos de professores que utilizaram recursos materiais, humanos e administrativos disponíveis para a graduação. Os cursos são compostos por pequenos grupos de professores com pouca experiência, mestres e doutores. A pós-graduação para esses profissionais parece ser um dos poucos caminhos possíveis para a pesquisa e a inserção na comunidade científica brasileira. No entanto, o cenário apresentou dificuldades como a falta de apoio institucional, autonomia financeira e administrativa, o que tornou difícil a expansão e consolidação dos cursos.

Entre esses dois polos, Durham (1986) aloca os cursos criados em universidades novas e com características que as diferenciam das tradicionais, como: agilidade, modernidade e menor burocratização – por exemplo, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Universidade de Brasília (UNB). Nesse âmbito, as atividades de pós-graduação contam com maior apoio institucional, o que propicia a captação de financiamentos externos para suprir as necessidades dos cursos que se estabelecem.

Os cursos de pós-graduação da Universidade de São Paulo (USP) estabelecem-se como um caso a parte. Apesar das amarras burocráticas que a instituição colocava, existia uma sólida tradição de pesquisa, corpo docente com titulação e experiência, formado na própria universidade. Dessa forma, foi viável manter uma significativa produção intelectual, apesar da influência dos moldes tradicionais (DURHAM, 1986).

Delineando brevemente algumas questões da pós-graduação, percebemos sua ligação com a universidade e a necessidade de compreender o processo de institucionalização da Sociologia, pois foram os profissionais desse âmbito que, acumulando encargos docentes, deram início a esse espaço institucional de pesquisa. Na presente sessão, procuramos apresentar um breve histórico da Sociologia no Brasil e, a partir dele, realizar alguns questionamentos acerca de sua agenda de pesquisa, influências de pesquisadores e matrizes teóricas.

Iniciamos tal percurso histórico na década de 1930, período que compreende a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Dessa década até o ano de 1964, o desenvolvimento intelectual e institucional das Ciências Sociais esteve vinculado à organização universitária, junto aos recursos governamentais concedidos para a elaboração de centros de debates e investigação que não tinham ligação com o ensino superior. Essas duas frentes diversas de desenvolvimento perduraram, pois atendem a demandas diferenciadas de certos grupos sociais emergentes, bem como aos projetos dos políticos dirigentes (MICELE, 1989).

Essa fase seguiu as mudanças de cunho modernizador do sistema educacional que estavam em curso. As Ciências Sociais, nesse contexto:

[...] eram valorizadas como instrumento requerido pela modernização social e institucional no país. Esta última a ser produzida pela ação política deliberada e cientificamente informada das elites dirigentes. Assim, as Ciências Sociais - em particular a Sociologia - deveriam constituir o ingrediente principal da formação de novas elites, habilitadas a assumir a tarefa de construção política de uma nação moderna. Da mesma maneira, tinham de fazer parte da formação básica dos cidadãos, cuja existência era vista como condição e substrato da nação (ALMEIDA, 1989, p. 189).

Em seus primeiros momentos, a Sociologia foi então inserida em Escolas Normais, como disciplina auxiliar da pedagogia, que tinha como expressão maior o movimento da Escola Nova. A publicação de manuais e coletâneas para o ensino da disciplina proliferou, com o intuito de divulgar as ideias dos pensadores europeus e norte-americanos renomados, como Durkheim e Dewey, dentre outros. Também se visava disseminar os pensamentos sociológicos sobre problemas sociais como urbanização,

migrações, analfabetismo, pobreza e miscigenação racial (LIEDKE FILHO, 2005).

Dessa forma, o processo de institucionalização das Ciências Sociais fez com que os pensadores autodidatas, que atuavam na pesquisa como descrito acima, se inserissem no âmbito da universidade. Os planos de reforma e expansão do ensino superior atrelaram o espaço concedido à pesquisa e à produção acadêmica em Ciências Sociais à docência, cujos frutos iniciais foram os professores secundários. Tal ação era muito próxima do campo político, como afirma Miceli (1989, p. 72):

Os think tanks criados no período em questão tiveram seus momentos de ascensão, apogeu e declínio, definidos de perto pelo cacife e interesses das lideranças governamentais que os protegiam das vicissitudes da conjuntura política. De qualquer maneira, não houve qualquer iniciativa institucional (empreendimentos educacionais ou centros de pesquisa e discussão) no campo das Ciências Sociais nesse período dissociada das demandas do sistema político ou dos grupos empresariais atuantes nos mercados do ensino e da produção cultural. Tal padrão de desenvolvimento institucional expressa portanto uma dissociação virtualmente completa entre os cientistas sociais e os interesses mais prementes dos setores populares.

Assim, tanto na cidade do Rio de Janeiro como em São Paulo – dois importantes centros de estudo das Ciências Sociais no Brasil –, as ações para o desenvolvimento da área eram voltadas para as necessidades dos grupos de interesse em operação na indústria editorial, no ensino secundário e superior, na grande imprensa, nos executivos dos governos, partidos políticos e organizações religiosas. Dessa forma, procurava-se qualificar o lugar desses especialistas na sociedade, já que este era de formação recente. A partir da metade dos anos 30, as sociedades científicas, as revistas e as representações acadêmicas se faziam mais presentes, evidenciando uma aproximação dos cientistas sociais como um grupo (MICELI, 1989).

Esse movimento de criação de espaços nas universidades marcou a densidade que a camada intelectual atingira, explicitando que o ensino superior deixara de ser preocupação apenas das elites econômicas e políticas, que frequentavam as escolas tradicionais de Direito, Medicina e Engenharia. Ele passara a ser, também, pauta de uma intelectualidade que,

embora reduzida em número, tinha capacidade de argumentação e articulação política para sustentar um espaço de produção do saber, no âmbito da universidade (ALMEIDA, 1989).

Todavia, o processo de construção institucional contou com vários fracassos e dificuldades. O primeiro deles, mencionado por Almeida (1989), foi a pouca autonomia das Ciências Sociais frente à conjuntura política e social da época. A reestruturação das universidades como um todo, atingindo também as Ciências Sociais, foi processo integrante de um *state building* focado na centralização. Desse modo, dentre os vários projetos de universidade postos em discussão, nos anos de 1930, predominou aquele que concedia pouca autonomia à instituição, garantia a presença do controle governamental e a uniformidade da entidade.

Com a exceção do caso de São Paulo, o movimento de modernização do ensino superior em curso não contou com o apoio da rede social das elites dominantes, que agiria como uma espécie de “amortecedor” das interferências governamentais, quando esta se tornasse excessiva (ALMEIDA, 1989).

No entanto, a decisão de constituir uma universidade seria uma tarefa mais fácil do que torná-la um local de produção científica. A institucionalização da pesquisa não foi um passo fácil, dada a falta de profissionais capacitados para tal. Especificamente no caso das Ciências Sociais, a dificuldade era o fato de a sua institucionalização ser fruto da legitimidade externa da abordagem dos estudos sociológicos e não do seu desenvolvimento como disciplina acadêmica. Desse modo, autodidatas – competentes, mas sem a vivência e o conhecimento em pesquisa indispensável para a constituição de uma ciência – lançaram as bases de uma disciplina com pretensões à ciência (ALMEIDA, 1989).

Para que ocorresse a consolidação da Sociologia no Brasil, foi necessário que no campo intelectual as formas de percepção e organização sobre o conhecimento da realidade se modificassem – o movimento modernista é um exemplo de tal mudança –, bem como transformassem o modo como tal campo ocorria e os sujeitos que a promoviam. A camada intelectual existente tinha densidade suficiente para construir um campo intelectual com certa complexidade institucional, com instituições modernas e

voltadas à pesquisa, propiciando um mercado de ideias (Martins *apud* ALMEIDA, 1989, p. 191).

Percebemos nesse segmento que a proximidade dos intelectuais com outros grupos parecer interferido na trajetória das Ciências Sociais, bem como o papel que a modernização da sociedade e da universidade teve para a inserção da disciplina, no âmbito universitário. Nessa conjectura, dois cenários acadêmicos são apontados como relevantes: os das cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Procuramos elencar brevemente as linhas gerais dos processos de institucionalização das Ciências Sociais nas duas cidades.

3.1.1 São Paulo

As Ciências Sociais em São Paulo tiveram seu desenvolvimento marcado principalmente por duas instituições de ensino superior: a Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), fundada em 1933, e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL), fundada em 1934. Tais instituições, atuando no mesmo nicho de formação profissional, tiveram que demarcar claramente seus espaços, apesar de terem origens culturais bastante diversas (LIMONGI, 1989).

Por ter sido criada um ano após a ELSP, a FFCL, parte da Universidade de São Paulo, ameaçou a existência da primeira instituição por possuir um projeto mais abrangente, ambicioso e o respaldo dos cofres públicos (LIMONGI, 1989). A definição inicial de temáticas a serem estudadas e os princípios de produção de conhecimento que pautariam os estudos vindouros foram frutos de esforços de mestres estrangeiros, que pautaram a construção do curso de Ciências Sociais. O desenvolvimento da Sociologia nesse contexto atrelou-se à organização da universidade, já que esta lhe conferia espaço institucional inédito (ARRUDA, 1994).

Era imperativo, portanto, confirmar a importância da ELSP no cenário das Ciências Sociais paulista. A diferenciação do caráter dos dois institutos foi ressaltada mais uma vez, sendo a FFCL responsável pela formação de professores secundários, elevação do nível da cultura geral e aumento da competência do eleitorado. A ELSP tinha como finalidade formar funcionários

técnicos, a fim de aumentar a competência das administrações governamentais (LIMONGI, 1989).

Dessa forma, a diferenciação entre as instituições levou a tipos de ensino diferenciados: na FFCL, a tônica era o ensino mais teórico e geral do que aquele ministrado na ELSP, de cunho mais prático e intervencionista. Isso leva à ênfase nas pesquisas de campo. Sobre esse fato, Limongi (1989, p. 220) complementa:

Quando se pensa em formar “funcionários técnicos” que “concorram para aumentar a competência das nossas administrações”, pensa-se ao mesmo tempo na produção do conhecimento científico sobre a “realidade nacional” que permita a intervenção destas elites técnicas. Conhecer de fato esta realidade é necessário para afastar uma ação baseada em “conjecturas de ordem muito geral e quase sempre falsas”. É preciso que o Estado possua os “dados objetivos” para que desempenhe com eficiência as atividades cada vez maiores a que é chamado.

Estas concepções, notadamente diversas, que marcaram o início das duas entidades se refletiram no cotidiano da docência. A FFCL, de cunho mais teórico, tinha disciplinas voltadas para reflexões, fomentadas pelas cátedras e pelas leituras, evidenciando a reprodução do modelo francês de ensino. Na ELSP, por sua vez, predominavam o empiricismo e o intervencionismo, aparentemente, de influência norte-americana (LIMONGI, 1989).

Arruda (1994) afirma que a produção dessas instituições demonstra um adensamento das interpretações sociológicas, já que não se deparam com um campo sem nenhuma produção prévia. Os estudos precursores do pensamento social brasileiro são base para essas pesquisas com crescente densidade sociológica. As influências francesa, norte-americana e alemã ficam claras tanto nas questões teóricas como nas escolhas de temas.

A Sociologia se estabelece academicamente a partir da elaboração dos primeiros estudos e da formação dos primeiros sociólogos em São Paulo. Nas referidas pesquisas, percebem-se as influências teóricas, frutos das orientações, em contato com a experiência da pesquisa, resultando na Sociologia acadêmica. A reflexão teórico-metodológica passa a ser um tema de pesquisa recorrente nas obras de autores como Florestan Fernandes, Ruy Coelho, dentre outros. A confluência entre a Sociologia, a Política e a

Antropologia também é constante para a análise dos objetos de estudo (ARRUDA, 1994).

A partir da década de 1950, a temática racial foi abordada pelo projeto de Roger Bastide e Florestan Fernandes. A segunda geração de sociólogos formados na USP trouxe novas formas de fazer pesquisa. A ênfase na abordagem da estrutura social já não é mais tão perceptível, bem como as pesquisas transdisciplinares; as considerações sobre a teoria não são suprimidas, mas centra-se no exame das obras clássicas, como por exemplo o marxismo. A sociedade industrial brasileira, a modernização, a compreensão dos fenômenos urbanos passa a fazer parte da agenda de pesquisas da Sociologia (ARRUDA, 1994).

Tais características das instituições permitiram que os estudos de pós-graduação possuísem um espaço definido na ELSP, tornando o perfil do sociólogo profissional e dedicado a pesquisas empíricas um modelo possível. Na FFCL, a docência tinha como objetivo preocupações teóricas e especulativas (LIMONGI, 1989).

Com a inserção de Donald Pierson na ELSP, em 1939, foi possível dar novos rumos ao projeto da instituição, dotado de uma base acadêmica que antes não se fazia presente. Dessa forma, o conhecimento produzido na instituição passou a se inserir no meio acadêmico e não mais se referiam ao Estado. Formaram-se sociólogos profissionais e não mais uma elite técnica. A pesquisa empírica ainda mantinha seu posto no projeto institucional, mas o intervencionismo perdia força (LIMONGI, 1989).

Pierson também teve a iniciativa da criação do programa de pós-graduação, em 1941, explicitando a inserção acadêmica em curso na ELSP. Sobre o ponto, Limongi (1989, p. 223) destaca que:

A existência da pós-graduação, inclusive, será um ponto extremamente positivo para a ELSP em seu “confronto” com a USP. Nesta, como vimos, não só o treinamento em pesquisa não recebia tanta ênfase, como também não havia pós-graduação. Havia, tão-somente, a possibilidade de fazer o doutoramento sem orientação sistemática. Assim, a ênfase no treinamento em pesquisas aliada à pós-graduação tornavam a ELSP uma alternativa sedutora para os recém-formados pela FFCL que pretendiam afirmar-se em sua especialidade. Além do que, como veremos, a pós-graduação da ELSP era inteiramente voltada para o desenvolvimento de áreas de pesquisa, dimensão completamente ausente na FFCL.

Mas não foi somente Donald Pierson que levou a cabo o projeto da pós-graduação. Hebert Baldus e Emilio Willens, ambos alemães, tiveram papéis decisivos, sendo este último influenciado pela Escola de Chicago¹⁴ (LIMONGI, 1989).

Pierson estava preocupado em formar verdadeiros cientistas sociais através do treinamento, iniciativa que teve espaço na ELSP. Esse treinamento era considerado por este sociólogo como uma afirmação progressiva da Sociologia científica. Fica clara a posição central da preparação dos futuros cientistas sociais, porém, esta não foi a única atividade realizada para a formação desses profissionais. A tradução de produções internacionais também era contemplada, visando a um maior arcabouço teórico acessível para tais profissionais realizarem pesquisas e ministrarem aulas (LIMONGI, 1989).

Para preparar os jovens pesquisadores de São Paulo, Pierson realizou um projeto dividido em três momentos. O primeiro deles consistiu na organização de pequenos estudos na cidade de São Paulo, que preparou os pesquisadores para a fase seguinte, que abordou o interior do estado. Era de interesse do governo estabelecer os traços básicos da cultura *folk*, que após esse *survey*, teve como objeto de estudo a cidade de Cruz das Almas. Tal estudo serviria como um estágio prático na formação dos pesquisadores, no qual, em um primeiro momento eram supervisionados pelo próprio Pierson e mais tarde, na terceira fase, por assistentes (LIMONGI, 1989).

Dessa forma, percebemos que Pierson não influenciou somente a formação dos pesquisadores da ELSP, mas também a agenda de estudos realizados nessa instituição, voltados claramente para a pesquisa de comunidades, em especial, a paulista. Como colocamos acima, tais estudos

¹⁴Escola de Chicago é a denominação dada a um enfoque do trabalho sociológico, ligado ao Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago. Tem a denominação de “escola”, devido à concentração dos estudos em problemas urbanos, o uso de métodos ecológicos e etnográficos, além das primeiras discussões que originou a perspectiva interacionista (JOHNSON, 1997). Para mais informações, conferir BECKER, H. A escola de Chicago. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 jan. 2013.

são perpassados pela busca de objetividade e influenciados pela Escola de Chicago (LIMONGI, 1989; ORTIZ, 1990).

Ortiz (1990), ao abordar a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, ressalta que nesse período inicial da instituição foram privilegiados os estudos sobre a cultura, como mencionado anteriormente. O autor sugere que essa tendência de estudos possui uma influência do referencial de Durkheim e:

Se é verdade que a Faculdade de Filosofia da USP cresceu sob a hegemonia francesa, não se pode esquecer que esta ascendência remontava a uma sociologia dos anos 20, momento em que a geração de professores que veio ao Brasil se formou. Período em que a escola durkheimiana é hegemônica e os estudos culturais florescem (ORTIZ, 1990, p. 165).

Tratando sobre os temas abordados, percebemos que os estudos realizados foram de um ambiente específico da universidade, até a década de 1940, são ainda os mesmos temas tratados nas décadas seguintes, diferenciando-se na autonomização do pensamento sociológico no âmbito universitário. Ortiz (1990, p. 165) reforça que:

Na verdade, não existia ainda um espaço específico, no interior do qual o saber sociológico pudesse se autonomizar, ele se espalhava pelas escolas de Medicina, de Direito, e pelos Institutos Históricos e Geográficos. A universidade moderna rompe com esta circunstância; ela secreta as condições materiais para o desenvolvimento de uma autonomia científica definida agora por outros parâmetros. A Sociologia, ao se apresentar como uma "esfera de bens restritos", marcada pela ideologia do acadêmico, se afasta de seu destino anterior. Se as temáticas permanecem, elas devem ser submetidas a um processo de reinterpretação.

Dessa forma, o cenário acadêmico de São Paulo que se delineou teve influências externas claras, tanto na sua forma de organização acadêmica e de pesquisa – a presença de professores estrangeiros na institucionalização e na constituição dos programas de pós-graduação, são exemplos de tais influências e da necessidade de importação de um modelo organizacional, bem como o treinamento dos pesquisadores brasileiros –, quanto nas matrizes teóricas para análise dos objetos de pesquisa – nas quais notamos o uso de teorias europeias e norte-americanas.

3.1.2 Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, a situação da institucionalização era bastante distinta da vista em São Paulo, tanto na frágil e recente organização universitária, como em termos da relação entre a hierarquia acadêmica incipiente e o poder político, perpassado por pressões de outras esferas sociais (MICELE, 1989). Esse processo teve seu período frutífero entre as décadas de 1930 e 1950. Nos anos de 1930, a criação de novas instituições foi fruto dos embates no espaço político-ideológico, particularmente no que concerne ao sentido das mudanças necessárias para a modernização do ensino superior (ALMEIDA, 1989).

A primeira instituição criada nessa década foi o Instituto Católico de Estudos Superiores (ICES), que objetivava construir um centro de atuação dos católicos no debate sobre o ensino superior, além de organizar e disseminar a influência do pensamento católico na formação de elites. Sob os cuidados de Alceu de Amoroso Lima e Pe. Franca, esse espaço institucional garantia um local na universidade para a Igreja, enquanto o Estado exercia o controle sobre as instituições públicas, particularmente a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil (ALMEIDA, 1987; ALMEIDA, 1989).

A criação do ICES foi o início do movimento que culminou na criação das faculdades católicas, na década de 1940. Todavia, anteriormente a essa criação, ocorreu a tentativa de garantir um espaço universitário para a Igreja, em detrimento do poder estatal, e exercer o controle hegemônico sobre a universidade pública, especialmente sobre a Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil – criada em 1939 (ALMEIDA, 1987; ALMEIDA, 1989).

A segunda iniciativa de criação de um espaço institucional para as Ciências Sociais, que se contrapõe à iniciativa católica no espectro político, é a Universidade do Distrito Federal, em 1935 (ALMEIDA, 1987; ALMEIDA, 1989).

A instituição era concebida como local da atividade científica livre e da produção intelectual desinteressada. Todavia, a Universidade do Distrito Federal foi, desde seus momentos iniciais, um terreno de embates entre liberais, esquerdistas, católicos e integralistas. Também não dispunha de uma rede social de apoio, como no caso da USP, que pudesse amortizar os

conflitos políticos que a afetaram na década de 1930 (ALMEIDA, 1987; ALMEIDA, 1989; MICELI, 1989).

Essas pressões e lutas, principalmente entre lideranças católicas e o Ministério da Educação, inviabilizaram politicamente o projeto da universidade, que foi extinta. Abre-se, então, o espaço para a criação da Faculdade Nacional de Filosofia – a terceira iniciativa de institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro –, que tinha laços com a liderança católica e com o ministro Capanema. Sob influência do cenário político da época – o Estado Novo –, a instituição contratou docentes brasileiros e estrangeiros de renome. No entanto, a estadia e impacto dos professores estrangeiros parece ter sido breve e de pouca relevância, se comparado ao ocorrido na USP. A atividade de pesquisa, também em comparação a cenário de São Paulo, não ocorreu efetivamente, resultando dessa iniciativa poucos trabalhos, que mais tinham características de ensaio com viés sociológico (ALMEIDA, 1987; ALMEIDA, 1989; MICELI, 1989).

Juntamente com tais iniciativas no ensino superior, outra instituição foi fundada na década de 1930, capaz de abrigar os estudos das Ciências Sociais sem o cunho acadêmico estrito. Dada a necessidade de modernização do Estado, foi necessária a criação de organismos com o objetivo de informar os políticos do governo central. Desse modo, foram fundados o Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP), em 1937, e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1938. Essa última instituição foi chave para a institucionalização dos estudos demográficos no Brasil, pois provia as Ciências Sociais de dados estatísticos indispensáveis para seu avanço (ALMEIDA, 1989).

O INEP foi criado como um desdobramento do Ministério da Educação, pelo esforço dos intelectuais ligados à Academia Brasileira de Letras (ABE) para promover a reforma educacional. Assim, as Ciências Sociais teriam papel importante nesse processo, estando, portanto, intimamente ligadas a esses acontecimentos. O objetivo do INEP era promover estudos e pesquisas que informassem a atuação governamental. Sobre o ponto, Mariani *apud* Almeida (1989, p. 200) sugere que ocorreu:

[...] um significativo e bem sucedido esforço de construção institucional, um importante trabalho de divulgação do pensamento pedagógico internacional, um começo de consolidação das informações sobre a história da educação no país, e um fracasso no que respeita aos ambiciosos planos para o desenvolvimento da pesquisa de cunho sociológico. A mesma autora atribui esse fracasso à escassez de pessoal qualificado, agravada por disposições burocráticas que obrigavam o provimento dos cargos por “técnicos de educação”, especialidade à qual o Departamento de Administração do Serviço Público - DASP, outorgou monopólio do exercício profissional, antes que o sistema educacional fosse capaz de produzi-los nas quantidades e com a qualificação requeridas.

Para Almeida (1989), essa relação próxima com a política, nas duas primeiras décadas de institucionalização das Ciências Sociais, parecia estar na raiz dos problemas apresentados por ela, constituindo, portanto, sua força. As instituições criadas, como o INEP e o IBGE, que abrigavam as Ciências Sociais, eram parte do aparelho governamental e sofriam diretamente as pressões do campo político. De outra forma, essa disciplina era afetada pelos projetos culturais-ideológicos de forças que disputavam espaço na arena política e também repercutiam diretamente na vida acadêmica, que dependia de gerências externas à academia, o que não era sempre benéfico para seu crescimento.

No pólo oposto dessas influências, as circunstâncias colocadas promoviam o cultivo de conexões com o campo político e com as agências governamentais, o que tornou plausíveis as ambições dos intelectuais envolvidos com o campo acadêmico. Na década de 1950, é possível perceber que essas relações se mantiveram, pois as principais instituições fundadas nessa década tiveram como nomes fundamentais os intelectuais e políticos em constante trânsito nessas esferas (ALMEIDA, 1989).

Inevitavelmente, essas relações influenciaram as produções científicas das Ciências Sociais, que tratavam de assuntos da esfera política e seu compromisso com a intervenção. Essa obsessão com a política prática diferenciou as produções existentes no Rio de Janeiro das de São Paulo, marcando as distintas formas de conceber as Ciências Sociais nos dois núcleos (ALMEIDA, 1989).

Nessa cidade, os empreendimentos universitários foram marcados por uma corrida política pelas posições disponíveis, que tornaram-se alvo de

clientelismo e foram preenchidas rapidamente por docentes estrangeiros, jovens que possuíam uma relação de protecionismo com algum político e por professores transferidos dos cursos de Direito e Medicina (MICELI, 1989).

Assim, o vigor intelectual no Rio de Janeiro estava atrelado, na maior parte das vezes, a iniciativas assumidas por setores políticos e governamentais influentes. Almeida (1987, p. 48) ilustra o ponto:

Com efeito, muitas das instituições onde as Ciências Sociais se abrigaram, em parte do aparelho governamental (INEP, IBGE). De outra parte, elas constituíam, com frequência, a materialização de projetos culturais-ideológicos de forças que se definiam e disputavam poder na arena política. Por conseguinte, as repercussões dos embates políticos na vida interna das instituições acadêmicas eram necessariamente imediatas. No caso da Universidade pública, esse efeito foi potencializado pelo prevalecimento de um modelo centralista e autoritário. Ele consagrava a ingerência do Poder Executivo sobre a natureza e condições de exercício da atividade acadêmica, assim como sobre a distribuição de poder no seu interior.

Ainda sobre a questão, Miceli (1989, p. 82) suscita a reflexão sobre a experiência isebiana:

O ISEB foi uma aliança entre jovens intelectuais requintados de famílias abastadas e licenciados pés-de-boi de famílias remediadas, os primeiros desejosos de alavancar sua irresistível ascensão política através de uma experiência conjugada no setor privado, no governo e nas instituições culturais, os demais discernindo nessas últimas possibilidades de associar suas veleidades intelectuais à militância política. Os isebianos de estirpe eram membros das elites que dispunham de um patrimônio pessoal e familiar, socialmente destinados ao desempenho de mandatos políticos, ao trato dos negócios públicos; os isebianos de uniforme pertenciam a setores sociais emergentes justamente através da qualificação escolar e das provas de mérito no trato das coisas da inteligência, a política, a ética e a cultura. Trata-se, bem entendido, de uma sociabilidade um tanto perversa onde os abonados não têm tempo nem disposição para os encargos docentes e administrativos de que se incumbem os outros; estes, por sua vez, não dispõem do cacife de relações sociais necessário à obtenção de recursos financeiros para viabilizar a própria instituição em que os primeiros se apóiam e os duros se abrigam.

Se em São Paulo, os cientistas sociais que eram ligados à ELSP e à Universidade de São Paulo (USP), como docentes e pesquisadores, desfrutavam de um emprego em tempo integral, no Rio de Janeiro, os

isebianos tinham a carreira acadêmica como um “bico prestigioso” (MICELI, 1989, p. 82), exercida dentre outras atividades.

No entanto, a produção carioca tinha um aspecto mais moderno, por ter o foco nos mecanismos de intervenção e planejamento dos campos econômico e social – preocupações estas que só irão se manifestar no núcleo paulista mais tarde, na década de 1960 (MICELI, 1989). A tensão entre as Ciências Sociais e a política foi tema dos estudos, sendo recorrente a discussão da relevância política do conhecimento produzido (ALMEIDA, 1987).

Os anos de 1950 também foram frutíferos na criação de instituições, contrastando com a década anterior. Além de numerosos, os investimentos eram diversificados: foram criados órgãos no interior de instituições públicas e unidas as instituições de ensino superior. Essa variedade já apontava para uma tendência à diferenciação disciplinar dentro das Ciências Sociais, ainda que a Sociologia fosse concebida como dominante e matriz integradora do conhecimento das demais disciplinas (ALMEIDA, 1989).

Todavia, a expansão institucional não era sinal apenas do vigor conquistado pelas Ciências Sociais, mas sim de uma tendência à diversificação de grupos e interesses dentro da referida ciência. Também pode ter sido uma tentativa dos agentes que, ao estarem envolvidos na organização de mais de uma instituição, garantiam que pelo menos alguns deles vingassem, visto a dificuldade de consolidação desses empreendimentos (ALMEIDA, 1989).

Os recursos utilizados para tais empreitadas eram de três ordens: influência política, poder político e contatos internacionais – que estavam vinculados aos agentes específicos, como um atributo pessoal. Tais agentes não estavam vinculados à universidade, focando o desenvolvimento das Ciências Sociais às margens do ensino superior (ALMEIDA, 1989).

Sobre o cenário institucional, os perfis de São Paulo e Rio de Janeiro são bastante diversos. Na então capital do país, as Ciências Sociais não se inseriram na universidade; ao passo que em São Paulo, a hierarquia acadêmica já sendo moldada por docentes estrangeiros, habituados às regras e costumes da competição acadêmica europeia, especificamente a francesa. Existia a preocupação de instaurar “procedimentos, exigências e

critérios acadêmicos de avaliação, titulação e promoção” (MICELI, 1989, p. 81). Para obter as posições prestigiosas dentro da instituição, era necessária a produção e defesa do doutoramento, o concurso para a livre-docência, a conquista da cátedra. Desse modo, as posições prestigiosas eram preenchidas por pesquisadores nativos, que firmaram sua reputação através da produção intelectual e/ ou ocuparam as cadeiras deixadas pelos professores estrangeiros.

Outro indicativo de que a institucionalização das Ciências Sociais foi mais consistente em São Paulo, é o fato de duas sociedades científicas da área terem sido fundadas, além da realização do I Congresso Brasileiro de Sociologia. A comunidade científica se apresenta em vias de constituição, através de suas obras e tomadas de posição. Apesar da forte influência estrangeira, de escolas tradicionais, a agenda de leituras, estudos e preocupações não foi afetada. No Rio de Janeiro, a situação que se apresentava era diversa, sendo o meio acadêmico influenciado pelo paradigma jurista e/ ou militante, levando a comunidade acadêmica a adotar os modelos de interpretação desenvolvimentista como critério de relevância intelectual (MICELI, 1989).

Percebemos, então, que a questão do teor do que se entende por excelência intelectual é diverso nesses dois centros das Ciências Sociais. Enquanto no Rio de Janeiro a hierarquia de relevância dos objetos de pesquisa estava atrelada à pertinência ao debate político – o que leva a considerar em primeiro lugar o conteúdo, em detrimento dos procedimentos científicos –, em São Paulo, prevaleceu uma hierarquia acadêmica, privilegiando métodos de apropriação científica e os focos de interpretação, primando pela excelência intelectual (MICELI, 1989).

3.1.3 A Sociologia após a década de 1960

A Sociologia Científica, situada temporalmente após a década de 1960, como define Liedke Filho (2005, p. 389) é caracterizada:

[...] pela “adoção dos princípios básicos do conhecimento científico em geral, embora tenha suas próprias especificidades”, assim como pelo “desenvolvimento de procedimentos de pesquisa

extremamente refinados e muito mais poderosos do que os previamente utilizados”. As conseqüências disso são uma “tecnificação crescente da Sociologia, dada a estandardização dos procedimentos de pesquisa, o uso generalizado de instrumentos selecionados de pesquisa, a rotinização e coletivização das atividades, a necessidade crescente de recursos financeiros, espaços físicos e equipamentos, e de pessoal técnico e administrativo” (Germani, 1964). Portanto, a consecução deste projeto intelectual implica alcançar um padrão de ensino e pesquisa similar àquele dos países centrais onde a “Sociologia Científica” foi formulada originalmente.

Esse projeto foi influenciado negativamente pelo advento do regime autoritário – a ditadura militar –, que representou um obstáculo para a consolidação da dita sociologia (Germani, Fernandes *apud* LIEDKE FILHO, 2005).

Dessa forma, de acordo com a Teoria da Modernização, uma crise na Sociologia, gerada por uma interferência externa, pode ser concebida como um sinal de imaturidade da disciplina e, sendo essa fase superada, implicaria o desenvolvimento pleno da Sociologia Científica (LIEDKE FILHO, 2005). No outro extremo, a Teoria do Neo-Colonialismo sugere a situação de dependência dos centros produtores de conhecimento. Sob essa ótica, a importação de problemáticas e teorias dos centros mencionados acima é considerada como uma alienação cultural, a ser superada para a composição de uma sociologia nacional, que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento de uma consciência nacional, além de possibilitar a relação entre o conhecimento e a prática popular (Ramos; Carri *apud* LIEDKE FILHO, 2005).

Liedke Filho (2005, p. 392) complementa:

Simetria, sincretismo, dogmatismo, dedutivismo, alienação e inautenticidade são as características da “sociologia enlatada” ou “sociologia consular”. A simetria e o sincretismo devem-se à adoção imediata, geralmente por justaposição das orientações européias e norte-americanas mais recentes, sendo que “as orientações e tendências aparecem aqui, simetricamente, na mesma ordem que surgem lá”, e “os nossos autores estão sempre dispostos a fazer aqui a conciliação de doutrinas que, nos próprios países de origem, são incompatíveis” (Ramos, 1957, p. 20). O dogmatismo “consiste na adoção extensiva de argumentos de autoridade na discussão sociológica, ou em certa tendência a discutir ou avaliar fatos através da justaposição de textos de autores prestigiosos” (Ramos, 1957, p. 20). O dedutivismo decorre diretamente do dogmatismo, pois “desde que se empreste aos sistemas estrangeiros o caráter de validade absoluta, eles passam

a ser tomados como pontos de partida para a explicação dos fatos da vida brasileira” (Ramos, 1957, p. 21).

Assim, a sociologia brasileira não seria fruto de esforços para promover uma leitura nativa, mas sim uma leitura similar a do estrangeiro, que analisa os problemas com base no seu contexto nacional e os interpreta (Ramos *apud* LIEDKE FILHO, 2005).

Uma terceira teoria aponta a possibilidade da emergência de uma sociologia nacional, atrelada à superação da situação neo-colonial, acompanhada da consolidação das democracias nacionais (LIEDKE FILHO, 2005).

Ao final dos anos 1950 e início dos anos 1960, ocorreu a emergência de uma crítica marxista a essas visões de Ciências Sociais postas acima, o que implicou uma crescente diferenciação paradigmática, ou seja, oportunizou a diversificação da sociologia brasileira. Dessa forma, foi possível a renovação teórico-metodológica e temática do final da década de 1960, que foi acompanhada por um cenário turbulento nas Ciências Sociais brasileiras. Esse período foi marcado pela crise institucional e profissional devido às medidas repressivas do regime ditatorial. Apesar do cenário desfavorável, ocorreu a expansão da Pós-graduação – principalmente daquelas criadas e consolidadas após o ano de 1969 –, bem como a criação de atividades nos centros privados de pesquisa – como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) e o Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Produtivo (IDESP) (SORJ, MITRE *apud* LIEDKE FILHO, 2005).

Tais iniciativas só foram possíveis devido à reforma universitária, ocorrida em 1969, que introduziu o sistema departamental e novas regras para o ensino universitário, como por exemplo, a formação de pós-graduações. A graduação também teve um incremento no número de graduações em Sociologia e Ciências Sociais, devido à reforma de 1968 e à privatização do ensino superior. Esses centros forneciam uma alternativa às atividades intelectuais, já que no âmbito das instituições públicas não era possível tal expansão (LIEDKE FILHO, 2005).

Concomitante a esse cenário, ocorreu uma crise mundial das Ciências Sociais no final da década de 1960, fazendo com que os pensadores brasileiros revissem seus paradigmas teóricos e metodológicos. Assim, formularam-se novas abordagens, das quais podemos citar a Teoria da Dependência e do Novo Autoritarismo, que revia as premissas colocadas pelas teorias utilizadas anteriormente. As temáticas também se alteraram, tendo como foco os problemas sociais do Brasil contemporâneo – modelo econômico-excludente, o modelo político autoritário, os movimentos sociais, os movimentos sindicais, etc. (LIEDKE FILHO, 2005).

3.2 EDUCAÇÃO FÍSICA

Nessa sessão, apresentamos a inserção da área no âmbito da pós-graduação, bem como um percurso histórico da Educação Física, da influência sofrida pelas áreas médica e militar à inserção nas escolas e âmbitos não formais. A partir de tal trajetória, podemos compreender algumas das questões postas para o campo acadêmico-científico da Sociologia do Esporte no Brasil.

O primeiro programa de pós-graduação em Educação Física, instituído no Brasil e na América Latina, foi o da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, em 1977. O curso de mestrado inicialmente focava na formação de docentes para o ensino superior, além de desenvolvimento de conhecimento na área, através de pesquisas. Em 1989, iniciou-se o curso de doutorado em Educação Física, também inédito na América Latina (AMADIO, 2007).

Com a implementação da pós-graduação *stricto sensu*, novos docentes de outras universidades brasileiras e estrangeiras ingressaram no quadro da USP, e os professores da Escola de Educação Física e Esporte também procuraram cursos de mestrado e doutorado fora do país para dar continuidade ao programa (ROSE JUNIOR, 2007).

Após essa iniciativa pioneira, a pós-graduação em Educação Física teve uma expansão significativa em grupos de pesquisa, produção intelectual, congressos, cursos de mestrado e doutorado, dentre outras iniciativas (KOKUBUN, 2003).

A demanda por cursos de mestrado e doutorado em Educação Física não se deu somente pela necessidade de contribuir para a pesquisa na área, mas também pela falta de docentes universitários, dada a expansão dos cursos de graduação (TANI, 2000). A ênfase na formação de docentes parece ter colocado em segundo plano outro aspecto da função da pós-graduação: a capacitação de recursos humanos para a produção de conhecimento, pensando o desenvolvimento da área (KOKUBUN, 2003). Percebemos nesse ponto, a relação entre a graduação e a pós-graduação em Educação Física, que acaba moldando os contornos da área.

Sobre essa ligação entre a graduação e a pós-graduação, Kokubun (2003, p. 11) sugere que:

Tanto o ensino de graduação como a pesquisa e o desenvolvimento compartilham de dois componentes comuns: o corpo de conhecimentos que caracteriza uma área e os recursos humanos que atuam como sujeitos nos dois componentes. A existência de um corpo de conhecimentos com densidade e profundidade é condição essencial para justificar a criação e manutenção de um curso de graduação pois é naquele corpo de conhecimentos que se assenta todo o processo de formação superior. A atividade de pesquisa, em contrapartida, constitui-se em meio pelo qual o corpo de conhecimentos é lapidado, aperfeiçoado e renovado, realimentando, portanto, o sistema de ensino superior.

Fica claro que a relação que se estabelece é de mútua influência, entre a graduação e a pós-graduação. Entretanto, em seus momentos iniciais, a necessidade da graduação de docentes titulados parece ter influenciado negativamente a pós-graduação, alterando seu foco e afetando sua consolidação.

Até o início dos anos 2000, Tani (2000) identificava uma demanda reprimida, na qual profissionais aguardavam a abertura de programas de pós-graduação *stricto sensu*, para complementar sua formação, atendendo às exigências dos órgãos regulamentadores competentes. Sobre o ponto, o autor complementa:

Além disso, as recentes deliberações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação acerca da titulação mínima dos docentes nas instituições de ensino superior têm exigido de muitas faculdades e universidades, especialmente privadas, um rápido investimento na capacitação docente, pelo menos em nível de mestrado. Em razão dessa alta demanda, algumas instituições de ensino superior não

têm resistido à tentativa de oferecer programas de Pós-Graduação, mesmo sem a recomendação oficial de funcionamento, para solucionar principalmente os seus problemas internos. Começam a surgir também programas em parceria com instituições estrangeiras, das mais variadas formas, sem uma avaliação mais cuidadosa e fundamentada de suas consequências acadêmico-científicas e jurídicas (TANI, 2000, p. 82).

Os programas já existentes nesse cenário ainda se encontravam em fase de consolidação, sendo para Tani (2000) primordial o fortalecimento desses programas, melhorando sua qualidade e dinamizando seu fluxo de alunos.

A caracterização desses programas em consolidação é bastante heterogênea, dificultando a definição da identidade da área, bem como a visualização da ligação entre a área básica, as linhas de pesquisa e os projetos de cada programa. A diferenciação entre os programas de pós-graduação vai além de questões terminológicas, mas é sintomática de um problema de base epistemológica da área (TANI, 2000).

Nas classificações oficiais que regem a pós-graduação (CAPES e CNPq), a Educação Física pertence à área das Ciências da Saúde. Isso se deve a uma constituição histórica, que será melhor explorada mais adiante, na qual as primeiras práticas da Educação Física foram atreladas ao campo médico. Suas referências teórico-metodológicas foram inicialmente “emprestadas” do referido campo, influenciando de maneira decisiva a constituição da Educação Física (BRACHT, 2006).

Contudo, a aproximação com as Ciências Humanas também é possível, dada a natureza do objeto que a área trata: o movimento humano. Bracht (2006, s./p.) complementa:

Embora a objectualização dos fenômenos atinentes à área da EF tenha sido inicialmente realizada a partir do aporte teórico-metodológico das ciências naturais, hoje, pode-se dizer que não há predomínio ou hegemonia quer dos aportes típicos/próprios das ciências naturais, quer dos aportes típicos/próprios das ciências humanas. Exemplo disso são os programas de pós graduação stricto sensu da área, que na sua maioria possuem áreas de concentração ou linhas de pesquisa que se orientam em ambas as tradições teórico-metodológicas. É natural que em um ou outro programa uma das perspectivas seja majoritária. Mas o que podemos perceber na área é que práticas como a ginástica ou o esporte são objectualizados tanto a partir da fisiologia, como pela sociologia, tanto pela biomecânica como pela psicologia, etc.

Os docentes desses programas de pós-graduação, inicialmente foram, como define Tani (2000, p. 86), como um “professor que pesquisa”. Em outras palavras, a ocupação principal dos docentes era com o ensino na graduação e, em segundo plano dentro das possibilidades, realizar pesquisas. Resultante disso, a área sofreu um prejuízo revelado nos problemas de identidade, caracterização e estrutura da Educação Física (TANI, 2000).

A formação de tais docentes é fator que influencia os contornos dos cursos de pós-graduação oferecidos e as pesquisas desenvolvidas. Kokubun (2003), em sua pesquisa, constatou que a maior parte dos docentes era formado na área de Educação Física, tanto no exterior como no Brasil. Seguindo a Educação Física, as áreas de Ciências Humanas e Ciências Biológicas concentravam a segunda e terceira maiores concentrações das formações, respectivamente. O autor também ressalta que a formação no exterior era superior à formação em programas nacionais, o que pode ter contribuído para o problema da identidade epistemológica da área.

A questão dos problemas de identidade da área da Educação Física suscitou diversos debates e ainda movimenta as discussões acadêmicas. Betti (2005) nos apresenta algumas perspectivas defendidas: da Educação Física como disciplina científica¹⁵ ou como uma área que recorre a diversas matrizes teóricas de outras ciências para a leitura de seu objeto. Interessamos para o debate particularmente a segunda.

Lovisol (1996), por sua vez, coloca em discussão a dificuldade de construir uma identidade disciplinar da Educação Física, de estabelecer o objeto teórico da área e as metodologias apropriadas para abordá-lo. Nessa perspectiva, não é possível consolidar uma área disciplinar no seu sentido mais estrito que pudesse abarcar a multiplicidade de enfoques necessários para estudar seu objeto. Disciplinas como a Sociologia, Filosofia, Antropologia, dentre outras, abordam recortes do fenômeno, sendo a Educação Física um campo de aplicações das interpretações, marcos teóricos e metodológicos das referidas disciplinas.

¹⁵Para mais informações, consultar Tani (1996) e Sérgio (1987).

Bracht (1999) coaduna com tal perspectiva, quando ressalta que o conhecimento na área de Educação Física se constitui pela absorção de matrizes teóricas de outras disciplinas e por práticas científicas marcadas pelas abordagens disciplinares de outras ciências do objeto pesquisado. Com essa dinâmica no processo de constituição da Educação Física, a área fragmentou-se em terminologias específicas e diferenciadas, originando a crise de identidade. Essa dependência de outras disciplinas para tornar-se ciência faz com que a Educação Física seja “colonizada” epistemologicamente” (BRACHT, 1999, p. 30).

Por permitir o diálogo de seu objeto com as Ciências tanto da Saúde como Humanas, a Educação Física recebeu influência de ambas, sendo as Ciências da Saúde mais presentes no histórico da área. Na busca de valorização, e devido à necessidade de arcabouço teórico para o entendimento do corpo humano, a Educação Física recebeu fortes influências da área médica. As abordagens das Ciências Humanas se mostram mais recentes e parecem promover uma ruptura com a visão voltada para o aspecto biológico da área (ROSA, LETA, 2010).

Quando lançamos o olhar para essa dinâmica de divisão e disputa de espaço dentro da Educação Física, percebemos que os estudos de cunho biológico ainda são predominantes. Todavia, os estudos baseados nas matrizes teóricas das Ciências Humanas têm ganhado espaço, pela necessidade de entender as relações entre o movimento, a atividade física, o esporte e questões acerca do lazer, bem-estar, dinâmicas sociais, aspectos psicológicos, etc., que não são possíveis com os conhecimentos das Ciências Naturais (ROSA, LETA, 2010).

Rosa e Leta (2010) elencam alguns fatores para a predominância dos estudos biológicos na Educação Física: a questão da constituição histórica da área, os currículos da graduação e da pós-graduação, que podem interferir na escolha do pesquisador por uma ou outra abordagem, e o *status* proporcionado pelas pesquisas nas ciências naturais.

Para compreender as questões levantadas sobre a área da Educação Física, faz-se necessário conhecer sumariamente sua história. A fim de apresentar ao leitor um breve panorama geral das tendências da Educação Física, adotamos, como um dos possíveis exemplos, a exposição proposta

por Ghiraldelli Junior (1991): a Educação Física Higienista – até 1930; a Educação Física Militarista – de 1930 a 1945; a Educação Física Pedagógica – de 1945 a 1964; a Educação Física Competitivista – após o ano de 1964; e a Educação Física Popular. Cada uma dessas tendências foi notada na produção científica de suas respectivas épocas, não significando, necessariamente, que a prática da Educação Física se desenrolava sob essa concepção. As tendências podem se misturar ou perdurar por mais tempo do que indicado, visto que o recorte temporal proposto pelo autor é de cunho didático e se refere ao momento em que esta tendência estava mais perceptível.

A primeira tendência, a Educação Física Higienista, tem como foco o cuidado com a saúde e esteve presente na sociedade como concepção hegemônica, no período de 1889 a 1930 – anos finais do Império e no período da Primeira República. Especificamente nessa linha de pensamento, concerne à Educação Física o papel de contribuir para a formação de homens e mulheres sadios, dispostos para o trabalho. Abrangendo mais do que a saúde individual, a Educação Física preocupava-se também com a saúde coletiva “num projeto de ‘asepsia social’” (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991, p. 17). Sendo assim, as práticas da Educação Física deveriam disciplinar os hábitos das pessoas, visando ao afastamento de ações que deteriorassem a saúde física e moral, fato que comprometeria a vida em sociedade.

Esse enfoque procura resolver o problema da saúde, tanto individual quanto coletiva, através da Educação. Nas palavras de Ghiraldelli Junior (1991, p. 17):

A idéia central é a disseminação de padrões de conduta, forjados pelas elites dirigentes, entre todas as outras classes sociais. A robustez corporal de certa parcela da juventude, robustez advinda de uma vida de poucas privações, é colocada como paradigma para toda a juventude. E os meios para alcançar tal padrão são encontrados na adoção de um correto programa de Educação Física. Tal concepção entende que independentemente das determinações impostas pelas condições de existência material, o indivíduo pode e deve “adquirir saúde”.

A filosofia subjacente a essa tendência da Educação Física é o pensamento liberal. O liberalismo nos primeiros anos do século XX atribuiu à

escola o papel de construção de uma sociedade democrática e sem problemas sociais. Ghiraldelli Junior (1991, p. 22) destaca que: “os liberais não titubeavam em jogar às costas da ‘ignorância popular’ a culpa pelos problemas sociais que, em verdade, se originavam da perversidade do sistema capitalista”. A Educação Física, nesse cenário, seria um meio de eliminar, através da educação, mazelas sociais ligadas à saúde, enraizando hábitos higiênicos nos indivíduos que frequentavam as instituições escolares, bem como cuidando de questões ligadas à moral (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991).

A segunda vertente da Educação Física, apresentada por Ghiraldelli Junior (1991), é a Militarista. Essa prática, que não se resume à prática militar de preparo físico, tem como característica a imposição de comportamentos, uma conduta disciplinar à sociedade. Para o autor, essa parece ser a influência mais duradoura, detectada desde a implementação do método ginástico francês, da primeira Escola de Educação Física, quando se daria a formação dos futuros profissionais.

O pensamento em que a tendência militarista se baseia é o fascismo, buscando um homem obediente e adestrado, através das práticas da Educação Física e do Esporte. Buscava-se um aperfeiçoamento da raça, sendo as atividades físicas um catalisador para uma “seleção natural”.

Assim como a tendência anterior, a Educação Física Militarista também se preocupava com a saúde individual e pública, porém explicitava seu principal objetivo na obtenção de uma juventude capaz de suportar as exigências do combate. Ghiraldelli Junior (1991, p. 18) complementa:

Diferentemente da Educação Física Higienista, que se acredita capaz de “redimir o povo de seu pecado mortal, que é a ignorância”, e que o leva às condições de deterioração da saúde, a Educação Física Militarista, por sua vez, visa à formação do “cidadão-soldado”, capaz de obedecer cegamente e de servir de exemplo para o restante da juventude pela sua bravura e coragem.

Dessa forma, Ghiraldelli Junior (1991) destaca que a saúde individual e a saúde pública eram relegadas em detrimento da “saúde da Pátria”, o que denota uma subversão do conceito de saúde.

Notamos que as tendências descritas até aqui não se preocupam com a questão pedagógica, com a Educação Física inserida no âmbito escolar, que é foco da vertente Pedagogicista. A disciplina, nesse caso, tem sua tônica na prática educativa, para uma formação integral do indivíduo (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991).

Sobre o ponto, Ghiraldelli Junior (1991, p. 19) sugere:

A Educação Física Pedagogicista está preocupada com a juventude que frequenta as escolas. A ginástica, a dança, o desporto etc., são meios de educação do alunado. São instrumentos capazes de levar a juventude a aceitar as regras de convívio democrático e de preparar as novas gerações para o altruísmo, o culto a riquezas nacionais etc.

Essa tendência é baseada no liberalismo, mas difere-se da vertente higienista – também de cunho liberal –, quando se preocupa com a Educação Física como uma disciplina educativa e não mais com a higienização da sociedade. Tal concepção ganha força no período pós-guerra, dos anos 1945 aos anos 1964, porém não consegue substituir o modelo militarista nas escolas. Todavia, tal tendência colocou novas formas de pensamento que alteravam a prática da Educação Física e a forma de trabalhar do professor. Ghiraldelli Junior (1991, p. 29) destaca:

Tais novas formas de pensamento vão instaurar uma apologia da Educação Física enquanto “centro vivo” da escola pública, responsável por todas as particularidades “educativas” das quais as outras disciplinas, as “instrutivas”, não poderão cuidar. As fanfarras da escola, os jogos intra e inter-escolares, os desfiles cívicos, a propaganda da escola na comunidade, tudo isso passa a ser incumbência do professor de Educação Física. Este elemento, abnegadamente, deve, além das aulas, cumprir sua função de “educador” e até mesmo de “líder na comunidade”. A Educação Física, acima das “querelas políticas”, é capaz de cumprir o velho anseio da educação liberal: formar o cidadão.

A quarta tendência da Educação Física, elencada por Ghiraldelli Junior (1991), é a Competitivista, que possui como objetivo principal a competição e a superação individual, transmitidas como valores fundamentais para uma sociedade moderna. Nessa perspectiva, a Educação Física reduz-se ao esporte de alto rendimento, que necessita de uma prática esportiva massificada para que os expoentes sejam identificados e tenham acesso ao

treinamento de alto nível, tornando-se atletas aptos a disputar medalhas olímpicas. Nas décadas de 1920 e 1930, o esporte de alto nível ganhou espaço na sociedade e em seu sistema educacional. Nos anos 1960 e 1970, essa inserção tornou-se ainda mais perceptível, quando a Educação Física passou a ser parte de um projeto que privilegiava o esporte de rendimento.

Ghiraldelli Junior (1991) complementa:

O “desporto de alto nível” é o paradigma para toda a Educação Física. E tal prática está vinculada ao alto grau de avanço científico nas áreas da Fisiologia do Esforço, da Biomecânica, do Treinamento Desportivo etc. A Tecnização crescente dos periódicos de Educação Física nos anos 60-70 reflete esse momento e desnuda o núcleo central da Educação Física Competitivista. A tecnização, com sua aparente aura de neutralidade científica, casa-se perfeitamente bem com os interesses da Educação Física Competitivista.

O pensamento que sustenta essa manifestação da Educação Física foi disseminado pelo movimento militar e civil, que assumiu o poder em 1964, visando ao desenvolvimento com segurança, o qual teve um efeito de tecnização da Educação Física, promovendo o esporte representativo e com possibilidades de obtenção de medalhas. Na concepção de tornar o Brasil uma potência, o governo ditatorial eliminava críticas internas através da censura, transparecendo a ideia de prosperidade, calma e desenvolvimento. A Educação Física se alinhava com tais desígnios, corroborando a proposta de forjar uma grande nação. O esporte de alto rendimento também se prestava para desviar a atenção dos movimentos sociais, para entreter a população (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991).

A última tendência explicitada por Ghiraldelli Junior (1991) é a Educação Física Popular. O autor não concebe tal tendência como a Educação Física praticada pelo povo, mas sim como uma vertente que se constitui na “teorização” transmitida oralmente pelos trabalhadores, especialmente às iniciativas ligadas ao Movimento Operário e Popular. Essa tendência não possui como objetivo central a saúde pública e individual, disciplinar os indivíduos ou a busca por medalhas, mas sim a ludicidade e cooperação transmitidas através das diversas práticas físicas, a serviço da “solidariedade operária”.

Traçado esse panorama, passamos a uma abordagem mais detalhada das tendências expostas.

3.2.1 Influências Médicas e Militares: o movimento como forma de educação higiênica e disciplinar

A história da Educação Física é perpassada pelas instituições médicas e militares, que lhe definiram a trajetória e seu campo de conhecimento. Partindo de conhecimentos elaborados na Europa, os médicos influenciaram o delineamento de uma nova sociedade, na qual ocupavam lugar de destaque. Vale destacar, no entanto, que essa incorporação de conhecimentos estrangeiros não foi mecânica, sofrendo tensões e resistências durante o processo (GÓIS JÚNIOR, 2013). Era necessário forjar um novo homem para a nova sociedade brasileira. Soares (2004, p. 70) complementa:

O pensamento médico higienista [...] construiu um discurso normativo, disciplinador e moral. A abordagem positivista de ciência e a moral burguesa estiveram na base de suas propostas de disciplinamento dos corpos, dos hábitos e da vida dos indivíduos. Tudo em nome da saúde, da paz e da harmonia social... em nome da civilização!

Góis Júnior (2013) complementa o cenário exposto quando apresenta mais uma faceta do pensamento corrente na época: essa melhor forma para cuidar do corpo necessitaria de um projeto de mudanças de hábitos da população, que incluiria a elaboração de projetos nacionais no campo da Saúde e Educação.

A medicina nesse processo teve apoio do Estado e afetou não somente a Educação Física, mas também a educação como um todo. Os pensamentos de Rui Barbosa e Fernando Azevedo são representativos dessa influência no processo pedagógico (SOARES, 2004).

A Educação Física escolar tem como sua base teórica as ideias médico-higienistas, pautando suas propostas pedagógicas a partir da segunda metade do século XIX. O processo de modernização em que o país se encontrava quando da implantação da República, trouxe consigo a

necessidade do embasamento científico, que pautava uma moralidade sanitária que, por sua vez, abarcava a Educação Física higiênica, eugênica e moral (SOARES, 2004).

Todavia, é no Brasil colonial que questões sobre saúde, higiene e corpo passaram a preocupar as elites dirigentes, com o foco, em um primeiro momento, no núcleo familiar dos estratos mais abastados da sociedade. Essa ação, caracterizada como uma política familiar, concatenada por médicos higienistas, tinham como indicadores a alta mortalidade infantil e as condições precárias de saúde dos adultos como justificativas para tal intervenção. Soares (2004, p. 72) complementa:

Foi, portanto, para viabilizar de modo mais eficaz sua "política familiar" e, através dela, desenvolver "ações pedagógicas" na sociedade que os higienistas se valeram também da chamada ginástica. Com ela julgavam poder responder a necessidade de uma construção anatômica que pudesse representar a classe dominante e a raça branca, atribuindo-lhe superioridade.

Esse cenário reforçou o racismo e os preconceitos, contribuindo para manter uma organização de exploração escravista, os pólos senhor-escravo. A ciência contribuiu, por meio de comparações descontextualizadas, para o reforço da superioridade da raça branca em relação à negra, bem como a superioridade do homem em relação à mulher (SOARES, 2004).

Na segunda década do século XIX no Brasil, ocorre um processo de eugeniação da população, com o intuito de aumentar a população branca e diminuir a negra. Como suporte para tal projeto, era destacado o caráter "irracional", "primitivo" e "bárbaro" dos negros, reforçando a ideia de inferioridade da raça e caracterizando-os como uma ameaça (SOARES, 2004).

Esse cenário foi influenciado por uma conjuntura em que a expansão do capitalismo europeu e o aumento das contradições, colocadas pela formação escravista em decadência, bem como pela formação capitalista em ascensão, que culminou com o término do regime escravista e com a criação da figura do negro.

Soares (2004, p. 74) destaca:

E é dentro do quadro das contradições internas destas duas formações sociais que podemos situar a política populacionista do Estado Nacional, na qual se insere o controle familiar postulado pelos higienistas. Tal política tinha por meta estabelecer um equilíbrio de forças entre a população branca e a população negra, desenvolvendo, na primeira, através de uma apurada "educação", elementos de identificação racial e social com a elite dirigente branca.

É perceptível que a educação dos corpos passava também pela educação sexual, procurando o aprimoramento da raça, além das questões de saúde dos indivíduos. A Educação Física passou a ser valorizada pela elite dirigente, estando ligada à saúde, à moral e à educação. Essas questões, embasadas pelo discurso médico, tinham como intuito atrelar uma cientificidade às práticas corporais, reforçando a sua importância para uma vida saudável e plena (SOARES, 2004).

Dessa forma percebemos que as facetas higiênica, eugênica e moral da Educação Física eram afetadas pelo contexto da sociedade brasileira na época, na qual o discurso de identidade nacional e formação do povo encontrava ressonância e era sustentado por um "racismo científico", que buscava o "embranquecimento" da população (GÓIS JÚNIOR, 2013).

Os dois grupos envolvidos nessas ações higiênicas e educacionais, os médicos higienistas e os intelectuais, influenciaram-se mutuamente. Nas palavras de Góis Júnior (2013, p. 147):

Se de um lado, os médicos exigiam do Estado uma atitude construtiva na melhoria das condições de vida da população, de outro, os intelectuais construíam explicações nacionalistas para o atraso do país. Assim, as condições sociais, econômicas e educacionais do povo passaram a ser muito significativas (STEPAN, 2005). Se isto provocou uma mudança na consciência nacional sobre os problemas brasileiros, pouco foi realizado no século XIX pelo Estado na área social brasileira.

Os trabalhos escritos por médicos foram veículos de disseminação de uma "pedagogia da boa higiene" (SOARES, 2004, p. 74), inserindo-se na intimidade do núcleo familiar, estabelecendo normas de vida, condutas adequadas de mulheres e homens, asseio, exercícios físicos, vestimentas e hábitos alimentares, afetando em um primeiro momento a elite agrária e em um segundo momento a burguesia citadina. A população em geral só iria se

tornar foco da referida pedagogia no período do Império, quando o trabalho assalariado tornou-se predominante.

De acordo com Costa *apud* Soares (2004), os médicos higienistas consideraram que a família de elite era incapaz de cuidar de suas crianças e da saúde dos adultos. Os interesses médicos em manter a elite em melhores condições de saúde são abarcados pelo Estado, e o sistema educacional se tornava um dos âmbitos de disseminação de tais interesses. Soares (2004, p. 75) destaca que na escola:

[...] é possível perceber o enquadramento do corpo dos indivíduos de elite num espaço disciplinar determinado pela educação física, a qual incluía, entre os cuidados higiênicos, o exercício físico. O enquadramento disciplinar do corpo dos indivíduos passava a ser visto pelos médicos higienistas como um fator capital na transformação social.

Apesar de parte da educação formal ofertada pelo Estado, a Educação Física ainda parecia pouco eficaz em seu início. Góis Júnior (2013, p. 148) ressalta:

Mello (1846) questionava a falta de intervenção do governo brasileiro na questão da Educação Física, e, sobretudo, apontava para um cenário em que ela, mesmo que presente na escola pública, não tinha a importância desejada pelos médicos na educação das crianças e jovens. Além disso, enfatizava a mentalidade da relação entre urbanização e sedentarismo.

Tal projeto de Educação Física incluía exercícios ginásticos, pensados segundo os critérios médicos e só poderia ser inserida no âmbito formal se este se reestruturasse. As escolas não poderiam mais ser a continuação dos hábitos nocivos familiares, os quais eram pautados no conforto, na alimentação exagerada e no medo de que os exercícios físicos causassem danos (SOARES 2004).

O desinteresse pela Educação Física inserida no ambiente escolar fica claro se considerarmos, de acordo com Góis Júnior (2013), a resistência da elite brasileira em permitir que seus filhos realizassem tarefas físicas, associadas por eles ao trabalho manual. Apesar do discurso médico de cuidado corporal, os estratos mais abastados da sociedade ainda relutavam em permitir a prática física para seus filhos.

Quando adaptados às exigências do discurso médico, o âmbito escolar passou a ser o local da ordem onde o estudo, o descanso, o exercício físico e a alimentação eram controlados. O ócio era visto como um vício e o lazer era estritamente uma recompensa para o trabalho. A recreação também foi atrelada a questões de formação, retirando o caráter livre e desinteressado da mesma. Percebemos uma grande valorização do trabalho nesse contexto, valores característicos de uma sociedade que se tornava cada vez mais urbana e capitalista (SOARES, 2004).

Quando nos voltamos para as influências que a instituição militar teve sobre a constituição da Educação Física, percebemos que em diversos momentos suas histórias se entrelaçam, como destaca Castellani Filho (1988, p. 34):

A criação da Escola Militar pela Carta Régia de 04 de dezembro de 1810, com o nome de Academia Real Militar, dois anos após a chegada da família real ao Brasil; a introdução da ginástica alemã, no ano de 1860, através da nomeação do alferes do Estado Maior de segunda classe, Pedro Guihermino Meyer, alemão, para a função de contra-mestre de Ginástica da Escola Militar; a fundação pela missão militar francesa, no ano de 1907, daquilo que foi o embrião da Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo – o mais antigo estabelecimento especializado de todo o país -; a portaria do Ministério da Guerra, de 10 de janeiro de 1922, criando o Centro Militar de Educação Física, cujo objetivo enunciado em seu artigo primeiro era o de dirigir, coordenar e difundir o novo método de Educação Física e suas aplicações desportivas – Centro esse que só passou a existir, de fato, alguns anos mais tarde, quando do funcionamento do curso provisório de Educação Física – somados a muitos outros fatos, como por exemplo a marcante presença dos militares na formação dos primeiros professores civis de Educação Física, em nosso meio, validam a referida afirmação.

É perceptível a importância que os militares tiveram no início da institucionalização da prática da Educação Física, assim como a importância da Educação Física para a instituição militar. A prática física contribuiu para a manutenção da ordem social, criando um indivíduo forte e saudável, quesitos necessários para o desenvolvimento do país. Esse pensamento que atrela a atividade física à saúde também era utilizado pelos médicos higienistas, como apresentamos anteriormente, no esforço de educar e modificar as práticas dos cidadãos (CASTELLANI FILHO, 1988).

A Educação Física também foi disseminada nas escolas, contribuindo para o processo de educação de um corpo saudável. Porém, isso não se deu sem resistências, uma vez que os pais se opuseram a tais práticas fatigantes, menos valorizadas no âmbito formal do que as atividades intelectuais. A importância da atividade física para os jovens era clara para os governantes, uma vez que, por meio do parecer oficial – que consta na Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da Instrução Pública –, Rui Barbosa deu especial destaque para a Educação Física, reforçando sua legitimidade dentro do âmbito escolar (CASTELLANI FILHO, 1988).

Na tentativa de desenvolver um perfil de sociedade almejado pelas elites dirigentes, a Educação Física foi utilizada como meio de forjar corpos saudáveis e disciplinados, prontos para contribuir para o desenvolvimento do país. Através dessa prática, e de tantas outras, foram moldados os comportamentos dos indivíduos, fato que vai além da preocupação governamental com a saúde pública, mas de controle de um processo no qual a sociedade passava de predominantemente rural e agrícola para urbana e comercial (CASTELLANI FILHO, 1988).

Esse pensamento se perpetua durante o regime militar, sendo a Educação Física utilizada no âmbito escolar de forma autoritária pelo Estado, através das reformas educacionais de 1968 e 1971. A prática física dentro da escola tinha cunho obrigatório e era submetido a um padrão de referência. O esporte foi uma das formas de atividade física utilizada pela interferência governamental, devido à perspectiva de que o esporte, por sua codificação, institucionalização e normatização, poderia padronizar as ações tanto de professores como de alunos, atendendo aos anseios de controle por parte do governo. O fato de que o esporte era concebido como um fenômeno cultural de massa, contemporâneo e universal, também contribuiu para seu uso pelo poder estatal (TABORDA, 2002).

Taborda (2002, p.53) complementa:

Assim, o conjunto de práticas corporais passíveis de serem abordadas e desenvolvidas no interior da escola resumiu-se a práticas de algumas modalidades esportivas. As práticas escolares de educação física passaram a ter como fundamento primeiro a técnica esportiva, o gesto técnico, a repetição, enfim, a redução

das possibilidades corporais a algumas poucas técnicas estereotipadas.

A instituição militar também participou das primeiras iniciativas de institucionalização da Educação Física. A Missão Militar francesa, responsável pela disseminação do método ginástico francês em solo nacional, foi responsável pela fundação do que viria a ser a Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo (CASTELLANI FILHO, 1988).

A partir da década de 1930, a Educação Física, até então preocupada com questões higiênicas e eugênicas, somava ao seu rol de responsabilidades a questão da defesa da pátria, visto que a intentona comunista – um conflito interno – e a eminência de um conflito bélico internacional suscitaram a necessidade de proteger o país. Sendo assim, se fazia necessário o indivíduo forte e fisicamente apto para defender o Brasil (CASTELLANI FILHO, 1988).

Além de questões de desenvolvimento nacional e segurança, a Educação Física, principalmente o esporte, foi explorada por sua capacidade de catarse, por criar em torno de si um universo à parte. O uso das práticas físicas como forma de alienação da população parece ter atendido à necessidade de grupos específicos, na propaganda do país e na mudança de foco e mentalidade de questões políticas e sociais, que colocavam conflitos. Castellani Filho (1988, p. 116) exemplifica:

Foi também no início dos anos 70, que começou a ganhar corpo, o depois conhecido como Movimento “Esporte para Todos”, o EPT. Assim nos referimos a ele em artigo publicado no periódico “Corpo e Movimento”, de abril de 1985: “... Braço direito do Desporto de massa, apresentado como uma proposta de esporte não formal, inspirado no quadro teórico da Educação Permanente, encontrou o EPT, campo fértil para sua propagação em nosso país, a partir da necessidade sentida pela classe governante, de convencer os segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira, de que, o desenvolvimento econômico propalado na fase do ‘milagre’, tinha seu correspondente, no campo social. Essa idéia foi apreendida nos sinais tidos como significativos de melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro (abstratamente considerado, por desconsiderar a divisão da sociedade em classes sociais). O EPT, assim, seria a comprovação de que, ao desenvolvimento econômico alcançado no início da década de 70, correspondia o desenvolvimento social da sociedade brasileira, expresso – dentre outras formas – no acesso às atividades físicas de lazer pela camada da população, até então, dela alijada...”.

Quando a ditadura militar se iniciou, na década de 1960, a Educação Física também foi chamada para, devido sua entrada no ensino superior, através de seu caráter lúdico e esportivo, desestimular as tentativas de articulação política dos estudantes. Juntamente com a Educação Moral e Cívica, o governo buscava abafar movimentos contrários à ditadura, ocupando os indivíduos e docilizando seus corpos (CASTELLANI FILHO, 1988).

Todavia, esse processo de uso da Educação Física, como nos indica a bibliografia sobre o tema, não ocorreu sem resistências. Não podemos conceber o Estado como um ente superior, que determina as formas de apropriação e vivências das atividades físicas, bem como padroniza a ação do docente no âmbito escolar. Essa interpretação dá pouco ou nenhum espaço para a intervenção dos sujeitos na história. Taborda (2002, p. 54) corrobora com isso, quando afirma que:

Esta visão fortemente influenciada pela perspectiva de um *a priori* estrutural-economicista nas relações do governo com a sociedade civil, atuando aquele como mediador dos interesses entre o capital e o trabalho, para garantir a acumulação ampliada do primeiro. O “Estado” é concebido como uma instância que paira acima dos conflitos e dos consensos e determina a prática e os interesses cotidianos dos sujeitos na história. Essa perspectiva marca ainda uma profunda crença na última instância da estrutura econômica como orientadora da organização da cultura e das práticas culturais em particular, como é o caso da educação escolarizada.

Sendo assim, os envolvidos com a Educação Física nos âmbitos formal e não formal, inclusive seus intelectuais, pensavam a prática e procuravam através da crescente especialização e pesquisa, desenvolver e discutir, em meados dos anos 1970, uma literatura baseada nas teorias críticas, presentes na teoria da Educação Física nos anos 1980 (TABORDA, 2002). Tal fato não seria possível se os indivíduos não exercessem algum controle sobre suas trajetórias profissionais no período da ditadura.

Tais discussões geraram o movimento seguinte na história da Educação Física: a emergência da crise.

3.2.2 A crise da década de 1980: em busca de identidade

Após o período ditatorial, e as relações estabelecidas pela Educação Física com os grupos dirigentes, se instaurou, na década de 1980, uma crise na área. Fruto do debate maior ocasionado pelo abrandamento e consequente extinção do regime militar, essa discussão englobou temas como a redefinição do papel da disciplina para a sociedade brasileira e as ações desenroladas no campo de trabalho da Educação Física. Uma vez ligada ao movimento eugenista e higienista, inserida por meio de decretos e leis no âmbito escolar e utilizada pelo regime militar para disciplinar os corpos, a área teve dificuldades para estabelecer sua identidade e justificar sua existência (GHIRALDELLI JUNIOR, 1991; MEDINA, 2010).

A crise, nesse caso, é definida como um momento crucial que exacerba as anomalias da instituição, grupos, pessoas, ou, como em nosso caso, uma área de atuação profissional. Em tal momento, exigiam-se ações para sanar os problemas apresentados. Medina (2010), que defende esse processo, sugere que, no contexto em que escreve – primeiros anos após o fim da ditadura militar no Brasil –, o conformismo tinha sido a tônica das ações na área. Todavia, isso não se aplica somente à Educação Física, mas é sintoma de uma anomalia do sistema escolar, que não privilegiava a reflexão, e de uma sociedade que relegava esse ponto da realização do homem e da sociedade. Nas palavras de Medina (2010, p. 26, grifos do autor):

Constatações desse gênero são intrigantes na medida em que concluímos que aquela que deveria ser a grande meta do ser humano, ou seja, realizar-se como um *ser-no-mundo*, é constantemente escamoteada, obstaculizada, cerceada, impedida, driblada, evitada, reprimida, desencorajada.

Nesse cenário, podemos perceber que as discussões sobre a realidade brasileira da época não eram tarefas realizadas de forma tranquila. Ainda se tinha a consciência de que, apesar do fim do regime ditatorial, a democracia ainda não estava instaurada. A falta de ação do indivíduo para pensar e modificar sua realidade não auxiliava esse processo (MEDINA, 2010).

No entanto, Medina (2010) insiste na necessidade dessa reflexão sobre a realidade, percebendo a totalidade em que está inserido. Tais reflexões sobre a área são incrementadas pela volta dos pesquisadores doutorados no exterior, colaborando para o surgimento de novas ideias, propostas metodológicas, colocando a Educação Física como uma disciplina acadêmica. Assim como os agentes doutorados no exterior, colaboraram para essas reflexões os estudiosos que buscaram no Brasil cursos de pós-graduação em áreas afins, sobretudo nas Ciências Humanas (DAOLIO, 1997).

Dessa forma, percebemos que a Educação Física não se realiza de forma neutra e independente na sociedade: questões como as classes, os costumes, a política, a ética, a estética interfere profundamente nessa área. Um exemplo dessa situação é a atenção voltada para os cuidados com o corpo, que tornou-se uma necessidade e, por consequência disso, abriu um mercado de compra e venda de serviços e bens. Medina (2010) complementa:

Nesse panorama, a educação física desenvolve-se e prolifera em nosso país. E hoje, mais que em qualquer outra época, ela vem atendendo a toda essa demanda da sociedade de consumo. Dessa forma, seus profissionais são orientados a preencher esse enorme campo que se abre; um campo de trabalho sem precedentes na história da educação física nacional, e que já ultrapassa em muito o âmbito escolar a que basicamente se restringia o licenciado tempos atrás (MEDINA, 2010, p. 37).

Uma vez inserido no mercado de trabalho, o profissional da Educação Física desempenha a função técnica que dele se espera. Segundo Medina (2010), esse é o perfil do profissional no Brasil e, por esse tipo de relação, é possível perceber a falência dessa disciplina como proposta educacional, formadora “[...] para desenvolver um processo educativo que contribua para o crescimento de todas as dimensões humanas” (MEDINA, 2010, p.37, grifos do autor).

Por encontrar-se nessa situação “confortável”, a crise que na época atingia a diversos setores da sociedade, dentre eles a educação, não foi sentida na Educação Física, já que esta realizava a função que lhe cabia (MEDINA, 2010). Sendo assim, nas palavras de Medina (2010, p. 38):

A educação Física precisa entrar em crise urgentemente. Precisa questionar criticamente seus valores. Precisa ser capaz de justificar-se a si mesma. Precisa procurar sua identidade. É preciso que seus profissionais distingam o educativo do alienante, o fundamental do supérfluo de suas tarefas. É preciso, sobretudo, discordar mais, dentro, é claro, das regras construtivas do diálogo. O progresso, o desenvolvimento, o crescimento advirão muito mais de um entendimento diversificado das possibilidades da educação física que de certezas monolíticas que não passam, às vezes, de superficiais opiniões ou hipóteses.

A lacuna de uma discussão profunda do significado da Educação Física lhe retira a possibilidade de se estabelecer como arte e ciência do movimento humano. Os acadêmicos e profissionais da área muitas vezes têm dificuldades de estabelecer se a Educação Física é uma ciência ou até mesmo de definir o que ela é em sua essência. Percebemos, desse modo, o quanto a discussão mencionada anteriormente se faz necessária, como aponta Medina (2010).

No período de 1968 a 1975, ocorreu uma grande expansão do número de cursos de Educação Física no Brasil, o que contribuiu para a queda da qualidade de ensino, pela necessidade de contratação de docentes sem os requisitos mínimos para exercer suas funções. Tal política não se deu de forma isolada, mas perpassou todo o ensino superior, baixando sua qualidade a níveis alarmantes (MEDINA, 2010).

O cenário exposto até aqui parece não ter se modificado radicalmente, visto que a área ainda passa por essa “crise de identidade” – por vezes motivada pela busca de aportes teóricos em outras áreas de conhecimento –, falta de reconhecimento perante a sociedade e dificuldades em justificar sua existência e importância. Essa crise de identidade vem acompanhada pela mudança da visão da Educação Física, de uma prática tecnicista para uma prática social, local de conflito e debate. Ainda na década de 1970, como mencionamos no subcapítulo anterior, já ocorriam algumas mobilizações para pensar a prática física. Uma comunidade científica se organiza e funda, em 1974, o Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul (CELAFISCS) que, apesar de sua identificação com as ciências biológicas, abria espaço para discussões de cunho teórico da área. O Colégio

Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), criado em 1978, é outra instituição que contribuiu para o debate que se delineia. (DAOLIO, 1997).

As discussões colocadas em pauta visavam esclarecer o que vinha a ser a Educação Física, de que objeto ela tratava, se constituía-se como ciência, bem como atribuir às práticas uma visão diferenciada daquela difundida no governo militar. Nesse movimento, as correntes da psicomotricidade – com enfoque no desenvolvimento das estruturas psicomotoras de base – e da perspectiva humanista – que se opunha à mecanização e automatização do movimento humano – vinham redefinir pressupostos da área (DAOLIO, 1997).

Duas obras foram, na concepção de Daolio (1997), marcantes para tais redefinições: *O que é Educação Física*, de Vitor Marinho de Oliveira, e *A Educação Física cuida do corpo e... mente*, de João Paulo Medina. A primeira obra se ocupa da caracterização da área, concebida pelo autor como uma ciência que carece de pressupostos filosóficos, que a conduza para suas finalidades. O segundo livro, utilizado nesse capítulo, centra suas discussões na necessidade da crise da Educação Física e no desenvolvimento da área.

Daolio (1997, p. 34) sugere que, após a publicação da obra de Medina:

[...] passou a haver uma proliferação de discursos de ordem mais política sobre a Educação Física, fruto também da crescente formação de mestres na área, da criação de núcleos e grupos de estudos, do surgimento de revistas e entidades. A própria redemocratização do país, com o fim do regime militar, contribuiu para esse novo tipo de atuação. Além de um movimento de renovação da Educação Física expresso pela Psicomotricidade ou pelo Humanismo de Oliveira ou de Freire, agora havia a explicitação da crítica aos condicionamentos históricos da educação e da sociedade.

A partir desse momento, em meados dos anos 1980, Daolio (1997) já identificava uma comunidade acadêmica na área da Educação Física que diversificava os estudos, não focando somente na questão técnica e biologicista. As análises passam a ser mais voltadas para uma abordagem humana, política e cultural. Os embates acadêmicos, todavia, não eram profícuos, uma vez que grupos antagônicos não estavam abertos à discussão entre si.

A filiação às ideias marxistas era visível nesse grupo de intelectuais, que se opunha ao reducionismo biológico e psicológico da Educação Física. Essa corrente ganha força e se estabelece como corrente dominante na área. A obra que materializa tais discussões é o livro intitulado *Metodologia do ensino de Educação Física*, de autoria de um coletivo de pesquisadores, que apresentava a metodologia crítico-superadora para o ensino da prática física. Institucionalmente, esses estudiosos se estabeleceram no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte e, a partir dessa ligação intitucional, disseminaram seus debates no fim dos anos 1980 (DAOLIO, 1997).

Dois grupos então são percebidos na área da Educação Física: o grupo marxista, que se opõe a outro grupo baseado em diversas matrizes teóricas – sendo a mais proeminente a vertente desenvolvimentista –, que acreditava que os debates da área deveriam centrar-se nas questões próprias e não com tanta ênfase em questões políticas. A recente comunidade científica sofre uma ruptura, o que dificultou o diálogo e enfraqueceu a área (DAOLIO, 1997).

Somando-se a essa pluralidade de matrizes teóricas, a fenomenologia, que pautava os debates do grupo vinculado à Universidade Estadual de Campinas, também contribuiu para o debate da Educação Física, procurando discutir os significados do corpo e da corporeidade (DAOLIO, 1997).

Após esse sucinto histórico das áreas da Sociologia e da Educação Física, bem como suas inserções nos programas de pós-graduação, passamos à apresentação e análise dos dados do campo acadêmico-científico do presente estudo, materializados nos capítulos 4 e 5.

4 A INSERÇÃO DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE NO ENSINO SUPERIOR

Nesse capítulo, mapearemos a estrutura do campo acadêmico-científico da Sociologia do Esporte, realizando um levantamento que explicita onde essa área se insere. Dessa forma, delinearemos o lugar da Sociologia do Esporte no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* em Educação Física e Sociologia e sua inserção nos grupos de pesquisa brasileiros.

4.1 CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO NO BRASIL: a possibilidade de inserção da Sociologia do Esporte

Para delinear o cenário acadêmico-científico, onde a Sociologia do Esporte se insere, realizamos o levantamento dos cursos de mestrado e doutorado acadêmicos em atividade no Brasil. Para realizar a coleta de dados, acessamos os *sites* dos programas de mestrado e doutorado, buscando linhas de pesquisa que explicitassem a possibilidade da inserção da temática esporte.

Em nosso levantamento, foram mapeados 48 programas de mestrado e 34 programas de doutorado em Sociologia conforme nos indica o quadro do Apêndice 1 (p. 203). De todos os programas consultados, não foi possível encontrar informações sobre o curso de mestrado do Centro Universitário Vila Velha, da Universidade Federal de Uberlândia, nem dos programas de mestrado e doutorado da Fundação Universidade Federal de Sergipe.

Das informações a que tivemos acesso¹⁶, destacamos que somente um programa de mestrado e doutorado oferece a possibilidade de inserção de projetos sobre a Sociologia do Esporte. Tal programa, oferecido pela Universidade Federal do Paraná, insere a temática nas suas linhas de pesquisa “Cultura, Comunicação e Sociabilidades” e “Gênero, Corpo, Sexualidade e Saúde”. Conforme o texto informado no *site*, a primeira linha:

[...] dedica-se aos estudos sobre processos de produção e difusão de bens e manifestações culturais na contemporaneidade. Continuidades e mudanças nas noções de espaço, tempo, corpo,

¹⁶ Para maiores informações conferir Apêndice 2 (p.206).

saúde, identidade, consumo e distinção social são temas contemplados, como também a repercussão de novas linguagens, tecnologias, formas de institucionalização e circulação dos saberes e práticas culturais nas condições de sociabilidade contemporânea. Contempla perspectivas teóricas que vão da sociologia histórica à teoria da ação social passando pela contribuição dos estudos socioculturais latino-americanos. Inscreve-se nos campos da sociologia da cultura, da comunicação, da música, da saúde, do esporte, da imagem e dos imaginários.¹⁷

A descrição da linha de pesquisa é um dos indícios de que o Esporte, em um determinado momento, passa de um problema social para um problema sociológico, considerado como manifestação cultural, o que o permite a inserção como tema de estudos. A temática também é considerada como parte dos estudos ligados ao corpo, gênero e saúde, como demonstra a descrição da segunda linha de pesquisa do referido programa:

Desenvolve pesquisas sociológicas relativas aos referenciais analíticos, gênero, sexualidade, corpo, saúde e esporte, a partir das abordagens da teoria social e de sua contribuição à sociologia. Considera as narrativas sobre a modernidade e suas interfaces com a subjetividade, as redes de conhecimento e as políticas de engendramento dos processos dos corpos, da medicalização e da reprodução da vida. Analisa as interfaces entre as experiências dos sujeitos, as corporalidades, o sexo e a saúde. Volta-se ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos e tecnológicos, às biopolíticas, às biotecnologias e aos quadros éticos/bioéticos. Aborda normatizações e patologizações nos contextos dos corpos, sexualidades, saúde e direitos, frente a instituições diversas; no campo mais amplo da sociedade e dos direitos.¹⁸

Notamos que as possibilidades de inserção nos cursos ligados à área de Sociologia não são numerosas, sendo que somente um programa coloca claramente a temática em suas linhas de pesquisa. São possíveis leituras do esporte sob o viés das categorias de cultura, sociabilidade e gênero, delimitando o perfil dos projetos a serem desenvolvidos nesse programa de pós-graduação.

Dado o cenário teórico-metodológico delineado anteriormente, percebemos que tal situação é reflexo da dinâmica de delimitação do campo, do estabelecimento de seus limites, do espaço de ação que cada grupo de

¹⁷ Texto retirado do *site*: www.pgsocio.ufpr.br. Acesso em 30 jul. 2012.

¹⁸ Texto retirado do *site*: www.pgsocio.ufpr.br. Acesso em 30 jul. 2012.

agentes possui sob seu domínio, na sua especialidade, onde seu capital específico é significativo para as tomadas de decisão (BOURDIEU, 1983). Como a Sociologia do Esporte é uma área de formação recente e tem muitos de seus pesquisadores formados fora do campo da Sociologia, ocorre a disputa pela entrada e permanência no espaço institucional, pelo acúmulo do capital científico e pela legitimidade, que os permita transitar nesse espaço social. Para adentrar no jogo social, o estudioso da Sociologia do Esporte deve demonstrar conhecimento das teorias sociológicas e competência para realizar análises com tais ferramentas, ou seja, o acúmulo do capital científico. Percebemos que esse passo já foi dado em uma instituição pela inserção do tema esporte em um programa de pós-graduação em Sociologia. Para permanecer no campo, os agentes devem cultivar também seu capital social, incluindo-se na dinâmica do departamento, participando de associações, frequentando encontros científicos. Com o reconhecimento dos seus estudos pelos pares, os pesquisadores conquistam sua legitimidade no campo e podem, com o crescente acúmulo de capitais, conquistar posições onde eles tenham maior poder de decisão e influência.

A disputa, como pudemos perceber, não possui somente um sentido excludente, mas também motiva os agentes a galgar um posicionamento que lhes permita uma gama maior de ações, não tendo portanto, somente uma faceta negativa.

Também podemos considerar que, apesar de discutida e concebida como necessária, a interdisciplinaridade é de difícil efetivação no âmbito da pesquisa, devido às divisões disciplinares que se colocam na universidade. Sobre tal divisão, vale lembrar que o conhecimento se desenvolveu no sentido da crescente especialização, o que estabeleceu fronteiras entre os diversos saberes, dificultando o intercâmbio de conhecimento e a resolução de problemas que envolvem mais de uma disciplina (TRINDADE, 2008; MORIN, 2003).

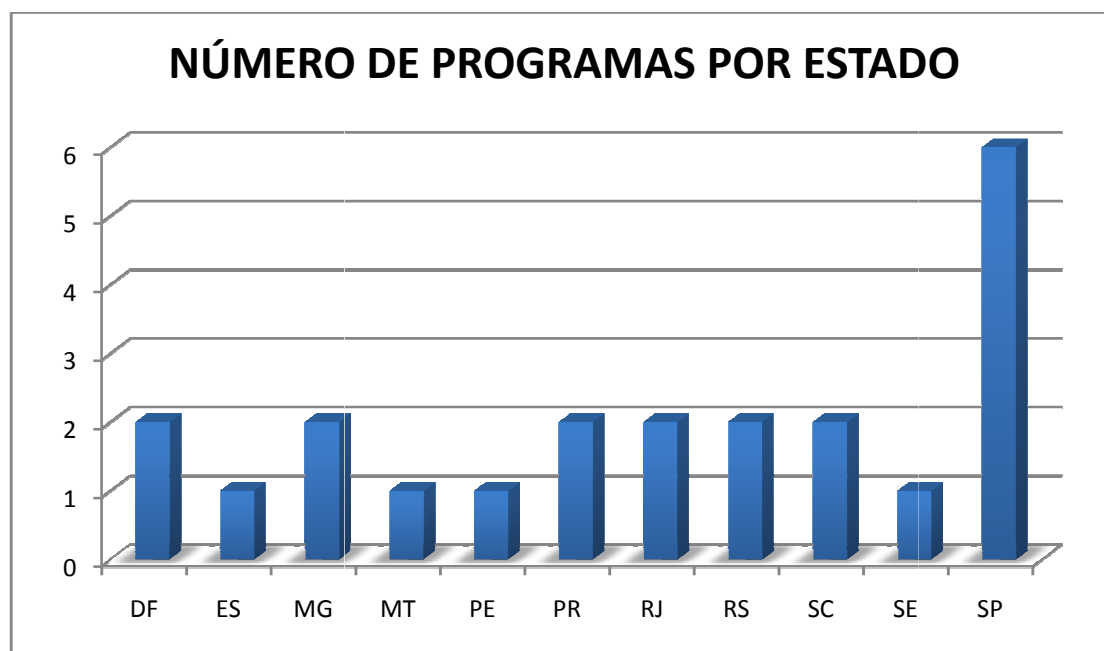
Assim, a presença de um objeto – o esporte – e de pesquisadores externos ao campo da Sociologia são significativos, indicando que esse processo de reconexão dos conhecimentos, ainda que dificultado pela estrutura do campo acadêmico-científico no Brasil, está ocorrendo.

Quando realizamos o mapeamento na área de Educação Física, encontramos 26 cursos de mestrado e 13 cursos de doutorado, de acordo com o quadro no Apêndice 3 (p. 207).

Entre os programas consultados, não foi possível coletar informações dos cursos de mestrado e doutorado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dos cursos de mestrado da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Das informações que coletamos, destacamos as linhas de pesquisa em que se inserem os estudos da Sociologia do Esporte e seus respectivos objetivos, quando informados. Os dados foram compilados no quadro do Apêndice 4 (p. 209). Os programas estão localizados nos seguintes estados:

GRÁFICO 1: PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA QUE CONTEMPLAM A SOCIOLOGIA DO ESPORTE LOCALIZADOS POR ESTADO



Fonte: Ferreira (2014).

A grande maioria dos programas de pós-graduação que possuem linhas de pesquisa que englobam a Sociologia do Esporte estão localizadas em instituições em São Paulo, seguidos pelo Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Percebemos que cinco programas de pós-graduação não possuem linhas de pesquisa onde seja possível a inserção da temática Sociologia do Esporte. Sendo assim, é significativo que 17 programas ofereçam essa possibilidade, demonstrando que o tema vem ganhando espaço na agenda de pesquisa dos estudiosos brasileiros e nas instituições de ensino superior da Educação Física.

As linhas de pesquisa em que a Sociologia do Esporte está inserida são:

- Aspectos Socioculturais da Atividade Física
- A Natureza Social do Corpo
- Representações Sociais do Movimento Humano
- Estudos Sociais e Pedagógicos da Educação Física, Esporte e Lazer
- Aspectos Socioculturais e Pedagógicos Relacionados à Atividade Física e Saúde
- Estudos históricos e socioculturais da Educação Física e das práticas corporais
- Educação Física, corpo e movimento humano
- Aspectos socioculturais do Movimento Humano
- Fundamentos pedagógicos e socioantropológicos do corpo
- Sociologia do Esporte e do Lazer
- Análise sociocultural da Educação Física, do esporte e do Exercício Físico
- Representações sociais da Educação Física, Esporte e Lazer
- Memória, cultura e sociedade
- Teorias sobre o Corpo, Movimento Humano, Esportes e Lazer
- Pedagogia do Movimento Humano
- Estudos do Esporte
- Esporte, Lazer e Sociedade
- Movimento Humano, Lazer e Educação
- Fenômeno Esportivo
- Estudos socioculturais em Educação Física

Foi possível notar que as diversas disciplinas das Ciências Humanas, na maior parte dos casos, são englobadas em uma linha de pesquisa, não sendo encontrada nenhuma linha dedicada somente à Sociologia do Esporte. Isso é um indício de que a interdisciplinaridade possui espaço nos estudos da Educação Física, fato que pode ser explicado através de sua constituição histórica. Por tratar do movimento humano, como indicamos no capítulo 3, a área lançou mão dos aportes teóricos de outras ciências para entender seu objeto (BRACHT, 2006). Assim, a coexistência de referenciais biológicos, médicos, filosóficos, sociológicos, pedagógicos, dentre tantos outros foi necessária para o entendimento global do seu objeto, o que acarretou um problema de base epistemológica (TANI, 2000; LOVISOLO, 1996).

Todavia, esse cenário não garante que a interdisciplinaridade se efetive. Percebemos que a aproximação nas linhas de pesquisa se dá entre disciplinas correlatas na área das Ciências Humanas. A vertente biológica não é contemplada nas linhas de pesquisa que apresentamos. Japiassu (1976) considera que em uma situação como a apresentada existe um desconhecimento do que é estudado em uma determinada área, nesse caso a Educação Física, que é originado pela especialização, por questões de posicionamento dos agentes no campo, disputas de objetos de interesse comum e legitimidade. Isso leva a uma divisão da área em questão e, por sua trajetória histórica e o *status* atribuído aos conhecimentos advindos da área médica, a vertente biológica se apresenta mais consolidada (ROSA, LETA, 2010).

Com os dados coletados de ambas as áreas, percebemos que a inserção da temática é mais efetiva no campo da Educação Física, onde várias linhas de pesquisa abordam o esporte pelo viés das disciplinas das Ciências Humanas. No caso da área da Educação Física, seus pesquisadores, em sua maioria, não necessitam adentrar um novo campo. Entretanto, é necessário disputar o espaço institucional com os estudos de vertente biológica e com as demais disciplinas das Ciências Humanas. Isso se deve ao entendimento do funcionamento do campo em que os pesquisadores estão inseridos, pelo maior montante de capital que esses agentes possuem no espaço social em que foram formados, permitindo que

eles diversifiquem as perspectivas analíticas sobre o esporte, indo além das Ciências Biológicas.

Na área da Sociologia, percebemos que as possibilidades de inserção do tema nos programas de pós-graduação são bastante reduzidas. Os agentes dessa área travam disputas em um campo em que não possuem o mesmo capital dos pesquisadores formados nesse espaço social, apresentando desvantagem para compreender as regras desse campo. Sendo assim, os dominantes conseguem estabelecer os limites da disciplina, cabendo aos recém-chegados as tentativas de modificar esse cenário. No entanto, é significativo que determinados agentes tenham sido bem sucedidos na sua inserção em um programa de pós-graduação em Sociologia, o que denota uma mudança no perfil das disputas do campo, ainda que de maneira isolada.

4.2 OS GRUPOS DE PESQUISA EM SOCIOLOGIA DO ESPORTE NO BRASIL

Os grupos de pesquisa também fazem parte do cenário da Sociologia do Esporte no Brasil que intentamos delinear. Com a busca no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil¹⁹, uma das bases de dados do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelos termos “sociologia do esporte”, encontramos dezessete grupos que abordam tal temática, os quais são apresentados no quadro do Apêndice 5 (p.216).

Os grupos estão dispostos nos estados de Pernambuco (2), Paraná (3), Distrito Federal (2), Minas Gerais (2), São Paulo (4), Mato Grosso (1), Rio Grande do Sul (1), Espírito Santo (1) e Rio de Janeiro (1). Percebemos uma maior concentração de grupos no estado de São Paulo, seguido do estado do Paraná. Estes mesmos estados também apresentaram os programas de pós-graduação que contemplam a Sociologia do Esporte, explicitando que, além da entrada nos cursos de mestrado e doutorado, os agentes organizaram espaços institucionalizados de discussão e produção de conhecimento.

¹⁹ Busca realizada através do site: <<http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>>. Acesso em 5 jan. 2013.

Um grupo de pesquisa, de acordo com dados do CNPq (2013), consiste em:

- [...] um conjunto de indivíduos organizados hierarquicamente em torno de uma ou, eventualmente, duas lideranças:
- cujo fundamento organizador dessa hierarquia é a experiência, o destaque e a liderança no terreno científico ou tecnológico;
 - no qual existe envolvimento profissional e permanente com a atividade de pesquisa;
 - cujo trabalho se organiza em torno de linhas comuns de pesquisa;
 - e que, em algum grau, compartilha instalações e equipamentos.

Para ser aceito na base de dados, que agrupa todos os grupos de pesquisa do país, o líder do grupo, com maior capital e entendimento do campo, deve submeter uma proposta, que será certificada ou não pela instituição em que esse grupo está inserido. Sendo assim, é necessária a aprovação institucional para que o grupo conste na base de dados. Para tal aprovação, o grupo deve possuir agentes em posições e com capital suficiente que os permitam dar andamento às atividades de pesquisa, bem como ser considerado legítimo perante a instituição.

Os agentes responsáveis por esses grupos (coordenadores) são:

QUADRO 1 – COORDENADORES DE GRUPOS DE PESQUISA POR ESTADO

Estado	Coordenadores
Pernambuco	Ricardo de Figueiredo Lucena Maria Helena Câmara Lira Edilson Fernandes de Souza José Luís Simões
Paraná	Wanderley Marchi Junior Tony Honorato Ademir Gebara Marcio Sergio Batista Silveira de Oliveira
Distrito Federal	Aldo Antônio de Azevedo Luis Otávio Teles Assumpção Francisco Martins da Silva
Minas Gerais	José Geraldo do Carmo Salles Eveline Torres Pereira Kátia Lúcia Moreira Lemos Ana Cláudia Porfírio Couto
São Paulo	José Carlos Marques Marcos Américo Renato Francisco Rodrigues Marques Myrian Nunomura Heloísa Helena Baldy dos Reis Osmar Moreira de Souza Junior Marco Antonio Bettine de Almeida

	Renato Francisco Rodrigues Marques
Mato Grosso	Francisco Xavier Freire Rodrigues
Rio Grande do Sul	Alberto Reinaldo Reppold Filho Selda Engelman
Espírito Santo	Valter Bracht Felipe Quintão de Almeida
Rio de Janeiro	Victor Andrade de Melo Maurício da Silva Drumond Costa

Fonte: Ferreira (2014).

Esses agentes, como mencionamos anteriormente, possuem inserção institucional, capital e entendimento do campo acadêmico-científico que os permitiu inserir e manter os grupos de pesquisa no referido Diretório, tornando-se agentes importantes para o entendimento da dinâmica do campo. Pela multiplicidade de temas, devemos atentar que nem todos os líderes estão necessariamente ligados aos estudos da Sociologia do Esporte, mas sua recorrência nas teses, dissertações e artigos nos auxiliarão a mapear quais desses líderes também se debruçam sobre a temática.

Quando abordamos os temas de pesquisa dos grupos que englobam a Sociologia do Esporte, percebemos que a temática coexiste com diversos outros objetos de estudo como: esporte e cidade; Educação; História da Educação Física; memória; cultura; lazer; políticas públicas; mídia; Antropologia; cultura corporal; *marketing*; estudos olímpicos; Pedagogia; gestão esportiva; saúde; poder e grupos sociais; corpo; etnicidade; epistemologia da Educação Física; ensino médio e Sociologia; imigração; multiculturalismo; modalidades lúdicas; qualidade de vida; envelhecimento; economia e política.

Sendo assim, notamos que não existe um espaço exclusivo para o estudo da Sociologia do Esporte, mas que esse tema perpassa diversos campos, possibilitando sua inserção nos grupos de pesquisa mencionados.

4.3 A ÁRVORE GENEALÓGICA DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE NO BRASIL

Na sequência de nossa coleta de dados, apresentamos aqui os agentes que atuam no campo delineado da Sociologia do Esporte, no intuito de elaborar uma árvore genealógica da Sociologia do Esporte no Brasil.

Sobre as genealogias, Bourdieu (2009, p. 57) sugere que:

[...] são para o sentido da orientação social que torna possível a relação de imanência imediata com o mundo familiar o que um mapa, modelo abstrato de todos os itinerários possíveis, é para o sentido prático do espaço, esse “sistema de eixos invariavelmente unidos ao nosso corpo, que transportamos para todos os lugares conosco”, como dizia Poincaré.

A árvore genealógica consiste em um esquema espacial possível de ser apreendido e percorrido em qualquer sentido, a partir de qualquer ponto. Ela faz existir uma totalidade na simultaneidade, uma rede – no nosso caso de relações profissionais – colocando em um mesmo plano as relações oficiais – que por não receberem manutenção contínua se tornam relações teóricas – e relações práticas – que existem pois preenchem funções práticas (BOURDIEU, 2009).

A fim de construir esse esquema espacial, mapeamos os pesquisadores através dos currículos *lattes* dos doutores que tratam sobre a temática. A busca se deu pelo termo “sociologia do esporte” na base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que possui os currículos dos pesquisadores de diversas áreas, atuantes no campo da pesquisa e da docência universitária no Brasil.

O resultado dessa primeira busca realizada na base de dados nos trouxe mais de 500 currículos para análise. Optamos por restringir, para um primeiro momento, esse universo buscando currículos que contivessem a expressão exata “sociologia do esporte” presente nas linhas de pesquisa, áreas de interesse e projetos de pesquisa dos estudiosos. Dessa forma, selecionamos os agentes que estão envolvidos atualmente no estudo da Sociologia do Esporte. Desses documentos, selecionamos os currículos atualizados no período de 2010 a 2012, para nos assegurar que os pesquisadores ainda atuam na área da Sociologia do Esporte atualmente.

Dos currículos selecionados, extraímos as seguintes informações: formação, vínculo atual com Instituição de Ensino Superior, estado da instituição e departamento em que está inserido. Com isso, intentamos delinear sua localização no campo acadêmico-científico brasileiro, apresentado no quadro que consta no Apêndice 6 (p. 222).

O levantamento de dados nos trouxe 79 currículos, que nos forneceram as informações a seguir.

A formação desses pesquisadores é variada: 20 deles possuem graduação, mestrado e doutorado em Educação Física; sete estudiosos possuem graduação, mestrado e doutorado em Sociologia; dez pesquisadores possuem sua formação em ambas as áreas (Sociologia e Educação Física); e 42 agentes apresentaram em algum momento de sua formação acadêmica o vínculo com outra área de conhecimento.

Do trânsito entre os campos acadêmico-científicos, notamos que sete agentes realizaram sua graduação em Educação Física e adentraram o campo da Sociologia. O movimento contrário se mostrou menos intenso, sendo que três agentes formados em Sociologia adentraram o campo da Educação Física.

Do cenário apresentado, podemos pensar que existe a oferta de cursos que abordam o esporte pelo viés sociológico, tanto na Sociologia como na Educação Física. Alguns desses pesquisadores realizaram a mudança de área em algum momento da sua formação acadêmica, provavelmente enfrentado as barreiras impostas pelos dominantes do campo. Também percebemos que esse objeto de estudo é abordado não somente pelas duas áreas previamente citadas, mas também por ciências correlatas, o que confere um ecletismo aos estudos e torna mais difícil a definição das fronteiras do campo acadêmico-científico em consolidação da Sociologia do Esporte.

Quando mapeamos os departamentos em que os estudiosos da Sociologia do Esporte atuam, percebemos que 57 deles possuem inserção no departamento de Educação Física, sendo a grande maioria. Dez deles atuam no departamento de Sociologia, cinco pesquisadores estão ligados ao departamento de Educação e também notamos inserções menos numerosas em outros departamentos explicitados no quadro a seguir²⁰:

²⁰Existem agentes com inserções em mais de um departamento. Sendo assim temos a recorrência desses pesquisadores no presente quadro.

QUADRO 2 – INSERÇÕES INSTITUCIONAIS DOS PESQUISADORES

Departamento	Número de pesquisadores
Educação Física	57
Educação	5
Sociologia	10
Direito	2
Artes, Ciências e Humanidades	1
Letras	1
Engenharia Ambiental	1
Antropologia	2
Nutrição e Saúde Coletiva	1
Ciências Sociais Aplicadas	1
Fisioterapia	1
Filosofia	2
Enfermagem	1
Turismo	1
Marketing	1
Administração	1
Comunicação Social	2
Licenciatura intercultural indígena	1
Engenharia de Produção	1
Economia	1

Fonte: Ferreira (2014).

Notamos que a maior parte dos pesquisadores (57) se inserem nos cursos de Educação Física. Dez docentes estão ligados ao curso de Sociologia e 5 à área de Educação. Esse fato pode ser explicado pela formação desses pesquisadores. Temos uma maioria de graduados em Educação Física no perfil dos docentes, seguida de um número expressivo de graduados em Sociologia. O perfil acadêmico desses agentes acaba por direcionar a inserção profissional, uma vez que parece se dar preferência para graduados na área ministrarem disciplinas nos cursos superiores.

Os pesquisadores estão inseridos em instituições de ensino superior localizadas nos seguintes estados:

QUADRO 3: NÚMERO DE PESQUISADORES DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE POR ESTADO

Estados	Número de Pesquisadores
AM	3
PA	1
CE	1

DF	9
ES	7
MG	7
MS	1
MT	1
PE	6
PB	1
PR	12
RJ	11
RN	1
RS	10
SC	1
SP	10

Fonte: Ferreira (2014).

Se compararmos com o panorama dos grupos de pesquisa apresentados anteriormente, notamos que os estados Amazonas, Pará, Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraíba e Rio Grande do Norte não possuem grupos de pesquisa e tem a menor concentração de pesquisadores. Os demais estados, que possuem tais grupos, têm uma maior concentração de estudiosos. O que podemos inferir desses dados é que os agentes ou possuem uma inserção recente nos estudos da Sociologia do Esporte ou na própria instituição, galgando, portanto, os passos para estabelecer seu lugar no campo; a fim de conquistar reconhecimento e crescentes montantes de capital.

As instituições de ensino superior a que esses pesquisadores estão vinculados são:

QUADRO 4: NÚMERO DE PESQUISADORES DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE POR INSTITUIÇÃO

IES	Número de Pesquisadores
Centro Universitário Augusto Motta	1
Centro Universitário de Sete Lagoas	1
Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix	1
Escola Superior da Amazônia	1
Faculdade Cenecista de Osório	1
Faculdade Estácio de Sá	1
Faculdade Fortium	1
Faculdade Salesiana do Nordeste	1
Faculdades Anhanguera	1
Fundação Getúlio Vargas	2
Instituto Superior de Ciências Educativas	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio	2

Grande do Sul	
Universidade Castelo Branco	1
Universidade Católica de Brasília	2
Universidade de Brasília	5
Universidade de Pernambuco	1
Universidade de Santa Cruz do Sul	1
Universidade de São Paulo	3
Universidade do Estado do Pará	1
Universidade do Estado do Rio de Janeiro	2
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	1
Universidade Estadual de Campinas	3
Universidade Estadual de Londrina	1
Universidade Estadual de Maringá	1
Universidade Estadual de Ponta Grossa	1
Universidade Estadual do Centro-Oeste	1
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	2
Universidade Estadual Vale do Acaraú	1
Universidade Federal da Grande Dourados	1
Universidade Federal da Paraíba	1
Universidade Federal de Juiz de Fora	1
Universidade Federal de Mato Grosso	1
Universidade Federal de Minas Gerais	3
Universidade Federal de Pelotas	2
Universidade Federal de Pernambuco	4
Universidade Federal de Santa Catarina	1
Universidade Federal de São Carlos	2
Universidade Federal de São João Del-Rei	1
Universidade Federal de Viçosa	2
Universidade Federal do Amazonas	2
Universidade Federal do Espírito Santo	7
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	2
Universidade Federal do Paraná	7
Universidade Federal do Rio de Janeiro	2
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3
Universidade Federal Fluminense	1
Universidade Feevale	1
Universidade Gama Filho	1
Universidade Lusíada de Lisboa	1
Universidade Nove de Julho	1
Universidade Salgado de Oliveira	1
Universidade Técnica de Lisboa	1
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	2
Veris Educacional/ Metrocamp-IBTA	1

Fonte: Ferreira (2014).

As três instituições com maior concentração de pesquisadores da Sociologia do Esporte, no seu quadro de docentes, é a Universidade do Espírito Santo, a Universidade Federal do Paraná – cada uma com sete professores – e a Universidade de Brasília – com cinco docentes.

O curso de graduação desses pesquisadores foi realizado nas seguintes áreas:

QUADRO 5: NÚMERO DE PESQUISADORES POR ÁREA DE GRADUAÇÃO

Área	Número de Pesquisadores
Antropologia	1
Ciência Política	1
Ciências Sociais	14
Comunicação Social	2
Direito	2
Economia	4
Educação Física	55
Fisioterapia	1
Graduação não informada	4
História	1
Medicina	1
Pedagogia	1
Psicologia	2
Relações Internacionais	1
Sociologia	4
Teologia	2

Fonte: Ferreira (2014).

O gráfico que segue ilustra os dados expostos. Percebemos que os pesquisadores da Sociologia do Esporte possuem formação em diversas áreas, sendo as predominantes Educação Física – com 55 ocorrências – e Ciências Sociais – 14 agentes declararam ser formados nessa área. Podemos inferir duas questões desses fatos: primeiro, que o pesquisador da Sociologia do Esporte tem a vivência do esporte, no caso do graduado em Educação Física, ou apresenta interesse pela prática. Essa aproximação com o tema pode ser considerada uma parcela do *habitus* desses estudiosos, necessária para a compreensão do esporte.

Bourdieu (1983; 2009) define o *habitus* como uma gramática de ações, um sistema de disposições duráveis que geram uma estimativa de possibilidades. Esse arcabouço de ações é definido pelas vivências do agente, suas experiências. Quando o esporte se configurou como uma prática ou como um interesse, ele passou a fazer parte do *habitus*, moldando as atitudes, por exemplo, no campo profissional, ao escolher o esporte como um objeto de pesquisa, vislumbrar e compreender com mais profundidade as relações que ele engendra.

A segunda questão se refere ao fato de que o tema esporte se configura como um problema sociológico, atraindo a atenção de outros pesquisadores não formados em Educação Física. Isso se deve ao espaço que o esporte vem ocupando na sociedade. Para além de um passatempo (ELIAS, DUNNING, 1992), a prática esportiva sofreu transformações de um caráter amador para profissional, envolvendo a esfera do trabalho, bem como a do espetáculo. Marchi Junior (2004) analisa o exemplo do voleibol na sua trajetória para se tornar uma “modalidade esportiva viável” (MARCHI JUNIOR, 2004, p. 27). A sua fase amadora foi marcada por uma característica romântica, que acarretou diversas limitações para a prática. Sobre essa fase da prática esportiva, Marchi Junior (2004, p. 28) complementa:

Em princípio, essa fase romântica da modalidade foi muito significativa para a aceitação do Voleibol, pois nela iniciou-se um processo de divulgação e expansão da modalidade. Aos amadores eram reservados os espaços propícios para a prática, ou seja, os clubes de elite. Entretanto, alguns custos e sacrifícios eram cobrados dos que pretendiam inserir-se nesse campo sem possuir as características sociais necessárias. A ex-jogadora Isabel confirmou essa condição ao relatar que pedia escolaridade e trabalho das irmãs, com o objetivo de sustentar a família, enquanto ela se dedicava aos treinamentos. Em suas palavras, na década de 1970 “o Voleibol não dava dinheiro, mas eu queria fazer da vida o que eu gostava”.

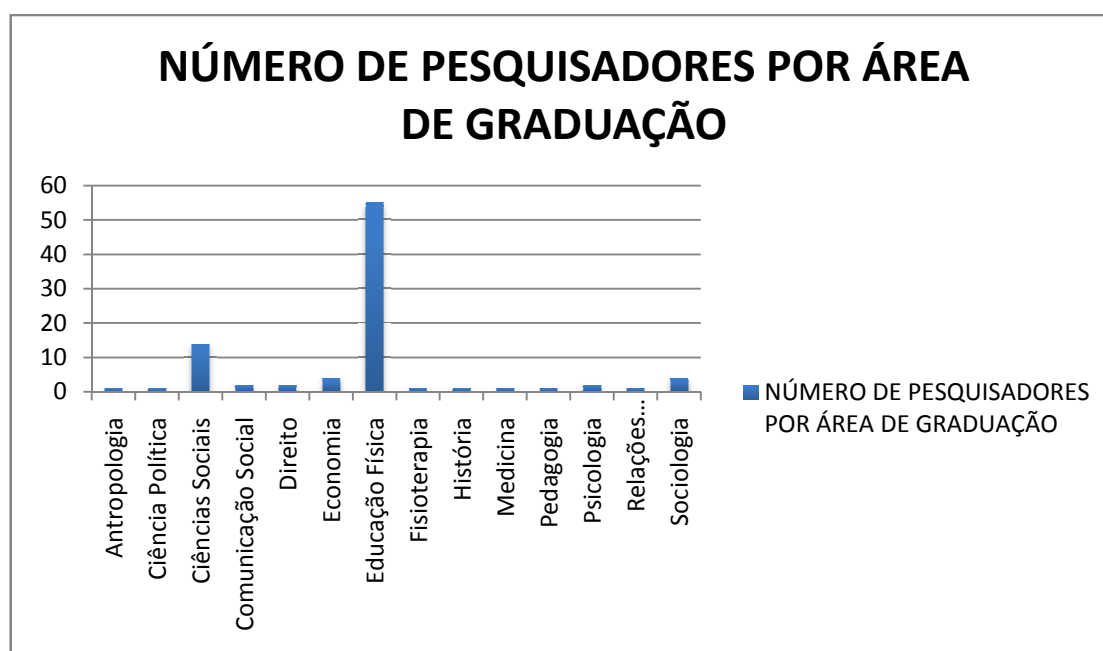
Após a fase do amadorismo, uma nova forma de administrar o esporte internacionalmente acabou por ser incorporada no Brasil, alterando a forma de jogar, metodologias de treinamentos, bem como os meios administrativos e organizacionais. Iniciava-se a fase da profissionalização. A fase seguinte, da espetacularização, é marcada pela capacidade do esporte de atrair a mídia para seus eventos, proporcionar o comércio de seus bens de consumo e também atrair o público. Marchi Junior (2004, p. 32) reforça:

Com a incorporação da estrutura mercantil nas relações sociais esportivas e a intervenção dos meios de comunicação de massas na divulgação da modalidade, a partir dos anos 1980, a imagem que se tem é a do espectador “letrado”, possivelmente portador do perfil de um consumidor do Voleibol, que corresponde a uma faixa etária específica e a uma fatia socioeconômica mais ampla da sociedade, se comparada com a elite praticante das décadas de 1960 e 1970.

As relações brevemente delineadas nos parágrafos acima são exemplos de algumas das conexões que o esporte vem realizando com esferas sociais, suscitando perguntas que necessitam do referencial teórico das Ciências Humanas para respondê-las. E devido à essa maior visibilidade na sociedade e às relações que estabelece com esferas tradicionalmente estudadas por esta área, altera-se sua posição de um problema social para um problema sociológico, que recebe, portanto, tratamento científico (BOURDIEU, 2004).

Sendo assim, temos o seguinte gráfico:

GRÁFICO 2: NÚMERO DE PESQUISADORES POR ÁREA DE GRADUAÇÃO



Fonte: Ferreira (2014).

Ressaltamos que alguns pesquisadores possuem mais de uma formação, fazendo com que o número de ocorrências nos cursos seja superior ao número de agentes. Também destacamos que quatro pesquisadores não informaram em seus currículos sua área de formação.

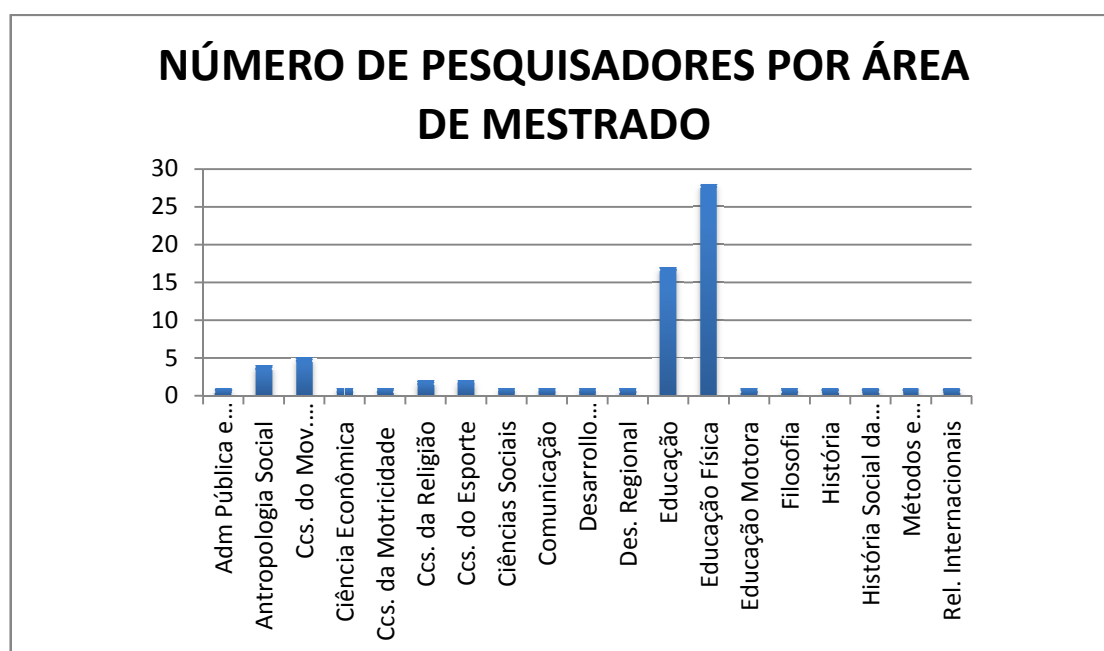
O curso de mestrado desses pesquisadores foi realizado nas seguintes áreas:

QUADRO 6: NÚMERO DE PESQUISADORES POR ÁREA DE MESTRADO

Área	Número de Pesquisadores
Administração Pública e Governo	1
Antropologia Social	4
Ciência do Movimento Humano	5
Ciência Econômica	1
Ciências da Motricidade	1
Ciências da Religião	2
Ciências do Esporte	2
Ciências Sociais	1
Comunicação	1
Desarrollo Profesional e Institucional para la Educación	1
Desenvolvimento Regional	1
Educação	17
Educação Física	28
Educação Motora	1
Filosofia	1
História	1
História Social da Cultura	1
Métodos e Técnicas de Ensino	1
Relações Internacionais	1
Sociologia	7

Fonte: Ferreira (2014).

GRÁFICO 3: NÚMERO DE PESQUISADORES POR ÁREA DE MESTRADO



Fonte: Ferreira (2014).

Como demonstrado no gráfico acima, percebemos também uma variedade de áreas de formação desses agentes, sendo as mais recorrentes a Educação Física (com 28 pesquisadores mestres) e áreas correlatas, como Ciência do Movimento Humano (cinco pesquisadores), Ciências da Motricidade (um pesquisador), Ciências do Esporte (um pesquisador) e Educação Motora (um pesquisador). Em seguida, percebemos a predominância da formação em Educação (17 agentes tem mestrado nessa área) e Sociologia (sete pesquisadores possuem essa titulação).

Esses resultados se aproximam do perfil de graduação dos agentes, corroborando com a existência de uma aproximação desses pesquisadores com a prática esportiva, que se torna um componente do *habitus*.

A Sociologia também é novamente elencada na área de formação dos agentes, demonstrando uma abertura da área para pesquisadores que desejam estudar o esporte e o interesse dos formados nessa área em estudá-lo.

A entrada na área da Educação denota mais uma possibilidade desses pesquisadores em realizarem sua formação. Esse campo apresentou-se como espaço institucional para a formação desses estudiosos.

O curso de doutorado desses pesquisadores foi realizado nas seguintes áreas:

QUADRO 7: NÚMERO DE PESQUISADORES POR ÁREA DE DOUTORADO

Área	Número de Pesquisadores
Administração	1
Administração Pública e Governo	1
Antropologia Social	4
Ciência do Desporto	1
Ciências	1
Ciências da Comunicação	2
Ciências da Religião	2
Ciências da Saúde	1
Ciências da Saúde e Esporte	2
Ciências do Desporto	3
Ciências Humanas e Sociais	1
Ciências Sociais	1
Desarrollo Prof. e Instit. la Calidad Educativa	1
Educação	10

Educação Escolar	1
Educação Física	28
Filosofia	2
Filosofia em Ciências da Educação	1
História	1
História Social da Cultura	1
Interdisciplinar em Ciências Humanas	1
Motricidade Humana - Ciências de Desporto	1
Sociologia	11
Sociologia do Desporto	1

Fonte: Ferreira (2014).

GRÁFICO 4: NÚMERO DE PESQUISADORES POR ÁREA DE DOUTORADO



Fonte: Ferreira (2014).

Apenas um pesquisador não informou a área em que cursou o doutorado. Todavia, percebe-se que a área de predominância de formação desses agentes é a Educação Física (28 agentes são doutores nessa área) seguida pela Sociologia (11 pesquisadores) e pela Educação (10 pesquisadores). Novamente, encontramos as três áreas que formaram os pesquisadores em seus cursos de mestrado como as mais recorrentes, sendo possível constatar, ainda, a permanência da grande variedade de áreas de formação, fato que possibilita a interdisciplinaridade.

As instituições que formaram os pesquisadores citados anteriormente são explicitadas a seguir:

QUADRO 8: INSTITUIÇÕES DE FORMAÇÃO DOS DOUTORES

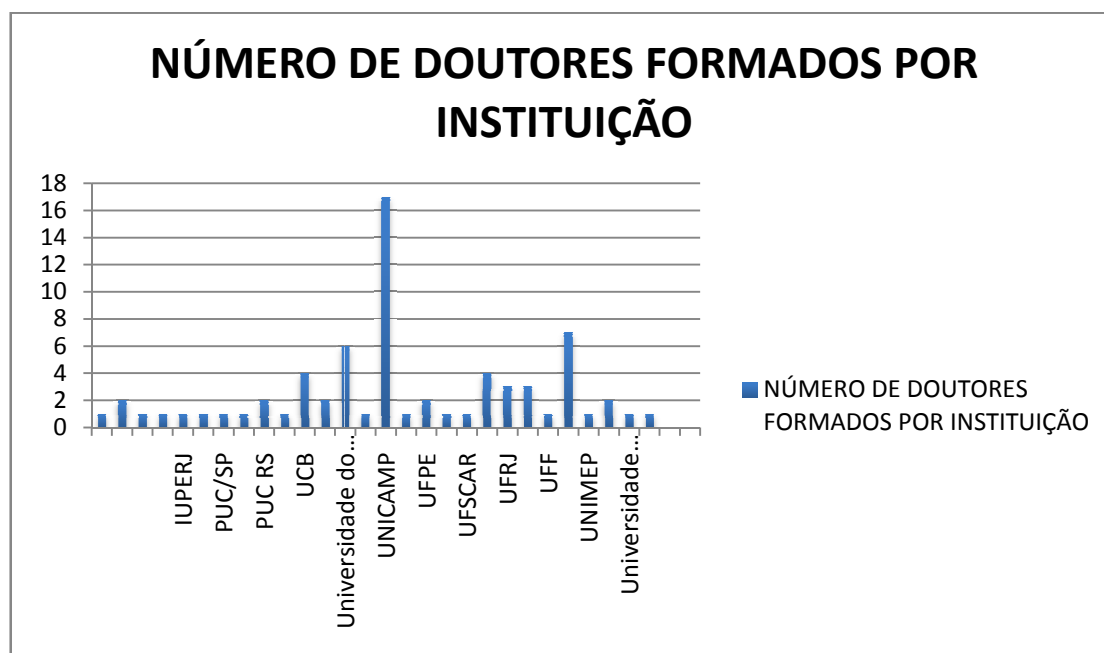
Instituição	Número de Pesquisadores
Carl von Ossietzky Universität Oldenburg	1
Chukyo University	2
Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover	1
Instituto de Estudos Sociais e Políticos	1
Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro	1
New York University	1
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro École des Hautes Etudes en Sciences Sociales de Paris	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul	2
Universidad de Barcelona	1
Universidade Católica de Brasília	4
Universidade de São Paulo	2
Universidade do Porto	6
Universidade do Vale do Rio dos Sinos	1
Universidade Estadual de Campinas	17
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho	1
Universidade Federal de Pernambuco	2
Universidade Federal de Santa Catarina	1
Universidade Federal de São Carlos	1
Universidade Federal do Paraná	4
Universidade Federal do Rio de Janeiro	3
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	3
Universidade Federal Fluminense	1
Universidade Gama Filho	7
Universidade Metodista de Piracicaba	1
Universidade Metodista de São Paulo	2
Universidade Técnica de Lisboa	1
Universitat Autònoma de Barcelona	1

FONTE: Ferreira (2014).

Percebemos que a Universidade Estadual de Campinas é um dos polos formadores desses pesquisadores, seguido pela Universidade Gama Filho e pela Universidade do Porto. Com base nesses dados, podemos inferir que o espaço institucional da Sociologia do Esporte nas referidas instituições é significativo; e, também, que seus agentes conquistaram o prestígio e a legitimidade necessários para levar a cabo seus planos de carreira, com a

crescente melhoria de seu posicionamento no campo acadêmico-científico. Outro ponto que deve ser ressaltado é a influência das instituições internacionais que, com sua dinâmica e referenciais diversificados dos brasileiros, acabam por contribuir para o crescimento desse campo.

GRÁFICO 5: NÚMERO DE DOUTORES FORMADOS POR INSTITUIÇÃO²¹



FONTE: Ferreira (2014).

Quando abordamos a formação em instituições brasileiras ou internacionais, temos o seguinte gráfico:

²¹São apresentadas nesse gráfico as instituições com maior recorrência na formação de doutores. As demais são apresentadas no Apêndice 6.

GRÁFICO 6: AGENTES FORMADOS EM INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E INTERNACIONAIS



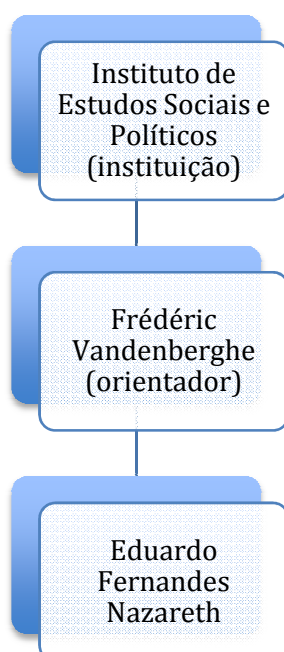
FONTE: Ferreira (2014).

Notamos que a maior parte dos agentes são formados em instituições nacionais, sendo as instituições internacionais as da Alemanha (2 agentes), Japão (2 agentes), Estados Unidos (1 agente), Espanha (2 agentes) e Portugal (7 agentes). Somente um agente realizou parte de seus estudos de doutorado fora do país, em um doutorado sanduíche. Vale ressaltar a possibilidade de pesquisadores brasileiros realizarem seus estudos fora do país e serem afetados pela conjuntura acadêmica internacional. Essas influências acabam por ser trazidas com esses pesquisadores, ao retornarem ao país para exercer as atividades docentes e de pesquisa.

Também é significativo que os pesquisadores tenham realizado, em sua maioria, a formação no Brasil, uma vez que em um curto período histórico – na década de 1960 – era necessário que esses agentes procurassem tal formação fora do país, pois a oferta desses cursos em solo nacional era inexistente. Com a implementação dos cursos de pós-graduação no Brasil, já era possível essa formação em solo nacional. Todavia, existia uma demanda reprimida por tais cursos até os anos 2000, devido às exigências dos órgãos regulamentadores do ensino superior, que estabeleciam um número mínimo obrigatório de mestres e doutores nos

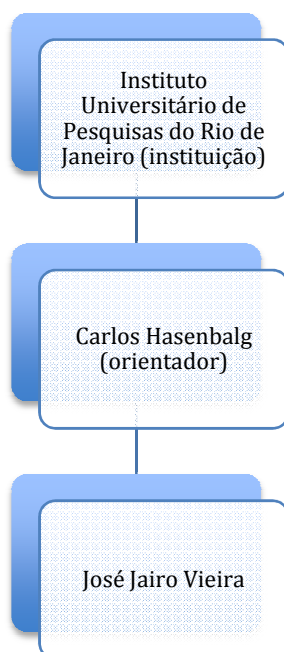
crescentes cursos superiores criados. Isso demonstra o crescimento e a consolidação desses cursos de pós-graduação, concebidos inicialmente para formar recursos humanos para os cursos superiores, fazendo com que não houvesse mais a necessidade de buscar em contextos internacionais tal formação (TANI, 2000).

A seguir, apresentamos as instituições, orientadores e pesquisadores, dados coletados a partir dos currículos lattes²². Iniciamos com as instituições nacionais, expondo as instituições internacionais que formaram esses agentes.

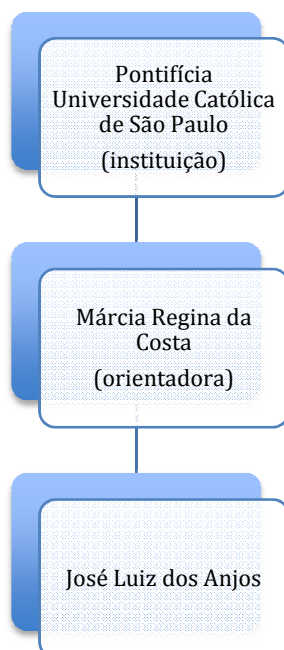


Eduardo Fernandes Nazareth cursou seu doutorado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (RJ) e possui vínculo institucional com a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro, onde é docente do Ensino Médio. O agente declara que realiza seus estudos na área de Sociologia.

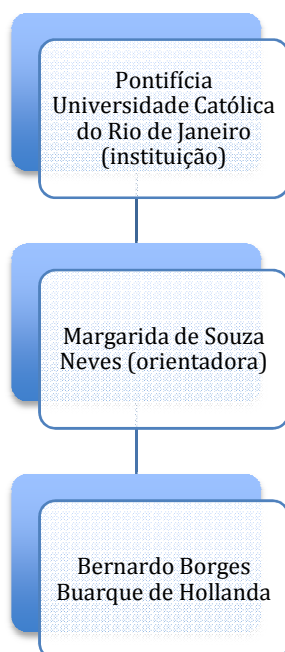
²²Nessa pesquisa utilizamos o cruzamento de dados para a complementação do panorama geral dos pesquisadores da Sociologia do Esporte, buscando nos currículos, teses e grupos de pesquisa agentes que não tenham sido elencados pelas ferramentas de busca das referidas bases de dados. Todavia, estabelecemos critérios para a coleta de dados que levaram à ausência de alguns pesquisadores tanto no quadro de teses como na árvore genealógica. Uma das situações mais comuns foi o agente se declarar de outra área, como a História e a Antropologia do Esporte, ou não mencionar em seu currículo o estudo de temas ligados à Sociologia do Esporte.



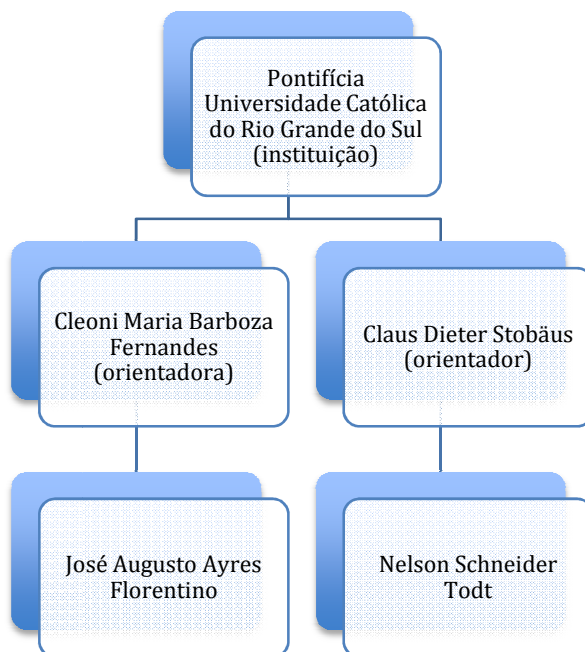
José Jairo Vieira cursou seu doutorado no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (RJ) e é docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, ligado ao departamento de Educação.



José Luiz dos Anjos, por sua vez, concluiu seu curso de doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SP) e é parte do corpo docente da Universidade Federal do Espírito Santo, no departamento de Educação Física.



Bernardo Borges Buarque de Hollanda também é doutor pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (RJ) e é docente da Fundação Getúlio Vargas (SP), com vínculos com os departamentos de Administração, Ciências Sociais e Direito.

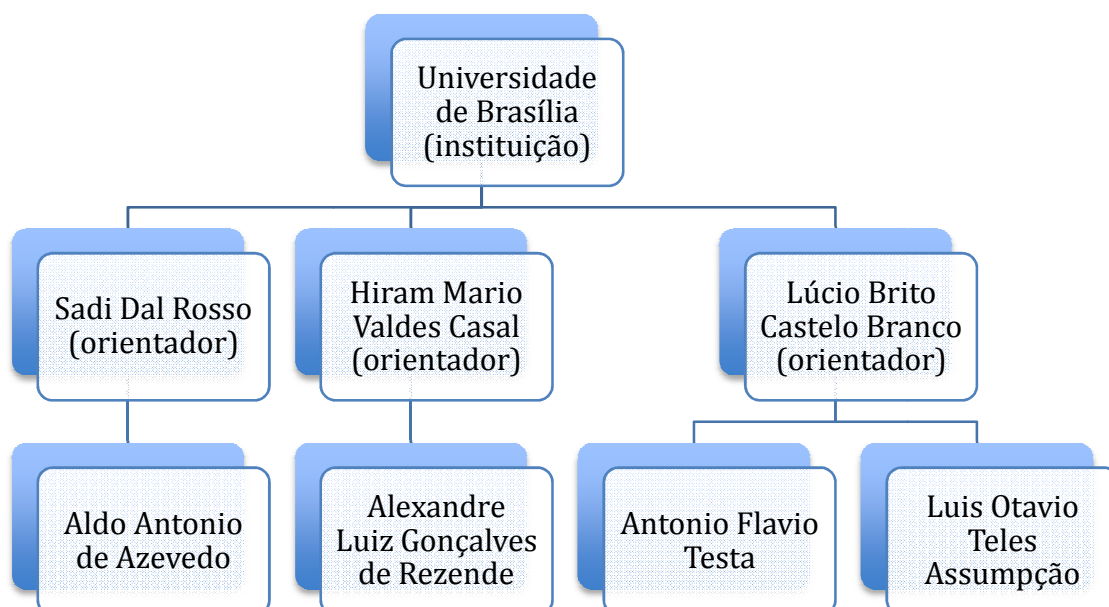


José Augusto Ayres Florentino e Nelson Schneider Todt doutoraram-se na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (RS). Florentino é docente da Faculdade Cenecista de Osório (RS), com vínculos com o departamento de Educação Física. Todt é docente da Pontifícia Universidade

Católica do Rio Grande do Sul (RS) e da Universidade Federal do Espírito Santo (ES), no curso de Educação Física.

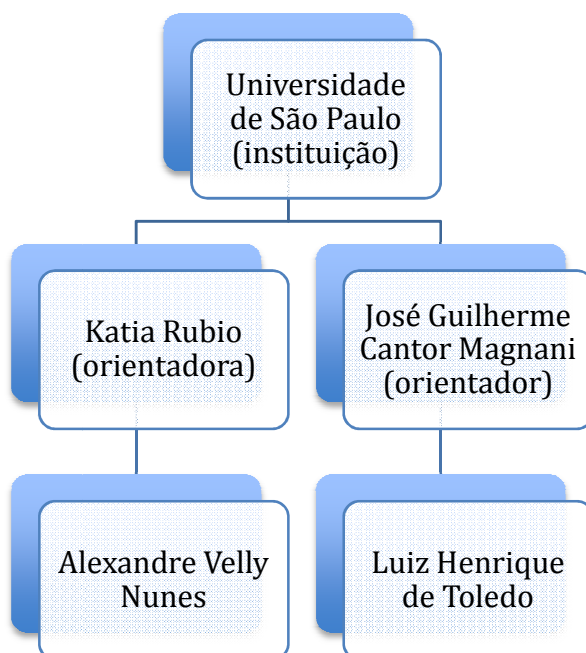


Afonso Celso Brandão Nina é doutor pela Universidade Católica de Brasília (DF) e é docente na Universidade Federal do Amazonas (AM) do curso de Educação Física.

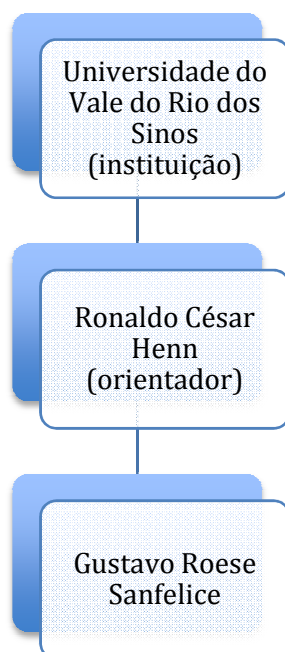


A Universidade de Brasília (DF) concedeu o título de doutor para os pesquisadores Aldo Antônio de Azevedo – docente dessa mesma instituição nos cursos de Educação Física e Sociologia; Alexandre Luiz Gonçalves de

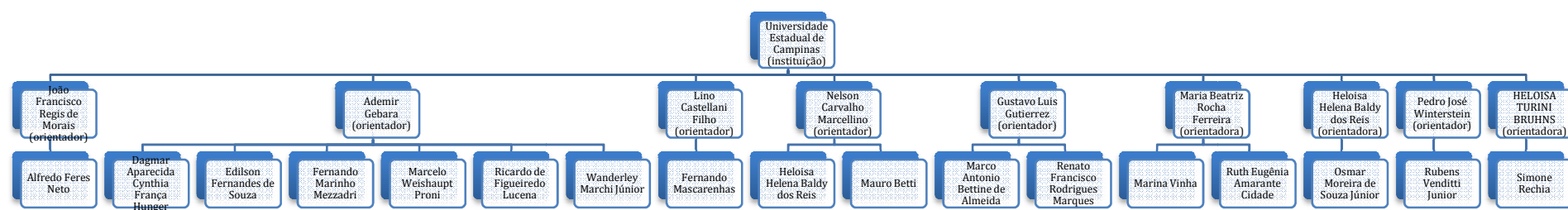
Rezende – também docente de sua instituição formadora, no curso de Educação Física; Antonio Flavio Testa – docente da Universidade de Brasília (DF) e Fundação Getúlio Vargas (DF), nos cursos de Marketing, Estratégia Empresarial e Gestão; e Luis Otavio Teles Assumpção – docente da Faculdade Fortium (DF) e da Universidade Católica de Brasília (DF), nos cursos de Direito e Educação Física.



Alexandre Velly Nunes e Luiz Henrique de Toledo concluíram suas teses na Universidade de São Paulo (SP). Nunes é docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS), no departamento de Educação Física, e Toledo é parte do corpo docente da Universidade Federal de São Carlos (SP), no curso de Ciências Sociais.



Gustavo Roese Sanfelice recebeu o título de doutor pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS) e é docente da Universidade Feevale (RS), no departamento de Educação Física.



A Universidade Estadual de Campinas (SP) concedeu o título de doutor a 17 agentes da Sociologia do Esporte. Como havíamos mencionado anteriormente, a instituição é um dos pólos formadores desses pesquisadores, sendo Ademir Gebara o orientador mais recorrente. A seguir, apresentamos os pesquisadores e seu vínculo institucional atual.

Alfredo Feres Neto é docente da Universidade de Brasília (DF) no curso de Educação Física; Dagmar Aparecida Cynthia França Hunger leciona no curso de Educação Física, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (SP); Edilson Fernandes de Souza é docente na Universidade Federal da Paraíba (PE), no curso de Educação Física e Educação; Fernando Marinho Mezzadri é docente na Universidade Federal do Paraná (PR), no curso de Educação Física.

Marcelo W. Proni é docente na Universidade Estadual de Campinas (SP), no curso de Economia; Ricardo de Figueiredo Lucena leciona na Universidade Federal da Paraíba (PB), no departamento de Educação; Wanderley Marchi Júnior é docente da Universidade Federal do Paraná (PR), nos departamentos de Educação Física e Sociologia; Fernando Mascarenhas é professor na Universidade de Brasília (DF), no curso de Educação Física.

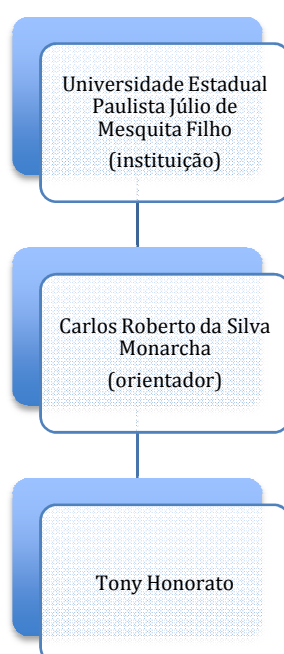
Heloisa Helena Baldy dos Reis leciona na Universidade Estadual de Campinas (SP), no curso de Educação Física; Mauro Betti é docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (SP), no curso de Educação Física; Marco Antonio Bettine de Almeida faz parte do corpo docente da Universidade de São Paulo (SP), na Escola de Artes, Ciências e Humanidades; Renato Francisco Rodrigues Marques também é professor na Universidade de São Paulo (SP), na Escola de Educação Física e Esporte.

Marina Vinha é docente na Universidade Federal da Grande Dourados (MS), nos cursos de Educação Física e Antropologia; Ruth Eugênia de Amarante Cidade leciona na Universidade Federal do Paraná (PR), no curso de Educação Física; Osmar Moreira de Souza Junior leciona na Universidade Federal de São Carlos (SP), no curso de Educação Física; Rubens Venditti Junior é professor das instituições Universidade de São Paulo (SP), Universidade Estadual de Campinas (SP), Universidade Nove de Julho (SP), Veris Educacional/ Metrocamp-IBTA (SP) e Faculdades Anhanguera (SP),

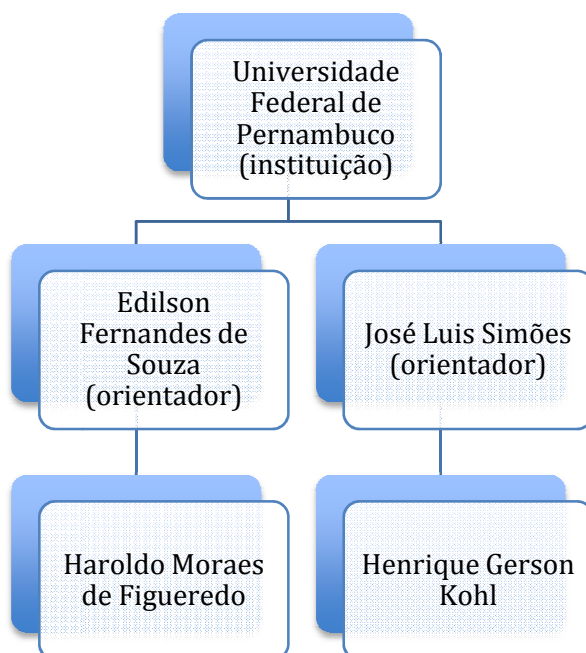
nos cursos de Educação Física; Simone Rechia é docente na Universidade Federal do Paraná (PR), no curso de Educação Física.

Dessas informações, pudemos perceber que alguns pesquisadores inseriram-se na própria instituição formadora – três agentes; dois docentes compuseram o quadro de funcionários da Universidade de Brasília; dois pesquisadores são vinculados a Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho; dois compõem o quadro de docentes da Universidade Federal de Pernambuco, quatro agentes são docentes da Universidade Federal do Paraná; três agentes são ligados à Universidade de São Paulo; um docente tem vínculo com a Universidade Federal de Grande Dourados; um pesquisador faz parte do corpo docente da Universidade Federal de São Carlos; e um docente é vinculado às instituições Nove de Julho, Veris e Anhanguera.

Quanto aos departamentos a que esses agentes estão ligados, temos a maior parte – 14 agentes – ligados ao curso de Educação Física; dois pesquisadores ligados ao curso de Educação; um vinculado ao curso de Economia; um agente é docente do curso de Letras; um está ligado ao curso de Sociologia; um agente é docente da Escola de Humanidades; e um professor está vinculado ao curso de Antropologia. Existe uma inserção maior no curso de Educação Física, mais receptivo ao perfil profissional desses docentes.



Tony Honorato é doutor pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e é docente da Universidade Estadual de Londrina, no curso de Educação Física.



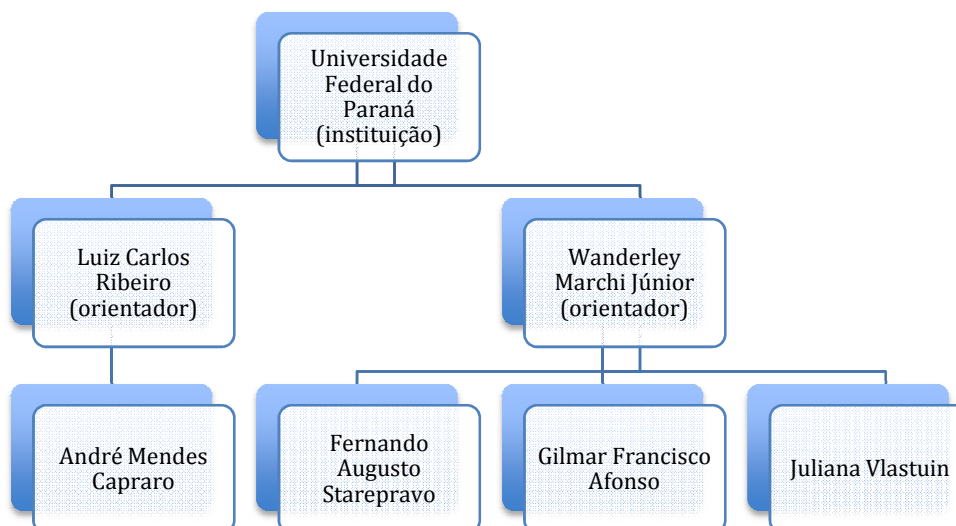
Haroldo Moraes de Figueredo e Henrique Gerson Kohl são doutores pela Universidade Federal de Pernambuco. Figueredo é docente da Faculdade Salesiana do Nordeste (PE), no curso de Educação Física, e Kohl leciona na sua instituição formadora, no curso de Educação Física.



Ivan Marcelo Gomes é doutor pela Universidade Federal de Santa Catarina e faz parte do departamento de Educação Física, da Universidade Federal do Espírito Santo (ES).

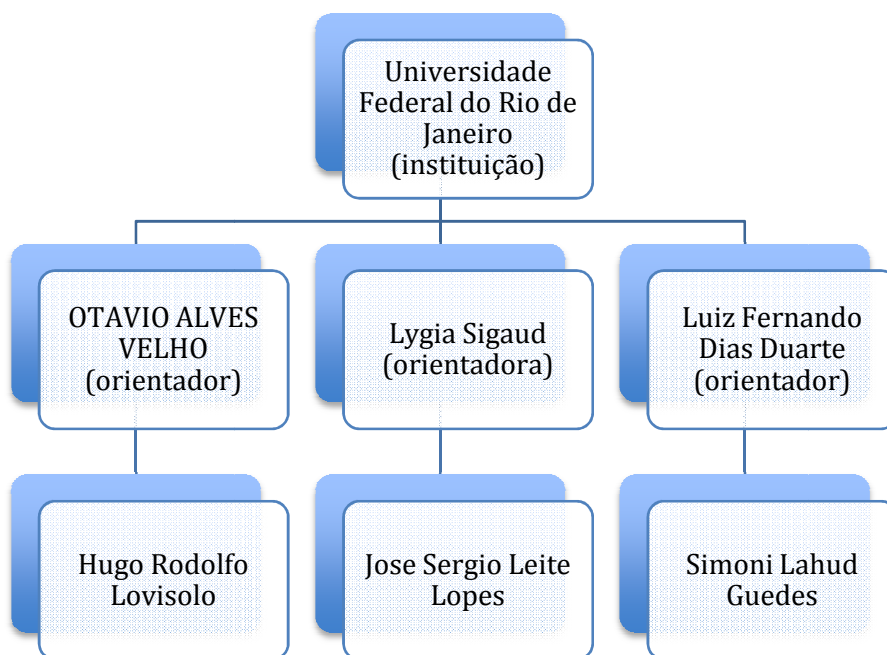


Cesar A. Santos Barbieri é doutor pela Universidade Federal de São Carlos (SP) e não possui vínculo institucional com Instituições de Ensino Superior.

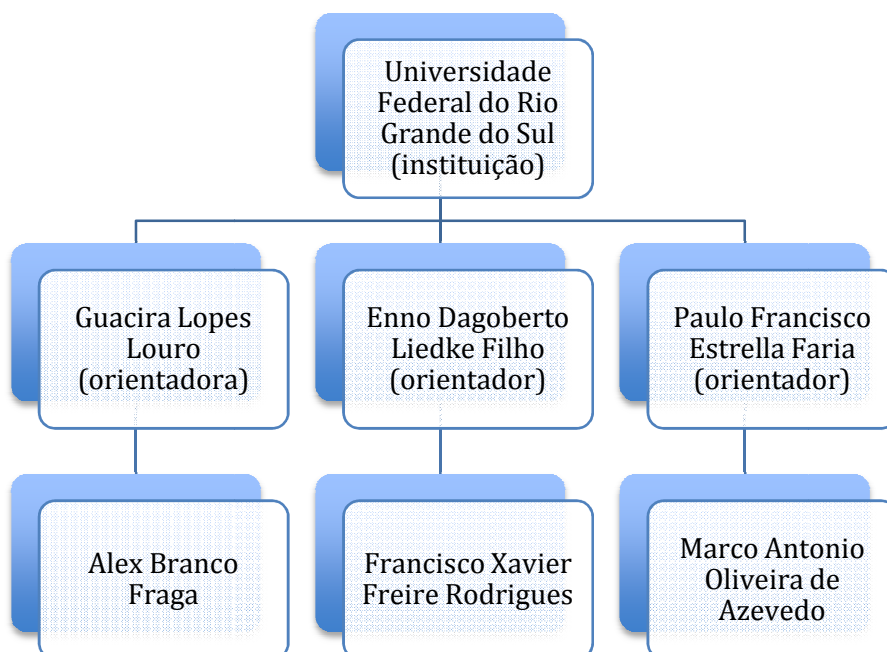


A Universidade Federal do Paraná (PR) se apresenta como outro polo formador dos pesquisadores da Sociologia do Esporte. Quatro agentes foram formados na instituição, sendo André Mendes Capraro docente da própria instituição formadora, no curso de Educação Física; Fernando Augusto

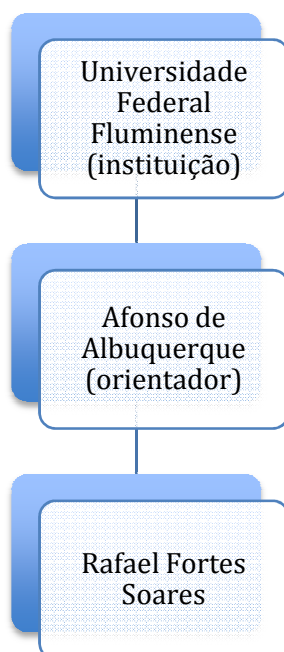
Starepravo, por sua vez, é docente da Universidade Estadual de Maringá (PR), também no curso de Educação Física; Gilmar Francisco Afonso é vinculado à Universidade Tecnológica do Paraná (PR), no departamento de Educação Física; e Juliana Vlastuin é docente das Universidade Estadual do Centro-Oeste (PR) e Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR), no curso de Educação Física.



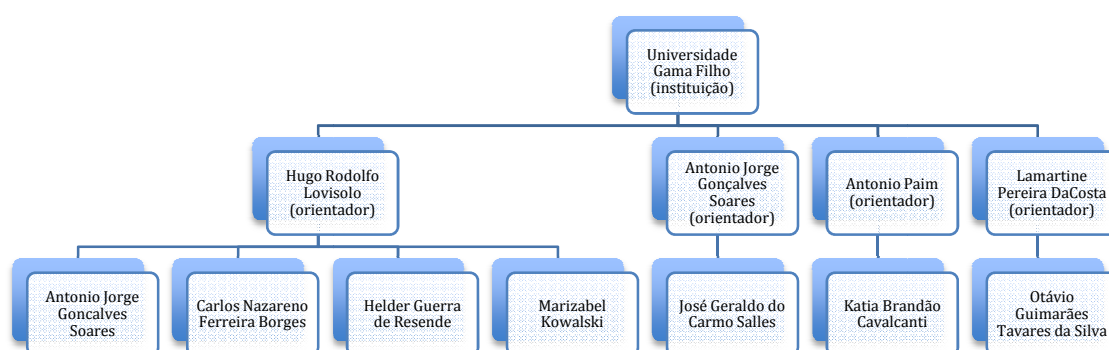
A Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ) pode ser considerada outro polo formador dos pesquisadores da Sociologia do Esporte. O agente Hugo Rodolfo Lovisolo é docente das instituições Centro Universitário Augusto Motta (RJ), Universidade Gama Filho (RJ) e Universidade do Estado do Rio de Janeiro (RJ) nos departamentos de Educação Física e Ciências Sociais; José Sérgio Leite Lopes está vinculado às instituições Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ) e Universidade Federal de Pernambuco (PE), nos departamentos de Antropologia e Sociologia; Simoni Lahud Guedes, por sua vez, é docente da Universidade Federal Fluminense (RJ), ligada ao Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.



A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS), também uma instituição formadora dos agentes da Sociologia do Esporte, concedeu o grau de doutor ao pesquisadores Alex Branco Fraga – hoje docente de sua instituição formadora, no curso de Educação Física; Francisco Xavier Freire Rodrigues – professor da Universidade Federal de Mato Grosso (MT), nos departamentos de Comunicação Social, Ciências Sociais, Sociologia e Ciência Política, Engenharia Sanitária e Ambiental; e Marco Antonio Oliveira de Azevedo – vinculado à Universidade do Vale do Rio dos Sinos (RS), departamento de Filosofia.



Rafael Fortes Soares realizou seu curso de doutorado na Universidade Federal Fluminense (RJ) e é docente da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (RJ) e da Universidade Federal de Minas Gerais (MG), nos departamentos de Filosofia e Ciências Sociais.

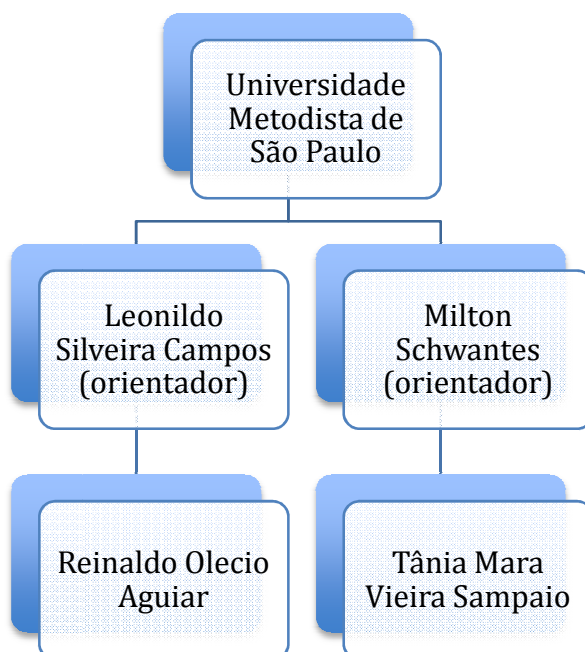


A Universidade Gama Filho (RJ) é outro polo formador dos pesquisadores que abordamos. Antonio Jorge Gonçalves Soares – atualmente, docente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ), nos departamentos de Educação Física e Educação; Carlos Nazareno Ferreira Borges – professor da Universidade Federal do Espírito Santo (ES) nos Centro de Educação Física e Desportos e Centro de Ciências Humanas e Naturais; Helder Guerra de Resende – professor das instituições Universidade Castelo Branco (RJ) e Universidade Federal de Juiz de Fora (MG), nos cursos de Educação Física e Turismo; Marizabel Kowalski – docente da Universidade Federal de Viçosa (MG), no curso de Educação Física; José Geraldo do Carmo Salles – também vinculado à Universidade Federal de Viçosa (MG) é docente do curso de Educação Física; Kátia Brandão Cavalcanti – professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (RN), nos departamentos de Saúde Coletiva e Nutrição, Ciências Sociais Aplicadas, Educação e Educação Física; e Otávio Guimarães Tavares da Silva – professor da Universidade Federal do Espírito Santo (ES) vinculado ao Centro de Educação Física e Desportos. Todos esses

pesquisadores concluíram seus cursos de doutorado na instituição Gama Filho.



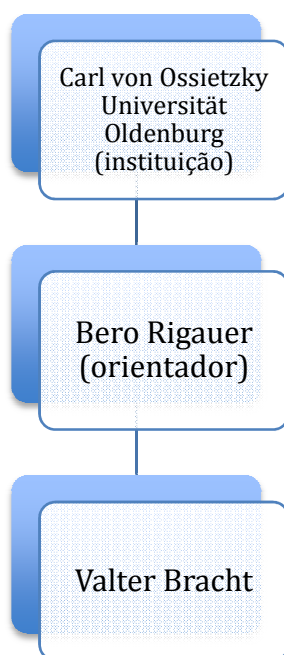
Fernando Renato Cavichioli é doutor pela Universidade Metodista de Piracicaba (SP) e atualmente é docente da Universidade Federal do Paraná (PR), no curso de Educação Física.



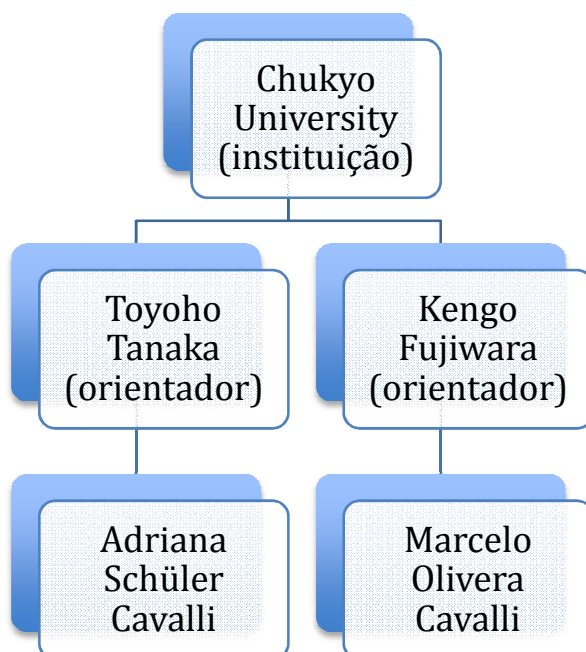
Reinaldo Olecio Aguiar e Tânia Mara Vieira Sampaio concluíram seu curso de doutorado na Universidade Metodista de São Paulo (SP). Aguiar não possui vínculo institucional com nenhuma Instituição de Ensino Superior

e Sampaio é docente na Universidade Católica de Brasília (DF), no curso de Educação Física.

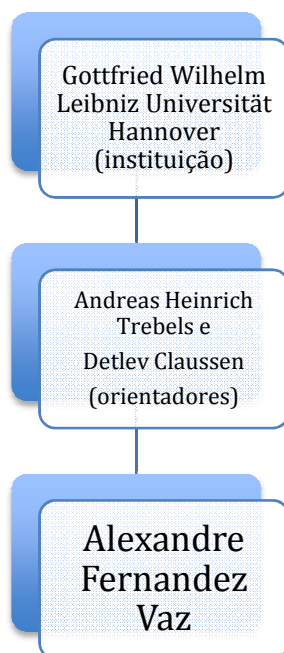
Apresentadas as instituições nacionais, passamos às instituições internacionais, que possibilitaram a formação dos agentes da Sociologia do Esporte brasileira.



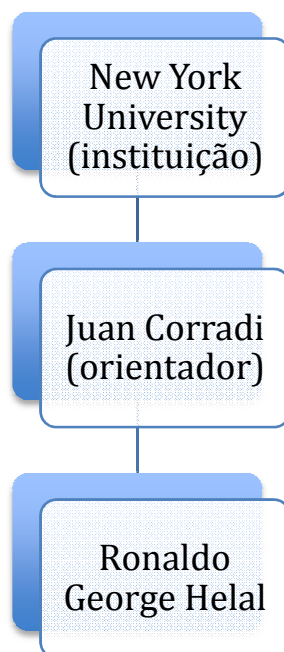
Valter Bracht realizou seus estudos na Carl von Ossietzky Universität Oldenburg e é docente na Universidade Federal do Espírito Santo (ES), no curso de Educação Física.



Adriana S. Cavalli e Marcelo O. Cavalli realizaram seus cursos de doutorado na Chukyo University. Adriana Cavalli é docente na Universidade Federal de Pelotas (RS), no curso de Educação Física; e Marcelo Cavalli é professor na Universidade Federal de Pelotas (RS) e na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (RS), também no curso de Educação Física.



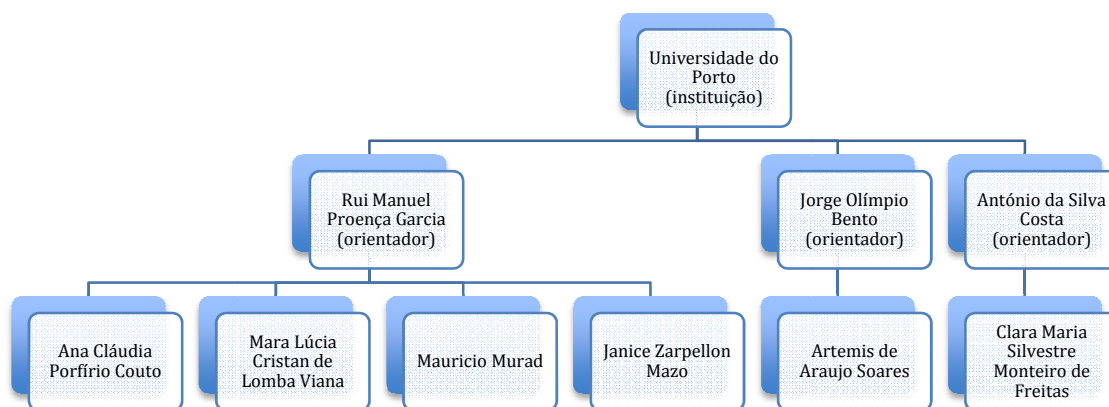
Alexandre Fernandes Vaz realizou seu doutorado na Gottfried Wilhelm Leibniz Universität Hannover e é docente da Universidade Federal de Santa Catarina (SC), no departamento de Educação.



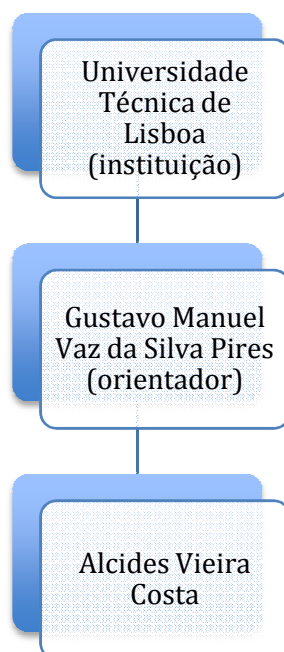
Ronaldo George Helal realizou seu curso de doutorado na New York University e atualmente é docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (RJ), do curso de Comunicação Social.



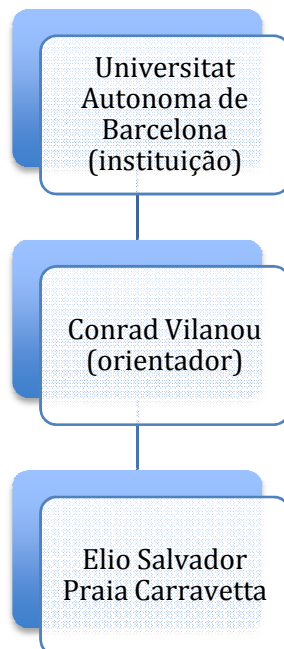
Sérgio Luiz Carlos dos Santos é doutor pela Universidade de Barcelona e é docente da Universidade Federal do Paraná (PR), no curso de Educação Física.



A Universidade do Porto pode ser considerada um polo internacional de formação dos pesquisadores da Sociologia do Esporte. Foram formados nessa instituição os agentes Ana Cláudia Porfírio Couto – docente do curso de Educação Física, da Universidade Federal de Minas Gerais (MG); Mara Lúcia C. de L. Viana – professora do curso de Educação Física, da Universidade Federal do Espírito Santo; Mauricio Murad – docente do curso de mestrado em Ciências da Atividade Física, da Universidade Salgado de Oliveira (RJ); Janice Z. Mazo – professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS), no curso de Educação Física; Artemis de Araújo Soares – docente da Universidade Federal do Amazonas (AM), nas faculdades de Educação Física e Fisioterapia; e Clara Maria S. Monteiro de Freitas – vinculada às instituições Universidade de Pernambuco (PE) e Universidade Federal da Paraíba (PB), nos cursos de Educação Física e Enfermagem.



Alcides Vieira Costa formou-se na Universidade Técnica de Lisboa e é docente nas instituições Universidade Lusíada de Lisboa, Instituto Superior de Ciências Educativas e na Universidade Técnica de Lisboa, nos departamentos de Motricidade Humana e Desporto.



Elio S. P. Carravetta realizou seu doutorado na Universitat Autònoma de Barcelona e não possui vínculo institucional com nenhuma Instituição de Ensino Superior.

Quando lançamos o olhar para a árvore genealógica²³ como um todo, percebemos as relações entre as gerações de orientadores e orientandos. A primeira geração de orientadores não está ligada necessariamente à temática da Sociologia do Esporte, mas abriram o espaço para que teses sobre o esporte fossem concretizadas.

A segunda geração, mais numerosa, atualmente realiza seus estudos na área da Sociologia do Esporte. Todavia, nem todos abordaram esse objeto de pesquisa em suas teses. O mesmo ocorre com as terceira e quarta gerações.

Com uma árvore genealógica que possui uma segunda geração numerosa e poucos agentes na terceira e quarta gerações, podemos perceber que esse campo de estudo é de constituição recente. Tal fato é corroborado, quando levamos em consideração a dinâmica do campo acadêmico-científico, na qual são necessários diversos investimentos: doutorado concluído, inserção em uma instituição de ensino superior que possua programa de pós-graduação *stricto sensu*, o credenciamento no curso de pós-graduação que habilita o agente a orientar alunos inicialmente de mestrado e em seguida de doutorado, além das orientações mencionadas.

Todo esse processo de acúmulo de capital científico e simbólico demanda tempo, sendo os agentes mais antigos no campo e aqueles que executam as estratégias mais bem sucedidas de crescimento profissional, os que apresentam orientandos de terceira e quarta gerações.

Com esse levantamento de dados, pudemos perceber os polos formadores dos pesquisadores da Sociologia do Esporte e suas gerações. No capítulo seguinte, mapearemos as inserções nos periódicos e a produção de teses e dissertações.

²³A árvore genealógica consta no Apêndice 7 (p. 238).

5 A RELAÇÃO DA SOCIOLOGIA DO ESPORTE PERANTE A EDUCAÇÃO FÍSICA E A SOCIOLOGIA

Delimitado o espaço social da Sociologia do Esporte, passamos ao levantamento de suas produções, com o intuito de perceber quem são os autores de tais estudos, os objetos de pesquisa e as matrizes teóricas utilizadas para análise.

5.1 PUBLICAÇÕES: DISSERTAÇÕES, TESES E ARTIGOS

5.1.1 Dissertações e teses: 1987 a 2010

Propomo-nos nesse subcapítulo a mapear as pesquisas realizadas nos cursos de mestrado e doutorado *stricto sensu* – arquivadas no banco de teses e dissertações da CAPES –, que tratam sobre a Sociologia do Esporte. O referido banco está disponível *on line*²⁴ no *site* da instituição, disponibilizando os dados e os resumos de teses e dissertações, defendidas entre os anos de 1987 e 2011, em todo território nacional. Essa iniciativa procura “facilitar o acesso a informações sobre teses e dissertações defendidas junto a programas de pós-graduação do país” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2011), contribuindo para a circulação do conhecimento produzido. As pesquisas de mestrado e doutorado que estão presentes no banco da CAPES tiveram seus dados enviados pelos programas de Pós-graduação, que se responsabilizam pela veracidade dos mesmos (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2011).

Através da pesquisa do termo “sociologia do esporte” tivemos acesso a 70 trabalhos²⁵. Temos ciência de que tal busca poderia ser alargada, devido à concepção de esporte que utilizamos. Todavia, estabelecemos tal critério como delimitação do escopo dos trabalhos a serem analisados.

²⁴ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/servicos/banco-de-teses>>. Acesso em 15 mai. 2010.

²⁵ O quadro que expõe as dissertações e teses consta no Apêndice 8 (p. 239).

De posse desses dados, verificamos quem são os autores das pesquisas, orientadores, quais são os programas de pós-graduação e instituições de ensino superior, em que tais trabalhos foram realizados, no período de 1987 a 2010. Intentamos, com este levantamento, explicitar os principais centros produtores dessas pesquisas, contribuindo para o mapeamento dessa interseção entre os campos da Sociologia e da Educação Física.

A partir do levantamento de dados proposto, apresentamos os temas das pesquisas no quadro a seguir. O número entre parênteses, que segue cada temática, corresponde ao número de estudos realizados no período mencionado.

QUADRO 9: TEMAS DAS PESQUISAS

Política e esporte (7)	Lutas (3)
Esporte <i>master</i> (1)	Voleibol (masculino e feminino) (6)
Futebol (masculino e feminino) (26)	Deficiência e esporte paraolímpico (3)
Corrida de rua (1)	Práticas indígenas (1)
Sociologia do Esporte (1)	Xadrez (1)
Esporte Olímpico (2)	Esportes de aventura (1)
Projetos esportivos (1)	Lazer (1)
Atletismo (2)	Esporte escolar (1)
Mídia, televisão e jornalismo esportivo (4)	Basquete (2)
Esporte de alto rendimento (1)	Qualidade de vida (1)
Religião, superstição e esporte (3)	Esporte e SESI (1)

FONTE: Ferreira (2014).

As temáticas são bastante variadas, sendo contempladas modalidades específicas como futebol, corrida, atletismo, lutas, voleibol, xadrez, esportes de aventura e basquete; bem como abordagens do esporte relacionado a outras esferas da sociedade como religião, política e mídia, por exemplo. Apesar da variedade de objetos, percebemos uma preferência marcante pelo futebol, que é objeto de 26 pesquisas. O tema política e esporte é o segundo mais estudado, presente em sete pesquisas. O voleibol é o terceiro objeto mais estudado, com seis pesquisas. Esses dados podem ser um indicativo das manifestações do esporte que são mais visíveis na sociedade brasileira, que são objetos de disputa e que mobilizam esferas sociais importantes,

como citado anteriormente. Também percebemos o interesse dos pesquisadores em lançar um olhar crítico para essas interações esporte-sociedade, modificando o local do objeto de pesquisa na hierarquia de relevância dos temas de pesquisa, passando de um fenômeno social para fenômeno sociológico.

Analisando especificamente as pesquisas sobre futebol, notamos que são compostas por 13 dissertações e 13 teses, que estabelecem as seguintes relações:

QUADRO 10: ESTUDOS ESPECÍFICOS DO FUTEBOL

Temas	
Racionalização institucional (1)	Futebol e espetáculo (1)
Racismo (4)	Amadorismo (2)
Futebol de várzea (2)	Gênero (1)
Cartolas (1)	Futebol e popularidade (1)
Organização (2)	Profissionalismo (2)
Modernização (4)	Classe social (1)
Torcida (2)	Estatuto do torcedor (1)
Identidade cultural (1)	

FONTE: Ferreira (2014).

A modernização e o racismo são os temas mais recorrentes nesses estudos, cada um contando com quatro pesquisas. Notamos, nesse ponto, uma influência da área da Sociologia, que teve como temáticas bastante abordadas a modernização peculiar do Brasil e a questão racial. Na trajetória histórica da Sociologia, apresentada no capítulo 3, pudemos perceber que os referidos temas faziam parte da agenda de pesquisas dos grupos de sociólogos. Para Ortiz (1990), os objetos de estudos que eram analisados na primeira metade do século XX se mantiveram nas décadas seguintes, modificando-se, contudo, a forma de realizar sua interpretação. Dessa forma, podemos notar que tais temas mobilizam questões importantes, como a modernidade e os problemas raciais, para o entendimento da sociedade brasileira; e o futebol é um fenômeno social em que é possível vislumbrar tais relações.

Toledo (2001, p. 133) complementa:

A popularização das práticas esportivas como partícipe do movimento de produção de saber sobre o corpo, e como

fundamento das relações sociais generalizadas no ocidente, deu-se num contexto de profundas transformações tecnológicas, políticas, estéticas e científicas que se seguiram aos padrões e aos contornos sociais da vida nas metrópoles.

Nesse sentido, os esportes, ao lado de outros fenômenos, constituíram um locus para se pensar as inúmeras experimentações da modernidade e das variadas práticas sociais que redefiniram e recriaram diversas formas e manifestações da sociabilidade. Período dos maquinismos, das tecnologias e dos aglomerados metropolitanos, que impôs aos indivíduos uma nova ordem cultural e social, transfigurou os fetiches da ação e dos movimentos contínuos aos próprios corpos, requisitados e adestrados que foram pelos ritmos sociais urbanos.

Essas influências da organização social na prática esportiva, que suscitavam questionamentos para os intelectuais, puderam ser observadas no futebol, uma prática que no Brasil apresentou uma crescente popularização e transformou-se em esporte de massa. Essa conjuntura ocorreu devido à constituição de um campo profissional e midiático, à forma com que a prática foi apropriada e vivenciada por diversos grupos – como por exemplo o futebol de várzea e o consumo dos bens e do espetáculo futebolístico – e devido à estreita relação entre a prática profissional e amadora (TOLEDO, 2001).

Ao lançarmos o olhar para a segunda temática mais pesquisada nos temas da Sociologia do Esporte, Política e esporte, notamos os seguintes objetos de pesquisa:

QUADRO 11: TEMAS ESPECÍFICOS DOS ESTUDOS DE POLÍTICA E ESPORTE

Temas
Políticas públicas de esporte e lazer (4)
Políticas sociais (1)
Poder público e esporte universitário (1)
Projetos esportivos (1)

FONTE: Ferreira (2014).

Assim como o futebol, as políticas públicas e sua relação com o esporte despertam interesse por estarem conectadas a mudanças na sociedade brasileira:

como o intenso processo de inovação e experimentação em programas governamentais e as oportunidades abertas à participação nas diversas políticas setoriais. Esta situação desperta uma posição de interesse tanto por micro mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro como também revela o desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo (STAREPRAVO, 2013, p.13).

Essas interações do poder público com o esporte, os usos que se fazem deste último, como por exemplo os projetos sociais em que a prática esportiva é responsável por afastar jovens das drogas e da violência, geram discussões e são considerados problemas a serem discutidos e analisados.

As referidas análises, que abordam situações concretas e examinam problemas empíricos específicos, podem servir ao campo político como estratégias de legitimação ou descrédito de ações políticas efetivas (STAREPRAVO, 2013, p.13).

Sobre o terceiro tema mais abordado, o voleibol, temos os seguintes objetos de pesquisa:

QUADRO 12: ESTUDOS ESPECÍFICOS DO VOLEIBOL ²⁶

Temas
Voleibol de praia (1)
Voleibol feminino (2)
Educação em valores (1)
Mídia (1)
Profissionalização (1)
Amadorismo (1)
Espetacularização (1)

FONTE: Ferreira (2014).

Assim como os temas anteriores, o voleibol também estabelece relações com esferas sociais, que suscitam questionamentos por parte dos estudiosos. De uma modalidade amadora, com um apelo restrito ao grupo de entusiastas, o voleibol conquistou mais adeptos, profissionalizou-se e se tornou espetáculo. Esses processos são decorrentes das interações que a modalidade foi capaz de estabelecer. Vlastuin (2013, p. 28) adiciona:

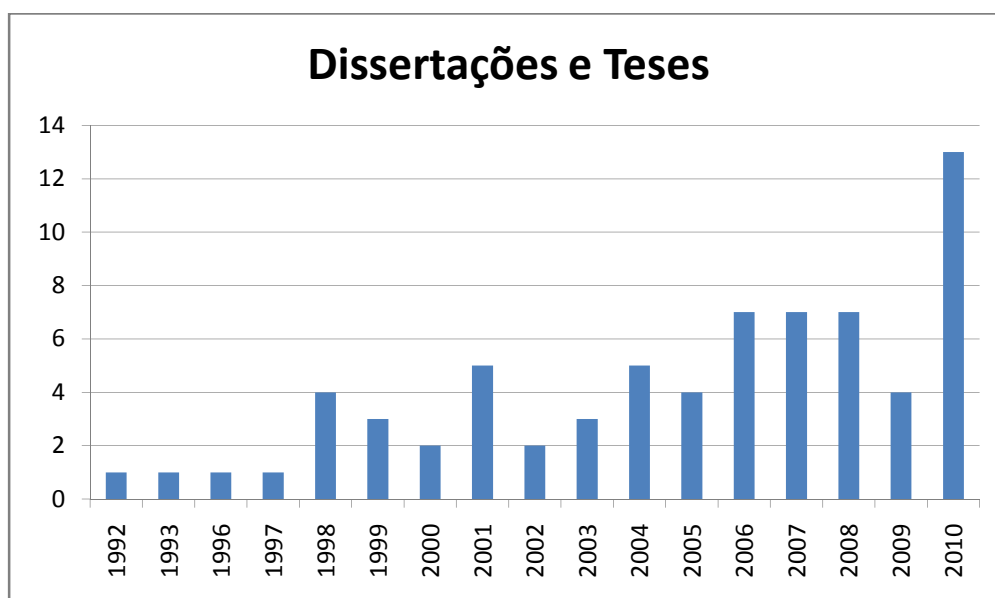
²⁶ No quadro apresentado os estudos tiveram mais de uma temática concomitante, como por exemplo voleibol feminino e mídia, amadorismo e profissionalização.

[...] o voleibol brasileiro apresentou uma série de investimentos realizados durante sua recente história. A leitura desses trabalhos nos revelou que o voleibol brasileiro adotou uma gestão estratégica mercantil viabilizada por instituições e agentes sociais que buscam a aquisição de potencial de poder ao incentivar essa modalidade.

Sendo assim, o voleibol é uma prática esportiva que permite vislumbrar uma série de questões sociais, organizacionais e mercadológicas passíveis de análise.

Retomando o escopo de teses e dissertações, se considerarmos a distribuição dessas pesquisas por ano de defesa, temos o gráfico a seguir:

GRÁFICO 7: DISTRIBUIÇÃO DAS PESQUISAS POR ANO



FONTE: Ferreira (2014).

Fica claro que, a partir do ano de 2006, o esporte teve um aumento considerável no número de pesquisas. Toledo (2001) relata que, na década de 1990, os estudos sobre o tema tiveram um crescimento considerável, se comparado aos anos anteriores. A partir dos dados coletados, percebemos que esse aumento foi ainda mais expressivo em dissertações e teses, na primeira década dos anos 2000, com especial destaque para os anos de 2006 a 2008 (cada ano com sete trabalhos defendidos) e 2010 (com 13 trabalhos defendidos). Tal fato reforça a ideia de que a Sociologia do Esporte é uma área de pesquisa jovem e tem se inserido em diversos espaços,

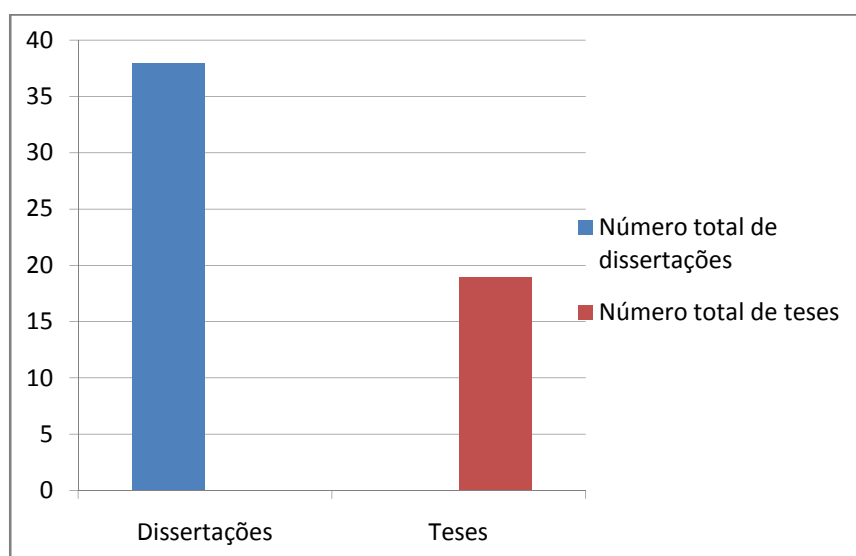
atraindo a atenção de mais pesquisadores, o que consequentemente gera mais estudos sobre o tema.

Com mais pesquisadores formados, conquistando espaços institucionais que os permitam orientar dissertações e teses, a tendência é que esse número de pesquisas aumente. Como abordado no capítulo anterior, os agentes vêm buscando inserção em diversas Instituições de Ensino Superior brasileiras, propiciando mais espaços para os estudos da Sociologia do Esporte e também diversificando sua localização geográfica. Com tais possibilidades em solo brasileiro, já não é obrigatória a busca por formação no exterior.

Vale ressaltar que, nos anos de 1994 e 1995, não foram defendidas pesquisas na área de Sociologia do Esporte.

Quando lançamos o olhar para o número de dissertações e teses defendidas no período selecionado, temos o gráfico a seguir:

GRÁFICO 8: TOTAL DE DISSERTAÇÕES E TESES



FONTE: Ferreira (2014).

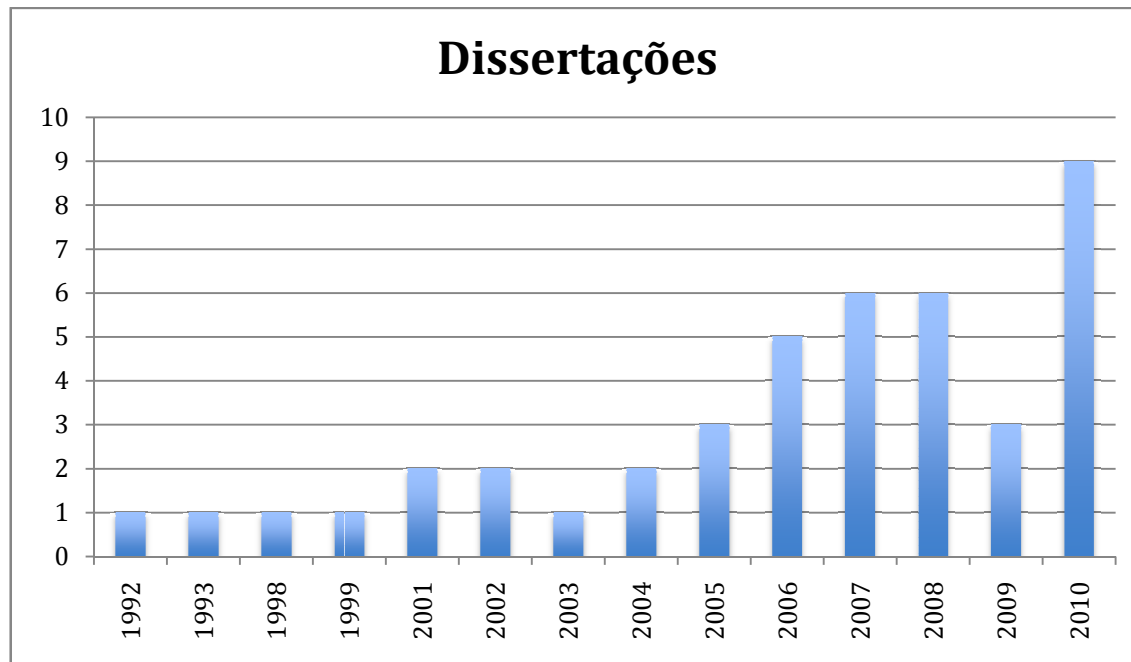
As dissertações, que perfazem um total de 43 pesquisas, são mais numerosas que as teses defendidas (27 pesquisas). Podemos intentar algumas considerações sobre tal fato. Ferreira (2009) sugere que grande parcela dos pesquisadores da Sociologia do Esporte é proveniente da Educação Física. Com o início dos programas de pós-graduação nessa área

no Brasil, a partir da década de 1970 (KOKUBUN, 2003; SANTOS, 2003), é possível que os pesquisadores da Sociologia do Esporte tenham buscado, para realizar os cursos de doutorado, instituições no exterior, devido à lacuna desse tipo de formação no Brasil. Como a base de dados que consultamos compila as pesquisas realizadas em programas nacionais, esses trabalhos não puderam ser identificados.

Sendo os cursos de mestrado anteriores aos de doutorado no país, temos uma maior produção de dissertações. Isso é um indício de um campo recente no país, que está formando seus pesquisadores. Em algumas décadas, é possível que esse quadro se modifique significativamente, dada a possibilidade desses pesquisadores realizarem seus cursos de doutoramento no Brasil, visto o número de inserções institucionais possíveis, já mapeadas no capítulo 4.

Ao analisar a distribuição das dissertações defendidas por ano, temos o gráfico a seguir:

GRÁFICO 9: DISTRIBUIÇÃO DAS DISSERTAÇÕES POR ANO



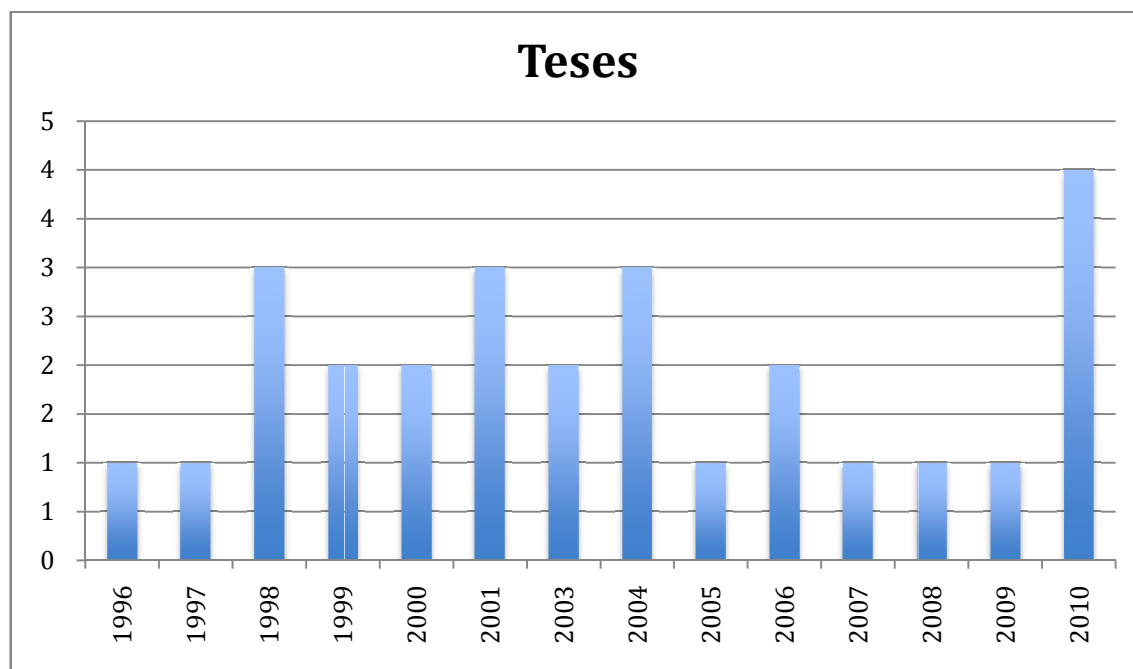
FONTE: Ferreira (2014).

É notável que, a partir do ano de 2006, o número de dissertações defendidas aumenta significativamente – cinco trabalhos defendidos em 2006

e seis pesquisas concluídas em 2007 e 2008 respectivamente –, tendo seu ápice no ano de 2010, com nove dissertações finalizadas.

Ao realizar a mesma análise para as pesquisas de tese, temos o gráfico que segue:

GRÁFICO 10 - DISTRIBUIÇÃO DAS TESES POR ANO

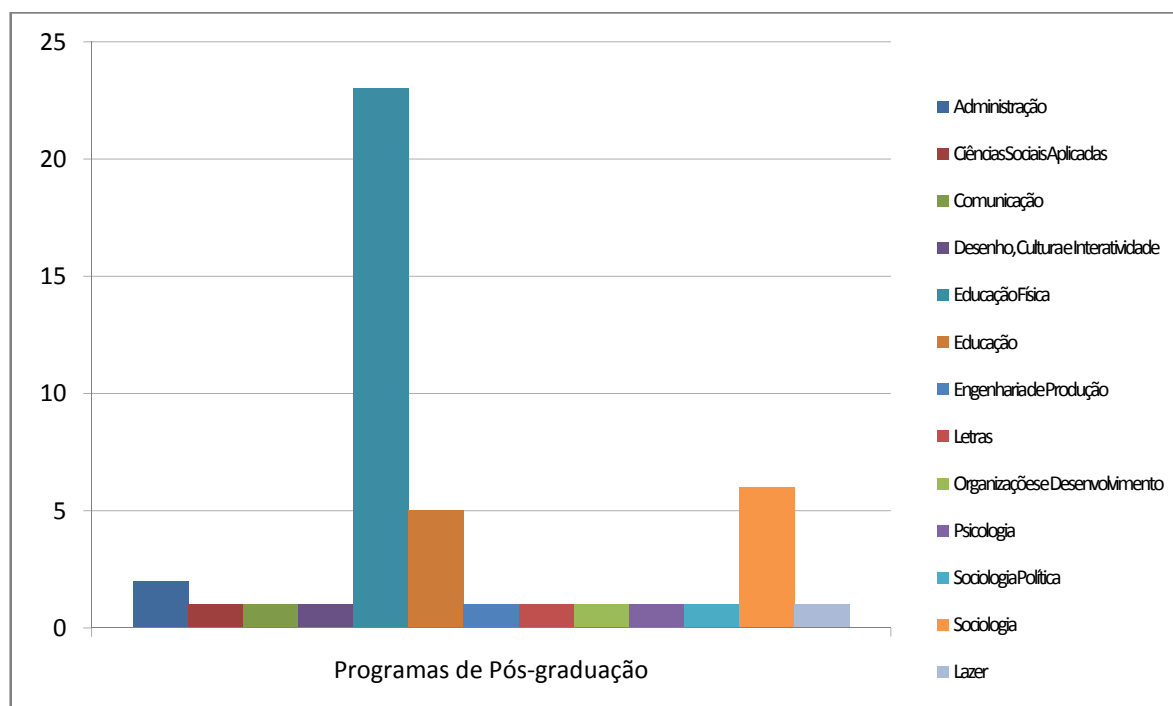


FONTE: Ferreira (2014).

O perfil de distribuição das teses no período estudado difere das dissertações, já que não é notável o aumento expressivo de trabalho, nos anos finais da primeira década de 2000. Uma exceção é o ano de 2010, com o maior número de teses concluídas – quatro pesquisas.

Quando realizamos a distribuição das dissertações por programa de Pós-graduação, obtivemos o seguinte gráfico:

GRÁFICO 11: DISSERTAÇÕES POR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO

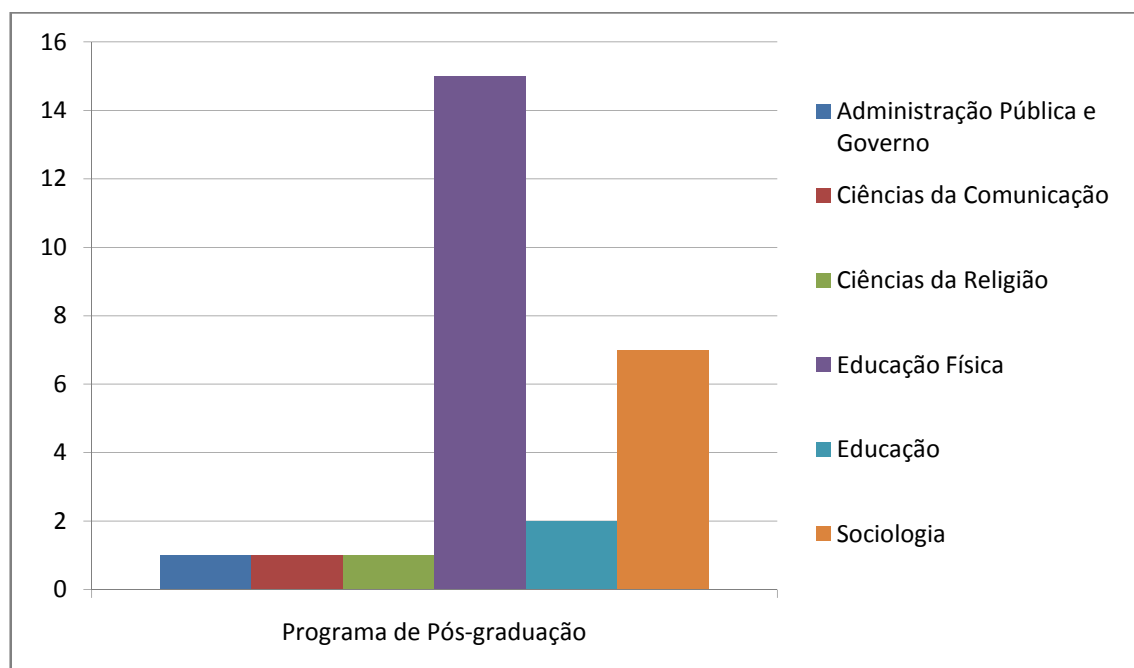


FONTE: Ferreira (2014).

Notamos que os trabalhos se inserem em diversos programas de pós-graduação, que não se limitam somente às áreas da Educação Física e da Sociologia. Corroborando com a posição de Ferreira (2009), apontada anteriormente, nossa coleta de dados explicita que a maior parte das dissertações sobre a Sociologia do Esporte foram realizadas em programas de pós-graduação em Educação Física (23 pesquisas). A Sociologia é a segunda área com maior produção sobre o tema (6 pesquisas); seguida pela Educação (5 pesquisas); Administração (2 pesquisas); Ciências Sociais Aplicadas (1 pesquisa); Comunicação (1 pesquisa); Desenho, cultura e interatividade (1 pesquisa); Engenharia de Produção (1 pesquisa); Letras (1 pesquisa); Organizações e desenvolvimento (1 pesquisa); Psicologia (1 pesquisa); Sociologia Política (1 pesquisa); e Lazer (1 pesquisa).

Quando consideramos os programas de pós-graduação em que foram defendidas as teses elencadas, temos o seguinte gráfico:

GRÁFICO 12: TESES POR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO



FONTE: Ferreira (2014).

Novamente, percebemos a maioria das pesquisas inseridas em programas da Educação Física, seguidos por programas da Sociologia, Educação, Ciências da Religião, Ciências da Comunicação e Administração Pública e Governo.

Visto os gráficos colocados acima – dissertações e teses –, podemos pensar que os pesquisadores buscam, em sua maior parte, a Educação Física como área de conhecimento para realizar seus estudos. Essa área parece ser mais receptiva aos estudos da Sociologia do Esporte, com espaços institucionais mais numerosos para a inserção dos agentes que estudam o tema.

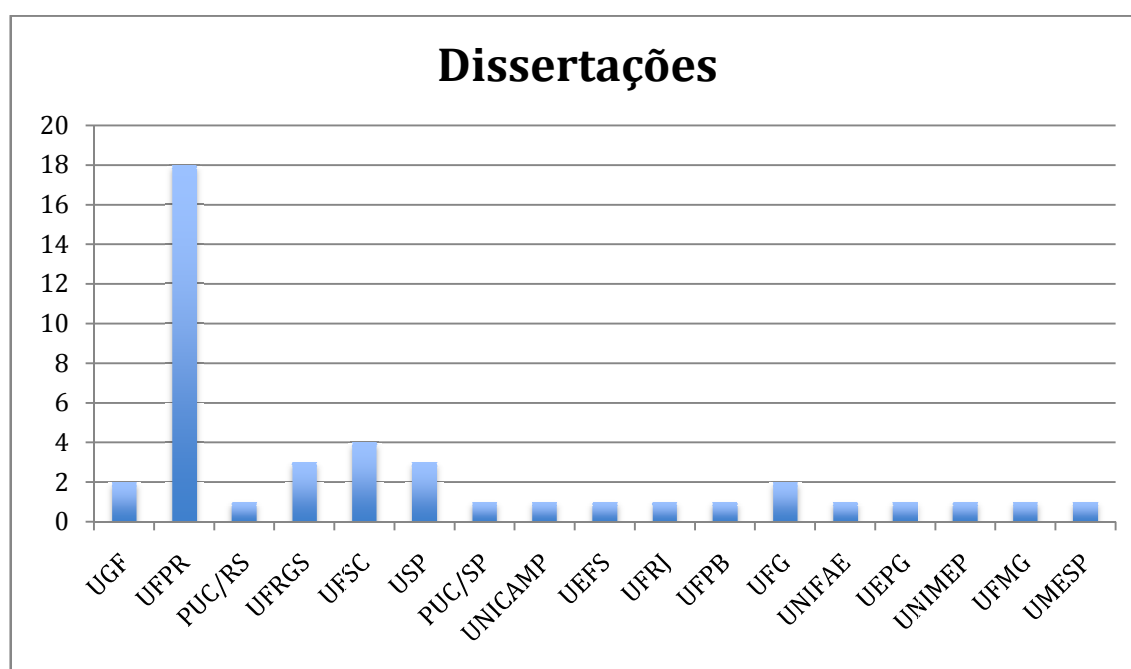
Todavia, percebe-se que não é a única: Sociologia é a segunda área com maior produção sobre o tema – fato que pode ser decorrente de uma inserção dos pesquisadores da temática em programas de Sociologia, o que é possível devido aos espaços institucionais conquistados, em busca de apropriação dos referenciais teóricos de análise.

Ao considerarmos a área da Sociologia do Esporte como um campo, nos termos de Bourdieu (2004; 1983), notamos que essa variedade nas áreas em que os estudos estão inseridos parece refletir a busca dos agentes por

programas de pós-graduação para realizar seus estudos. Tal busca visa a um capital específico do campo acadêmico-científico em sua forma institucionalizada, necessário para um posicionamento diferenciado no espaço social, que aumenta as possibilidades de ação do agente. Com um maior montante desse capital, os agentes podem ascender na carreira docente, inserindo-se em programas de pós-graduação, sendo apto a prestar concursos em Instituições de Ensino Superior, dentre outras possibilidades.

Ao considerar a distribuição das dissertações e teses por instituição, temos os gráficos que seguem:

GRÁFICO 13: DISSERTAÇÕES POR INSTITUIÇÃO

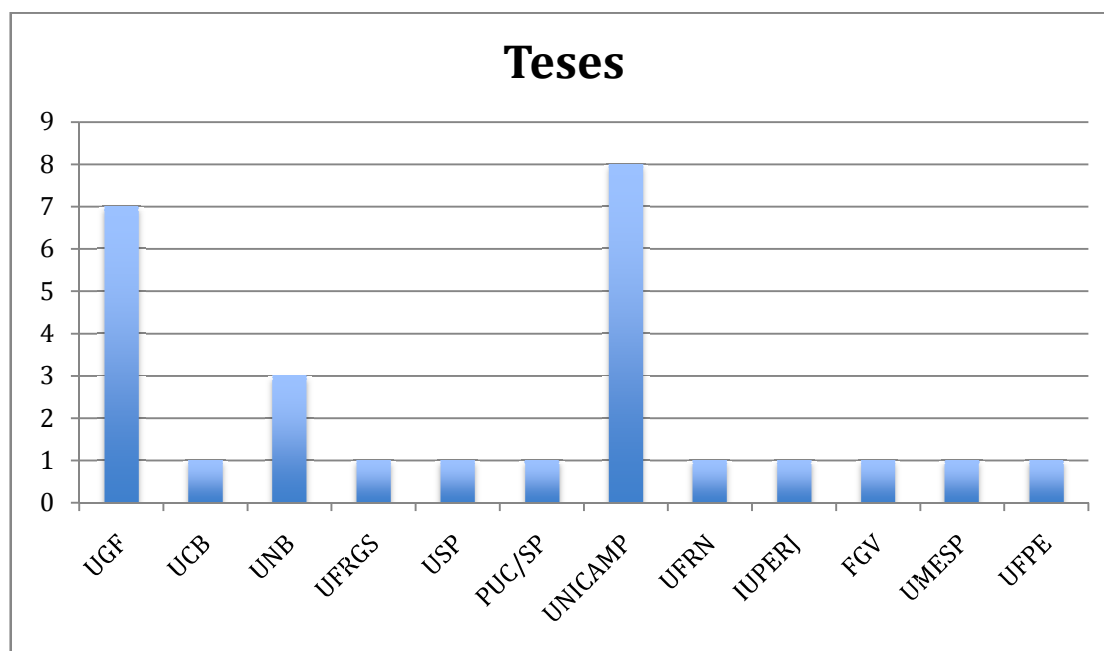


FONTE: Ferreira (2014).

O maior centro produtor de dissertações no Brasil, considerado o escopo que delimitamos, é a Universidade Federal do Paraná (18 pesquisas). A Universidade Federal de Santa Catarina é a segunda instituição com mais dissertações defendidas (quatro pesquisas), seguida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade de São Paulo (três dissertações cada).

Com base nesses dados, podemos perceber que existe um polo formador dos agentes da Sociologia do Esporte no Paraná. Esse espaço, ainda de constituição recente, pois não apresenta número tão significativo de teses defendidas quanto o número de dissertações concluídas.

GRÁFICO 14: TESES POR INSTITUIÇÃO



Fonte: Ferreira (2014).

Quando consideramos as instituições com o maior número de teses defendidas, temos a Universidade Estadual de Campinas com o maior número de pesquisas concluídas (oito teses); seguida pela Universidade Gama Filho (sete teses defendidas); e pela Universidade de Brasília (três teses concluídas). Nenhuma das instituições possui uma linha de pesquisa que contemple especificamente a Sociologia do Esporte. Contudo, a inserção da temática foi possível.

Os orientadores recorrentes no escopo selecionado de dissertações e teses são: Ademir Gebara (um mestrado e quatro doutorados), Antonio Jorge Gonçalves Soares (três mestrados e um doutorado), Fernando Marinho Mezzadri (seis mestrados), Lamartine Pereira da Costa (três doutorados) e Wanderley Marchi Junior (nove mestrados).

Os agentes inseridos há mais tempo no campo e, conseqüentemente, com maior capital científico e social, orientaram tanto dissertações como

teses. Os agentes com menor tempo de trajetória profissional e com uma posição menos privilegiada do que os primeiros, orientaram dissertações somente. Vale ressaltar que os agentes mais novos orientaram um número significativamente maior de pesquisas na temática Sociologia do Esporte.

Com tais dados, podemos identificar os principais centros produtores e, através deles, os programas de pós-graduação que são expoentes na pesquisa em Sociologia do Esporte, bem como quem são os agentes que estão contribuindo de maneira substancial para o crescimento da área.

Dado este cenário, percebemos que existe o interesse por diversas temáticas e existe uma inserção em vários programas e linhas de pesquisa, o que confere um caráter eclético à área, estabelecendo uma relação mútua de interferências com outros campos. Também notamos que sua produção contou com um crescimento na primeira década dos anos 2000, bem como possui um número expressivamente maior de dissertações. Isso pode ser um indício de um campo jovem, no qual seus pesquisadores estão iniciando a sua formação com a contribuição de agentes de outras áreas, o que reforça a interferência mútua mencionada anteriormente.

A área em que o campo da Sociologia do Esporte encontra maior inserção é a da Educação Física, seguida da Sociologia. Isso reflete a situação de consolidação do campo na primeira e de emergência na segunda. Cogitamos que os pesquisadores buscam a Educação Física para realizar seus estudos, talvez por uma predominância de pesquisadores provenientes dessa área. Todavia, mostra não ser a única, já que Sociologia é a segunda área com maior produção sobre o tema. Isso parece ser referente à inserção dos pesquisadores da temática em programas de Sociologia, em busca de apropriação dos referenciais teóricos de análise.

Também pudemos mapear os principais centros produtores sobre a temática no Brasil, fato que nos auxilia a intentar uma visão mais ampla do campo. Esses se concentram nas regiões Sudeste e Sul, o que parece não ser somente uma questão particular da Sociologia do Esporte, mas da ciência como um todo e da distribuição de universidades e pesquisadores no território nacional.

5.1.2 Artigos da Sociologia do Esporte: 1980 a 2010

No campo acadêmico-científico, percebemos que as publicações, além de uma forma de divulgação das pesquisas realizadas, também são um meio de acúmulo de capital simbólico, de prestígio. A criação e manutenção de um nome, de uma carreira bem sucedida nesse campo, estão atreladas ao quanto e em que periódicos as pesquisas são publicadas. Sendo assim, tais publicações tornam-se objetos de disputas entre os agentes e, de certo modo, uma moeda corrente no espaço social mencionado.

Para compreender o lugar ocupado e a importância da publicação científica nos programas de pós-graduação, bem como na carreira docente, apresentamos, como exemplos, os instrumentos avaliativos de duas instâncias. Primeiramente, trazemos o Sistema de Avaliação da Pós-graduação, iniciado em 1976, pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão de fomento que tem como premissa contribuir para o desenvolvimento da pós-graduação e da pesquisa científica no Brasil. Para tal, estabelece os seguintes objetivos:

Estabelecer o padrão de qualidade exigido dos cursos de mestrado e de doutorado e identificar os cursos que atendem a tal padrão;
Fundamentar, nos termos da legislação em vigor, os pareceres do Conselho Nacional de Educação sobre autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de mestrado e doutorado brasileiros - exigência legal para que estes possam expedir diplomas com validade nacional reconhecida pelo Ministério da Educação, MEC;
Impulsionar a evolução de todo o Sistema Nacional de Pós-graduação, SNPG, e de cada programa em particular, antepondo-lhes metas e desafios que expressam os avanços da ciência e tecnologia na atualidade e o aumento da competência nacional nesse campo;
Contribuir para o aprimoramento de cada programa de pós-graduação, assegurando-lhe o parecer criterioso de uma comissão de consultores sobre os pontos fracos e fortes de seu projeto e de seu desempenho e uma referência sobre o estágio de desenvolvimento em que se encontra;
Contribuir para o aumento da eficiência dos programas no atendimento das necessidades nacionais e regionais de formação de recursos humanos de alto nível;
Dotar o país de um eficiente banco de dados sobre a situação e evolução da pós-graduação;
Oferecer subsídios para a definição da política de desenvolvimento da pós-graduação e para a fundamentação de decisões sobre as

ações de fomento dos órgãos governamentais na pesquisa e pós-graduação.²⁷

Percebemos nessa descrição que tal instituição estabelece as “regras do jogo” acadêmico-científico, ao dizer o que é adequado ou não a esse espaço social através de agentes selecionados para tal tarefa. Dois processos são conduzidos por esses agentes: a Avaliação dos Programas de Pós-graduação e a Avaliação das Propostas de Cursos Novos de Pós-graduação. Para o momento, iremos nos deter no primeiro ponto.

A avaliação supracitada compreende um acompanhamento anual e outro trienal dos programas inseridos no Sistema Nacional de Pós-graduação. Com as notas de um a sete, tais programas “[...] obterão a renovação de ‘reconhecimento’, a vigorar no triênio subsequente” (COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 2011). É possível notar que tal instituição possui legitimidade e autoridade no campo acadêmico-científico, a ponto de atribuir reconhecimento a determinados programas. Na avaliação trienal, vários quesitos são considerados, abrangendo, por exemplo:

- Proposta do programa (consistência, abrangência, planejamento, infraestrutura);
- Corpo docente (perfil, titulação, atividades de pesquisa e formação, captação de recursos para pesquisa);
- Corpo discente (teses e dissertações defendidas, distribuição das orientações entre os docentes, qualidade das teses e dissertações - mensurada através das publicações em periódicos, eventos e livros -, eficiência do programa na formação de mestres e doutores);
- Produção intelectual (publicações qualificadas do corpo docente, distribuição de tais publicações entre os docentes, produção técnica);
- Inserção social (impacto regional/nacional, integração com outros centros de pesquisa, visibilidade).²⁸

²⁷Tais informações foram obtidas em: COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Avaliação da Pós-graduação*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

²⁸Tais informações foram obtidas em COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Avaliação da Pós-graduação*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

Nesse contexto, são avaliadas tanto as produções docentes como discentes para aferir a qualidade e consistência de um programa. Essas publicações são valoradas quanto ao seu impacto na comunidade científica. Tal situação leva docentes e discentes a uma busca pela inserção de suas pesquisas em periódicos de estratos altos, de maior impacto e por um número elevado de artigos publicados.

Mas não é somente a avaliação do programa como um todo que abrange as publicações. Pedidos de bolsa, financiamentos, concursos públicos para o preenchimento de vagas para docentes em instituições de ensino superior, também pontuam tais realizações dos agentes. Sobre o ponto, Castiel, Sanz-Valero e Cyted (2007, p. 3042) afirmam:

Há um aumento considerável na disputa por recursos para a pesquisa e diminuição de recursos públicos para tanto. Um dos requisitos para aceder aos financiamentos é a demonstração da produtividade dos grupos de pesquisa, sobretudo em termos de publicação nos veículos acadêmicos de melhor reputação nos respectivos campos. Assim, a competição se estende à luta ferrenha entre artigos que buscam a ocupação de espaços editoriais – o escoadouro almejado para os resultados dos esforços investigativos, mas também da necessidade de manutenção das esferas de prestígio e influência.

Dessa forma, é possível verificar a relevância das publicações científicas, tanto no cenário do programa de pós-graduação, quanto na carreira de cada discente e docente. Luz (2005) contribui para a discussão, quando destaca que o conceito de produtividade – o qual se refere ao *quantum* da produção intelectual, sobretudo bibliográfica, desenvolvida em um determinado período de tempo – é necessário para manter os pesquisadores na sua posição dentro do campo científico.

Nesse contexto, adotando a expressão utilizada por Castiel, Sanz-Valero e Cyted (2007), os agentes inseridos nesse campo devem “publicar ou perecer”. Tal lema:

[...] implica algo parecido com as lutas territoriais para a seleção dos mais aptos entre artigos que lutam entre si. Primeiramente, para despertarem o interesse e a atenção dos editores como tema relevante e importante no âmbito acadêmico; depois, serem devidamente analisados para obedecerem às demandas dos revisores em busca da ansiada chancela de qualidade que conduz à meta da aprovação para a publicação. Este é um prêmio depois

da ultrapassagem por esses controles, pois isso significaria a possibilidade de habitar nichos mais valorizados deste mercado, algo que poderia ser chamado de “darwinismo bibliográfico” (CASTIEL, SANZ-VALERO, CYTED, 2007, p. 3046).

Os autores também apontam questões éticas, que emergiram da proliferação da literatura científica e foram impulsionados pela eminente necessidade de publicar: a “ciência salame” – na qual uma pesquisa é dividida para gerar vários artigos a serem publicados em revistas diferentes (CASTIEL, SANZ-VALERO, CYTED, 2007).

Nesse cenário, os artigos são concebidos, segundo Castiel, Sanz-Valero e Cyted (2007, p. 3045), “[...] como se fossem mercadorias que estarão disponibilizadas em revistas científicas”. Os periódicos, no presente contexto, são seletivos tanto na esfera acadêmica (qualidade do estudo), como na esfera da oferta e da demanda (interesse dos editores e público-alvo da revista).

Visto o lugar de destaque das publicações nas avaliações e na carreira acadêmica, apresentamos a seguir o cenário das possibilidades de publicação da Sociologia do Esporte. Nosso levantamento se deu através da seleção dos números dos periódicos que atendiam os requisitos colocados anteriormente na metodologia; seguido da leitura dos sumários de tais revistas, buscando por artigos da Sociologia do Esporte; para na sequência realizar a leitura dos resumos dos artigos do referido tema. Na área da Educação Física, temos um total 865 periódicos. Nos estratos específicos que abordamos (A1 a B2), existem 498 periódicos. A maior parte desse recorte é destinada às Ciências Biológicas e demais áreas (467 revistas); e 18 periódicos nacionais possuem o escopo abrangente em que é possível a inserção da Sociologia do Esporte. Tais revistas estão distribuídas da seguinte forma²⁹:

²⁹ Para maiores informações sobre os artigos consultados, conferir Apêndice 9 (p.252).

QUADRO 13: DISTRIBUIÇÃO DAS REVISTAS DA EDUCAÇÃO FÍSICA NO QUALIS³⁰

Qualis	Número de revistas
A1	0
A2	0
B1	2
B2	16

Fonte: Ferreira (2014).

Este cenário nos permite inferir que o universo de possibilidades de submissão dos pesquisadores da Sociologia do Esporte na Educação Física é objetivamente mais reduzido, ao ser comparado às possibilidades dos pesquisadores das Ciências Biológicas. Além do número reduzido de periódicos, também notamos que esses se encontram, na sua maioria, nos estratos mais baixos, já que não possuímos nessa classificação revistas A1 e A2. Isso acarreta uma desvantagem a esses pesquisadores, cujas produções são valoradas pelo sistema de avaliação apresentado e dentro de um campo em que a produção em periódicos é fundamental para o crescimento na carreira e na busca por financiamentos.

QUADRO 14: REVISTAS E NÚMEROS CONSULTADOS DA ÁREA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Periódico (Qualis)	Números
Avaliação Unicamp (B2)	12 (2007 a 2010)
Caderno CEDES (B2)	41 (1997 a 2010)
Educação & Pesquisa (USP) (B2)	61 (1980 a 2010)
Educação & Realidade (B2)	22 (2001 a 2010)
Educação & Sociedade (B2)	56 (1997 a 2010)
Educação em Revista UFMG (B2)	11 (2006 a 2010)
Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação (B2)	25 (2004 a 2010)
Horizontes Antropológicos (B2)	34 (1995 a 2010)
Impulso (B2)	3 (2009 a 2010)
Motriz: Revista de Educação Física (B1)	50 (1995 a 2010)
Movimento (B1)	46 (1994 a 2010)

³⁰Em 2011, após a coleta de dados, a avaliação Qualis foi atualizada. O presente quadro atualmente possui modificações, com a inclusão de periódicos nos estratos A2, por exemplo.

Pró-Posições (B2)	63 (1990 a 2010)
Revista Brasileira de Ciências do Esporte (B2)	96 (1980 a 2010)
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte (B2)	29 (2004 a 2010)
Revista da Educação Física/UEM (B2)	38 (1989 a 2010)
Revista de Antropologia (B2)	24 (1997 a 2010)
Revista Estudos Feministas (B2)	45 (1992 a 2010)
Sociologias (B2)	25 (1999 a 2010)

FONTE: Ferreira (2014).

Foram consultadas 681 edições dos 18 periódicos mencionados. Nessas publicações, foram encontrados 167 artigos da Sociologia do Esporte em oito revistas. Tais artigos estão divididos nos estratos da seguinte forma: 49 textos publicados em revistas B1 e 118 artigos publicados em periódicos B2.

O quadro abaixo apresenta a distribuição dos estudos publicados por periódicos:

QUADRO 15: NÚMERO DE ARTIGOS POR PERIÓDICO – EDUCAÇÃO FÍSICA

Periódico	Número de artigos
Educação & Pesquisa (USP)	1
Impulso	1
Revista Brasileira de Educação Física e Esporte	10
Pró-Posições	2
Revista Brasileira de Ciências do Esporte	88
Revista da Educação Física/UEM	16
Movimento	32
Motriz	17

FONTE: Ferreira (2014).

O periódico com maior número de publicações é a *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, da qual analisamos 29 números. A segunda revista com maior número de artigos da área da Sociologia do Esporte é a *Movimento*, com 32 artigos publicados nos 46 números considerados. O terceiro periódico com maior número de publicações é a revista *Motriz*, com 17 artigos presentes nos 50 números pesquisados. A *Revista da Educação Física/UEM* apresentou 16 artigos publicados nos 38 números verificados e a

Revista Brasileira de Educação Física e Esporte teve 10 publicações nos 29 números pesquisados.

Os temas dos artigos publicados são elencados no quadro a seguir:

QUADRO 16: TEMAS DOS ARTIGOS PUBLICADOS NOS PERIÓDICOS DA EDUCAÇÃO FÍSICA

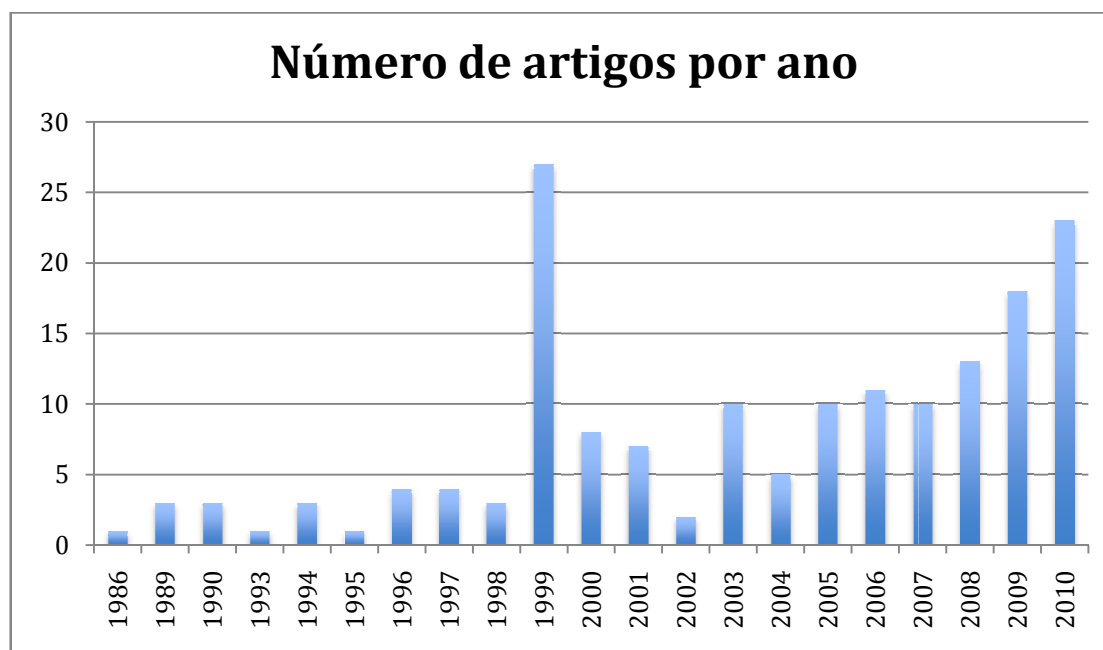
Temas (número de artigos)		
Esporte escolar (11)	Capoeira (8)	Sociologia do Esporte (7)
Atividades de aventura (14)	Surf (2)	Esporte rendimento (12)
Esporte (18)	Esporte Olímpico e Jogos Olímpicos (4)	Esporte virtual (3)
Futebol (33)	Esporte paralímpico	Mídia esportiva (10)
Futebol feminino (4)	Indústria cultural (2)	Esporte espetáculo (7)
Gênero e esporte (15)	Estado e Políticas Públicas (17)	Culto ao corpo
Ginástica	Natação (3)	Voleibol (3)
Violência (3)	Estudos indígenas e raciais (6)	Rodeio
Marketing esportivo (3)	Basquete	Skate (2)
Esporte universitário (2)	Boxe	Lazer
Atletismo	Esporte <i>master</i> (2)	Homossexualidade
Beisebol	Bocha	Lutas (3)

FONTE: Ferreira (2014).

O futebol é o tema mais abordado das publicações (33 artigos), seguido da temática esporte (18 artigos) e Estado e políticas públicas (17 artigos). A predileção por esses temas é similar ao perfil das dissertações e teses apresentadas no início do capítulo.

Quando consideramos o número de publicações por ano, temos o gráfico a seguir:

GRÁFICO 15: NÚMERO DE ARTIGOS POR ANO – EDUCAÇÃO FÍSICA



FONTE: Ferreira (2014).

Notamos que é crescente o número de pesquisas publicadas, principalmente a partir do ano de 2005. O ano de 1999 se constitui como exceção na década de 1990, devido a um número especial da Revista Brasileira de Ciências do Esporte, que publicou os anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte.

Quanto aos autores dessas pesquisas publicadas, temos um total de 198 autores. Alexandre Fernandes Vaz publicou 11 artigos, sendo o autor com o maior número de pesquisas veiculadas. Antonio Jorge Gonçalves Soares publicou sete artigos; Wanderley Marchi Júnior foi autor de seis artigos; Heloísa Turini Bruhns e Marco Paulo Stigger publicaram cinco artigos cada um; Otávio Tavares, Silvana Vilodre Goellner, Valter Bracht e Fernando Marinho Mezzadri publicaram 4 artigos cada, no período de 1980 a 2010.

Quando lançamos o olhar para a área da Sociologia, percebemos um total 435 periódicos. Nos estratos específicos que abordamos (A1 a B2), existem 201 periódicos. Desse número, 135 revistas são focadas em temáticas específicas e em 30 periódicos³¹ seria possível publicar sobre a

³¹Para maiores informações sobre os periódicos consultados, conferir Apêndice 10 (p.253), e para o quadro com os artigos consultados nas revistas de ambas as áreas consultadas, Apêndice 11 (p.254).

Sociologia do Esporte. Todavia encontramos publicações acerca da temática em 13 revistas científicas. Tais periódicos estão distribuídos da seguinte forma:

QUADRO 17: DISTRIBUIÇÃO DAS REVISTAS DA SOCIOLOGIA NO QUALIS

Qualis	Número de revistas
A1	4
A2	4
B1	2
B2	3

Fonte: Ferreira (2014).

As possibilidades de publicação nos estratos A1 e A2 nessa área se encontram em maior número, se comparada à Educação Física. Os pesquisadores dispõem de mais opções para publicação em estratos mais altos, sendo possível uma produção com maior relevância no sistema de avaliação vigente.

Das 13 revistas mencionadas, consultamos 928 números, distribuídos conforme o quadro a seguir:

QUADRO 18: REVISTAS E NÚMEROS CONSULTADOS DA ÁREA DE SOCIOLOGIA

Periódico	Números
Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais	62 (1980 a 2010)
Revista Brasileira de Ciências Sociais	74 (1986 a 2010)
Caderno CRH	61 (1987 a 2010)
Cadernos Pagu	35 (1993 a 2010)
Civitas	23 (2001 a 2010)
Dados	52 (1996 a 2010)
Horizontes Antropológicos	48 (1995 a 2010)
Interseções (UERJ)	1 (2010)
Novos Estudos CEBRAP	17 (2005 a 2010)
Revista Antropológicas	16 (2002 a 2010)

Revista Brasileira de História	27 (1997 a 2010)
Revista de Estudos Feministas UFSC	40 (1992 a 2010)
Revista USP	87 (1989 a 2010)
Sociologias	25 (1999 a 2010)
Tempo Social	43 (1989 a 2010)
Revista de Ciências Sociais	11 (2005 a 2010)
Cadernos PROLAM/USP	17 (2002 a 2010)
Dois Pontos (UFPR)	17 (2004 a 2010)
Sociedade e Estado	22 (2002 a 2010)
Perspectivas	36 (1980 a 2010)
Teoria & Pesquisa	14 (2003 a 2010)
Cadernos CEDES	41 (1997 a 2010)
Trans/Form/Ação	22 (1997 a 2010)
Varia História	12 (2005 a 2010)
RAE eletrônica	18 (2002 a 2010)
Política & Sociedade	17 (2002 a 2010)
Raizes. Revista de Ciências Sociais e Econômicas	23 (1998 a 2010)
Vibrant (Online)	14 (2004 a 2010)
Revista de Sociologia e Política	25 (2000 a 2010)
Tempo. Revista do Departamento de História da UFF	28 (1996 a 2010)

FONTE: Ferreira (2014).

Ao abordarmos o número de artigos por periódico da área de Sociologia, temos o seguinte quadro:

QUADRO 19: NÚMERO DE ARTIGOS POR PERIÓDICO – SOCIOLOGIA

Periódico	Número de artigos
Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais	1
Revista Brasileira de Ciências Sociais	3
Cadernos Pagu	1
Dados	1
Horizontes Antropológicos	6
Revista Brasileira de História	1
Revista de Estudos Feministas	2
Revista USP	10
Sociologias	3
Sociedade e Estado	1
Teoria & Pesquisa	2
Cadernos CEDES	2
RAE Eletrônica	1

FONTE: Ferreira (2014).

As revistas com maior número de publicações são a Revista USP, com 10 artigos, seguida da revista Horizontes Antropológicos, com seis artigos. Em ambos os periódicos, a concentração de artigos se deu devido a um dossiê sobre o futebol. Novamente, percebemos a predileção do tema, como mencionado anteriormente.

Ao abordar os temas dos artigos publicados nessas revistas, temos o seguinte quadro:

QUADRO 20: TEMAS DOS ARTIGOS PUBLICADOS NOS PERIÓDICOS DA SOCIOLOGIA

Temas (número de artigos)	
Futebol (24)	Estado e Política (2)
Capoeira	Mídia esportiva (2)
Esporte espetáculo	Estudos raciais (2)
Atividades de aventura	Violência
Gênero (5)	Identidade
Futebol feminino	Esporte e modernidade
Esporte escolar	Vôlei de praia
Ciclismo	Esporte rendimento
Esporte (3)	Capoeira

FONTE: Ferreira (2014).

O número de temáticas é significativamente menor do que as apresentadas nos periódicos da Educação Física, todavia o perfil parece se repetir: o futebol é a temática mais abordada (24 artigos), seguido do tema gênero (cinco artigos).

Quando focamos no número de autores que publicaram nesses periódicos, notamos que 38 pesquisadores contribuíram com seus escritos, sendo os nomes recorrentes: com o maior número de artigos, encontramos Luiz Henrique de Toledo (4 publicações), seguido por Alexandre Fernandez

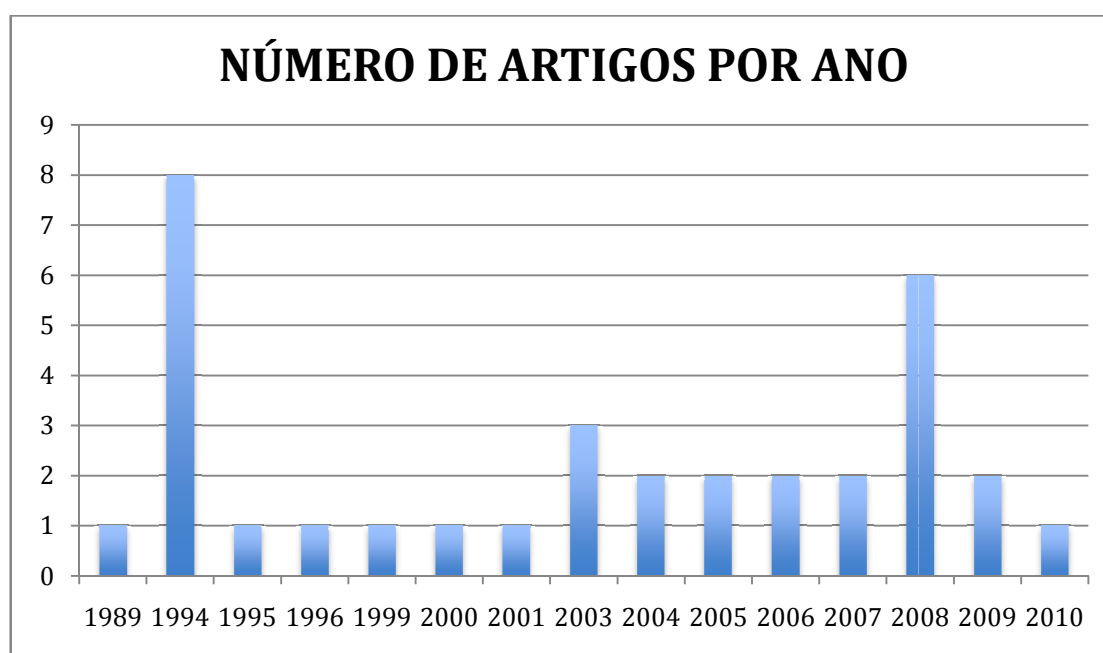
Vaz (2 publicações), Édison Gastaldo (2 publicações), Francisco Xavier Rodrigues (2 publicações).

Somente Alexandre Fernandes Vaz publica tanto em periódicos da Educação Física quanto nos da Sociologia. Os autores parecem ter preferência por publicar em suas próprias áreas, o que pode ser reflexo do sistema de avaliação, que considera periódicos “importados” de outras áreas com Qualis menor. Também pode ocorrer uma dificuldade dos pesquisadores fora da área das Ciências Humanas de publicar nas revistas da Sociologia, por uma dificuldade na aplicação das teorias sociológicas para a leitura do esporte (FERREIRA, 2009), refletindo nos números de artigos publicados nas revistas da referida área.

Também notamos que os pesquisadores elencados – com formação nas Ciências Humanas – publicam menos que os agentes nominados nos periódicos da Educação Física, formados em sua maioria nessa última área. Nesse ponto, os estudiosos da Educação Física têm um maior entendimento do jogo acadêmico-científico, da necessidade de publicar e de como essa dinâmica afeta o posicionamento deles no campo acadêmico-científico, devido ao perfil de publicação dos pares-concorrentes da vertente biológica da Educação Física. A profícua produção e publicação de textos também pode ser considerada como uma estratégia para conquistar legitimidade, uma vez que tais textos são avaliados e criticados por pares. Com publicações recorrentes, o agente possui a materialização da aceitação do seu trabalho pelos demais agentes do campo em que está inserido, o que se converte na legitimação do seu trabalho. Nesse ponto novamente percebemos como a concorrência pode ter sua faceta positiva, impulsionando os agentes a buscarem posições melhores no campo citado.

Quando consideramos o número de publicações por ano, temos o gráfico a seguir:

GRÁFICO 16: NÚMERO DE ARTIGOS POR ANO - SOCIOLOGIA



FONTE: Ferreira (2014).

Assim como na Educação Física, percebemos um aumento das publicações a partir de meados dos anos 2000, com exceção do ano de 1994.

Tais informações nos permitem pensar que apesar das possibilidades de publicação nos periódicos da Sociologia, não existe a divulgação de pesquisas da Sociologia do Esporte em um número significativo de revistas. Esta situação pode ser analisada nos termos da oferta e demanda das produções científicas, como mencionamos anteriormente, nos quais tal produto – o estudo sobre a Sociologia do Esporte – não possui demanda na área da Sociologia.

Ao considerar o número de artigos publicados por estrato, dada as condições acima citadas, temos o seguinte quadro:

QUADRO 21: NÚMERO DE ARTIGOS PUBLICADOS POR ESTRATO

Qualis	Número de artigos	
	Educação Física	Sociologia
A1	0	13

A2	0	5
B1	49	3
B2	118	12

Fonte: Ferreira (2014).

Fica evidente a diferença numérica das publicações entre as áreas, pois somam-se 167 publicações na Educação Física e apenas 33 artigos nos periódicos da Sociologia. Os periódicos da primeira área são mais “receptivos” aos textos da Sociologia do Esporte, sendo um indício de que a temática não ocupar um lugar privilegiado na hierarquia dos temas de pesquisa da Sociologia.

Entretanto, somente é possível publicar, se considerarmos as duas áreas em questão, em estratos A1 e A2 na área da Sociologia e a publicação no estrato mais alto se mostra significativa.

Pierre Bourdieu estabelece, em seus estudos sobre o campo científico, noções que nos serão úteis para a análise dos dados levantados e seus indícios. Para o sociólogo francês (BOURDIEU, 1983; 2004), o campo científico se constitui como um espaço social estruturado, no qual os agentes travam suas disputas por objetos de interesse. Dessa forma, o que orienta os pontos de vista, as intervenções científicas, os lugares de publicação, os temas escolhidos e os objetos que suscitam interesse é influenciado pela estrutura de relações objetivas, entre os diversos agentes e instituições do campo. Essas relações de poder determinam historicamente o que é legítimo nesse espaço ou não.

Com a coleta de dados realizada, pudemos identificar que, no campo da Educação Física, a leitura sociológica do esporte não possui o mesmo espaço que as interpretações baseadas nos fundamentos biológicos. O número de periódicos em que é possível publicar sobre a Sociologia do Esporte é consideravelmente menor do que o espaço editorial reservado para a publicação de estudos ligados às ciências biológicas.

Além do número reduzido de revistas, como demonstrado anteriormente, elas se encontram em estratos mais baixos no Qualis. Dessa forma, nos sistemas de avaliação apresentados, os pesquisadores estariam

em condições desproporcionais em suas avaliações na área da Educação Física. A disputa pelos objetos de interesse – publicações, prestígio, legitimidade – apresenta-se desigual, explicitando as posições ocupadas nesse campo, bem como a tendência para a reprodução dessa ordem hierárquica.

Em relação ao campo da Sociologia, percebemos que os pesquisadores da Sociologia do Esporte possuem maiores possibilidades de publicação. Porém, isso não se concretizou no levantamento dos artigos. Foram mapeados 33 artigos nessas publicações, enquanto na Educação Física foram encontrados 167 artigos. A diferença é significativa e nos leva a cogitar que a entrada desses agentes no campo da Sociologia não ocorre sem resistências.

Além das interferências externas, o campo científico possui seus conflitos internos por ser um espaço onde lutas são travadas para conservá-lo ou modificá-lo e as relações de força são constantes. Ao se inserirem no campo da Sociologia, os pesquisadores da Sociologia do Esporte travam relações com os agentes formados nesse espaço social, portanto, legitimados no campo a partir de sua formação. Dessa maneira, a estrutura dessas relações sociais define as ações tomadas no campo como a escolha de objetos de pesquisa, os lugares de publicação dentre outras questões que fundamentam a consolidação de uma área de pesquisa. Se o esporte não ocupa uma posição privilegiada na hierarquia de objetos que os agentes desse campo determinaram, sua publicação não será frequente (BOURDIEU, 2004).

Bourdieu complementa tal análise quando sugere que os alvos mais importantes envolvidos nas lutas que se desenrolam no campo literário, com o qual podemos realizar uma associação com o campo científico, são a definição dos limites do campo e da participação legítima nas disputas. Comentar sobre uma corrente, definir o que é ou não é um trabalho científico, significa recusar existência legítima a esses objetos e excluí-los do jogo (BOURDIEU, 1990). Esse ostracismo simbólico é o inverso do esforço, no sentido de impor uma definição que delimitaria a prática legítima, no sentido de construir uma definição do que seria científico. Tal delineamento atenderia aos interesses específicos dos detentores de um capital também específico: o

capital científico. Todavia, como ressaltamos anteriormente, esse conflito não é somente destrutivo, mas também motiva os agentes a se posicionarem e agirem em relação a esses vetos.

Quando essa estratégia, que é tanto científica quanto política, e a competência que ela coloca em pauta apresentam sucesso, é possível atribuir a elas um poder sobre o capital detido pelos demais produtores. Assim, através da imposição de determinada prática legítima, é a regra mais favorável ao capital do dominante que acaba impondo aos demais o seu trunfo, ou seja, as suas realizações se tornam o parâmetro de todas as outras (BOURDIEU, 1990).

Com tais noções, podemos pensar que a CAPES atua como uma instituição que possui legitimidade e capital suficiente para determinar – através da avaliação por pares, do impacto e demais formas apresentadas – o que é ou não ciência de qualidade. Dessa forma, concebemos em um plano mais abrangente que existe uma tensão entre pesquisadores e a instituição, no que concerne ao sistema de avaliação (SCHWARTZMAN, 2008).

Em outra esfera, percebemos que existem disputas entre os agentes que se debruçam sobre o esporte e os agentes da Sociologia. Nesse enfrentamento, normalmente os recém-chegados – os pesquisadores do esporte – tendem a estratégias de subversão, uma ruptura crítica, enquanto aqueles que, numa situação privilegiada no campo e que possuem mais capital específico, tendem a apresentar uma estratégia de conservação. Usualmente, estas jogadas fazem com que o dominante saia do seu silêncio impondo o seu discurso, reiterando hierarquias e disposições, visando restaurar o equilíbrio no campo (BOURDIEU, 1983).

Existem vantagens para os que são formados no campo, como o domínio imanente das leis não escritas, mas inscritas na realidade como tendências, ou seja, esses agentes entendem o “sentido do jogo” (BOURDIEU, 2004, p. 27). Ao compreender o “sentido do jogo”, o agente é capaz de antecipar tendências, encontrando-se em vantagem em relação aos agentes que se inseriram no campo posteriormente. Bourdieu (2004, p. 28) afirma que:

Como um bom jogador de rugby sabe para onde vai a bola e se põe lá onde a bola vai cair, o bom cientista jogador é aquele que, sem ter a necessidade de calcular, de ser cínico, faz as escolhas que compensam. Aqueles que nasceram no jogo têm o privilégio do “inatismo”. Eles não têm a necessidade de serem cínicos para fazer o que é preciso quando é preciso ganhar a aposta.

Sendo assim, podemos pensar que os pesquisadores da Sociologia do Esporte, pelo estado de emergência e consolidação da área/disciplina, e ainda compreendendo parcialmente o “sentido do jogo”, possuem dificuldades de inserir suas pesquisas em periódicos nacionais na área da Sociologia. Considera-se, igualmente, uma possível reticência com alguns temas e análises localizadas, de pouca abrangência ou possibilidades comparativas e que acabam desinteressando os avaliadores dos periódicos.

Sendo assim, é perceptível a dificuldade que a área de fronteira da Sociologia do Esporte enfrenta no processo de publicação científica. A grande questão é o diminuto espaço de publicação dentro dos periódicos classificados no Qualis, para os pesquisadores das áreas humanas e sociais. Essa constatação converge para um problema: o processo inflexível de avaliação do sistema de Pós-Graduação no Brasil.

É verdade que o problema aqui colocado possui uma conotação bastante distinta. No entanto, a Educação Física, que é ainda uma “recém-chegada”, está alocada e apresenta um papel menor em relação a áreas acadêmicas mais tradicionais. A Educação Física, na esteira das mudanças em curso, adentrou no sistema, apesar da falta de tradição acadêmica e de problemas históricos, como recursos financeiros escassos e autonomia limitada de temas e métodos. A inserção, ainda que de forma insipiente, ocorreu na década de 1970 e foi marcada pela tentativa tardia da área na definição de seu objeto de estudo e, por extensão, na obtenção do *status* científico, principalmente, com a importação de teorias desenvolvidas em outros centros.

A Sociologia do Esporte, essa parcela recente de uma área com uma variedade epistemológica que a distingue das demais, acaba por se configurar como uma disciplina com menor espaço e ainda em processo de consolidação, fato que pode ser percebido no perfil de publicações apresentado.

Dessa forma, pode-se supor que está ocorrendo uma deformação da área da Sociologia do Esporte, produzida pela subserviência às grandes áreas. A mudança esperada, a longo prazo, é a obtenção do *status* científico pela visão ampliada das contribuições que tais estudos possam render à sociedade. A Sociologia do Esporte, que deveria ser caracterizada pelo que se está produzindo nos meios acadêmicos, acaba por não possuir um espaço consolidado e, como uma área de fronteira, sofre as consequências dessa crise de identidade no processo de avaliação.

O processo é dinâmico, o balanço do poder está sendo determinado por um grupo de pesquisadores que fazem parte do Conselho Técnico Científico (CTC) da CAPES – como podemos perceber pelos instrumentos avaliativos apresentados, aos quais os agentes são submetidos periodicamente em suas carreiras, o que demonstra o caráter impositivo de tais avaliações e sua deficiência para adaptar-se às mudanças do cenário acadêmico (SCHWARTZMAN, 2008) –, que em contraposição a outros grupos, legitimam seus espaços e, a princípio, são anuentes com a situação. Trata-se de uma visão supostamente reducionista, que desconsidera e, por que não dizer, desrespeita a área, sua história e o que é produzido.

Algumas áreas conseguiram avanços significativos e inserção internacional, como a área de História do Esporte e da Educação Física, por exemplo. No entanto, como prega o modelo de avaliação de cada área, é preciso existir uma ligação com a área básica, sob o risco de ser preterido. Schwartzman (2008, p. 11) alerta que essa dificuldade de avaliação de áreas interdisciplinares é uma das falhas desse sistema proposto pela Capes, que possui “dificuldade em lidar com áreas novas, ou interdisciplinares, que não se enquadram facilmente nos moldes das disciplinas mais tradicionais e institucionalizadas”. A questão da posição do objeto de estudo, na hierarquia posta nas áreas da Sociologia e da Educação Física, também se torna restritiva, uma vez que no “mercado” de produções científicas, as leis de oferta e demanda acabam por sobrepujar a produção e circulação das ideias no campo acadêmico e científico.

Sendo assim, torna-se uma tarefa delicada e árdua para o pesquisador da Sociologia do Esporte ter seus trabalhos publicados, o que consequentemente acarreta a dificuldade de acesso a bolsas fornecidas

pelas agências de fomento e afeta suas classificações em concursos públicos, se abordarmos algumas das questões objetivas da avaliação. Outra questão também a ser pensada é a visibilidade que esses pesquisadores obtêm no campo acadêmico em que atuam, uma vez que a produtividade está atrelada ao estabelecimento de um nome, um símbolo, a questões de prestígio e distinção (BOURDIEU, 2004). Como resposta a essas pressões e na busca por mais possibilidades de publicação muitos agentes recorrem a periódicos internacionais, ainda não avaliados pelo sistema nacional, ou ainda criam seu próprio lugar de publicações, como por exemplo a Revista da Alesde. Dessa forma os agentes conseguem ter seus trabalhos publicados e sua produtividade assegurada.

5.2 SOCIOLOGIA DO ESPORTE: sua história a partir de suas teses

Nesse segmento, abordaremos especificamente a trajetória da Sociologia do Esporte contada através de suas teses. Através da convergência dos dois campos acadêmico-científicos da Sociologia e da Educação Física foi possível a realização de tais trabalhos, dos quais extrairemos dados como temática e base teórica, a fim de descrever esse momento histórico que propiciou a conversão do esporte, de objeto social a objeto sociológico. Consultamos as bibliotecas digitais das instituições em que os trabalhos foram defendidos, para acesso à pesquisa completa. Nem todas as teses estão disponíveis em formato digital *online* e, para sanar tal lacuna, entramos em contato com os autores requisitando o trabalho completo.

A primeira tese é de autoria de Walter Gama, intitulada “Aspectos Socioculturais do Futebolista – o caso do Estado de São Paulo”, defendida em 1996. Elaborada no departamento de Ciências da Comunicação, da Universidade de São Paulo, Gama realizou uma análise sobre o tema futebol, mais especificamente seus jogadores profissionais.

O estudo apresenta como objetivo uma análise sociológica desse sujeito, caracterizando seu perfil e percebendo se ocorre ou não a mobilidade social através do futebol. O autor utiliza, para sua contextualização e análise, Freyre – com a obra “Novo Mundo nos Trópicos” –, para conceituar a questão

das classes sociais no Brasil; e, para contextualizar e discutir o futebol, os pesquisadores Shirts – “Futebol e cultura: coletânea de estudos”; Caldas – “O pontapé inicial”; Levine – “Futebol e cultura”; e Tubino – “Futebol: o desafio dos anos 90”. Dos autores Chauí – “O que é ideologia”; Ramos – “Futebol, ideologia e poder”; e Guareschi – “Comunicação ao poder”, utiliza o conceito de ideologia e discute o futebol como aparelho ideológico do Estado. De Sebe e Meihy – “Futebol e cultura: coletânea de estudos”; e Da Matta – “Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira”, apropria-se do conceito de cultura e discute o futebol sob essa égide. Na análise dos dados, os conceitos anunciados para a explicação da mobilidade social.

A segunda tese de nosso levantamento é de autoria de Mauro Betti, intitulada “A Janela de Vidro: esporte, televisão e Educação Física”, defendida em 1997. Redigida na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, apresentou uma análise sobre a associação estabelecida entre o esporte, a mídia (em especial a televisiva) e a Educação Física. Para o autor, tal vinculação vem alterando a forma com que se concebe e pratica o esporte, através da espetacularização e segmentação desse fenômeno. Com base na hermenêutica de Ricoeur, o autor destaca as direções de discurso televisivos, encontrados nos programas pesquisados e os analisa com base em teorias sociológicas – Teoria do Jogo, Processo Civilizador, Teorias Culturalistas, bem como as perspectivas da globalização e do pós-modernismo.

A terceira tese, intitulada “Futebol, Raça e Nacionalidade no Brasil: releitura da história oficial”, de autoria de Antonio Jorge Gonçalves Soares e defendida em 1998, não foi encontrada nas bases de dados consultadas.

A pesquisa seguinte é intitulada “Futebol e Sociedade: as manifestações da torcida”, redigida por Heloisa Helena Baldy dos Reis e defendida em 1998, no departamento de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas. O manuscrito versa sobre a questão da violência entre espectadores de futebol, mais especificamente dos times Palmeiras e São Paulo no campeonato brasileiro de futebol de 1996. Como referencial teórico, a autora mobiliza os conceitos de Elias e Dunning.

A quarta tese abordada é de autoria de Marcelo Weishaupt Proni, intitulada “Esporte-Espetáculo e Futebol-Empresa”. A pesquisa, defendida em

1998, procura examinar os fatores que influenciaram a reconfiguração da organização das competições de alto rendimento, transformando-se em espetáculos esportivos. O caso do futebol é o material empírico escolhido pelo pesquisador, que demonstrou que a adoção de métodos empresariais para a gestão da modalidade é reflexo de uma mudança no mundo esportivo contemporâneo, fruto da globalização e da interferência da indústria do entretenimento. Para realizar seu trabalho, Proni lançou mão dos estudos de Edward H. Carr, Fernand Braudel, Johan Huizinga, Allen Guttmann, Günther Lüschen e Kurt Weis, Norbert Elias, Manuel Garcia Ferrando e José Cagigal.

A quinta tese, de autoria de Aldo Antônio de Azevedo, também trata do futebol. A pesquisa intitulada “Dos Velhos aos Novos Cartolas”, defendida em 1999, não foi encontrada nas bases de dados consultadas.

A sexta tese elencada é intitulada “O Impacto da Globalização e da Tecnologia Sobre a Organização e a Prática do Esporte e da Cidadania à Luz do Estudo da Lei Pelé”. A pesquisa, de autoria de Antonio Flavio Testa, foi defendida em 1999 e não consta nas bases de dados consultadas.

A sétima tese a ser apresentada é a de Fernando Marinho Mezzadri, intitulada “A Estrutura Esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes esportivos às atuais políticas governamentais”. Defendida em 2000, a pesquisa trata da estrutura do esporte no Estado do Paraná, especificamente das mudanças dessa estrutura, bem como das relações estabelecidas com a política, na década de 1950 até os anos 2000, além das repercussões para a sociedade paranaense. Para realizar essa análise, o autor se fundamentou nas teorias de Pierre Bourdieu e Norbert Elias.

Outra tese defendida no ano 2000 é a de Luiz Alberto Pilatti, intitulada “Os donos das pistas: uma efígie sociológica do esporte federativo brasileiro”. A pesquisa tem como foco a análise da constituição da Liga Atlético Paranaense e a determinação de seus membros. O autor destaca o perfil da instituição, que em sua trajetória histórica ganhou contornos de empresa capitalista, o que a tornou disfuncional, pouco contribuindo para a modalidade. A aparato teórico elencado para essa análise é o de Max Weber.

A nona tese defendida no ano de 2001, é de autoria de José Jairo Vieira. Com o título “Paixão Nacional e Mito Social: A participação do Negro

no Futebol, Profissionalização e Ascensão Social” não foi encontrada nas bases de dados.

A tese seguinte é de Marizabel Kowalski, com o título “Por que Flamengo?”. Defendida em 2001, o trabalho analisa a popularidade do referido time de futebol e as relações com as características de sua identidade. As relações que esse time estabelece com a sociedade são discutidas a partir dos trabalhos de Weber, Hobsbawn, Elias, Da Matta e Bourdieu.

A décima primeira tese é de autoria de Wanderley Marchi Júnior, intitulada “Sacando o Voleibol: Do Amadorismo à Espetacularização da Modalidade no Brasil (1970-2000)”. Defendida também no ano de 2001, o autor delinea as peculiaridades do processo histórico da modalidade voleibol, em momentos denominados “viradas”, em um período de 30 anos. A passagem do amadorismo à profissionalização e à consequente espetacularização são analisadas pela ótica de Elias e Bourdieu.

A tese seguinte, pela ordem cronológica, é a de José Luiz dos Anjos, com o título “O Tradicional e o Moderno: faces da cultura popular no futebol brasileiro”. Defendida em 2003, a pesquisa versa sobre as manifestações culturais populares no interior do futebol profissional brasileiro, como rituais de fé, superstições e crenças. Para realizar essa análise, o autor se utiliza de Weber, Guttman e Balandier.

Otávio G. Tavares da Silva é o autor da próxima tese apresentada, defendida também em 2003. Sob o título “Esporte, Movimento Olímpico e Democracia: o atleta como mediador”, o autor analisa os valores e compreensões dos atletas participantes dos Jogos Olímpicos sobre a competição, o Olimpismo e o processo de crescente democratização do Comitê Olímpico Internacional. Os referenciais utilizados para concluir tal pesquisa são os escritos de Lovisolo, Heinilä, Ricoeur, Sergio B. Holanda e Elias.

A décima quinta tese defendida é de autoria de Jose Geraldo do Carmo Salles, intitulada “Entre a paixão e o interesse? O amadorismo e o profissionalismo no futebol brasileiro”. Concluída em 2004, a pesquisa analisa os dilemas entre o amadorismo e o profissionalismo no futebol brasileiro, sendo a primeira manifestação ligada a um caráter distintivo da elite e a

segunda ligada às questões de mercado e espetáculo. Essas tensões são analisadas pelos referenciais teóricos de Elias, Dunning, Veblen, Weber, Hirschman, Mandell e Mafesoli.

A décima sexta tese, intitulada “Religião e Esporte: Os Atletas Religiosos e a Religião dos Atletas – Um Estudo das Transformações da Relação entre o sub-campo Protestante Brasileiro e o Esporte”, de autoria de Reinaldo Olecio Aguiar, foi defendida em 2004. A pesquisa estabelece as relações entre o protestantismo e o futebol, especificamente, a visão dos adeptos da religião sobre o esporte. As teorias de Bourdieu e Elias amparam as análises do autor.

A décima sétima tese, de autoria de Ruth Eugênia Amarante Cidade, trata sobre as relações que as atletas paralímpicas estabelecem entre os diversos papéis sociais que exercem, como elas transitam nas dinâmicas configuracionais que participam. Esse cenário foi analisado com base na teoria de Elias.

A décima oitava tese da Sociologia do Esporte que mapeamos tem como tema o voleibol de praia. De autoria de Marília Maciel Costa, a pesquisa intitulada “Vôlei de praia: configurações sociais de um esporte-espetáculo de alto rendimento no Brasil” tem como objetivo resgatar e discutir a estruturação da modalidade como esporte de alto rendimento na modernidade. A teoria de Elias embasa as discussões da autora, juntamente com os pensadores Giddens, Debord e Castells.

A tese seguinte, defendida em 2006, é de autoria de Ademir Müller. A pesquisa intitulada “Diagnóstico de esporte e lazer: conhecer para transformar um estudo em Municípios do Rio Grande do Sul” não foi encontrada nas bases de dados consultadas.

A vigésima tese da Sociologia do Esporte que mapeamos é de autoria de Joelma Cristina Parente Monteiro. O estudo concluído em 2006 é intitulado “Ritual e esportivização da cultura de movimento indígena”. Não encontramos o arquivo completo nas bases de dados consultadas.

A vigésima primeira tese defendida é de autoria de Francisco Xavier Freire Rodrigues. Concluída em 2007, a pesquisa intitulada “O fim do passe e a modernização conservadora no futebol brasileiro (2001-2006)”, tem como foco identificar os impactos provocados pelo fim do passe no futebol

brasileiro, no cenário da nova regulamentação das relações entre clubes e jogadores. As teorias sociológicas que embasam as análises são dos autores Bourdieu, Giddens, Elias e Dunning, Fernandes, Magee e Sugden, Giulianotti, Ericson, Greenfield e Osborn, Simmons, Thomas, Proni, Araújo, Florenzano, Melani e Negrão, Superville e Quiñones, Laranjeira, Barbosa e Goode.

A tese seguinte é de autoria de Luciano Bueno. Defendida em 2008, o trabalho intitulado “Políticas Públicas do Esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento” tem como objetivo analisar o predomínio do esporte de alto rendimento no cenário brasileiro, em detrimento das outras duas manifestações (esporte educacional e participativo). Os autores que embasam as discussões do autor são Hobsbawn, Elias e Dunning, Bourdieu e Brohm.

A vigésima terceira tese, intitulada “Desvendando o jogo: futebol amador e ‘pelada’ na cidade do sertão”, é de autoria de Rosângela Duarte Pimenta. Defendida em 2009, a pesquisa em questão analisa a prática amadora do futebol, a “pelada”, em dois ambientes distintos: o meio urbano e o meio rural. A dinâmica das regras e das interações é discutida com base nos escritos de Bourdieu, Elias e Garfinkel.

A vigésima quarta tese elencada é de autoria de Afonso Celso Brandão Nina. Concluída no ano de 2010, o trabalho “Nas quadras depois dos 60 anos: investigando os fatores de influência para a construção do habitus esportivo em atletas máster” discorre sobre o lugar e o estilo de vida do idoso, que tem aspectos de sua vida relacionados à prática esportiva de rendimento, buscando ultrapassar barreiras. A teoria de Bourdieu embasa as análises realizadas pelo autor.

A tese seguinte, também defendida em 2010, é intitulada “O ‘preconceito de marca’ e a ambigüidade do ‘racismo à brasileira’ no futebol”. De autoria de Bruno Otavio de Lacerda Abrahão, a pesquisa versa sobre como o racismo esteve presente na prática do futebol, preconceito esse que se apresenta de forma bastante específica no Brasil. Os estudos raciais de Nogueira, Costa Pinto e os escritos de DaMatta embasam as análises realizadas na referida pesquisa.

A vigésima sexta tese abordada tem como título “Religião e Esporte: relações de reforço mútuo sem perda de autonomia das partes”, de autoria de

Elaine Valéria Rizzuti. Concluída em 2010, a pesquisa versa sobre a relação entre esporte e religião, mais especificamente, o movimento Atletas de Cristo. Para analisar essas interações, a autora utilizou as teorias de Mauss, Weber, Durkheim, Cousin, Sanchis e Canclini.

A última tese de nosso levantamento, concluída também no ano de 2010, tem como título “O Esporte Paraolímpico no Brasil: abordagem da sociologia do esporte de Pierre Bourdieu”. Renato Francisco Rodrigues Marques, autor dessa pesquisa, procurou vislumbrar como ocorrem as interações sociais no subcampo do esporte paralímpico brasileiro em três esferas: na formação, recrutamento e atuação de classificadores paralímpicos; no profissionalismo; e na atuação de deficientes nas entidades organizadoras do esporte paralímpico brasileiro. Para embasar sua análise, o autor utilizou os preceitos teóricos de Bourdieu.

Através dessa coleta de dados, percebemos que os estudos mais aprofundados sobre a Sociologia do Esporte tiveram início com o tema futebol, objeto que ainda possui destaque na agenda de pesquisa dos agentes brasileiros. A popularidade da prática e a forma como ela congrega diversos tipos de interações, como mencionamos anteriormente, coloca diversos problemas de relevância para os pesquisadores. O voleibol, modalidade também popular no país, suscita questionamentos também, mas em menor escala, assim como o objeto políticas públicas, esporte, religião e esporte paralímpico.

Quando lançamos o olhar para as teorias utilizadas para a análise dos dados, percebemos que Pierre Bourdieu e Norbert Elias são os mais recorrentes. Autores clássicos como Weber e Durkheim também são utilizados, mas em menor escala. Vale ressaltar que os autores contemporâneos, em determinados momentos de suas carreiras, escreveram sobre o esporte, fato que pode ter facilitado o entendimento dessas matrizes de pensamento a agentes que não possuíam inicialmente o mesmo domínio das teorias sociológicas que os sociólogos detêm.

Com o campo mapeado – identificando agentes e instituições – e as produções científicas explicitadas, passamos à conclusão desta pesquisa.

6 CONCLUSÃO

No presente estudo, analisamos a especificidade do campo acadêmico-científico da Sociologia do Esporte no Brasil. Partimos da hipótese de que o processo de constituição do campo acadêmico-científico toma uma forma específica. Empiricamente constatamos alguns indícios de tal dinâmica.

Nos programas de pós-graduação, encontramos o seguinte cenário: na Sociologia, somente um curso explicita a inserção do esporte como temática de pesquisa. Tal fato não restringe que estudos sobre o tema sejam realizados em outros programas, todavia o esporte não é elencado nas linhas de pesquisa. Esta situação é um indício de que, apesar de não ser mais considerado como um objeto de pouca importância na área da Sociologia, o objeto de estudo não está nas posições mais privilegiadas da hierarquia dos temas de pesquisa.

Na Educação Física já existe o espaço dos estudos das Ciências Humanas consolidado, dividido com os estudos das Ciências Biológicas. Os cursos de pós-graduação, que contemplam a Sociologia do Esporte, são mais numerosos nessa área, em comparação com a Sociologia. Isso se deve aos esforços dos agentes, formados na maior parte na área da Educação Física, em criar espaços no Brasil para sua formação e para suprir uma demanda por docentes de ensino superior.

Os estados que apresentam programas de pós-graduação, que contemplam a Sociologia do Esporte, também possuem grupos de pesquisa que contemplam o tema. Essa é uma das estratégias encontradas pelos agentes dentro da dinâmica do campo acadêmico-científico para consolidar sua inserção institucional, promover debates e fomentar a produção científica – elemento de peso nas disputas do campo.

Sobre os agentes, na maior parte a formação da graduação é no curso de Educação Física. Quando abordamos os cursos de pós-graduação, percebemos uma formação variada, não se restringindo aos cursos de Sociologia e Educação Física. Do trânsito entre os campos acadêmico-científicos mencionados, sete agentes realizaram sua graduação em Educação Física e adentraram o campo da Sociologia. O contrário se

mostrou menos frequente, sendo que três agentes formados em Sociologia adentraram o campo da Educação Física.

O curso de doutorado dos agentes foi realizado, em sua maioria, em solo nacional, o que demonstra que os espaços institucionais brasileiros estão atendendo à demanda pela formação específica, não sendo mais necessário buscar no cenário internacional esses cursos.

Sobre a inserção institucional desses agentes, a maior parte dos pesquisadores tem vínculo com o departamento de Educação Física. Existem inserções no curso de Sociologia, mas essas são menos numerosas, bem como outros cursos foram mapeados. Esse perfil de inserção é afetado pela formação de graduação desses pesquisadores, o que nos parece uma tendência do campo acadêmico-científico, que dá preferência as contratações nos cursos superiores a agentes formados na área.

Os pólos formadores de doutores quem atualmente abordam a temática são: Universidade de Brasília, Universidade Estadual de Campinas, Universidade Federal do Paraná, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Universidade Gama Filho, no âmbito nacional e a Universidade do Porto no âmbito internacional. Esses espaços de formação se consolidaram graças aos esforços dos agentes que, para participar do jogo do campo acadêmico-científico, necessitaram de investimentos em sua formação, agregando capital e consequentemente os posicionando melhor no campo.

Quando lançamos o olhar para as publicações, percebemos nas dissertações e teses uma preferência pelo estudo do futebol. Essa modalidade popular no país, que suscita diversos questionamentos por se ligar ao universo do trabalho, do espetáculo, do racismo, da identidade nacional, é a mais estudada. O voleibol, o segundo esporte na preferência nacional, também é bastante estudado, bem como as questões de políticas públicas. De uma forma geral os temas são bastante variados, o que demonstra o conhecimento e a sensibilidade dos agentes sobre os fenômenos sociais ligados ao esporte.

Temos um número expressivamente maior de dissertações concluídas, se comparadas ao número de teses. Isso é indício de um campo recente, que está formando seus agentes. Esse campo tem fortes ligações com as áreas

da Educação Física e com a Sociologia, uma vez que são essas áreas em que a maior parte dos estudos foram realizados. A instituição com mais dissertações defendidas é a Universidade Federal do Paraná, que pode ser considerada uma inserção recente da Sociologia do Esporte, uma vez que a instituição não apresenta teses defendidas no período estudado. A Universidade Estadual de Campinas, a Universidade Gama Filho e a Universidade de Brasília são inserções mais antigas e com o maior número de teses concluídas.

Quando abordamos os artigos nos periódicos da Educação Física e da Sociologia, percebemos que os escritos dos agentes possuem mais receptividade na primeira área. O tema mais frequente é o futebol, seguido pelas políticas públicas, o que corresponde à tendência dos estudos apresentados anteriormente. Os agentes publicam nas suas áreas de formação e inserção institucional, não ocorrendo com frequência o trânsito desses autores entre as áreas.

Notamos também que os pesquisadores com formação nas Ciências Humanas publicam menos que os agentes da Educação Física. Os estudiosos da Educação Física têm um maior entendimento do jogo acadêmico-científico, da necessidade de publicar e como essa dinâmica afeta o posicionamento deles no campo acadêmico-científico. A profícua produção e publicação de textos também é uma estratégia para conquistar legitimidade, uma vez que tais textos são avaliados e criticados por pares. Com publicações recorrentes, o agente possui a materialização da aceitação do seu trabalho pelos demais, o que se converte na legitimação do seu trabalho.

Identificamos que no campo da Educação Física a leitura sociológica do esporte não possui o mesmo espaço do que os estudos de cunho biológico. O número de periódicos em que é possível publicar sobre a Sociologia do Esporte é consideravelmente menor do que o espaço editorial reservado para a publicação de estudos ligados às ciências naturais. Além do número reduzido de revistas, elas se encontram em estratos mais baixos no Qualis. Assim os pesquisadores estariam em condições desproporcionais em suas avaliações na área da Educação Física. A disputa pelos objetos de interesse - publicações, prestígio, legitimidade – acaba por se apresentar de

forma desigual. Na área da Sociologia existem maiores oportunidades de publicação, mas esse potencial não se concretizou.

Devido à dependência teórica em relação à Sociologia e pela ligação temática, no caso o esporte, com a Educação Física, a Sociologia do Esporte encontra-se influenciada e influencia essas duas áreas do conhecimento. Dessa maneira, tanto o campo como seus agentes e estruturas possuem uma especificidade que não corresponde às características exclusivas da Sociologia, ou da Educação Física, mas sim agregam características de ambas as áreas, em um processo onde as duas manifestações intelectuais coexistem e se modificam: a **hibridação**. O resultante é uma mescla que não se iguala às manifestações que lhe deram origem. Assim os agentes da Sociologia não descartam as regras de seu campo, mas agregam a regulamentação do espaço social em que adentraram. Isso gera uma dinâmica entre os campos, uma relativa autonomia, pois apesar de procurar estabelecer seu espaço e a legitimidade de seu objeto de estudo, a Sociologia do Esporte ainda tem uma relação de dependência com os campos acadêmico-científicos da Educação Física e da Sociologia.

Mediante essas especificidades podemos inferir que o pesquisador da Sociologia do Esporte tem a vivência do esporte, no caso do graduado em Educação Física, ou apresenta interesse pela prática. Essa aproximação com o tema pode ser considerado uma parcela do *habitus* desses estudiosos, necessária para a compreensão do esporte. Esse agente transita em outras áreas, apreende outros referenciais, principalmente da Sociologia – devido à dependência desses escritos para realizar as análises de seus objetos –, modificando seu *habitus*. Essa gramática de ações passa a ser um **híbrido** entre a área de formação e as influências de outros campos, o que cria um terceiro *habitus* e sub-campo acadêmico-científico, a saber – e como apontamos na hipótese inicial – o *habitus* e o sub-campo da Sociologia do Esporte.

REFERÊNCIAS

ALABARCES, P. Veinte años de Ciencias Sociales y deportes, diez años después. In: *Revista da ALESDE*, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 11-22, set. 2011.

ALMEIDA, M. Castelos na Areia: dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro (1930-1964). In *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 41-60, jul./dez. 1987.

_____. Dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora da Revista dos Tribunais, IDESP, 1989.

AMADIO, A. Consolidação da Pós-graduação “stricto sensu” da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo: trajetória acadêmica após 30 anos de produção. In: *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 21, p. 25-36, dez. 2007.

ARRUDA, M. A trajetória da pesquisa na Sociologia. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 8, n. 22, p. 315-24, set. 1994.

ASSUMPÇÃO L., SAMPAIO T., CAETANO J., CAETANO JÚNIOR M., SILVA J. Temas e questões fundamentais na Sociologia do esporte. *R. bras. Ci. e Mov*, Brasília, v. 8, n. 2, p. 92-9, 2010.

BALBACHEVSKY, E. A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem-sucedida. In: Brock, C.; Schwartzman, S. (Orgs.). *Os desafios da educação no Brasil*. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2005.

BANCO DE TESES E DISSERTAÇÕES. Disponível em <www.capes.gov.br>. Acesso em 15 mai 2010.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

BECKER, H. A escola de Chicago. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131996000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 jan. 2013.

BETTI, M. Esporte e Sociologia. *Revista Motrivivência*, Florianópolis, n.2, p. 7-11, jun. 1989.

_____. *A Janela de Vidro: esporte, televisão e Educação Física*. Campinas: Papirus, 1998.

_____. Educação Física como prática científica e prática pedagógica: reflexões à luz da filosofia da ciência. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 183-97, jul./set. 2005.

BOURDIEU, P. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 2004.

_____. *O Senso Prático*. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. *Homo academicus*. Florianópolis: UFSC, 2011.

BRACHT, V. *Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução*. Vitória: Editora da UFES, 1997.

_____. *Educação Física & Ciência: cenas de um casamento (in)feliz*. Ijuí: Unijuí, 1999.

_____. Por uma política científica para a Educação Física com ênfase na pós-graduação. Fórum Permanente de Pós-Graduação em Educação Física, promovido pelo CBCE. Campinas: Unicamp, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1996.

CANCLINI, N. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 2000.

CASTELLANI FILHO, L. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas: Papyrus, 1988.

CASTIEL, L.; SANZ-VALERO, J.; CYTED, R. Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica?. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 3041-3050, 2007.

COAKLEY, J. *Sports in Society: issues and controversies*. 10th edition. New York: McGraw-Hill, 2009.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Avaliação da Pós-graduação*. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/avaliacao-da-pos-graduacao>>. Acesso em: 02 ago. 2011.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Página inicial*. Disponível em: <www.capes.gov.br>. Acesso em: 08 jul. 2011.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Avaliação Periódicos Capes*. Disponível em: <www.capes.gov.br/avaliacao/qualis>. Acesso em: 08 jul. 2011.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. *Avaliação Trienal dos Programas de Pós-graduação*. Disponível em: <www.trienal.capes.gov.br>. Acesso em 08 jul. 2011.

CURRÍCULO LATTES. Disponível em <www.cnpq.br>. Acesso em 10 out. 2008

DAOLIO, Jocimar. □ *Educação Física brasileira: autores e atores da década de 80* | Jocimar Daolio. -- Campinas, SP: [s. n.], 1997. Orientador: Wagner Wey Moreira. Tese (doutorado)- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

DIRETÓRIO DE GRUPOS DE PESQUISA. Disponível em <<http://dgp.cnpq.br>> Acesso em 5 jan. 2013.

DUNNING, E. *Sport matters: sociological studies of sport, violence and civilization*. London: Routledge, 1999.

DURHAM, E. A Política de Pós-graduação e as Ciências Sociais. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 41-55, jan./jun 1986.

ELIAS, N. DUNNING, E. *A busca da excitação*. Lisboa: Difel, 1992.

FAZENDA, I. Interdisciplinaridade-transdisciplinaridade: visões culturais e epistemológicas. In: FAZENDA, I (org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.

FERREIRA, A. *O Estado da Arte da Sociologia do Esporte no Brasil: um mapeamento da produção bibliográfica de 1997 a 2007*. 2009. 269p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

FERREIRA, N. As pesquisas denominadas "estado da arte". *Educação e Sociedade*., Campinas, v. 23, n. 79, 2002.

FORJAZ, M. *Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)*. In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n.28, p. 71-99, jul./dez. 1989.

GASTALDO, E. Estudos Sociais do Esporte: vicissitudes e possibilidades de um campo em formação. *Logos*, Rio de Janeiro, v.17, n. 2, s/p, jul. 2010.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. *Educação Física Progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira*. 10ª edição. São Paulo: Loyola, 1991.

GÓIS JÚNIOR, E. Ginástica, higiene e eugenia no projeto de nação brasileira: Rio de Janeiro, século XIX e início do século XX. In: *Movimento*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 139-59, jan./mar., 2013.

HELAL, R. *O que é Sociologia do Esporte*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JOHNSON, A. *Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KOKUBUN, E. Pós-Graduação em Educação Física no Brasil: indicadores objetivos dos desafios e das perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v.24, n. 2, p. 9-26, jan. 2003.

LIEDKE FILHO, E. A Sociologia no Brasil: história, teorias e desafios. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 14, jul/dez, 2005, p. 376-437.

LIMONGI, F. A Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora da Revista dos Tribunais, IDESP, 1989.

LOVISOLO, H. Hegemonia e legitimidade nas ciências do esporte. *Motus Corporis*, Rio de Janeiro, v.3, n. 2, p. 51-72, 1996.

_____. Sociologia do Esporte: do iluminismo ao romantismo. *Rev. bras. Educ. Fís. Esp.*, São Paulo, v.20, p.194-96, set. 2006. Suplemento n.5.

LUZ, M. Prometeu Acorrentado: análise sociológica da categoria produtividade e as condições atuais da vida acadêmica. *Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.15, n.1, p. 39- 57, 2005.

MAGNANE, G. *Sociologia do Esporte*. São Paulo: Perspectiva, 1969.

MARCHI JÚNIOR, W. *Sacando o Voleibol*. São Paulo/ Ijuí: Hucitec/ Unijuí, 2004.

MARCHI JUNIOR, W.; CAVICHIOLLI, F. Diagnóstico da Sociologia do Esporte no Brasil: para a consolidação de um campo de conhecimento. In: CORNEJO, M.; MARCHI JUNIOR, W. (orgs.). *Estudios y Proyectos em Sociología del Deporte y la Recreación em América Latina*. Chile: Trama Impresores, 2008.

MEDEIROS, C.; GODOY, L. As referências de Pierre Bourdieu e Norbert Elias na Revista Brasileira de Ciências do Esporte: mapeando tendências de apropriação e de produção de conhecimento na área de Educação Física (1979-2007). *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 30, n. 02, p. 1-12, jan. 2009. <Disponível em <https://www.rbceonline.org.br/revista/index.php?journal=RBCE&page=article&op=view&path%5B%5D=445>> Acesso em abr. 2009.

MEDINA, J. *A educação física cuida do corpo... e "mente"*. 10ª edição. Campinas: Papirus, 2010.

MELLO, Joaquim Pedro de. *Generalidades a cerca da educação physica dos meninos*. 1846. 43 f. These (Conclusão de Curso) - Curso de Medicina,

Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Typ. de Teixeira e Comp., 1846.

MICELI, S. Condicionantes de Desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora da Revista dos Tribunais, IDESP, 1989.

MILLS, C. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MURAD, M. *Sociologia e Educação Física: diálogos, linguagens do corpo, esportes*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ORTIZ, R. Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil. In: *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 27, p. 163-75, jul. 1990.

ORTIZ, R. *A escola de Frankfurt e a questão da cultura*. Disponível em: <http://www.piratininga.org.br/images/ORTIZ_Renato_A_ESCOLA_DE_FRA_NKFURT_E_A_QUESTAO_DA_CULTURA.pdf>. Acesso em: 1 jan. 2013.

www.pgsocio.ufpr.br Acesso em 30 jul. 2012.

ROSA, S.; LETA, J. Tendências atuais da pesquisa brasileira em Educação Física parte 1: uma análise a partir dos periódicos nacionais. In: *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v.24, n.1, p. 121-34, jan./mar. 2010.

ROSE JUNIOR, D. Pós-graduação como fator de crescimento acadêmico e científico. In: *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, São Paulo, v. 21, p. 87-95, dez. 2007.

SANTOS, C. Tradições e Contradições da Pós-graduação no Brasil. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 83, p. 627-241, ago. 2003.

SCHWARTZMAN, S. Pesquisa Universitária e Inovação no Brasil. In: VELHO, L.; SOUZA-PAULA, M. *Avaliação de Políticas de Ciência, Tecnologia e Inovação: diálogos entre experiências internacionais e brasileiras*. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008. Disponível em <<https://archive.org/details/AvaliaoDePoliticasDeCinciaTecnologiaEInovao>>. Acesso em 28 fev. 2014.

_____. *Ciências naturais, ciências sociais e humanidades* (com um adendo sobre a necessidade de rever o sistema de avaliação da CAPES). Disponível em <bit.ly/pQJUHc>. Acesso em 30 jul. 2011.

_____. *A Space for Science*. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 1991. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/space/chapter9.htm>>. Acesso em: 15 dez. 2013.

SÉRGIO, M. *Para uma epistemologia da motricidade humana: prolegômenos a uma ciência do homem*. Lisboa: Compendium, 1987.

SOARES, C. *Educação Física: raízes europeias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOUZA, J.; MARCHI JÚNIOR, W. Por uma Gênese do Campo da Sociologia do Esporte: cenários e perspectivas. *Movimento*, Porto Alegre, v. 16, n. 02, p. 45-70, abr./jun. 2010.

STAREPRAVO, F. *Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico*. 2011. 422p. Tese (Doutorado em Educação Física) – Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

STAREPRAVO, F. *Esporte, Política e Ciência: a produção científica sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil*. 1. ed. Curitiba: Editora CRV, 2013.

STEPAN, Nancy. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

TABORDA, M. Educação Física escolar e a ditadura militar no Brasil (1968-1984): história e historiografia. In: *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n.1, p. 51-75, jan./jun. 2002.

TANI, G. Cinesiologia, educação física e esporte: ordem emanante do caos na estrutura acadêmica. In: *Motus Corporis*, Rio de Janeiro, v.3, n.2, p. 9-50, 1996.

_____. Os desafios da pós-graduação em Educação Física. In: *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, Campinas, v. 22, n. 1, p. 79-90, set. 2000.

TOLEDO, L. Futebol e Teoria Social: aspectos da produção científica brasileira (1982-2002). *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, v.2, n.52, jul. 2001.

TRINDADE, D. Interdisciplinaridade: um novo olhar sobre as ciências. In: FAZENDA, I (org.). *O que é interdisciplinaridade?* São Paulo: Cortez, 2008.

VLASTUIN, J. *As “donas da quadra”: leitura sociológica das unidades geracionais olímpicas do voleibol feminino no Brasil (1980-2008)*. 2013. 217p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

WEBER, M. *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 2004.